

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS

ELIZANA SCHAFFEL BREMENKAMP

**ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA MANUTENÇÃO DA LÍNGUA POMERANA EM
SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESPÍRITO SANTO**

Vitória

2014

ELIZANA SCHAFFEL BREMENKAMP

**ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA MANUTENÇÃO DA LÍNGUA POMERANA EM
SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos Analítico-Descritivos da Linguagem.

Orientadora: Prof^a Dr^a Edenize Ponzó Peres.

Coorientador: Prof. Dr. Erineu Foerste.

Vitória

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B836a Bremenkamp, Elizana Schaffel, 1988-
Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana
em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo / Elizana Schaffel
Bremenkamp. – 2014.
291 f. : il.

Orientador: Edenize Ponzo Peres.

Coorientador: Erineu Foerste.

Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Pomerânios - Espírito Santo (Estado) - Linguagem. 2.
Sociolinguística. 3. Bilinguismo. 4. Língua pomerana. I. Peres,
Edenize Ponzo. II. Foerste, Erineu, 1961-. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. IV. Título.

CDU: 80

ELIZANA SCHAFFEL BREMENKAMP

“ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA MANUTENÇÃO DA LÍNGUA POMERANA EM SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESPÍRITO SANTO”.

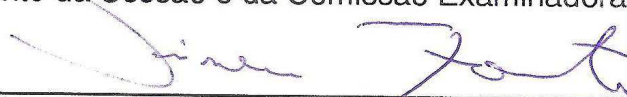
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Aprovada em 04 de julho de 2014.

Comissão Examinadora:



Prof^a. Dr^a. Edenize Ponzos Peres (UFES)
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora



Prof. Dr. Erineu Foerste (UFES)
Coorientador



Prof^a. Dr^a. Maria Marta Pereira Scherre (UFES)
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora



Prof^a. Dr^a. Marcia Santos Duarte De Oliveira (USP)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

Aos Gröner, Banckaert, Krause e van Schaffel.

Enfim, a todos os corajosos imigrantes e seus descendentes, principalmente os holandeses e pomeranos dos quais descendo.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar à conclusão deste trabalho, percebo que fui ajudada e motivada por diversas pessoas. Quero aqui deixar meu agradecimento a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

A Deus, fortaleza de nossa vida. Aquele que permitiu que estas pessoas especiais cruzassem o meu caminho e fizessem parte da minha vida.

Aos meus pais, Tereza Gröner Schaffel e Adilson Schaffel, exemplos de força e dedicação e bases da minha educação. Aqueles que me ensinaram cuidadosamente as tradições e a língua pomerana.

Ao amoroso e paciente Vonibaldo Bremenkamp, que é meu maior incentivador. Aquele com quem contei em todos os momentos; sofreu comigo as minhas angústias e vibrou com as minhas vitórias.

Ao amor da minha vida: meu filho, João Paulo. Agradeço a ele por me presentear a cada dia com seu lindo sorriso, por tornar a minha vida mais feliz. E, principalmente, pelos seus porquês que me fazem refletir sempre sobre o porquê e para quê fazemos as coisas.

À minha família e amigos, pelo apoio e ajuda.

À minha orientadora, Edenize, pela orientação e amizade que já dura desde a graduação. Pela motivação e incentivo que sempre dão novo fôlego a mim e à pesquisa.

Ao professor Erineu que, já pelo meio do caminho, aceitou o desafio de me coorientar. E, assim, um pomerano ajudou uma pomerana a falar de pomeranos.

À professora Marta Scherre, pelas valiosas contribuições feitas à ocasião da qualificação. Sem dúvida, este trabalho melhorou com sua leitura.

À professora Márcia Oliveira por aceitar, gentilmente, estar na banca da defesa. Agradeço por seu apoio e incentivo acadêmicos e pelas pertinentes considerações feitas à pesquisa. Agradeço também por sua amizade, que muito me honra.

Aos professores do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFES, pelos conhecimentos compartilhados, e, especialmente, a professora Aucione Smarsaro, pela introdução à pesquisa científica.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo, pela bolsa de estudos que viabilizou muitas oportunidades de estudo.

Aos informantes desta pesquisa, pela confiança e pelos conhecimentos que humildemente me proporcionaram. Sem eles este trabalho não seria possível!

À Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frederico Boldt, por me receber inúmeras vezes durante a coleta de dados.

Aos amigos de Mestrado, especialmente a Camila Candeias Foeger, pelos sofrimentos compartilhados e alegrias divididas.

Às pessoas que se dedicam à causa do povo pomerano, de maneira especial, a Lilia Jonat Stein, que generosamente revisou os textos escritos em pomerano.

“If you talk to a man in a language he understands, that goes to his head. If you talk to him in his language, that goes to his heart.”

Nelson Mandela

RESUMO

Esta dissertação investiga o processo de manutenção da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, considerado o mais pomerano do estado (PMSMJ, 2013). Primeiramente, registra-se a história dessa imigração. Depois, traz-se uma caracterização sociolinguística da comunidade pomerana santa-mariense. Para tanto, mostra-se o repertório linguístico da comunidade em estudo; discutem-se as atitudes e a lealdade do grupo em relação às línguas pomerana e portuguesa, a fim de verificar seu *status* frente aos falantes; abordam-se os domínios e as funções sociais desempenhadas pelas línguas oficial e de imigração; verifica-se o bilinguismo pomerano/português, com o intuito de entender se é estável ou visa à subtração da língua minoritária; entende-se a formação das redes sociais; e discute-se a identidade étnica dos pomeranos. Por fim, analisa-se a manutenção do pomerano por 150 anos, na tentativa de elucidar os fatores da manutenção e aclarar seu grau de vitalidade. Este estudo insere-se na área da Sociolinguística, especificamente, nos estudos de Contato Linguístico. Portanto, aborda-se um leque variado, mas complementar, de temas sociolinguísticos e, vale-se, também, de constructos teóricos da antropologia, que são identidade, etnicidade e redes sociais. De acordo com a tradição sociolinguística, as línguas de imigração estão, geralmente, fadadas à extinção na terceira geração de descendentes de imigrantes - a Lei da Terceira Geração; mas, embora raras, existem exceções. Há inúmeros fatores que atuam sobre os processos de manutenção/substituição linguística e daí deriva-se sua complexidade: os mesmos fatores, na mesma direcionalidade, podem favorecer ambas as ocorrências. Sendo assim, cada caso deve ser tomado por si e ser estudado no contexto da sociedade na qual se insere. Além de todo esse aparato bibliográfico, este estudo se vale da abordagem qualitativa, que permite uma análise mais reveladora das entrevistas feitas com descendentes de pomeranos, e da Observação Participante. Os resultados, demonstrados através de gráficos, tabelas estatísticas e da análise interpretativa de excertos de entrevistas, evidenciam que a comunidade pomerana santa-mariense é bilíngue em 85%. Os informantes com mais de 55 anos de idade, quando muito, têm habilidades receptivas em português, e sua competência nesta língua não chega aos 20%. Já os

mais novos têm habilidades receptivas e produtivas em português, que chegam a 100%, e, em pomerano, de 72,7%. As mulheres e aqueles com mais de 8 anos de escolaridade mostram-se mais próximos da língua oficial. No entanto, a comunidade se mostra altamente solidária ao bilinguismo. O grupo II, que compreende os indivíduos entre 14 e 30 anos, reflete os piores índices em relação ao pomerano. Isso porque é um grupo instável emocionalmente e bastante afetado pelo preconceito linguístico, bem como pelo mercado linguístico. Quanto aos domínios e as funções sociais, as análises apontam para um alto grau de bilinguismo em quase todas as funções e âmbitos. Esse alto nível de bilinguismo se dá, inclusive, porque a comunidade é bilíngue precoce simultânea equilibrada. Diante desses resultados, mostramos que o momento atual requer atenção e cuidado para com o repasse da língua pomerana no âmbito da família. Entretanto, não foram encontradas evidências de um processo de substituição eminente.

Palavras-chave: Imigração pomerana. Contato linguístico. Manutenção/Substituição linguística.

ABSTRACT

This dissertation investigates the process of maintaining the Pomeranian language in the municipality of Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, considered the most Pomeranian in the State (PMSMJ , 2013) . First of all, the history of immigration is registered. Then it brings a sociolinguistic characterization of “santa-mariense” Pomeranian community. To do so, it is shown the linguistic repertoire of the community in study; discusses the attitudes and loyalty of the group in relation to the Pomeranian and Portuguese in order to check their status towards speakers; the domination and social functions performed by the official languages and immigration are addressed; there is a Pomeranian/Portuguese bilingualism in order to understand whether if it is stable or it aims the subtraction of the minority language; it means the formation of social networks; and discusses the ethnic identity of Pomeranians. Finally, we analyze the maintenance of Pomeranian for 150 years in an attempt to elucidate the factors maintaining and clarifying its degree of vitality. This study belongs to the sociolinguistics field, specifically in studies of Language Contact. Therefore, it approaches a wide range, but complementary to sociolinguistic themes and also of theoretical constructs of anthropology, which are identity, ethnicity and social networks. According to the sociolinguistic tradition, the languages of immigration are usually doomed to extinction in the third generation descendants of immigrants - the Third Generation Law; but although rare, there are exceptions. There are numerous factors that influence the processes of language maintenance/replacement and then it derives its complexity: the same factors, in the same directionality, it may favor both incidents. Thus, each case must be taken into consideration and be studied in the context of the society in which it operates. Besides all the bibliographic apparatus, this study makes use of qualitative approach, which allows a more revealing analysis of interviews with Pomeranians descendants and of the Participants Observation. The results, demonstrated through charts, statistical tables and interpretative analysis of excerpts from interviews shows that the Pomeranian community "santa-mariense" is bilingual in 85%. Interviewed people over 55 years old, have receptive skills in Portuguese, and their competence in this language does not reach 2% . Although, the youngsters are more receptive and have

productive skills in Portuguese, that reach 100%, and in Pomeranian 72.7% . Women and those with more than 8 years of scholary are closest to the official language. However, the community shows highly supportive of bilingualism. The second group, between 14-30 years old, reflects the worst rates in relation to the Pomeranian language. This is because its an unstable group and quite emotionally affected by the language prejudice, as well as the linguistic market. Regarding the domains and social functions, the analyzes indicate a high degree of bilingualism in almost all functions and scope This high level of bilingualism occurs, since this community is early simultaneous bilingual balanced . Given these results, we show that the present moment requires attention and care for the transfer of the Pomeranian language within the family. However, no evidence of an imminent replacement process were found .

Keywords: Pomeranian immigration. Language Contact. Language Maintenance/Replacement.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Povoamento do Espírito Santo.....	40
MAPA 2: Unificação alemã.....	49
MAPA 3: Província da Pomerânia, em 1939	51
MAPA 4: A Pomerânia após a Segunda Guerra Mundial.....	58
MAPA 5: Localização dos imigrantes e seus descendentes, segundo a geração.....	66
MAPA 6: Localização dos imigrantes europeus e seus descendentes no Espírito Santo.....	68
MAPA 7: Santa Maria de Jetibá, ES.....	69
MAPA 8: Localização e distribuição dos pomeranos no estado do Espírito Santo (2012).....	236

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: Placa na entrada do centro de Santa Maria de Jetibá.....	70
FOTOGRAFIA 2: Vista aérea de Caramuru.....	153
FOTOGRAFIA 3: Caramuru e arredores.....	154
FOTOGRAFIA 4: Centro de Caramuru.....	154
FOTOGRAFIA 5: Escola da comunidade.....	154

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Representação social das línguas portuguesa e pomerana.....	33
QUADRO 2: Fatores de manutenção e substituição linguística, de acordo com Baker e Jones (1998).....	108
QUADRO 3: Fatores de manutenção e substituição linguística, de acordo com Grosjean (2001).....	110
QUADRO 4: Grau de transmissão intergeracional da língua.....	111
QUADRO 5: Proporção de falantes dentro da população local.....	112
QUADRO 6: Grau de ameaça segundo os domínios e funções abarcados pela língua.....	112
QUADRO 7: Resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação.....	113
QUADRO 8: Materiais para Educação e Alfabetização.....	114
QUADRO 9: Atitudes oficiais em relação à língua.....	114
QUADRO 10: Atitudes dos membros da comunidade com relação a sua própria língua.....	115
QUADRO 11: Documentação da língua.....	116
QUADRO 12: Escala de línguas ameaçadas.....	117
QUADRO 13: Ordenação hierárquica que combina função e âmbito.....	127
QUADRO 14: Relação entre diglossia e bilinguismo.....	130
QUADRO 15: Diglossia com dupla superposição de línguas: o caso da Tanzânia.....	132
QUADRO 16: Subtipos de diglossia ampla.....	134
QUADRO 17: Fatores que influenciam a escolha linguística.....	136
QUADRO 18: Caracterização dos paradigmas quantitativo e qualitativo.....	149
QUADRO 19: Perfil dos informantes.....	156
QUADRO 20: Lei de cooficialização da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá.....	187
QUADRO 21: Fatores de manutenção e substituição linguística, em relação ao pomerano.....	246

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Imigrantes por nação de origem	43
TABELA 2: Competência linguística dos informantes.....	165
TABELA 3: Preferência linguística dos informantes.....	176
TABELA 4: L1 dos descendentes de pomeranos.....	213
TABELA 5: Grau de vitalidade do pomerano.....	256
TABELA 6: Grau de vitalidade do pomerano, segundo Höhman (2010).....	257
TABELA 7: Opinião dos falantes sobre a vitalidade do pomerano.....	258

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Competência linguística dos falantes, segundo a faixa etária.....	172
GRÁFICO 2: Competência dos informantes nas línguas pomerana e portuguesa.....	173
GRÁFICO 3: Língua que os falantes falam/entendem melhor, segundo a faixa etária e a escolaridade.....	175
GRÁFICO 4: Preferência linguística, de acordo com o gênero/sexo.....	178
GRÁFICO 5: Âmbitos sociais das línguas faladas na comunidade.....	201
GRÁFICO 6: Funções sociais das línguas pomerana e portuguesa, por faixa etária (%).....	206
GRÁFICO 7: As funções sociais das línguas pomerana e portuguesa.....	208
GRÁFICO 8: Idade na qual os informantes aprenderam o português.....	212

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Estrutura da rede social dividida em duas ordens.....	93
FIGURA 2: Rede densa	93
FIGURA 3: Rede frouxa	93
FIGURA 4: <i>Continuum</i> de âmbitos da vida do pomerano campesino.....	200
FIGURA 5: Rede social do G-IV.....	218
FIGURA 6: Rede social do G-I.....	219
FIGURA 7: Rede social masculina.....	220
FIGURA 8: Rede social feminina.....	221

LISTA DE SIGLAS

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

ACC - Associação Central de Colonização

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

DUDL - Declaração Universal dos Direitos Linguísticos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

LM - Língua Materna

L1 - Primeira Língua

L2 - Segunda Língua

OP - Observação Participante

PMSL - Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina/ES

PMSMJ - Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES

PROEPO - Programa de Educação Escolar Pomerana

RLS - *Reversing Language Shift*

UNESCO - *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (em português: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1 TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE OS POMERANOS	29
2 UM POUCO DE HISTÓRIA	36
2.1 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO ESPÍRITO SANTO.....	36
2.2 A DECISÃO DE "BRANQUEAR" A POPULAÇÃO: A IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO ESPÍRITO SANTO.....	41
2.3 A EUROPA DO SÉCULO XIX.....	45
2.3.1 A emigração alemã.....	47
2.3.2 A emigração pomerana através da história da antiga Pomerânia.....	50
2.4 A LONGA VIAGEM AO BRASIL: UMA HISTÓRIA À PARTE.....	59
2.5 A COLÔNIA SANTA LEOPOLDINA.....	61
2.6 OS PRIMÓRDIOS DA "NOVA POMERÂNIA" NAS TERRAS CAPIXABAS....	63
2.7 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE POMERANA ATUAL.....	67
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	72
3.1 A CORRELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE.....	72
3.1.1 Breve histórico da investigação sociolinguística.....	73
3.1.2 Sociolinguística ou Sociologia da linguagem: Interrogar a língua por meio da sociedade ou estudar a sociedade por meio da língua.....	81
3.2 LÍNGUAS EM CONTATO.....	84
3.2.1 Os conceitos de língua e dialeto.....	86
3.2.2 Comunidade Linguística.....	89
3.2.3 Redes sociais.....	92
3.2.4 Atitudes linguísticas.....	95
3.2.5 Lealdade linguística.....	99
3.2.6 Manutenção/substituição de línguas minoritárias.....	100
3.2.6.1 Medindo o grau de vitalidade das línguas: uma proposta da UNESCO..	111

3.2.6.2 Línguas ameaçadas de extinção podem ser salvas? Lendo a proposta de Fishman (1991, 2000).....	116
3.2.7 Bilinguismo.....	121
3.2.7.1 Usos e funções sociais da língua.....	126
3.2.7.2 Diglossia.....	128
3.2.7.3 A escolha linguística.....	135
3.2.8 Identidade, etnicidade e língua.....	137
3.2.9 Política e planejamento linguísticos.....	144
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	149
4.1 AS ENTREVISTAS.....	150
4.1.1 A escolha das localidades.....	153
4.1.2 Escolha dos informantes.....	156
4.1.3 Transcrição e análise das entrevistas.....	158
4.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	158
4.2.1 Situações sob observação.....	162
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	164
5.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA COMUNIDADE POMERANA SANTA-MARIENSE.....	164
5.1.1 O repertório linguístico da comunidade.....	165
5.1.2 As atitudes linguísticas dos pomeranos de Caramuru, Santa Maria de Jetibá.....	182
5.1.3 Os domínios e as funções sociais das línguas pomerana e portuguesa.....	199
5.1.4 O pomerano e o português: bilinguismo estável ou subtrativo?.....	211
5.1.5 As redes sociais da comunidade linguística.....	216
5.1.6 A identidade étnica dos pomeranos.....	221
5.1.7 A língua pomerana do passado ao presente: elucidando os fatores de manutenção da língua de imigração.....	233
5.1.7.1 Verificando o estágio vitalício da língua pomerana: o que os dados indicam para o futuro.....	253

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	276
8 ANEXOS.....	287
8.1 ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS.....	287
8.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	290
8.3 DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.....	291

INTRODUÇÃO

Do nomadismo até a globalização, a emigração está presente em toda a História. Em geral, esse fenômeno ocorre pela busca de melhores condições de vida e trabalho por parte dos que emigram. Às vezes, o país de acolhimento também manifesta interesse nesse processo e, então, o incentiva. Todavia, não há modelos prescritivos para o fenômeno migratório. De maneiras diferentes e por motivos diversos, a imigração sempre atuou sobre a configuração das sociedades. Independentemente do tamanho do grupo de emigrantes e do país que os acolherá, sempre haverá consequências derivadas do contato que se origina com essa situação. Contato de povos e de culturas. Contato de línguas.

Quando, numa determinada comunidade, a língua aí falada passa a conviver, de forma harmoniosa ou não, com outra, temos o fenômeno do contato linguístico. Vários são os tipos de situação que podem causá-lo; no entanto, a imigração é das mais importantes, visto que tem o poder de transformar "situações históricas" (VERMES; BOUTET, 1989, p. 07).

Do ponto de vista da Sociolinguística, percebe-se que, no contexto da imigração, as relações entre as línguas envolvidas no contato se colocam numa esfera sociopolítica e, nessa conjuntura, as línguas revelam suas implicações na ordem do poder (VERMES; BOUTET, 1989). Decorre daí uma hierarquização entre as línguas. Uma delas será mais estimada que a outra e, conseqüentemente, ocupará as funções mais prestigiadas na comunidade ou, em casos extremos, será o único código de comunicação aceito. Diante dessa valoração a que são submetidos povos e línguas em situação de contato, estas sofrem diferentes e complexos processos, tais como diglossia, bilinguismo e, não raro, glototanásia - morte de língua (COUTO, 2009).

Neste estudo, dedicamo-nos basicamente a estes dois temas: a situação sociolinguística de uma língua de imigração e as consequências de seu contato com a língua majoritária. Especificamente, pesquisamos a situação sociolinguística da língua pomerana no contato com o português, vislumbrando os contextos histórico e

atual, a fim de verificar o processo de manutenção da língua nesses muitos anos depois da imigração. Isso implica averiguar, dentre outras coisas, as atitudes e a lealdade linguística, e o possível desenvolvimento do bilinguismo aditivo - quando se adquire uma nova língua sem intenção de substituir a língua materna.

A história remonta ao início do século XIX, quando o Brasil precisava de *braços* para substituir a mão de obra escrava e para ocupar os vazios demográficos. Então se criou a Associação Central de Imigração, a qual, por meio das agências de imigração, veiculava propagandas com tentadoras ofertas para incentivar a vinda de famílias de agricultores para as terras brasileiras.

À época, essa propaganda teve uma grande repercussão, sobretudo no continente europeu, que então sofria com graves problemas socioeconômicos e políticos decorrentes do "redesenho produtivo e geopolítico oriundo da expansão capitalista" (MARTINUZZO, 2009, p. 30). Quando o Brasil ofereceu o que a Europa como um todo não podia proporcionar, muitos decidiram emigrar em busca de uma vida melhor. Somente o estado do Espírito Santo recebeu, no século XIX, mais de 40.000 imigrantes, a maioria europeia (APPEL, 2013). Entre eles estavam 3.933 alemães, ocupando com esse total a segunda posição no ranking dos países mais bem representados numericamente, ficando atrás somente dos italianos, com um total de 32.900 pessoas. O grupo dos alemães era bastante diverso, no que tange à região de origem e à língua, embora 63% desse total fosse de pomeranos. E é sobre a saga desse povo que aqui nos dedicamos.

A Pomerânia, extinta do mapa desde a Segunda Guerra Mundial, situava-se entre os atuais países da Alemanha e da Polônia. Segundo Rölke (1996), aquela região foi, durante séculos, palco de inúmeras batalhas e guerras e foi alvo constante de invasões de povos vizinhos que cobiçavam não somente as terras férteis de uma parte da província, mas também a saída estratégica para o mar Báltico. No século XIX, à época da emigração, a província pertencia ao Reino da Prússia e vivia turbulentas mudanças socioeconômicas, como todo o continente europeu. A introdução da reforma agrária, a partir de 1807, e a crescente industrialização, inclusive no ramo agrícola, instalaram o desemprego e a fome, que, aliados à pouca qualificação do homem do campo, deixou muitos sem esperanças. Cabe ressaltar

que foram realmente muitos, pois a província vivia, na primeira metade do século XIX, uma "explosão demográfica" (RÖLKE, 1996, p. 23). Outro fator que impulsionou a emigração foi a proposta do Rei Frederico Guilherme III, em 1817, de unir a Igreja Luterana à Igreja Reformada, visto que ambas estavam presentes nas províncias prussianas. A união, que visava à uniformização litúrgica, provocou discussões acirradas, pois a Província Prussiana da Pomerânia, que era luterana em sua quase totalidade, não estava disposta a abrir mão de sua tradição e convicção religiosas. Assim, a vontade de expressar livremente a fé luterana, aliada à procura por uma vida melhor, levaram milhares de pomeranos a emigrar. Seus principais destinos foram a América do Norte e o Brasil. Neste país, dirigiram-se para os estados do Sul e para o Espírito Santo.

Ao chegarem a este estado, foram assentados em terras que antes pertenciam aos índios botocudos, na região de Jequitibá, colônia de Santa Leopoldina, hoje território do município de Santa Maria de Jetibá. Mais tarde esses imigrantes se arriscaram novamente nas florestas e começaram a ocupar as chamadas *terras quentes*: Pancas, São Gabriel da Palha e Vila Pavão. Os 2.224 imigrantes pomeranos enfrentaram toda a sorte de adversidades nos primeiros anos, os quais, segundo Jacob (1992) e Tressmann (2005), foram extremamente difíceis, diante da falta de ferramentas adequadas para o desmate da floresta nativa, do desconhecimento do idioma, da distância dos centros urbanos e do isolamento, e da falta de assistência médica, escolar e religiosa; esta, sem dúvida, a mais cruel para os imigrantes. (JACOB, 1992; TRESSMANN, 2005).

Hoje, depois de mais de um século e meio de sua chegada, esse povo, que já soma cerca de 120 mil pessoas no Espírito Santo (TRESSMANN, 2005), venceu em terras capixabas, já que suas regiões de colonização desenvolveram-se bem. Atualmente, apesar de a maioria dos descendentes de imigrantes ainda se dedicar ao cultivo da terra, sua vida está muito melhor do que quando chegaram. Eles trabalham na própria terra, moram em casas de alvenaria, têm meios de transporte próprios e, muitos, têm caminhões para levar suas produções agrícolas e comercializá-las nos grandes centros urbanos. Também já contam com templos e pastores, escolas e postos de saúde.

O relativo progresso em um país estrangeiro, entretanto, não lhes tirou alguns aspectos culturais importantes, tais como a língua e a religião, ao contrário do que normalmente ocorre. Esses aspectos de sua vida continuam vivos na comunidade como um sinal de superação, tendo em vista os grandes problemas enfrentados desde a Pomerânia até a completa instalação em terras capixabas.

Praticamente extinta no seu local de origem (TRESSMANN, 2005; SCHUMM, 2013), a língua pomerana se manteve mesmo sob condições adversas de sobrevivência no Espírito Santo. Essa língua continua sendo falada pelo povo pomerano, a despeito da *Lei da Terceira Geração* (WEINREICH, 1970 [1953]), lei esta que compreende a sistematicidade da substituição das línguas de imigração já na terceira geração dos descendentes de imigrantes, conforme veremos no capítulo 3.

Alguns estudos científicos vislumbram a manutenção do pomerano, tais como os de Tressmann (2005), que entende que, pelo fato de o grupo pomerano ser numericamente superior, ele absorveu os demais grupos germânicos em termos de língua e confissão religiosa. A pesquisadora alemã Höhmann (2010) também estuda o caso e defende a tese de que o pomerano se manteve devido a questões geográficas, tais como o isolamento, na área rural, e ao aspecto religioso, ou seja, a manutenção da religião luterana.

A validade desses fatores no processo de manutenção da língua pomerana é inquestionável, inclusive porque eles confirmam os resultados de diversas investigações (DE HEREDIA, 1989; WEINREICH, 1970 [1953]; APPEL & MUYSKEN, 1996; FASOLD, 1996; GROSJEAN, 2001; BAKER & JONES, 1998; entre outros), mas, colocando-se em comparação à legitimidade desses fatores, ao cruzarmos informações de outras línguas de imigração que chegaram ao estado na mesma época e sob condições bastante semelhantes, percebemos a fragilidade dos mesmos, tendo em vista que não se sustentam já que, por vezes, um mesmo fenômeno contribui para ambos os processos, de manutenção e de substituição. Para citar um exemplo, o dialeto vênето, falado por imigrantes italianos que chegaram ao estado no século XIX, não se manteve. Foi, na terceira geração, substituído pela língua majoritária, o português. O APPEL nos mostra que o número de imigrantes italianos chegados ao Espírito Santo foi muito maior do que das

demais etnias. Segundo Peres (2011a; 2011b), a enorme quantidade de imigrantes italianos não foi suficiente para manter sua língua. Os fatores motivadores da substituição do vêneto pelo português são, de acordo com a autora: a repressão governamental sofrida pelas línguas estrangeiras durante o governo de Getúlio Vargas, o ensino formal do português, o contato direto com outros povos e etnias, as lembranças negativas da terra de origem - pobreza, guerras - e a ausência de uma mobilização efetiva da sociedade civil para manter viva a língua minoritária (PERES, 2011a; 2011b).

Portanto, propomos aqui um estudo sociolinguístico que investiga *in loco* a real situação do pomerano: seu estágio vitalício atual, sua história e sua vida a partir da história e da vida dos falantes. Também investigamos quando são aprendidas e até que ponto são mantidas e usadas as línguas pomerana e portuguesa no município de Santa Maria de Jetibá, considerado o mais pomerano do estado (PMSMJ, 2013). Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória de campo, na qual entrevistamos 40 descendentes de pomeranos, dividindo-os de acordo com os principais grupos de fatores sociais: gênero (feminino e masculino), faixa etária (G-I: 9-13 anos; G-II: 14-30 anos; G-III: 31-55 anos; e G-IV: mais de 55 anos de vida) e escolaridade (0 a 4 anos, de 4 a 8 anos e mais de 8 anos de escolarização). Cabe aqui esclarecer que a análise dos resultados segundo essas variáveis é fundamental em uma pesquisa sociolinguística.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, e foram feitas, majoritariamente, em pomerano, pois compreendemos que a realização das entrevistas também pode nos dar informações importantes sobre o uso e a preferência linguística dos sujeitos desta pesquisa.

Além disso, a observação sistemática da comunidade e dos falantes foi necessária para a análise pretendida. Nesse sentido, adotamos, conjuntamente às entrevistas, o método de investigação da Observação Participante, que se mostrou muito rico quanto ao fornecimento de informações não captáveis ou pouco perceptíveis apenas por meio do método de entrevista.

Cabe lembrar ainda que os trabalhos acadêmicos sobre a imigração e a língua pomerana também foram observadas e em alguns momentos forneceram dados de comparação.

Em suma, estamos tratando de um objeto de pesquisa complexo, que busca entender a manutenção da língua pomerana na comunidade de Santa Maria de Jetibá – a qual se configura como uma rara exceção à *Lei da Terceira Geração* –, buscando, assim, contribuir com a teoria do Contato Linguístico.

Para atender aos objetivos da pesquisa, esta dissertação foi organizada em seis capítulos: no primeiro, traremos um resumo dos principais estudos acadêmicos a respeito da cultura e da língua pomerana no Espírito Santo, os quais servirão de fonte não somente teórica, mas também de comparação entre os nossos resultados e os obtidos por esses diversos pesquisadores.

O segundo capítulo localiza os eventos na história do estado do Espírito Santo e das nações envolvidas – a Pomerânia e o Brasil: quais foram as necessidades de nosso governo para importar imigrantes e como se deu esse processo de recrutamento, de assentamento e de assistência aos imigrantes. Abordaremos também as razões pelas quais os europeus se sentiram atraídos pela oferta da imigração: o que estava acontecendo na sociedade europeia e na pomerana, especificamente, e como foi a emigração.

O terceiro capítulo está dedicado ao Referencial Teórico utilizado, o qual deu subsídios a nossas análises - o Contato de Línguas e o Bilinguismo no nível social, com a diversidade de aspectos que se colocam sob essa temática: as noções de língua e dialeto, os fatores de manutenção/substituição das línguas minoritárias (atitudes linguísticas, identidade, etnicidade etc.), vitalidade linguística, políticas linguísticas e diglossia, entre outros.

No quarto capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, a fim de alcançarmos os objetivos estabelecidos: a comunidade estudada, a seleção dos informantes, a coleta de dados - as entrevistas e a observação participante -, as transcrições das entrevistas e a análise dos dados.

No quinto capítulo, analisamos os dados obtidos, descrevendo o processo de manutenção da língua pomerana e analisando a comunidade estudada - se se trata de uma comunidade bilíngue estável ou se temos uma sociedade cujo bilinguismo é processualmente subtrativo, ou seja, uma comunidade na qual a língua materna, nesse caso, de imigração, vai sendo substituída pela majoritária. Verificaremos as atitudes dos falantes perante o pomerano e o português, e quais são os domínios de ambas as línguas, a fim de apreendermos como se dá o processo de construção identitária das pessoas de origem pomerana.

No sexto e último capítulo, tecemos as Considerações Finais sobre todo o percurso desta pesquisa. Em seguida, encontram-se listadas as obras de referência lidas e, por fim, os Anexos. Começamos, portanto, com uma retomada de estudos anteriores a respeito da cultura e da língua pomerana.

1 TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE OS POMERANOS

A comunidade pomerana do Espírito Santo, com sua língua, história e costumes, já contabiliza várias pesquisas. Certamente não seremos capazes de listar todas, nem é esse o nosso objetivo; apresentaremos somente alguns estudos com os quais o nosso se relaciona. Conforme dissemos, há vários trabalhos sobre esse grupo étnico em várias áreas, tais como a história, a linguística, psicologia, arquitetura, saúde¹, educação. Os que citaremos centralizam-se nas duas primeiras áreas citadas, tendo em vista a natureza e o objetivo de estudo desta dissertação.

No campo da história, podemos citar o trabalho de Jorge Kuster Jacob, intitulado *A imigração e os aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo* (1992), e a tese de doutorado de Joana Bahia, *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião entre os camponeses pomeranos do estado do Espírito Santo* (2011 [2000]).

Jacob (1992) se propõe a trazer uma "visão mais real" (1992, p. 9) da comunidade pomerana. Ele consegue seu intento através de entrevistas e histórias de vida colhidas espontaneamente em Vila Pavão, norte do Estado do Espírito Santo. Por meio de seu trabalho, conseguimos obter dados importantes sobre a imigração e a cultura pomerana, conforme poderemos observar nos capítulos que se seguem. Além disso, o autor faz um ensaio sobre a identidade cultural pomerana, na qual discute sucintamente o modo de vida desse povo e as modificações que vêm sofrendo. Segundo ele, a televisão, que à época do livro - 1992 - chegava à casa dos pomeranos da zona rural, estava certamente disciplinando-os e ensinando-lhes o *modus vivendi* dominante. Ainda em conformidade com o autor, essa mídia poderia modificar, em grande escala, o que foi, por centenas de anos, defendido veementemente: a cultura e a língua pomerana².

¹ Na área da saúde, são vários os estudos que se detêm sobre os pomeranos. Eles se concentram majoritariamente nos temas do câncer, sobretudo o de pele, e depressão, doenças essas com altos índices de incidência na comunidade, devido às características dos imigrantes e da própria imigração.

² Sempre que se refere à língua pomerana, Jacob (1992) escreve *língua/dialeto*, mostrando que há duas classificações para o pomerano. Mais à frente discutiremos essa nomenclatura.

Bahia (2011 [2000]), por sua vez, faz um estudo antropológico com os camponeses pomeranos de Santa Maria de Jetibá. A autora se vale da Observação Participante e de entrevistas realizadas entre os anos de 1994 a 2000, para fazer o que ela chama de uma

análise construída a partir dos camponeses de origem pomerana. Isto significa que nosso estudo tem como fio condutor o modo como estes camponeses representam a sua cultura e a importância desta na elaboração de uma identidade social e étnica (BAHIA, 2011 [2000], p. 31).

Bahia (2011 [2000]) destaca que coletar seus dados não foi tarefa fácil, primeiro, porque os informantes estavam decepcionados com as notícias que estavam sendo veiculadas pela imprensa na época; segundo, porque eles são muito reservados com as pessoas *de fora*, que não são pomeranas, nem luteranas e não falam pomerano (BAHIA, 2011 [2000]).

De acordo com a autora, o grupo objeto de seu estudo se expressa, cotidianamente, em três línguas: o português, o alemão e o pomerano, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais. O português é mais usado no comércio e na escola, ou seja, em esferas formais de comunicação. Isso se deve ao fato de que, para a essa pesquisadora, a língua portuguesa é considerada uma língua de prestígio, mas não só, é também "sinônimo de ascensão social e de diferenciação entre os que permaneceram na roça e os que foram para a cidade" (2011 [2000], p. 103). Por isso, justifica ela, muitos jovens preferem a língua oficial à língua de imigração. Os pais, por sua vez, mostram-se favoráveis a essa escolha linguística:

Muitos pais justificam o fato de preferirem que seus filhos falem mais o português devido aos sentimentos de humilhação e vergonha que vivenciaram em situações formais na cidade. Muitos temem que a mesma situação ocorra com seus filhos. Os jovens também relatam as dificuldades de não saberem falar o português no cotidiano [...] (BAHIA, 2011 [2000], p. 102).

Aliás, a escola tem uma ideia preconceituosa em relação à língua pomerana, porque seus agentes, os professores, acreditam que se trata apenas de um dialeto, sem grafia e sem gramática (BAHIA, 2011 [2000]). Por isso, na visão dessa instituição, o pomerano não seria uma língua verdadeira. Sobre essa hierarquização linguística feita pela escola, falaremos em nossa análise, no Capítulo 5.

O pomerano é usado tanto na cidade quanto no campo, apesar de ser mais utilizado neste do que naquela (BAHIA, 2011 [2000]). Essa língua de imigração, ainda segundo a pesquisadora, é usada

na intimidade da família, dos amigos, nas situações-limite de conflito social (luta pelos recursos e acesso à terra entre parentes e vizinhos), como nas acusações de bruxaria e, principalmente, nas práticas mágicas (tais como benzeções) que demarcam os ritos de passagem, como o nascimento, o casamento e a morte dos membros da comunidade (BAHIA, 2011 [2000], p. 102).

O alemão, por sua vez, é mais utilizado nos cultos e também nas práticas mágicas, muitas vezes combinado com o pomerano. Os descendentes em idade mais avançada dominam a língua alemã com mais frequência do que os pomeranos mais jovens.

Enfim, Bahia chega à conclusão de que

[...] a língua pomerana e a língua alemã são fundamentais na transmissão da tradição oral e na elaboração da identidade étnica e social [da comunidade]. Ambas possuem modos distintos de serem usadas no cotidiano do grupo e peso significativo nos aspectos mágicos dos rituais que marcam os ciclos vitais do grupo e no processo de acusação de bruxaria (2011 [2000], p. 112).

Além da língua, a autora acredita que a igreja luterana é uma das maiores fontes identitárias dos pomeranos. Ela ajuda a criar o imaginário comum e a sustentá-lo. A igreja faz parte da identidade étnica e social do grupo. Sem ela, eles deixam de ser pomeranos, constata a autora. Vale lembrar, no entanto, que a língua usada na igreja luterana foi, durante muito tempo, o alemão (BAHIA, 2011 [2000]).

O estudo de Bahia será de extrema valia para o nosso, uma vez que ele trata da configuração e constituição identitária dos pomeranos. No entanto, para o presente trabalho, precisamos ultrapassá-lo, pois temos por objeto de estudo o contato de línguas.

Na área da Linguística, ainda são poucos os trabalhos sobre pomeranos, ou seja, ainda há muito o que ser pesquisado sobre a língua pomerana e sua situação sociolinguística. Contudo, os dois trabalhos apresentados a seguir são básicos para novos estudos: as teses de doutorado de Tressmann (2005) e de Höhmann (2010).

Tressmann (2005) realizou um estudo etnolinguístico sobre as comunidades pomeranas no Espírito Santo. Seu objetivo principal era descrever e analisar a arte verbal dos pomeranos espírito-santenses. Em outras palavras, ele analisou os textos orais produzidos por esse grupo étnico numa interface entre a linguística e a antropologia, de modo a verificar, na inter-relação forma e sentido, os aspectos sociais e estéticos da produção oral dos pomeranos. Quanto à tipologia dos gêneros realizada, o autor identifica quatro que considera principais: i) os gêneros da fala informal, ii) os de fala declamada, iii) os de fala formal/cerimonial e iv) o canto.

Embora Tressmann (2005) se concentre prioritariamente na descrição e análise dos gêneros textuais, ele também lança algumas ideias sociolinguísticas que convergem para a temática de nosso estudo. Esse autor defende que o pomerano é uma língua, e não um dialeto alemão. De acordo com seu estudo, a língua pomerana deriva da família Germânica Ocidental e da subfamília Baixo-Saxão. Também fariam parte desse subgrupo as línguas Vestfaliano, Afrikâner, Platt Menonita e o Holandês, entre outras. Tressmann (2005) cita ainda o estudo dialetológico de Hammermeister (1999), que identificou que o pomerano europeu tinha nove dialetos, divididos segundo a região geográfica. Na Pomerânia Ocidental, falavam-se o *Vorpommersch* e o *Rügen*; na Pomerânia Oriental, o *Nordostpommersch*, *Zentralpommersch*, *Bublitz*, *Kolberb*, *Belbuck*, *Südpommersch* e *Mittelpommersch* (HAMMERMEISTER, *apud* TRESSMANN, 2005). As variedades que mais se firmaram no Espírito Santo foram aquelas provenientes da Pomerânia Oriental; foram, portanto, sete variedades diferentes de pomerano.

Apesar de não apresentar os procedimentos metodológicos por meio dos quais obtém algumas taxas percentuais, Tressmann (2005) afirma que 90% dos membros da comunidade pomerana são bilíngues pomerano/português. Segundo o autor, a maioria dos falantes de pomerano o adquire antes da idade escolar e antes do português. Somente 40% deles adquirem ambos simultaneamente (TRESSMANN, 2005).

Quanto à distribuição, domínio e uso das duas línguas, o autor acredita que

o pomerano é mais falado pelas mulheres do que pelos homens; está mais presente entre os mais idosos do que entre os jovens. O uso do português vai depender do grau de escolaridade. Quanto mais perto da idade jovem e

da formação escolar, tanto mais marcante é a presença do português (TRESSMANN, 2005, p. 93).

Ainda de acordo com Tressmann (2005), a língua pomerana é mais falada na zona rural, apesar de também ser usada na zona urbana, tanto no comércio como na fala cotidiana.

O autor ainda afirma que o bilinguismo pomerano/português é diglótico, de acordo com a conceituação de Ferguson (1959), sobre a qual falaremos no capítulo 3. Por hora, devemos lembrar que, para Ferguson (1974 [1959]), a diglossia representa um tipo de padronização, na qual, numa comunidade onde coexistem duas línguas, cada uma desempenha um papel definido; não há praticamente nenhuma sobreposição, ou seja, a variedade prestigiada não invadirá o espaço daquela sem prestígio social.

Tressmann (2005) aponta a seguinte representação social das línguas portuguesa e pomerana:

QUADRO 1: Representação social das línguas portuguesa e pomerana.

PORTUGUÊS	POMERANO
+ Prestígio	- Prestígio
+ Estandardização	Baixa estandardização
+ Aprendizado escolar	Aprendizado natural, adquirido
+ Ambiente formal	Ambiente familiar, cotidiano
+ Urbano	+ Rural

Fonte: TRESSMANN, 2005, p. 103.

Por fim, tal qual Bahia (2011 [2000]), Tressmann (2005) conclui que a língua pomerana é de suma importância na transmissão e recriação da tradição oral e na elaboração da identidade linguística, social e étnica de seu povo.

O segundo trabalho com o qual o nosso vai se relacionar estritamente é a tese de doutoramento da pesquisadora alemã Beate Höhmann (2010), cujos temas principais são o processo de manutenção e de planificação linguística do pomerano no Espírito Santo.

A linguista alemã aplicou 263 questionários em várias localidades dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, no ano de 2006. Esses informantes foram agrupados segundo as seguintes faixas etárias: 4-29; 30-49 e 50-72 anos - geração III, II, e I, respectivamente. O grupo da primeira geração continha 173 informantes; o da segunda, 54; e o da terceira, 18. Acrescem-se a esses, 18 com faixa etária desconhecida. Diante dessa configuração metodológica, Höhmann (2010) verificou a interferência de vários fatores na sobrevivência do pomerano e avaliou o seu grau de vitalidade nesses municípios capixabas.

Segundo ela, a língua pomerana está definitivamente ameaçada. Na escala fornecida pelo documento *Language Vitality and Endangerment* (2004), da UNESCO, que varia de 0 a 5, isto é, de língua extinta a língua salva, respectivamente, Höhmann (2010) atribui o nível 2 a 3 ao pomerano falado no Espírito Santo (HÖHMANN, 2010). Apesar de 82% dos entrevistados terem como língua materna o pomerano (HÖHMANN, 2010, p. 41) e 80% dos entrevistados alegarem o seu uso cotidiano, a autora acredita que esse avançado estágio de extinção se deva a: 1) na geração III, a mais nova, mais da metade dos informantes prefere falar português a falar pomerano; e 2) 79% dos entrevistados falam pomerano frequentemente com os pais, mas somente 23% o fazem com os filhos. Essa aparente interrupção da transmissão intergeracional é um forte fator de substituição linguística.

Além disso, a autora traz interpretações e avaliações importantes sobre o processo de planificação linguística em andamento nos municípios pesquisados. É sabido que o pomerano é uma língua ágrafa. Recentemente, o professor Ismael Tressmann se propôs a criar uma escrita para a língua pomerana e organizou, junto com outras lideranças, o projeto PROEPO, cujo principal intuito é o ensino do pomerano nas escolas públicas dos municípios capixabas já citados. Certamente, "a padronização é um dos primeiros passos em direção ao reconhecimento público e privado [do pomerano]" (HÖHMANN, 2009, p. 193). Ela pode, ainda, aumentar a variedade de domínios de usos da língua e, conseqüentemente, contribuir para elevar seu status.

Entretanto, a autora faz um alerta: "É preciso o esforço tanto da comunidade quanto de líderes comunitários e uma política linguística adequada para que a língua pomerana não entre em breve nas estatísticas das centenas de línguas extintas a cada ano no mundo" (HÖHMANN, 2009, p. 200).

Como dissemos, o tema do nosso trabalho se aproxima muito ao de Höhmann e, por isso, seus resultados nos servirão para comparação. Entretanto, sendo esta pesquisadora originária de uma das comunidades estudadas por Höhmann, não conseguimos visualizar alguns dos resultados a que essa autora chega, principalmente no tocante aos fatores de manutenção da língua pomerana. Por isso, resolvemos, em nossa pesquisa, adotar uma metodologia diferente da empregada por Höhmann: esta se utiliza, para coletar seus dados, de questionários passados aos alunos do Ensino Fundamental, e estes deveriam fazer as perguntas aos familiares os quais, em seguida, teriam que respondê-las. Entretanto, em se tratando de uma estratégia tão pouco comum ao povo pomerano – questionário com perguntas escritas, em que não há ninguém que possa dirimir as dúvidas de interpretação que surgissem –, cremos que nossa técnica de entrevistas, aliada à Observação Participante, poderá trazer resultados outros, talvez mais condizentes com a realidade da comunidade em questão. Além disso, há que se observar que a distância temporal entre as pesquisas é de 8 anos. Assim, vale a pena observar e reavaliar essa língua e grupo étnicos sob uma outra perspectiva.

Tendo, pois, conhecimento desses trabalhos acadêmicos sobre os pomeranos do Espírito Santo, esperamos desenvolver um estudo sobre o mesmo povo, na comunidade de Santa Maria de Jetibá, lançando sobre ele novos olhares, guiados pela Sociolinguística, especialmente na vertente do Contato Linguístico. Contudo, antes de falarmos desse campo teórico, é necessário nos voltarmos para a história desse povo, desde sua origem, na Europa, até os dias atuais, no Espírito Santo. Esse olhar nos tornará mais capazes de entender sua cultura e seu modo de viver, de pensar e de sentir, os quais são fatores essenciais para o estudo de manutenção/substituição linguística.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

Neste Capítulo, retrataremos a história da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá, desde sua vida na terra natal até os dias atuais, no Espírito Santo, a fim de entendermos as características sociais e culturais desse povo. Para tanto, é necessário reportarmo-nos aos primórdios da colonização do Espírito Santo, bem como ao desenvolvimento da crise que assolou a Europa, em geral, e a Pomerânia, em particular, e que impulsionou a emigração. Começemos, então, pela história da ocupação deste estado.

2.1 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO ESPÍRITO SANTO

Para proteger as recém-descobertas terras do Pau-Brasil, a Coroa Portuguesa implantou o sistema administrativo colonial das capitanias hereditárias, cujo propósito era a transferência das responsabilidades da colonização e proteção das terras brasileiras para a iniciativa privada, uma vez que o governo português não dispunha de recursos financeiros suficientes para tal empreitada. Assim, a Colônia foi dividida em quinze capitanias, que seriam doadas a pessoas de confiança do rei e com algum poder econômico.

Em 01 de junho de 1534, em Évora, Portugal, D. João III assinou a carta de doação da décima primeira capitania hereditária, que conferia a Vasco Fernandes Coutinho cinquenta léguas de terras situadas na região costeira do Brasil. Com a doação, Coutinho, já em idade madura, vendeu várias propriedades em Portugal, a fim de obter recursos para prover as despesas com a aquisição de instrumentos, armas e utilidades indispensáveis à sua instalação na terra brasileira. Para Malheiro,

[...] espanta a audácia destes homens, destes pequenos reis de tragédia, que deixam a pátria e a família, que alienam os bens, que se endividam e

arruínam na temerária empresa de colonizar uma terra longínqua, habitada por canibais, onde tudo é incerto, a começar pela riqueza. De certo, as honras inerentes ao donatário [...] deviam exercer sobre o orgulho humano fascinação imperiosa. Só assim se entende que um homem nas condições de Vasco Fernandes Coutinho, que já entrara na idade madura e cujas energias deviam estar semigastas pelos trabalhos da sua anterior vida militar, passada na África e na Índia, se abalançasse a trocar pelos perigos e as canseiras de tam difícil e incerta empresa uma posição honradamente ganha (*apud* OLIVEIRA, 2008, p. 28).

Apesar das incertezas e perigos, o donatário partiu de Lisboa em princípios de 1535 a bordo da caravela *Grorya* com outras sessenta pessoas para conquistar e povoar as inóspitas terras. Em 23 de maio de 1535, a caravela de Coutinho aportou na capitania. E "como [se] tudo tivesse ocorrido no dia pela Igreja dedicado à terceira pessoa da Santíssima Trindade, ao rio e à vila logo foi dado o nome de Espírito Santo, depois estendido a toda a capitania" (OLIVEIRA, 2008, p. 38).

Vasco Fernandes Coutinho e os tripulantes de sua caravela não foram bem recebidos pelos habitantes nativos da região, que, já na chegada, "postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque" (OLIVEIRA, 2008, p. 37). Contudo, os disparos efetuados pelos colonizadores afugentaram-nos para a floresta, anulando sua pretensão de ataque. A oponente atitude dos índios aconselhava a construção imediata de abrigos para a própria defesa dos portugueses. Devido à urgência, foram construídos casebres de madeira.

Ao mesmo tempo em que eram tomadas as providências necessárias para a sua instalação, o donatário incumbiu-se de "dar e repartir [...] terras [...] a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam" (OLIVEIRA, 2008, p. 39), conforme o monarca havia ordenado. "Para ele, donatário, de acordo ainda com a carta de doação, separou um trato de terra onde construiu um engenho e foi residir" (OLIVEIRA, 2008, p. 39). Com o intuito de fazer a capitania lucrar, seu donatário logo iniciou a plantação da cana-de-açúcar, a exemplo de outras capitanias hereditárias bem-sucedidas, como a de Pernambuco e São Vicente, mas a produção de açúcar demorou a dar resultados positivos no Espírito Santo. Somente em 1545, dez anos depois da instalação de Coutinho nas terras espírito-santenses, ocorreu o primeiro carregamento de açúcar, realizado pela força trabalhadora dos índios.

A chegada do progresso, entretanto, não passou de uma ilusão. Em meados de 1550, uma grave luta entre os nativos e os colonizadores foi travada. O resultado:

uma verdadeira carnificina, que reduziu o trabalho de mais de um decênio a pouco mais de uma tapera (OLIVEIRA, 2008). Na ocasião, os índios aimorés, goitacás e tupiniquins promoveram uma revolta conjunta contra o inimigo branco que tanto os extorquia. O embate foi violento: "Os que não morreram em combate – restrita minoria – fugiram aterrorizados para as capitanias vizinhas ou pereceram transviados na floresta" (OLIVEIRA, 2008, p. 59). Vasco Coutinho, ausente na ocasião porque fora a Portugal com o objetivo de trazer mais colonos às suas terras, encontrou sua capitania arruinada. Ele logo se incumbiu do reerguimento do Espírito Santo, mas encontrou grandes dificuldades. Coutinho "cuidou muito em tomar digna satisfação do levantado Gentio, que com as victorias passadas se achava muy soberbo, e insolente; mas nada pode, porque lhe faltava a gente, que era o mais necessário para continuar a guerra" (JABOATAM, *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 59). Em 1551, chegaram à capitania os jesuítas, que conseguiram uma considerável mudança na conduta dos cristãos e a moderação das atitudes dos silvícolas.

Além do fato de que "o Espírito Santo constituiu-se exemplo entre as donatarias cujo progresso foi embargado pela turbulência dos seus habitantes" (OLIVEIRA, 2008, p. 55), a capitania sofreu um duro golpe demográfico e econômico, com a descoberta do ouro na vizinha Minas Gerais, no final do século XVII, e com sua intensa exploração no século seguinte, quando a atividade se tornou a maior fonte de riquezas da Coroa Portuguesa. À época, Portugal comprou a donataria do Espírito Santo de volta por 40.000 cruzados (OLIVEIRA, 2008). A aquisição da capitania do Espírito Santo estava dentro da política portuguesa que visava manter o Espírito Santo como a defesa natural das Minas Gerais. Sendo assim, o governo português decidiu proibir a abertura do interior da capitania, deixando que a própria natureza servisse de trincheira contra um possível ataque estrangeiro que visasse roubar o ouro e contrabandeá-lo. Nesse período, o Espírito Santo teve sua colonização bastante comprometida, dada a falta de investimentos; tudo em prol da política cujo objetivo era conter o desenvolvimento da região. Segundo Oliveira (2008, p. 518), "documentos oficiais da época qualificaram-na [a Capitania do Espírito Santo] como pobre e sem comércio".

A despeito da falta de investimentos, no século XVII, houve a substituição da servidão indígena pela escravidão africana. Ainda que tímida, foi em 1621 que

começou o tráfico direto de escravos para o Espírito Santo, a exemplo do que vinha ocorrendo em outras capitanias há quase um século. A presença dos escravos africanos aumentou significativamente o número de habitantes da região, segundo os dados demográficos da época, ainda mais depois do esvaziamento da capitania em função do ouro das Minas, descrito no parágrafo anterior. Até os anos 1820, os escravos negros já somavam mais da metade da população do Espírito Santo. Num montante de 24.000 habitantes, 12.100 eram escravos (MEDEIROS, 1997). No total restante, incluíam-se ainda índios e mestiços, além dos brancos. Portanto, os brancos eram minoria, o que, conforme veremos a seguir, causou preocupação e reação por parte do Governo Imperial brasileiro.

Por outro lado, embora tenha havido um aumento populacional consequente da importação de negros escravos, o Espírito Santo ainda mantinha grandes vazios demográficos. Como se vê no mapa abaixo, como herança da política portuguesa de proteção às minas de ouro, a população colonizadora e os investimentos se concentravam numa estreita faixa litorânea. Somente nos séculos XIX e XX, a maior parte do território espírito-santense foi colonizada, graças ao grande número de imigrantes que entraram no estado a partir do primeiro quartel do século XIX.

2.2 A DECISÃO DE "BRANQUEAR" A POPULAÇÃO: A IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO ESPÍRITO SANTO

Conforme visto na Seção anterior, o Espírito Santo carecia, desde o princípio, de mão de obra. Os índios foram, durante muito tempo, os braços trabalhadores do solo capixaba, mas sua contribuição não foi suficientemente expressiva, nem no comércio, nem na agricultura. Com a vinda dos escravos, amenizou-se ligeiramente esse problema, embora, na concepção dos governantes da época, tenha surgido outro: a população branca, que constituía a classe dominante, ficou em desvantagem numérica em relação à negra e à mestiça.

Além da defasagem demográfica, que representava uma ameaça ao poder dos brancos da época, o Espírito Santo, devido a razões históricas, estava bastante atrasado economicamente e tinha uma grande área ainda por colonizar. Some-se a isso o fato de que o trabalho escravo estava com os dias contados, pois o tráfico negreiro passou a ser proibido com a Lei nº 581, de 04/09/1850 (IOTTI, 2010), e novamente a mão de obra se tornaria um problema.

Diante desse impasse, o então governador capixaba Rubim da Fonseca, contemplado pela lei na qual o Governo Imperial permitia que os interesses regionais fossem considerados no processo migratório, aderiu à campanha de importação de trabalhadores e de branqueamento da população (IOTTI, 2010). Em suma, o que se queria era mais mão de obra, a expansão da classe média, a diminuição dos vazios demográficos e o aumento do número de brancos (JACOB, 1992), mesmo que isso significasse abrir as portas aos protestantes não portugueses.

Segundo Francisco Schwarz,

[...] no Espírito Santo, pelas condições climáticas próprias existentes nas regiões montanhosas, deu-se início à imigração europeia, não lusitana, atendendo ao programa elaborado pelo Governo Imperial, tendo em vista a necessidade de colonizar a nossa interlândia, a suavizar tanto quanto possível o impacto que iria causar a abolição da escravatura, evento que se daria em espaço de tempo mais ou menos curto (1992, p. 1-2).

Para recrutar as famílias europeias, o ministro do Império Luiz Pereira de Couto Ferraz criou a Associação Central de Colonização (doravante, ACC). A ACC objetivava incentivar a importação de imigrantes laboriosos e de vida exemplar. Conforme o artigo 5º do Estatuto da ACC, "[...] a colonização se fará em regra por famílias, e especialmente agricultores [...]" (*apud* ROOS; ESHUIS, 2008, p. 12).

A fim de atrair seu público-alvo, a ACC divulgava, nas cidades portuárias da Europa, folhetos que estimulavam a emigração para o Brasil. Neles, prometia-se, dentre outras coisas, transporte, assentamento e acomodação pagos, seja pelo Governo, seja por instituições particulares, conforme se verifica na transcrição do folheto de propaganda abaixo:

Faz-se saber a todas as famílias que quiseraem segurar a sua prosperidade para o futuro que uma companhia vem de formar-se, tendo por fim mandar para esta terra extravagantemente fértil emigrantes comuns. Lá chegados, a companhia cederá a cada um 100.000 braças quadradas de terra *já cultivada*, como assim *morada, lugares para animais* e outras *pertinências, instrumentos de agricultura* e gado de toda a *qualidade!*

Carpinteiros, pedreiros, marceneiros, etc., podem ganhar lá *pelo menos* 13 francos por dia, e além disso *trabalhar nas suas terras*.

Do Comar os emigrantes são acompanhados até o seu destino, e na chegada ao Rio serão recebidos pelos agentes da companhia, bem tratados e introduzidos de lá nas suas terras, dando-lhes todas as instruções necessárias para a agricultura.

Para dar idéia das vantagens que os emigrantes terão nesta terra, e cuja explicação miúda fora muito longa, diremos simplesmente que lá a caça e a pesca, que em qualquer outra parte é severamente proibida ou tem de ser paga muito cara, é um divertimento franco e proveitoso ao colono.

Aqueles que queiram aproveitar-se desta ocasião favorável mandem alistar-se sem demora, porque a companhia obrigase só por 50.000 pessoas e a primeira partida está fixa o dia 25 de março. Cada pessoa crescida tem de depor como segurança somente a quantia de 65 francos, que lhe será restituída na sua chegada; e, se traz meninos menores de dez anos, só 52 francos.

Para gozar de todas as vantagens nomeadas e não nomeadas se há de pagar à companhia só no segundo ano uma quantia proporcionalmente pequena (Parte integrante de folheto de propaganda da ACC, *apud* Roos; Eshuis, 2008, p. 15).

Os escritórios de imigração espalhados por toda a Europa se encarregaram da propaganda, a qual fez surtir o efeito desejado. Dezenas de milhares de europeus se aventuraram nessa desconhecida expedição, de acordo com o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (doravante, APEES). Entre os anos de 1812 e 1900,

quando foram registrados os mais altos índices de imigração, o Espírito Santo recebeu 43.929 imigrantes das mais diversas nacionalidades. Vejamos com precisão o número de imigrantes e suas respectivas nacionalidades, na Tabela abaixo. De antemão, cabe dizer que, nesses dados, os pomeranos estão incluídos no grupo dos alemães.

TABELA 1: Imigrantes por nação de origem.

Ordem	Países de origem	Total de Entradas computadas. 1812 a 1900	Entradas computadas a partir de Jan. de 1901	Entradas computadas Séculos XIX e XX	Total de registros na base de dados
1	Itália	32.900	121	33.021	37.971
2	Alemanha	3.933	79	4.012	4.012
3	Espanha	2.620	2	2.622	2.688
4	Portugal	1.748	1	1.749	1.749
5	Polônia	686	700	1.386	1.386
6	San Marino	390		390	390
7	Holanda	323	1	324	324
8	Suíça	282		282	282
9	Áustria	217	13	230	230
10	França	152		152	176
11	EUA	167		167	167
12	Bélgica	140		140	140
13	Rússia	104		104	104
14	Luxemburgo	97		97	97
15	Ucrânia	70		70	70
16	China	66		66	66
17	Israel	0		0	11
18	Inglaterra	9		9	9
19	Venezuela	8		8	8
20	Argentina	7		7	7
21	Argélia	2		2	5
22	Turquia	0		0	3
23	Grécia	2	7	9	9
24	Marrocos	2		2	2
25	Líbano		2	2	2
26	Chile	1		1	1
27	Hungria	1		1	1
28	Romênia	1		1	1
29	Síria		1	1	1
30	Suécia	1		1	1
	TOTAL	43.929	927	44.856	49.900

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2013).

Se a adesão europeia ao programa foi grande, como mostra a Tabela 1, por outro lado, no Brasil, a política que subsidiava a imigração e, de certa forma, a colonização foi fortemente rejeitada pela classe latifundiária, que não concordava com a doação de lotes e, conseqüentemente, com a política de criação de pequenos proprietários de terras. Certamente essa reclamação chegou ao Parlamento, o qual, em 1830, suspendeu os recursos da imigração, interrompendo o fluxo de imigração subsidiado (SEYFERTH, 2011). Entretanto, a discussão foi retomada em 1848, quando se iniciou uma nova fase desse processo. Nesse momento, os custos da imigração puderam ser fomentados pelas colônias imperiais, provinciais ou particulares (IOTTI, 2010). Segundo Iotti (2010), estas últimas foram fortemente incentivadas a participar do processo pela Lei de Terras - Lei nº 601, promulgada em 1850, a qual transformou as terras em mercadoria. Essa mesma lei, quatro anos mais tarde, foi regulamentada e definiu que a gratuidade dos lotes dos colonos seria abolida, fato que dificultou bastante a vida dos imigrantes nas terras capixabas, descrita nas próximas Seções.

Em suma, tivemos, no Espírito Santo, segundo Rocha (*apud* BAHIA, 2011), quatro fases de imigração. A primeira compreende os anos de 1847 a 1881; a segunda abrange os anos de 1882 a 1887; e a terceira e última etapa aconteceu entre os anos de 1888 e 1896. Na primeira fase foram criadas as colônias de Santa Isabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). E foi nessa fase que entraram as maiores levas de imigrantes no estado, inclusive os pomeranos (TRESSMANN, 2005).

Vejamos, agora, os principais motivos da emigração europeia. Para tanto, vamos olhar o contexto sociopolítico da região, à época.

2.3 A EUROPA DO SÉCULO XIX

Conforme visto na Seção anterior, a chegada dos imigrantes ao Brasil e ao Espírito Santo representava um interesse interno do governo brasileiro, que tinha grandes ambições para esses imigrantes e, por isso, apostava alto nas promessas que fazia. No entanto, não foram somente as grandes promessas que animaram os europeus. As imigrações europeia, de um modo geral, e germânica, especificamente, também eram de interesse dos governos europeus, uma vez que viam essa medida como uma possibilidade de solução para os problemas políticos e socioeconômicos daquele continente.

No século XIX, a Europa passava por um conjunto de mudanças tecnológicas profundas, cujo impacto deu vazão a vários problemas sociais e econômicos. Trata-se da Revolução Industrial. Esse movimento redesenhou todo o processo produtivo europeu, que passou de artesanal a fabril, e trouxe à baila novas relações entre capital e trabalho, no qual a máquina foi superando o trabalho humano. Também as relações entre as nações se modificaram sob a vigência do capitalismo.

A partir da Revolução Industrial, com a invenção da máquina a vapor, a produção se acelerou extraordinariamente. Logo, havia fábricas com centenas de trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em troca de um salário. Certamente, houve um crescimento econômico surpreendente, nunca antes visto no processo de produção artesanal; contudo, todo esse movimento alterou a maneira de viver das pessoas. As cidades industrializadas atraíam artesãos e camponeses em grande número. Enquanto a população rural diminuía, a urbana aumentava em grandes proporções. Para termos uma ideia do expressivo crescimento urbano, basta pensarmos que, até 1870, havia apenas 8 cidades alemãs com mais de 100 mil habitantes e, em 1913, esse quantitativo chegava a 48 centros. A população também acompanhou tal deslocamento: em 1870, 80% da população trabalhava no campo e, em 1913, menos de cinquenta anos depois, esse montante foi reduzido para 33% (JACOB, 1992).

O êxodo rural foi impulsionado pela revolução agrária, que previa a modernização da agricultura pela queda do Feudalismo, que, apesar de lenta, trouxe grandes e graves consequências para o trabalhador do campo. Mesmo como servo, na estrutura feudal, o trabalhador rural poderia transferir a terra que ocupava aos seus descendentes e ainda contava com a proteção política do seu senhor, que normalmente estava no sistema político e lutava pela melhoria de sua própria propriedade, o que indiretamente ajudava os servos.

Com a penetração da agricultura moderna, o pequeno camponês se tornou proprietário; no entanto, essa mudança, que *a priori* parecia boa, deixou o pequeno agricultor em maiores dificuldades. Apesar de passar de camponês a dono, o ex-servo teve direito somente a uma parte da terra na qual trabalhava - 66% -, pois precisava entregar um terço da área que ocupava ao senhor feudal. Com sua terra reduzida, a situação tornou-se mais difícil. O camponês passou a ocupar um solo empobrecido e, conseqüentemente, teve más colheitas, o que o deixou ainda mais pobre. Assim, não teve condições de competir com os latifundiários da época, tampouco com a agricultura mecanizada. Além disso, as sucessivas partilhas de terras para os filhos como herança diminuíram ainda mais as terras. "Faltara também, de certa forma, o paternalismo do seu ex-amor" (JACOB, 1992, p. 13), pois, nos castelos dos senhores feudais, as mulheres e os idosos tinham um trabalho artesanal autônomo, o qual contribuía para a manutenção da família. Entretanto, com a chegada das Revoluções Industrial e Agrária, esse trabalho artesanal autônomo extinguiu-se, pois não conseguiu concorrer com o novo processo de fabricação e com o novo mercado.

A migração urbana acelerada trouxe grandes problemas às cidades em processo de industrialização. Devido à tensão socioeconômica gerada pelas revoluções, os "servos do feudalismo passam a ser famintos e miseráveis no Industrialismo" (JACOB, 1992, p. 12). Os migrantes se aglomeravam em subúrbios e viviam em condições horríveis de higiene e salubridade. Segundo Martinuzzo (2009), o processo econômico gerado pela industrialização demorou várias décadas até beneficiar a população como um todo. Enquanto isso, as pessoas sofriam na miséria, passando fome e ficando desempregadas. Quando tinham emprego, eram exploradas. A urbanização e a industrialização mostraram-se incapazes de absorver

os excedentes populacionais (DREHER, *apud* JACOB, 1992), e as colheitas nos campos, decerto, sofreram uma diminuição acentuada.

Em meio à reconfiguração geopolítica e econômica oriunda da expansão capitalista, surgem dois movimentos que abraçaram as insatisfações populares: o Liberalismo e o Nacionalismo. O Liberalismo era a bandeira dos burgueses que defendiam, dentre outras coisas, regimes democráticos e republicanos e a plena autonomia econômica. Já os Nacionalistas buscavam "a autodeterminação dos povos, almejando a formação de Estados-nação a partir de laços étnicos e morais, linguísticos e étnicos, entre outros vínculos culturais" (MARTINUZZO, 2009, p. 31). Com o fortalecimento político e econômico idealizado pelo Liberalismo, as guerras em prol da unificação alemã foram inevitáveis. Veremos esse embate na Seção seguinte.

Concluindo, se na Europa havia pouco espaço físico, faltava trabalho e sobrava mão de obra, no Brasil havia muito espaço e pouca gente, além de um sistema econômico, demográfico e geográfico que não interessava ao desenvolvimento capitalista mundial (JACOB, 1992), dado o pouco progresso das terras brasileiras. Diante desse quadro desolador, de um lado, e muito promissor, de outro, milhares de alemães deixaram suas terras em busca de uma vida melhor em outro continente.

2.3.1 A emigração alemã

O surgimento de movimentos políticos como o Liberalismo e Nacionalismo, e a reestruturação do processo produtivo e de seus consequentes interesses econômicos de raiz capitalista, fizeram aflorar as "políticas das nacionalidades", que pretendiam criar um Estado laico que defenderia basicamente os interesses burgueses (AQUINO, *apud* MARTINUZZO, 2009).

Até o século XIX, a Alemanha não era um país. Eram, desde o início daquele século, 38 províncias independentes³ (JACOB, 1992), ou seja, Estados que não tinham um governo único e uma política comum. Foram as guerras napoleônicas que deixaram a região onde hoje é a Alemanha dividida por inúmeras fronteiras. Esses Estados uniam-se sob o nome de Confederação Germânica, a qual estava sendo disputada por duas potências: a Prússia e a Áustria (COTRIM, *apud* MARTINUZZO, 2009).

Segundo Aquino (*apud* MARTINUZZO, 2009, p. 32), "[...] a unificação alemã dependeu do fortalecimento político e econômico, dentro do liberalismo, de um Estado que defendesse o princípio das nacionalidades. No caso germânico, este foi o Reino da Prússia". Vale lembrar que a Pomerânia fazia parte da Confederação Germânica, enquanto Estado independente, e, depois da unificação alemã, tornou-se uma província do Reino da Prússia. No mapa a seguir, temos a demarcação do território prussiano em dois momentos - 1815 e 1866 -, bem como a demarcação da anteriormente denominada Confederação Germânica. Dentro de ambas, está a Pomerânia.

³Segundo Martinuzzo (2009), eram 39 estados independentes.

MAPA 2 – Unificação alemã



Fonte: Martinuzzo, 2009, p. 33.

Vimos que o ambiente europeu, em geral, e germânico, em particular, estava bastante conturbado, à época da emigração. Fome, miséria, desemprego, desavenças políticas e ideológicas, guerras e reestruturação econômica e geográfica permeavam a vida dos europeus e germânicos, quando lhes foi apresentada uma nova proposta: "quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil" (TUBINO, *apud* MARTINUZZO, 2009, p. 34). Esse foi o apelo feito pela propaganda brasileira para motivar milhares de pessoas a se aventurarem em uma nova terra.

À época, o Brasil era visto, numa Europa dilacerada por questões socioeconômicas graves e disputas político-ideológicas severas, como um eldorado para a construção de uma nova vida, principalmente por aqueles mais afetados por esse turbulento processo de reestruturação de base nacionalista.

O grande número de imigrantes europeus que vieram para o Brasil dividiu-se em três fases: a primeira delas teve início nos anos 20 do século XIX; a segunda começou em 1840; e a terceira aconteceu entre os anos de 1859 e 1889. Na última fase, o número de imigrantes teve uma drástica diminuição devido à implantação de uma nova legislação sobre a compra de terras e também devido às medidas de restrição à imigração, conforme vimos nas Seções anteriores.

Ao final dessas três fases imigratórias, havia alemães em vários estados brasileiros: Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Posteriormente, houve migrações internas que levaram os descendentes de alemães para outros destinos brasileiros.

Por fim, com a unificação do Estado Alemão, o fluxo emigratório foi suspenso, pois "a Alemanha entendia que estava havendo um esvaziamento da população, pela emigração para as Américas, e que, na Guerra do Paraguai, muitos alemães estavam perdendo a vida" (TUBINO, *apud* MARTINUZZO, 2009, p. 36).

Tendo-se falado resumidamente da emigração alemã, de um modo geral, vejamos, agora, um breve relato da emigração pomerana.

2.3.2 A emigração pomerana através da história da antiga Pomerânia

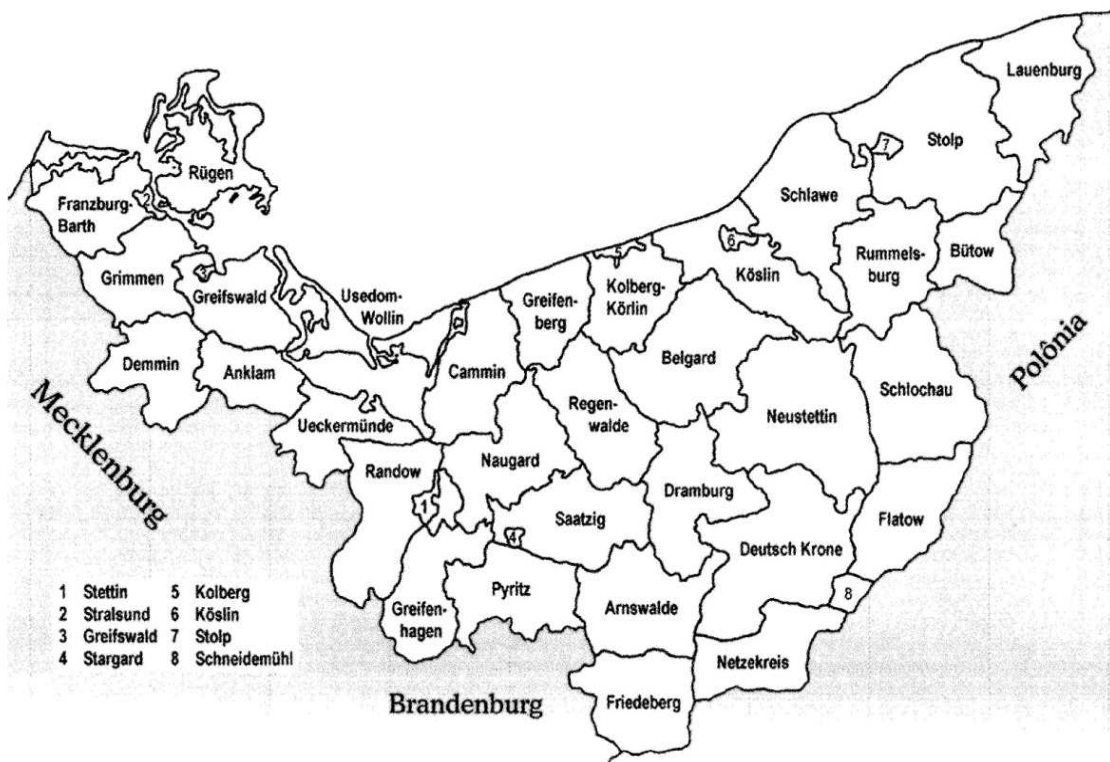
Falar da localização geográfica e da história da Pomerânia é uma tarefa difícil, tendo em vista que ela, em toda a sua existência, não passou de simples joguete nas mãos dos que tinham poder (JACOB, 1992) e, por essa razão, teve suas condições políticas alteradas diversas vezes durante a formação do Estado Alemão.

Geograficamente, a Pomerânia situava-se à costa do Mar Báltico, ao norte; a leste, estava a Prússia Ocidental, ou Polônia, posteriormente; ao sul, Brandemburgo; e a

oeste, Mecklemburgo. Seu litoral estendia-se por 500 km e sua área somava pouco mais de 35.000 km² (JACOB, 1992; RÖLKE, 1996), portanto, menor do que o estado do Espírito Santo, que tem pouco mais de 46.000 km². Sua topografia compreendia campos, prados e ondulações, e seu solo era, em geral, arenoso e úmido. Além disso, vários rios e lagos cortavam a região, sendo o território também conhecido como a "Região dos Mil Lagos" (RÖLKE, 1996; TRESSMANN, 2005). O clima da região era frio e brumoso. Os pomeranos, em sua terra natal, criavam gansos, ovelhas, gado, porcos e abelhas (HEINEMANN, 2013). Além disso, tanto no litoral como no interior, devido aos muitos lagos, pescava-se muito. (RÖLKE, 1996).

No mapa a seguir, veem-se a posição geográfica e as cidades que compunham a Província da Pomerânia pouco tempo antes de seu desaparecimento, em 1945.

MAPA 3: Província da Pomerânia, em 1939.



Fonte: GRANZOW, 2009, p. 212.

À época da emigração, a Pomerânia era uma província da Prússia e se dividia em *Vorpommern* (Pomerânia Anterior) e *Hinterpommern* (Pomerânia Posterior)⁴. Basicamente, tudo que ficava a leste da cidade de Stettin, capital da Pomerânia, era conhecido como Pomerânia Anterior ou Ocidental e, a oeste, Pomerânia Posterior ou Oriental. É desta última região, das cidades de Belgard, Greifenberg, Kolberg, Kowak, Labes, Regenwald e arredores – as quais, desde o fim da Segunda Guerra, estão sob o domínio da Polônia - que procede a maioria dos colonos pomeranos hoje residentes em solo capixaba (RÖLKE, 1996).

A Pomerânia Ocidental tinha terras férteis e um clima adequado para o plantio de trigo, cevada e beterraba açucareira, principalmente, mas, também, frutas, verduras e legumes; tanta produtividade lhe garantiu o título de "celeiro agrícola" (JACOB, 1992) da Europa. Além disso, situada à costa do Mar Báltico, tinha mais possibilidade de comércio e navegação, sendo, portanto, mais desenvolvida.

A Pomerânia Oriental tinha um solo muito arenoso e altitudes muito elevadas, que favoreciam geadas, quando na região Anterior já se plantavam as culturas de verão. "Com apenas cinco meses à disposição para plantar aquelas culturas importantes para abastecer a propriedade durante os meses de inverno, os colonos da Pomerânia Oriental tinham enormes dificuldades para sobreviver" (RÖLKE, 1996, p. 05).

Sabe-se que aquela região já foi habitada desde a Idade da Pedra (10.000 - 4.000 a.C.), mas foi à época da Idade do Bronze (4.000 - 1.500 a.C.), quando o homem começou a viver em comunidade, que os germânicos começaram a habitar essa região. Embora esses dados sejam conhecidos, não se sabe exatamente quais os povos germânicos habitaram aquela região. Alguns dizem que foram ostrogodos, visigodos, rugios e suevos. Segundo Rölke (1996), esses habitantes permaneceram por lá até o anos 175 d.C., quando se iniciou a Migração dos Povos, um movimento histórico no qual a população do norte migrou para o sul, em direção ao Mar

⁴ Podemos encontrar também as denominações de Pomerânia Ocidental e Oriental, nomeando a Pomerânia Anterior e a Posterior, respectivamente. Rölke (1996) e Tressmann (2005) usam a primeira nomenclatura e Jacob (1992) usa a segunda. Apesar da diferença de nomes, trata-se da mesma divisão.

Mediterrâneo, em busca de mais espaço, pois havia, então, um grande crescimento demográfico.

Com isso, a Pomerânia esvaziou-se de germânicos; em compensação, os eslavos, mais especificamente os wendes, vindos do leste, começaram a ocupá-la de novo. Sabe-se que o nome Pomerânia vem da língua wende, em que *Pomorje* significa "terra perto do mar ou no mar" (RÖLKE, 1996; TRESSMANN, 2005). Os wendes eram, a princípio, nômades e provavelmente possuíam rebanho, pois o nome *wendes* quer dizer "habitantes de grande pastagem" (TRESSMANN, 2005). Aos poucos, depois de já estarem instalados na Pomerânia, os wendes começam a se fixar, formando pequenas vilas. Eles trabalhavam a terra em conjunto e tinham uma profunda relação com a natureza (RÖLKE, 1996).

Como a Pomerânia era uma terra baixa, com muitos lagos e rios, abundante em alimentos - sobretudo a parte anterior, *Vorpommern* -, logo os povos vizinhos começaram a se interessar por essa região e a invadi-la. Essas invasões provocaram desordem e, sobretudo, insegurança entre os wendes-pomeranos, que procuraram a proteção das famílias mais poderosas, oferecendo em troca seu trabalho.

Os vikings, que habitavam a Noruega, e os dinamarqueses faziam invasões pelo Mar Báltico, e os poloneses, apesar da ascendência comum, travavam guerras ao sul, por terra: "Os poloneses conseguem dominar, por três vezes, parte do território da Pomerânia. Mas os pomeranos logo reconquistam sua liberdade" (RÖLKE, 1996, p. 11). Entre os séculos X e XI, poloneses e dinamarqueses arrasaram parte da Pomerânia, mas nenhum desses países consegue estabelecer o seu domínio completo nessas terras (RÖLKE, 1996). No entanto, a Polônia conseguiu a posse da capital e, vendo que pela via militar não conseguiria dominar os pomeranos, traçou uma estratégia que previa cristianizá-los. Assim, em 1124, o Bispo Otto de Bamberg chega à Pomerânia com a intenção de deixar esse povo dócil para os poloneses. Sua presença é marcada pela destruição do templo do deus *Triglaw*, em Stettin, e a construção de 11 igrejas e mais de 22 mil batismos. Rölke (1996) acredita que o receio com relação aos poloneses, que tinham arrasado a Pomerânia, fez com que os pomeranos aceitassem pacificamente a conversão. Porém, tão logo o bispo

deixou o solo pomerano e o quadro político o permitiu, os pomeranos voltaram à fé antiga (RÖLKE, 1996).

Mais tarde, em 1128, Otto de Bamberg empreende sua segunda viagem de cristianização em terras pomeranas. Dessa vez, a pedido do Duque pomerano, que teme nova invasão militar dos poloneses. Sendo o bispo apoiado pelo rei Lotário III, os poloneses são obrigados a desistir da invasão. Essa segunda fase da cristianização, sendo ela apoiada financeiramente pelo rei germânico, queria "abrir as fronteiras pomeranas para o comércio e a cultura alemã" (RÖLKE, 1996, p. 13). O intento foi cumprido. "De maneira 'pacífica' e em nome de Cristo, fazem os pomeranos se tornarem comercialmente e culturalmente dependentes da Alemanha!" (RÖLKE, 1996, p. 13). Todos esses processos que Rölke (1996) chama de germanização se deram entre os anos de 1128 e 1400.

Nesse meio tempo, a cultura alemã é interiorizada e assumida quase que totalmente (RÖLKE, 1996). A partir de 1400 começa a se falar o *Pommersch-Platt* na Pomerânia. Essa língua baixo-alemã passa a ser a língua oficial do comércio e da cultura; mais tarde, é assumida por quase toda a população; apenas uns poucos da Pomerânia Oriental continuam falando a língua wende até 1500.

No ano de 1530, é introduzido o movimento de Reforma religiosa na Pomerânia, o qual foi aderido pela nobreza e pelos ducados e, em seguida, por todos, devido ao sistema feudal de servidão. Segundo Rölke, "a Pomerânia se torna toda evangélico/luterana, evitando-se assim o que aconteceu em outras partes da Europa, onde católicos e luteranos viviam em constantes conflitos" (1996, p. 17).

Apesar de não haver conflitos internos entre luteranos e católicos, essa rivalidade religiosa chegou ao território pomerano com a Guerra dos 30 anos, que aconteceu entre 1618 e 1648. A religião e a política foram os fatores que geraram esse conflito. As tropas imperiais alemãs confiscaram todas as colheitas e animais dos pomeranos para o seu sustento, e as consequências foram rastros de destruição e sofrimento, gerando fome e pobreza por toda a Pomerânia (RÖLKE, 1996). Alguns anos depois, os suecos, irmãos de fé, desembarcaram suas tropas em terras pomeranas. O que a princípio parecia ser um alívio, logo se tornou um pesadelo, pois os suecos agiram da mesma forma que as tropas imperiais. Cobravam o seu sustento da população e

levaram a Pomerânia à ruína. Como se isso não bastasse, as tropas imperiais alemãs tentaram reconquistar o solo pomerano. Calcula-se que 50% da população pomerana tenha morrido em razão dessa guerra (GRÜNEWALD, 2013).

Em meio a esses trágicos fatos, morre o duque pomerano Bogislaw XIV, o último descendente dos grifos. Assim, conforme o tratado assinado em 1529, a Pomerânia passaria a pertencer a Brandemburgo. Entretanto, os suecos que ainda estavam em solo pomerano não permitiram isso. Só em 1720 é que Brandemburgo consegue se apoderar desse território, mas ainda assim teve de lutar bravamente contra russos e suecos. Como se isso não bastasse, em 1806, Napoleão passa sobre a Pomerânia rumo à Rússia, causando enormes estragos.

Nove anos mais tarde, em 1815, após a queda de Napoleão, é discutida no Congresso de Viena a remodelação do continente europeu. No que tange à Pomerânia, fica decidido que a Suécia deverá deixá-la por completo e, com isso, em 1817, surge a Província Prussiana da Pomerânia, lembrando que até então a Pomerânia fazia parte da Confederação Germânica.

Em 1807, havia sido abolido o sistema de vassalagem em toda a Prússia. Por conseguinte, também na província da Pomerânia, é implementada a Reforma Agrária. Essa nova lei permitia, entre outras coisas, que o colono não seria obrigado a trabalhar nos latifúndios, poderia casar-se com quem quisesse e se mudar a qualquer momento (RÖLKE, 1996). Mas os latifundiários não gostaram das mudanças e pressionaram o rei da Prússia, que reformulou a lei e assegurou à nobreza a permanência de muitas terras em seu poder. Com isso, os colonos dificilmente conseguiam os meios financeiros para se tornarem proprietários de terras.

A situação piorou quando ali chegou a Revolução Industrial. Esse processo provocou o uso "racional" da terra (RÖLKE, 1996, p. 24) e mudou substancialmente a lida com a terra, uma vez que foram criados novos implementos agrários e inventadas novas ferramentas agrícolas que levaram ao cultivo permanente de todas as áreas, a despeito do clima. Segundo Rölke,

É natural que esta máquina a vapor também logo teve emprego na agricultura. Trabalhos que antes eram feitos com animais e para cujo trato e

manuseio se precisava de muitas pessoas, passam agora a ser feitos pela máquina a vapor, onde são necessárias poucas pessoas para manejá-la (1996, p. 26).

Inventou-se cada vez mais: maquinário para arado, adubos minerais, etc, tudo que aumentasse a produtividade e suprimisse a necessidade da força de trabalho humano. A industrialização, aliada à explosão demográfica na primeira metade do século XIX, resultou na sobra de mão de obra no campo. E essa mão de obra sequer poderia ser aproveitada pela indústria de Stettin, capital da Pomerânia, porque era desqualificada, já que o nível de escolaridade no campo era baixo. O homem rural pobre sequer tinha perspectivas (RÖLKE, 1996).

Outro fator agravava a situação dos camponeses: sua confissão luterana estava ameaçada. Em 1817, quando se festejavam os 300 anos da Reforma Luterana, o então rei da Prússia, Frederico Guilherme III, decidiu unificar as igrejas presentes em seu território, ou seja, seu projeto era unir a Igreja Luterana à Igreja Calvinista. Aparentemente essa união foi aceita por todas as partes envolvidas; no entanto, em 1822, quando essa união iria se efetivar através da uniformização da liturgia do culto, o rei encontrou fortes resistências. Os pomeranos, segundo Rölke (1996), levavam a confissão religiosa muito a sério e eram muito apegados à tradição. Sendo assim, eles se opuseram fortemente a essa novidade. Também outros povos, como os silésios, para não abrir mão da confissão luterana, decidiram emigrar para os Estados Unidos, à procura de sua liberdade religiosa:

Também entre muitos pomeranos cresce o desejo de emigrar para um lugar onde possam confessar livremente sua fé evangélico/luterana. A esta vontade soma-se, principalmente, a procura por perspectivas de vida melhor, pois na Pomerânia estavam sem emprego, empobrecidos e famintos (RÖLKE, 1996, p. 32).

E assim o fizeram. Apesar da oposição e das imposições reais, em 1839, um primeiro grupo recebe a permissão para emigrar para os Estados Unidos da América (EUA). Eram, ao todo, 570 pomeranos. E muitos outros foram para o mesmo destino. Segundo Rölke (1996, p. 33), 331.400 imigrantes pomeranos emigraram para os EUA.

Ao mesmo tempo, os pomeranos também decidiram emigrar para o Brasil e para a Austrália. Estima-se que 30.000 pomeranos tenham vindo para nosso país. Os primeiros chegaram em 1859 e vieram para o Espírito Santo (RÖLKE, 1996).

E quando muitos já haviam emigrado, veio o ápice da tragédia dos pomeranos, com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, em 1945. Na Conferência de Potsdam - que reuniu os países aliados vitoriosos da Segunda Guerra Mundial -, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação militar. Três zonas a oeste viriam a formar a República Federal da Alemanha, conhecida como Alemanha Ocidental, enquanto que a área ocupada pela União Soviética se tornaria a República Democrática da Alemanha, conhecida como Alemanha Oriental, no ano de 1949. Em Potsdam, os aliados decidiram também que as províncias a leste dos rios Oder e Neisse, entre elas a Pomerânia, seriam transferidas para a Polônia e para a Rússia. A transferência significou a perda de grandes territórios historicamente alemães. O acordo também determinou a extinção da Prússia e a repatriação dos alemães que residiam naqueles territórios, formalizando o êxodo alemão da Europa Oriental.

Com essa divisão, o regime czarista passou a ocupar a região das províncias a leste dos rios Oder e Neisse, onde ficava a Pomerânia, e tentou "russificar" à força os poloneses e os demais povos que estavam no território, incluindo os pomeranos, o que forçou uma segunda emigração de centenas de milhares deles. Alguns poucos se refugiaram no território alemão, mas a maioria emigrou para outros países (SCHUMM, 2013). Os que ficaram na Alemanha durante a invasão russa se miscigenaram rapidamente, a fim de evitar perseguições. Dessa forma, pode-se dizer que não existem pomeranos em suas áreas de origem, pois, diante da forte discriminação que sofreram, os que decidiram ficar perderam todos seus traços culturais, inclusive sua língua, que é considerada oficialmente morta ali (TRESSMANN, 2005; SCHUMM, 2013).

Nesse cenário, o que restou da antiga Pomerânia, em território alemão, encontra-se no Estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, que está dividido em doze distritos (*Kreise*) e seis cidades independentes (*Kreisfreie Städte*), sendo que os *Kreise Nordvorpommern* e *Ostvorpommern* correspondem a distritos da então Pomerânia que permanecem até hoje sob controle da Alemanha (KALK, 2009).

A Polônia divide-se em dezesseis províncias (*voivodias*), que se baseiam em regiões históricas do país. O território pomerano polonês foi dividido em três *voivodias*,

assim chamadas: Pomerânia (*Pomorskie*), Pomerânia Ocidental (*Zachodniopomorskie*) e Cujávia - Pomerânia (*Kujawsko-Pomorskie*) (KALK, 2009). Das duas primeiras regiões vieram a maioria dos imigrantes pomeranos que aqui chegaram, no século XIX.

MAPA 4: A Pomerânia após a Segunda Guerra Mundial.



Fonte: Kalk, 2009, p. 98.

Tendo-se discutido a saga do povo pomerano, das suas origens até o seu desaparecimento enquanto nação, no século XX, retornemos ao tema central desta Seção, que são os fatores que desencadearam a vinda dos pomeranos para o Brasil, especialmente para o Espírito Santo. Resumindo-se o que foi dito, os camponeses pomeranos deixaram suas terras pela primeira vez no século XIX, pois, como se viu, a situação da Europa, como um todo, e do povo pomerano, especificamente, estava bastante tumultuada e indefinida, diante do surgimento de novas tecnologias, da reestruturação do mercado de trabalho, do redesenho produtivo e econômico e da própria instabilidade político-territorial do continente.

Enquanto isso, o Brasil se projetava e se oferecia como a saída para os males da população europeia marginalizada, a troco de, ao final, melhorar sua própria economia. O apelo propagandista brasileiro foi tamanho que conseguiu fazer dezenas de milhares de europeus acreditarem numa vida sem problemas nas terras

brasileiras. Mesmo sem dinheiro, o sonho era possível. O governo brasileiro se propunha, inclusive, a financiar a viagem. Assim, os pomeranos se endividaram, antes mesmo de saber realmente para onde estavam indo. É da vinda desses imigrantes que trata a próxima Seção.

2.4 A LONGA VIAGEM AO BRASIL: UMA HISTÓRIA À PARTE

Os pomeranos que decidiram emigrar, no século XIX, fizeram uma extensa e sofrida viagem. Primeiro, a maioria teve que sair de *Hinterpommern* e ir até o porto de Hamburgo, no norte da Alemanha, para seguir viagem. Mas houve também quem saísse pelos portos de Bremen, outra cidade alemã, ou da Antuérpia, na Bélgica. Em termos exatos, 82,3% dos imigrantes alemães, com os quais o APEES contabiliza os pomeranos, embarcaram no porto de Hamburgo, 14,3% no porto de Antuérpia e uma ínfima minoria, 2,2%, em Bremen. Aquela certamente seria uma viagem insólita e aflitiva de mão única.

Da Alemanha até o Brasil, gastava-se mais de dois meses; algumas chegaram a durar 120 dias. Segundo o historiador entrevistado pelo filme-documentário "*Pomeranos: a trajetória de um povo*", Helmar R. Rölke, os primeiros navios eram veleiros, ou seja, embarcações movidas à vela. Reféns da propulsão do vento, às vezes o navio ficava por dias parado, ou até mesmo voltava, ao invés de seguir viagem. Tal fato foi lembrado também nas entrevistas que fizemos: "Dai sijn seir, seir lang upm wâter wäst, seir lang [...] dai shife sin dun ni sou wäst as nuu, dai sin mit wint dreewe, oft main ik sin dai meir troiguut gâe as foirwärts"⁵, contou-nos AGT⁶.

⁵"Eles ficaram muito, muito tempo no mar, muito tempo [...] os navios daquela época não eram como os de hoje, eles eram movidos a vento, às vezes, eu acho, eles foram mais para trás do que para frente".

Com os atrasos, havia o racionamento de comida, que já não era muito boa e tampouco farta. Praticamente todos ficavam doentes e muitos morriam na travessia oceânica. Com a morte, vinha a necessidade de se dar destino ao cadáver. Além da dor da perda, o sofrimento aumentava quando se tinha que jogar um parente ou conhecido morto no mar e vê-lo boiando ali por dias, porque o corpo não afundava rapidamente e a embarcação parava sem a força dos ventos.

Além disso,

[...] nesse período inicial da emigração ainda não existem navios apropriados e equipados para esse tipo de transporte. [...] Os mais abastados podem se permitir uma cabine e são chamados de "passageiros". Aos emigrantes é designado um lugar em um entrecobertas (espaços entre as cobertas do navio) extremamente desconfortável e **eles são vistos como carga** [apesar de terem assinado um contrato que previa espaçosos lugares para dormir, água potável e, se necessário, medicamentos] (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 20-21, grifo nosso).

Quando a tripulação já estava no fim de suas forças físicas e emocionais, e o calor do sol tropical estava ficando insuportável no navio, um grito fez renascer a esperança: terra à vista (ROOS; ESHUIS, 2008). Apesar de alguns duvidarem que essa estreita faixa de terra no horizonte fosse realmente o Brasil, os imigrantes finalmente estavam aportando em nosso país.

Os colonos alemães chegaram diretamente ao Espírito Santo - 57% - ou ao Rio de Janeiro - 43% (APEES, 2013). Quem aportou no Rio de Janeiro teve que embarcar mais uma vez com destino ao porto capixaba.

[...] No cais [do porto de Vitória] há uma enorme confusão com centenas de famílias de emigrantes, agentes de emigração, comerciantes, cambistas e mendigos numa babel de línguas. Diversas colônias particulares, fazendas e empresas recrutam famílias no porto mesmo. Os imigrantes que querem comprar terras podem se dirigir ao "Instituto de distribuição das terras devolutas ao imigrante" (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 23).

Ainda no porto, a ACC se encarregava de encaminhar os imigrantes para a Casa de Imigração: um alojamento onde os imigrantes tinham que ficar em quarentena e passar por uma avaliação médica. Depois disso, a ACC dividia os imigrantes de

⁶ Entrevistado de 83 anos de idade, 0 ano de escolaridade, do sexo masculino. Para a lista completa dos entrevistados, ver QUADRO 19.

acordo com sua língua e país de origem e os levava para diferentes abrigos até o momento de partir.

Porém, Vitória não era o destino final dos pomeranos. Já no embarque, ainda na Europa, os emigrantes tomaram conhecimento de que seus lotes ficavam no interior do estado do Espírito Santo. Assim, depois de chegarem a Vitória, subiram em canoas até Porto de Cachoeiro, na colônia de Santa Leopoldina, cuja história contaremos brevemente a seguir. Dali seguiram até seus lotes, que estavam ainda a uma distância de dois dias de caminhada por morros íngremes na localidade de Jequitibá, hoje município de Santa Maria de Jetibá (TRESSMANN, 2005; SCHUMM, 2013; PMSMJ, 2013). Na próxima Seção, descreveremos a Colônia que abrigou os primeiros imigrantes pomeranos no Espírito Santo: Santa Leopoldina.

2.5 A COLÔNIA SANTA LEOPOLDINA

Foi por volta de 1535 que os primeiros portugueses chegaram à parte baixa do atual município de Santa Leopoldina. Na ocasião, fundaram lá uma propriedade rural na qual se cultivava, principalmente, cana-de-açúcar e café. A mão de obra utilizada era a indígena. Há, ainda, que se ressaltar a presença maciça dos silvícolas naquela região antes da colonização portuguesa efetiva. Somente na área da propriedade rural existiam duas aldeias que, no século XVI, somavam 1.500 indivíduos (PMSL, 2013). Na segunda metade daquele século, no entanto, grande parte dos índios foi dizimada por um surto epidêmico.

Depois vieram outros proprietários de terras, que abriram fazendas com os escravos negros, mas a colonização sistemática de Santa Leopoldina só foi iniciada em 1856.

Assim, com a mão de obra indígena escassa, o tráfico negreiro proibido, a escravidão por acabar e muitas terras inexploradas, em 15 de dezembro de 1855, o conselheiro Luís Pereira do Conto Ferraz, então Ministro do Interior do Império,

comunicou ao Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, a resolução de fundar na região da cachoeira do Rio Santa Maria uma colônia de estrangeiros. Em 27 de fevereiro de 1856, o Presidente da Província autorizou a demarcação e medição de um terreno numa extensão de 567 Km² e fundou a Colônia de Santa Leopoldina, cuja sede era Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Já no ano seguinte da fundação, chegaram os primeiros imigrantes. Eram 140 suíços, transferidos da Província de São Paulo. Eles foram assentados na região montanhosa situada à margem do Rio Santa Maria, a mais ou menos sete quilômetros da sede. O local foi batizado pelos colonos com o nome de Suíça⁷. Formou-se aí a primeira região de Santa Leopoldina, povoada por imigrantes europeus. Novos imigrantes chegavam a cada ano. Em três anos, a quantidade de imigrantes já estava na casa dos milhares.

Logo o progresso da colônia seria evidente: em 1867, surgiu Porto de Cachoeiro, que se tornou a sede oficial da colônia. Pouco mais de uma década depois, aquela vila seria promovida ao patamar de cidade. Instalaram-se armazéns de carga e postos de abastecimento, pois ali havia um movimento permanente de importação de produtos manufaturados e exportação, principalmente de café. O escoamento da produção e a chegada de produtos manufaturados davam-se por meio de dois sistemas de escoamento que se completavam: a produção chegava ao porto com as tropas de mulas e de lá era exportada pela via fluvial em canoas. Durante mais ou menos cinquenta anos, o movimento de exportação e importação foi firmemente mantido. Cachoeiro de Santa Leopoldina tornou-se o maior empório comercial do Espírito Santo e chegou a ser a terceira colônia mais populosa do império. O comércio intenso fez com que, em 1882, a colônia se emancipasse e, em 1884, fosse instituído o município de Santa Leopoldina, o maior do Espírito Santo até 1890. A partir desse ano, vários municípios se emanciparam do território leopoldinense: Santa Tereza em 1890; Afonso Cláudio e Itaguaçu, em 1891; Itarana,

⁷ Essa comunidade, com esse mesmo nome, existe até hoje.

em 1963; e, por fim, em 1988, Santa Maria de Jetibá, o reduto dos pomeranos, sobre o qual trataremos a seguir.

2.6 OS PRIMÓRDIOS DA "NOVA POMERÂNIA" NAS TERRAS CAPIXABAS

Os primeiros pomeranos chegaram ao Espírito Santo em 1859 (RÖLKE, 1996), e novas e maiores levas chegaram até o início da década de 1870, quando a imigração pomerana cessou (TRESSMANN, 2005; JACOB, 1992).

Vimos que os pomeranos que vieram ao Brasil são, em sua maioria, de *Hinterpommern* ou Pomerânia Oriental. Entre os imigrantes havia pequenos agricultores, diaristas, pastores de ovelhas, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros e empregados de serviços gerais das grandes propriedades (JACOB, 1992). Todos estavam em busca de terra e pão, dada a miséria e a falta de perspectivas na terra natal.

A viagem fora muito longa e exaustiva; contudo, o futuro ainda lhes reservava grandes e infaustas surpresas. Depois de passarem por Porto de Cachoeiro, tiveram que percorrer mais uma longa distância até chegarem ao seu destino final, Jequitibá⁸, atual município de Santa Maria de Jetibá. Além de terem que andar cerca de dois dias a pé subindo morros íngremes, dentro da mata fechada, aquele seria apenas um presságio do que iria abater-se sobre eles nos próximos anos.

Na chegada aos seus respectivos lotes, enfim, a decepção foi inexprimível. Todas as promessas feitas a eles eram falsas, a começar pela situação dos lotes, que não

⁸ Toda a localidade era assim denominada à época da chegada dos imigrantes. Em 1943, a sede do então distrito do município de Santa Leopoldina passou a chamar-se *Jetibá* e, em 1988, *Santa Maria de Jetibá*, quando levado à categoria de município pela lei estadual nº 4067. (IBGE, 2013).

passavam de matas fechadas sem nenhuma construção, plantação ou criação de animais. Além disso, ficaram sabendo que os lotes teriam que ser pagos em quatro anos, caso contrário, perderiam suas terras. Mas, mesmo sendo vendidos, os lotes não eram bem localizados nem corretamente medidos. Em vez de terem cerca de 25 hectares⁹, alguns *prazos* - nome dado aos lotes devido à forma de pagamento -, por terem sido medidos *a olho*, não mediam mais que 3 hectares, prejudicando uma vez mais os imigrantes. Além disso, alguns pedaços de terra estavam localizados em morros íngremes, onde dificilmente poderiam ser feitas plantações.

O recomeço da vida dos pomeranos não contou com qualquer assistência médica ou político-econômica. Em meio à mata fechada, os pomeranos tiveram que lidar com o isolamento, a presença de animais selvagens e as doenças que apareciam tanto em decorrência da vida inóspita nas densas matas quanto da precariedade das pequenas e pobres casas, quando elas existiam. Helmar Rölke conta, no filme-documentário *"Pomeranos: a trajetória de um povo"*, que, nos primeiros tempos, muitas famílias viviam entre as enormes raízes das árvores. Algumas mulheres inclusive deram à luz nesse ambiente e muitas chegaram a falecer, o que é compreensível, dada a insalubridade do ambiente.

Além das decepções, havia outro problema a ser superado: a adaptação, que foi muito difícil. Os imigrantes tiveram que reaprender muita coisa sobre construção, animais e alimentação. Para citar o exemplo dado pelo historiador e pastor luterano Helmar Rölke, os pomeranos não conheciam o feijão preto e a farinha de mandioca, que são hoje os pratos mais comuns durante a semana de trabalho dos descendentes de imigrantes. Além disso, devemos lembrar que a geografia e o clima do Brasil também eram muito diferentes do que eles conheciam.

Entretanto, não havia caminho de volta. Restava, portanto, com fé e muita vontade de trabalhar e vencer, providenciar a construção de algum casebre e fazer o desmate para iniciar o trabalho, já que se necessitava sobreviver e quitar a dívida

⁹ Segundo Seyferth (2011), na primeira fase colonial, ou seja, até 1830, o lote possuía aproximadamente 75 hectares, recebido por concessão gratuita. Depois de 1850, com uma nova Lei de Terras, estabeleceu-se o padrão de 25 hectares por família, mediante compra dividida em cinco parcelas anuais.

com o Governo, senão as tão sonhadas terras não seriam suas. Tudo teria sido mais fácil se os imigrantes tivessem recebido alguma ajuda inicial, pelo menos com alojamentos e ferramentas de trabalho, conforme descrito nos contratos assinados ainda na Europa, mas nem isso lhes foi oferecido. Ao contrário, "a sociedade pomerana sofreu, desde o início, segregação por parte das autoridades brasileiras" (TRESSMANN, 2005, p. 73).

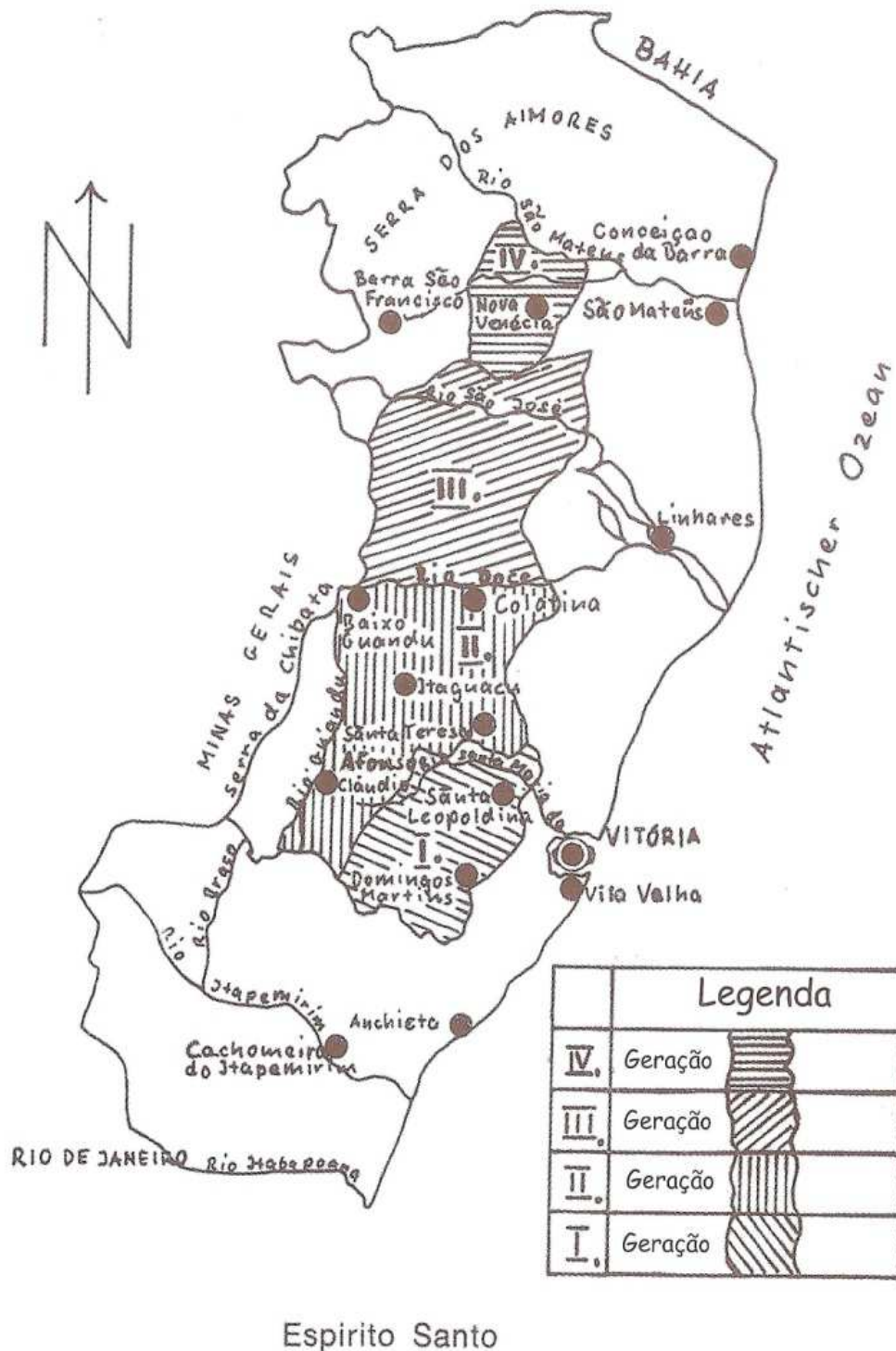
Trabalhando arduamente, os pomeranos começaram a construção de sua "Nova Pomerânia" ou "Alta Pomerânia", como a chamavam os imigrantes. Para Rölke (1996), a ancestral e forte ligação dos pomeranos com a terra e a sua fé foram os principais fatores que os ajudaram a persistir com seus objetivos.

Neste ponto, é importante lembrar o forte apego à confessionalidade luterana, dentre os pomeranos. Os imigrantes trouxeram consigo bíblias, hinários e o catecismo menor de Martin Lutero e, onde quer que fossem, mesmo em precárias construções de pau a pique, eles se reuniam para cantar e orar - relatou Rölke no filme-documentário (2010). Os pastores foram, no início, muito mais do que líderes religiosos; desempenhavam muitas e diversas atividades para ajudar os imigrantes. Foram intérpretes, médicos, professores, advogados, enfim, tentavam ajudar nas áreas em que o homem pomerano mais carecia.

Mas os problemas eram tão graves que ultrapassavam as gerações. O lote designado às famílias era insuficiente para a manutenção da mesma a partir da segunda geração, pois as famílias pomeranas eram muito grandes. Não raro o número de filhos passava de dez. Com a propriedade já bastante dividida na primeira geração de descendentes, a saída, a partir da segunda geração, foi a de migrar para outras regiões dentro do próprio estado e enfrentar as mesmas dificuldades novamente. A partir da quarta geração, ocorreu a saída para outros estados, tais como Paraná e Rondônia. (TRESSMANN, 1998, 2005; BAHIA, 2011).

Atualmente, os descendentes estão concentrados em quatorze municípios do Espírito Santo, "[...] formando uma área contínua que se estende da região serrana do estado até o norte" (TRESSMANN, 2005, p. 63). No mapa que segue temos uma visão de como ocorreu a migração interna, segundo a geração dos descendentes.

MAPA 5: Localização dos imigrantes e seus descendentes, segundo a geração.



Fonte: Granzow, 2009, p. 211.

Para Petrone (*apud* RODRIGUES, 2009), os imigrantes foram, na região serrana, verdadeiros desbravadores, dadas as condições nas quais iniciaram e criaram suas

comunidades. E foi essa característica de precursores que permitiu a criação de comunidades com marcas culturais, econômicas e linguísticas diferenciadas das luso-brasileiras.

2.7 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE POMERANA ATUAL

Os primeiros pomeranos que chegaram ao Espírito Santo foram alocados nos atuais municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins. No entanto, como dissemos, a partir da primeira geração, ou seja, os primeiros descendentes dos imigrantes alemães no Brasil foram fazendo novas migrações, agora internas, e passaram a ocupar novas regiões, conhecidas, em geral, como *terra quente*. Esta compreende alguns municípios do norte espírito-santense, como Pancas, Vila Pavão, São Gabriel da Palha, Nova Venécia, Laranja da Terra, Itaguaçu, Afonso Cláudio e Colatina (TRESSMANN, 2005). A migração interna pode ser visualizada no mapa a seguir:

hortigranjeiros que se consome na Grande Vitória¹⁰, além de alcançar mercados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro (PMSMJ, 2013).

O município é ainda um grande produtor de café e o maior polo avícola do estado e o segundo maior produtor de ovos do país (IJSN, 2013; PMSMJ, 2013). Há ainda outras atividades econômicas, tais como a produção de mel, a piscicultura, a floricultura, a fruticultura, a produção de tubérculos, a agroindústria e o turismo. No entanto, a avicultura é a principal fonte de renda do município, enquanto que a agricultura representa a principal atividade em termos de quantidade de propriedades e produtores envolvidos. Segundo o IBGE, o município alcançou o 43º lugar no PIB Agropecuário do Brasil, uma posição bastante privilegiada.

FOTOGRAFIA 1: Placa na entrada do centro de Santa Maria de Jetibá.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em meio a esses dados socioeconômicos, devemos lembrar também que há muitas representações culturais nesse município, que denunciam a imigração/colonização

¹⁰ A Grande Vitória compreende os municípios de Vitória, Vila Velha, Guarapari, Serra, Cariacica, Viana e Fundão.

pomerana. Seus aspectos culturais diferenciadores são, em sua maioria, relacionados à igreja: as comemorações de Páscoa, Natal, Pentecostes e a festa da colheita. Há também as grandes e fartas festas de casamento e, ainda, os rituais de confirmação e morte. Falaremos mais sobre tais eventos culturais à medida que fizermos menção a eles, em nossa análise.

Concluindo, neste Capítulo fizemos um breve resumo que visa a reconstituição da vida dos pomeranos, desde suas origens, na Europa, até os dias atuais, no Espírito Santo. Cremos que essa descrição se faz importante, para compreendermos as características políticas, sociais e culturais desse povo, e para entendermos o modo como ele se vê e vê sua língua. A seguir, então, abordaremos alguns dos conceitos-chave do Contato Linguístico, que é o Referencial Teórico de nossa pesquisa.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conforme dissemos, neste Capítulo abordaremos os conceitos mais importantes ligados à temática que estudamos, ou seja, o Contato Linguístico. O contato entre duas ou mais línguas pode ser analisado sob a perspectiva individual ou da comunidade e, ainda, sob o aspecto linguístico ou social. Para esta pesquisa, interessa-nos a abordagem social do contato, haja vista que lidamos com uma comunidade linguística que manteve suas tradições, sua cultura e sua língua, mesmo depois de mais de um século e meio da imigração.

Dessa forma, trataremos aqui, primeiramente, da correlação entre língua e sociedade, assunto caro à Sociolinguística; em seguida, abordaremos os assuntos pertinentes à manutenção e/ou substituição das línguas minoritárias. Vamos a eles.

3.1 A CORRELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE

If you don't breathe,
there is no air.

If you don't walk,
there is no earth.

If you don't speak,
there is no world.

(YAMAMOTO, *apud* UNESCO, 2003, p. 18).

A sociedade, tal como a conhecemos, indubitavelmente é formada pela linguagem. É por ela, especificamente pela língua, que há o repasse do conhecimento já adquirido e a constituição dos novos conhecimentos.

Hoje não restam dúvidas sobre o valor cultural e as alusões sociais que estão relacionadas à língua. A Linguística, ciência que estuda a linguagem e as línguas naturais, decerto deveria estar atenta a isso. No entanto, durante muito tempo, a

língua foi estudada somente pelo viés estrutural. Quando, na segunda metade do século XX, se começou a pensar a língua em conjunto com as características da sociedade que a utiliza, novas perspectivas de entendimento da língua e da sociedade surgiram.

A perspectiva de se estudar a correlação entre língua e sociedade vem sendo chamada, de um modo geral, de Sociolinguística. Labov (2008 [1972]), eminente representante da Sociolinguística Variacionista, uma das muitas subáreas desse vasto campo de estudos, não concordava com tal nomenclatura. Para ele, havia aí uma redundância, ou seja, ele não concebia que língua e sociedade pudessem ser estudadas separadamente. Essa clareza, porém, é recente; tem pouco mais de meio século.

O estudo da língua correlacionada à sociedade surgiu diante da consciência de que, se a sociedade estratifica seus sujeitos segundo sua raça, etnia, idade, sexo, opinião política, origem geográfica e social, religião, enfim, a qualquer distinção que seja, a língua refletirá essa divisão. Em outras palavras, a língua tem significados sociais. Assim, saber uma língua não é somente fazer uso de um código linguístico, mas também compartilhar, por meio dela, de ideias e ideais de vida. Este é o tema da próxima Seção.

3.1.1 Breve histórico da investigação sociolinguística

A origem dos estudos linguísticos sobre o contato de línguas remonta, pelo menos, à tradição histórico-comparativa (APPEL; MUYSKEN, 1996), tendência que tomou força na primeira metade do século XIX, na Alemanha. Essa nova abordagem se propunha a comparar os elementos gramaticais de línguas de origem comum a fim de detectar a estrutura de uma língua original, pré-histórica, chamada de indo-europeu primitivo (MARTELOTTA, 2010) ou proto-indo-europeu (FARACO, 2011), a partir da qual todas as outras teriam se desenvolvido.

Não é aqui que nasce a linguística moderna, mas certamente esse movimento marca os estudos linguísticos já que é a primeira vez que os cientistas analisam as características das línguas naturais estrita e intrinsecamente, sem os interesses filosóficos ou normativos, de base grega, que marcaram os estudos das línguas até aquele século. Nos estudos histórico-comparativistas superam-se as ideias preconcebidas sobre a essência das línguas e adota-se um caráter empírico.

Nesse sentido, Franz Bopp publicou um trabalho em 1816 no qual compara os verbos do sânscrito, do grego, do latim, do persa e das línguas germânicas do ponto de vista morfológico. Sua comparação das línguas indo-europeias abriu espaço para a concepção histórica da gramática. Jacob Grimm, por sua vez, incumbiu-se de averiguar os correspondentes fonéticos sistemáticos como resultado das transformações históricas. As regularidades encontradas nas correspondências fonéticas ficaram conhecidas como a *Lei de Grimm* (MARTELOTTA, 2010). A partir dos estudos desse autor, ficou claro que a sistematicidade da correspondência fonética tinha a ver com a regularidade dos processos de mudança linguística desenvolvidos pelo fluxo histórico (FARACO, 2011).

Mais tarde, August Schleicher, botânico de formação, enriquece as propostas iniciais de Bopp e Grimm acrescentando à linguística as ideias evolucionistas de Darwin e sua teoria da seleção natural. Schleicher tinha a concepção de que a língua era tal qual um organismo natural e, portanto, ele acreditava que, assim como as plantas e os animais, as línguas tinham uma "história natural" (FARACO, 2011), ou seja, nasciam, cresciam, envelheciam e morriam. Schleicher também foi responsável por fazer uma genealogia das línguas indo-europeias e pelo estudo extensivo do Lituano, cujo maior mérito foi ter sido o primeiro estudo baseado na fala e não no texto. O botânico alemão também não poupou esforços na tentativa de reconstruir a língua original ou *Ursprache*.

Ainda neste século tivemos os estudos de William D. Whitney, aluno de F. Bopp, cujas ideias tiveram forte repercussão na linguística do século seguinte, XX, portanto. Seu livro *The Life and growth of language* (1875), traduzido para três línguas, tornou-o bastante conhecido, sobretudo para Saussure. O pai da linguística moderna acreditava que Whitney fora o responsável por colocar "a Linguística em

seu verdadeiro eixo" (SAUSSURE, 2006, p. 90). Para Saussure, essa artimanha tinha sido conquistada graças à constatação da arbitrariedade dos signos. Entretanto, "ele [Whitney] não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições" (SAUSSURE, 2006, p. 90). Whitney acreditava que a linguagem era uma instituição pura, social e autônoma constituída por duas faces: história e sistema. A linguística, para ele, deveria ter como objeto de estudo "a linguagem enquanto sistema de signos arbitrários e convencionais, visto não como um mero agregado de partículas, mas como um conjunto de partes ligadas entre si e ajudando-se mutuamente; como um sistema ordenado de articulações com relações que o percorrem em todos os sentidos" (FARACO, 2011, p. 42).

No âmbito do contato linguístico, Whitney trouxe à tona a função do empréstimo e da mudança linguísticas. Já no final do século XIX, ele conseguira observar que certas categorias gramaticais podem ser tomadas por empréstimo com mais facilidade e frequência do que outras. O estudioso do sânscrito acreditava que os substantivos eram os mais propícios ao empréstimo, logo, estavam em maior número nas línguas, enquanto os sons seriam as categorias menos cedidas (APPEL; MUYSKEN, 1996).

Conforme pudemos observar diante dos posicionamentos teóricos dos autores supracitados, o movimento histórico-comparativista estava longe da homogeneidade. Muitos estudos linguísticos surgiram na primeira metade do século XIX. Na outra metade do século o que se vê é um combate às ideias linguísticas de cunho darwiniano aplicadas à linguística pelo botânico Schleicher, principalmente. A tendência Neogramática, que se instalou majoritariamente nos estudos sobre a língua até então, não acreditava na deterioração das línguas, ao contrário, acreditava que as línguas mudavam de maneira uniforme, isto é, de maneira circular, constante e não degenerativa. Quando isso não acontecia, ou seja, quando as leis não conseguiam abarcar algum fenômeno linguístico, a causa estaria nos fenômenos da analogia e do empréstimo; sendo este um reflexo de uma língua sobre a outra enquanto aquele explica que a mente humana, enganada ao estabelecer semelhanças entre formas diferentes, induz o indivíduo ao erro, atrapalhando assim a atuação das leis fonéticas. Com uma abordagem atomista e focados, sobretudo, no estudo dos sons, os neogramáticos acreditavam que as

mudanças decorriam de hábitos linguísticos individuais. Nesse sentido, eles se voltavam não só para os dados escritos, mas também para a observação dos dialetos falados na época.

A visão uniformizada da mudança sugerida pelos neogramáticos foi muito criticada por vários linguístas da época. Os críticos alegavam que a mudança linguística é mais complexa do que os neogramáticos declaravam. "Mais complexa, porque tem a ver com o contexto concreto em que a língua é falada, contexto este que de forma alguma é uniforme e homogêneo" (FARACO, 2011, p. 38).

Dentre os críticos ao movimento neogramático, o mais importante foi o austríaco Hugo Schuchardt. Esse linguísta, apesar da concepção subjetivista da língua, ao se opor ao conceito de lei fonética, chamou a atenção para a imensa gama de variedades de fala existente nas comunidades de fala, variedades essas condicionadas por fatores como gênero, idade, escolaridade. Mais do que isso, Schuchardt mostrou que as variedades se influenciam mutuamente, seja pela proximidade geográfica, seja em decorrência de invasões, conquistas e intercruzamentos étnicos e culturais, como ocorre com as línguas de contato. Dentro dessa perspectiva, o linguísta austríaco deu atenção sistemática aos pidgins e fundou os atuais estudos sobre as línguas crioulos (APPEL; MUYSKEN, 1996). Entende-se que "em uma situação de contato entre dois grupos étnicos e linguísticos radicalmente opostos, a urgência de um meio de comunicação pode gerar uma língua de emergência com funções básicas e restritas: o *pidgin*" (TARALLO; ALKMIN, 1987, p. 15). Se houver a transmissão intergeracional do pidgin, ou seja, se as crianças se tornarem falantes nativos, o pidgin assume o estatuto de língua natural. Nessa situação, o pidgin se crioula. Em outras palavras, "a partir do momento em que o pidgin passa a ser a primeira língua de um grupo [...] temos um crioulo" (TARALLO; ALKMIN, 1987, p. 15).

O estudo dessas línguas emergentes das situações de contato ajudaram Schuchardt a compreender vários fenômenos linguísticos, especialmente, os vinculados com a mudança. O autor introduz, no final do século XIX e início do século XX, um tratamento em que o contexto social e cultural da língua é visto como condicionante básico da variação e da mudança (FARACO, 2011).

É também no início do século XX que surge Saussure, considerado o pai da linguística moderna. Esse professor genebrino deplorava-se diante da insuficiência de princípios e métodos que assolava os estudos sobre a língua. Sua oportunidade para mostrar e discutir suas ideias e ideais veio com a docência: durante três cursos de linguística geral em Genebra, ele ditou o que hoje conhecemos por *Curso de Linguística Geral*, livro organizado pelos discípulos de Saussure a partir de suas aulas. No *Curso* estão os princípios sobre os quais Ferdinand de Saussure assenta seu sistema de Linguística estática ou interna. Em síntese, Saussure diz que a linguística deve ter por objetivo o estudo da língua em e por si mesma. Deve-se estudar, portanto, a *langue*, em detrimento da *parole*, sob o ponto de vista sincrônico, em oposição ao diacrônico. Saussure claramente opta pelo estudo estrito e intrinsecamente linguístico, mesmo assim assinala a língua como sendo "uma instituição social" (SAUSSURE, 2006, p. 24). Na verdade, ele acredita que a língua é "social em sua essência" (SAUSSURE, 2006, p. 27). Sobre essas colocações, Calvet acredita que sejam apenas uma questão de "indefinição teórica" (CALVET, 2002, p. 15). Apesar da opinião de Calvet (2002), não se pode negar que Saussure (re)conhece o lado social da língua e admite que o estudo dos fenômenos linguísticos é "muito frutuoso; mas [para ele] é falso dizer que, sem eles, não seria possível conhecer o organismo linguístico interno" (SAUSSURE, 2006, p. 31). Na verdade, o fundador do estruturalismo diz que é completamente dispensável conhecer as circunstâncias em meio as quais a língua se desenvolveu. Ele acredita que quanto maior for a distância que tomarmos dos fenômenos linguísticos externos à língua, melhor. Essa postura, de fato, foi adotada pelos estudiosos da tradição saussuriana. Eles insistiram veementemente na explicação linguística exclusivamente por meio das relações estruturais internas à língua. Sobre isso, Labov nos dirá, mais tarde, que a visão "social" de língua de Saussure não significa mais do que "multiindividual", sem nenhuma sugestão quanto as implicações mais amplas da interação social (LABOV, 2008 [1972]).

Além dos discípulos que nos deram a conhecer as ideias estruturalistas, Saussure teve ainda como discípulo Antoine Meillet, que com a publicação do *Curso* de Saussure, entrou em confronto com as ideias de seu professor quanto à delimitação da ciência linguística. Dizia Saussure na última frase de seu *Curso*: "a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si

mesma" (SAUSSURE, 2006, p. 271). Meillet, em contrapartida, ressaltava que, "ao separar a variação linguística das condições externas de que ela depende, Ferdinand de Saussure a priva da realidade; ele a induz a uma abstração que é necessariamente inexplicável" (MEILLET, *apud* CALVET, 2002, p. 14). Para Calvet (2002), enquanto Saussure opõe linguística interna e externa, Meillet as associa; enquanto Saussure distingue sincronia e diacronia, Meillet busca explicar a estrutura pela história.

Sobre Meillet, Labov, nome expoente do movimento sociolinguísta, pondera:

Meillet, contemporâneo de Saussure, acreditava que no século XX assistiria o desenvolvimento da explicação histórica baseado no exame da mudança lingüística encaixada na mudança social [...]. Mas discípulos de Saussure, como Martinet [...], repudiaram ativamente essa opinião e empreenderam esforços para que a explanação linguística ficasse confinada às inter-relações de fatores internos, estruturais (LABOV, 2008, p. 217).

A expectativa de Meillet quanto à inclusão da mudança social na variação linguística ainda teria que esperar a passagem de mais uma corrente de estudos linguísticos: o gerativismo. Muito rapidamente, a linguística gerativa teve início nos anos 1950, nos Estados Unidos onde, na ocasião, Noam Chomsky publicou o seu livro *Syntactic Structures* (1957). Trata-se de uma linha de pesquisa que já comemorou seus 50 anos de atividade. Em todo esse tempo, o gerativismo passou por várias reformulações, que demonstram a preocupação dos pesquisadores da corrente em formular um modelo matemático de cujo interesse é explicar abstratamente o que é e como funciona a linguagem. A gramática gerativa analisa a estrutura gramatical das línguas, vendo-as como um reflexo de um modelo formal de linguagem preexistentes às línguas naturais. Esse modelo é, então, o objeto de estudo dessa perspectiva, que tinha o próprio conhecimento da língua do pesquisador como base de pesquisa. Por isso, Labov diz que os linguistas dessa época tinham "se voltado resolutamente para a contemplação de seus próprios idioletos" (2008, p. 13).

Na tradição gerativista, existe o princípio do inatismo, segundo o qual "existe uma estrutura inata, constituída de um conjunto de princípios gerais que impõem limites na variação entre as línguas e que se manifestam como dados universais, ou seja, presente em todas as línguas do mundo" (MARTELOTTA, 2010, p. 59). Ainda em consonância com essa visão, os dados linguísticos variam de língua para língua,

logo, cabe ao pesquisador descrever cada língua junto com suas peculiaridades separadamente. Sob essa corrente, portanto, variação linguística e fenômenos oriundos do contato linguístico são deixados de lado.

Diante desse pequeno resumo histórico-teórico, podemos dizer que até a primeira metade do século XX as tentativas de estudo que levavam em conta essa relação língua(s)/sociedade eram muito tímidas, dado que os grandes movimentos teóricos os colocavam à margem. Assim, para a obtenção da primeira panorâmica sobre o estudo do contato de línguas tivemos que esperar até o início dos anos cinquenta do século XX, quando Weinreich lança sua obra seminal intitulada *Languages in contact* e Haugen escreve o detalhado estudo sobre *The Norwegian language in America*. Foi com essas obras que o tema ganhou maior projeção entre os linguistas porque até então esses estudos, sobretudo os relacionados ao bilinguismo, se localizavam na Psicologia e tinham como foco os resultados dos processos cognitivos dos bilíngues em comparação aos dos monolíngues. Ao introduzir uma nova perspectiva à Sociolinguística, Weinreich (1970 [1953]) traz o foco para as questões relacionadas ao contato entre línguas numa dada comunidade de fala, ou melhor, para os fenômenos linguísticos e culturais resultantes desse contato.

Apesar da importância e do avanço inquestionáveis dados por essas obras, carecia-se ainda de uma organização e sistematização do que então estava geminando nas ciências linguísticas. Nesse intuito, em 1964, William Bright organiza uma conferência sobre sociolinguística em Los Angeles. Dentre os participantes-palestrantes estavam Labov que falou sobre a hipercorreção como fator de variação linguística, Haugen que tratou do planejamento sociolinguístico, Gumperz que discutiu a etnologia da variação e Ferguson que abordou as situações sociolinguísticas dos Estados Unidos; esses nomes, dentre outros, tais como Fisher, Hymes, se tornaram referência nos estudos sociolinguísticos.

William Bright, organizador desse congresso de frutos históricos, incumbiu-se de sintetizar tanto quanto possível essas várias e bastante diversas contribuições teóricas. Como resultado temos um artigo sobre As Dimensões da Sociolinguística (título original em inglês: *The dimensions of sociolinguistics*) de 1964 onde ele expõe a configuração geral da nova ciência. Ele próprio admite que essa tarefa não é fácil,

mas consegue dar um panorama interessante ao então incipiente campo de estudos.

Para Bright (1974 [1964]), a tendência sociolinguística rompe incisivamente com a linguística estrutural que antecede estes estudos, uma vez que não trata as línguas como entidades uniformes e homogêneas. A Sociolinguística, que estava então sendo proposta, combatia também a ideia de variação livre. Na opinião de Bright (1974 [1964]), toda e qualquer variação ou diversidade não é livre, mas correlacionada à sistematicidade das diferenças sociais. Nesse sentido, ele explica que o objeto de estudo é a "diversidade linguística" (BRIGHT, 1974 [1964], p. 18). Mas ele próprio acredita na incompletude dessa caracterização e, por isso, identifica sete dimensões que, segundo o próprio Bright (1974 [1964]), ajudariam a visualizar a extensa série de estudos sociolinguísticos possíveis. A lista traz os fatores socialmente definidos que condicionam a diversidade linguística. Os fatores que Bright (1974 [1964]) acredita serem mais importantes são: (1) a identidade social do emissor; (2) a identidade social do receptor e (3) o contexto onde ambas as identidades são compreendidas. Além disso, ele elenca um fator que diz respeito ao objetivo do pesquisador, pois, para ele, o estudo sociolinguístico pode ser (4) sincrônico ou diacrônico. Outro aspecto lembrado diz respeito à diferença entre (5) "a maneira como as pessoas usam as línguas e o que elas têm como crenças sobre o seu próprio comportamento linguístico e o dos demais" (BRIGHT, 1974 [1964], p. 18). Acrescenta-se a essas dimensões uma outra de preocupação geográfica que diz respeito a (6) extensão da diversidade. Essa extensão, ele elenca três classificações: pluridialetoal, variação condicionada socialmente de uma só língua; plurilíngua, inclui os casos onde diversas línguas são usadas dentro de uma mesma nação; e, plurisocietal, inclui o estudo de línguas distintas faladas em sociedades distintas. E, por último, Bright reconhece que estes estudos têm uma (7) aplicação, seja para diagnosticar uma estrutura social, seja pelo registro histórico, seja pelo planejamento linguístico, que pretende ajudar a política linguística oficial.

Tendo em mãos essas dimensões e todas as suas combinações possíveis, "a tarefa da sociolinguística é [...] demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação casual em uma ou outra direção" (BRIGHT, 1974 [1964], p. 17).

Vemos, portanto, que a teoria já estava se formando, mas na prática, foi preciso esperar por William Labov para enfatizar que a língua é uma fato social, que a linguística é uma ciência social, e que a Sociolinguística é Linguística (CALVET, 2002). Aliás, Labov, a princípio, resiste ao próprio termo: sociolinguística, já que, para ele, isso implica a constatação de que possa haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social (LABOV, 2008 [1972]). Talvez porque o social implica em muitos aspectos, fatores e funções que sob o nome: sociolinguística abrigam-se inúmeras perspectivas que diferem quanto aos interesses, abordagens e, por vezes, quanto ao objeto de estudo. Mas que, ainda assim, estão envolvidas nas relações entre língua e sociedade.

Agora, somando mais de meio século de trabalhos, já acumulamos uma vasta gama de pesquisas com enfoques variados sobre a relação entre língua e sociedade, ora buscando entender a língua usando a sociedade por pretexto, ora tentando ver o funcionamento da sociedade através da língua. Como um dos campos mais férteis de pesquisa da ciência linguística, a Sociolinguística deve sua legitimação e seu status prestigioso à convicção de que os fatores sociais influenciam a língua e eles constituem assuntos legítimos de investigação linguística (VANDRESEN, 1974).

Tendo, pois, conhecimento desse caminho longo que precisou ser percorrido até o reconhecimento da autenticidade dos estudos sociolinguísticos, vamos, agora, verificar em que medida que os fatores sociais e linguísticos se alocam sobre as áreas de estudos que se detêm sobre essa relação.

3.1.2 Sociolinguística ou Sociologia da linguagem: Interrogar a língua por meio da sociedade ou estudar a sociedade por meio da língua

Quando, enfim, se conseguiu dar voz aos estudos que levam em conta a relação existente entre a língua e a sociedade, já estávamos na segunda metade do século XX. Agora, somando mais de meio século de trabalhos, já acumulamos uma vasta

gama de pesquisas com enfoques variados sobre a relação entre língua e sociedade, ora buscando entender a língua por meio da sociedade, ora tentando analisar o funcionamento da sociedade através da língua. Como um dos campos mais férteis de pesquisa da ciência linguística, a Sociolinguística deve sua legitimação e seu status à convicção de que os fatores sociais influenciam a língua, e eles constituem assuntos legítimos de investigação linguística (VANDRESEN, 1974).

Diante dessa certeza e sabendo-se que a Sociolinguística "é uma disciplina que combina os aspectos linguísticos e sociológicos centrando-se em maior ou menor grau em cada um deles" (TRUDGILL, *apud* FASOLD, 1996, p. 15), abre-se um amplo leque de possibilidades de pesquisas, o qual pode focalizar, de um lado, a sociedade, ou, de outro, a língua.

José Pedro Rona, estudioso da língua de fronteira entre o Uruguai e o Brasil, fez, em 1970, uma divisão binária distintiva entre os estudos sociolinguísticos. Segundo ele, temos de um lado a sociolinguística propriamente dita e, de outro, a "sociolinguística alinguística" (RONA, *apud* CALVET, 2002). Para Rona, esta estudaria os efeitos da sociedade sobre a língua, enquanto aquela estudaria a estratificação interna do sistema linguístico.

Tendendo para o mesmo lado, o linguista norte-americano Ralph Fasold publicou, nas décadas seguintes, duas obras complementares: *The sociolinguistics of society* (1984) e *The sociolinguistics of language* (1990). Na introdução do primeiro livro, ele explica essa divisão, que, a propósito, se mostra útil para refletir sobre as subdivisões existentes na disciplina. Para ele,

uno de estos apartados parte de la *sociedad* y ve la lengua como un problema y una ventaja sociales. Este volumen trata de esta primera parte de la sociolingüística. En otro gran apartado de la disciplina parte del lenguaje y considera que los factores sociales influyen en el lenguaje y contribuyen a entender su naturaleza. El segundo volumen tratará de esta clase de sociolingüística. Otra forma de definir estas divisiones es ver este volumen [La sociolingüística de la sociedad] como un tipo especial de sociología y el segundo como una visión determinada de la lingüística (FASOLD, 1996, p 17).

Essa bifurcação, segundo Alkmin (2007), é natural e deve-se à heterogeneidade original do campo de estudos em questão e, por isso, abrange essencialmente uma

vasta gama de assuntos e métodos. Visto dessa forma, a linguista brasileira acredita que essa heterogeneidade pode ser estudada por várias áreas, tais como a Sociolinguística Variacionista, liderada por William Labov; a Sociologia da Linguagem, ligada ao nome de Joshua Fishman; a Etnografia da Comunicação, inseparável do nome de Dell Hymes; a Sociolinguística Interacional, representada por John Gumperz; e a Dialetoлогия Social, associada aos estudos de Peter Trudgill; e, o Contato Linguístico, apresentado inicialmente por Uriel Weinreich.

Acreditamos, no entanto, que esses campos, embora tenham se desenvolvido separadamente, têm muitos elementos comuns e, por vezes, se inter-relacionam. Por exemplo, a divisão entre Sociologia da Linguagem e Sociolinguística não parece ter nenhuma pertinência teórica, apenas valor metodológico, sobretudo se levarmos em conta a bem estabelecida metodologia proposta pela vertente variacionista. Essa divisão também não pode ser encarada como uma escala isomorfa binária; ao contrário, devemos focalizá-la como uma amplitude temática necessária e inseparável. Calvet vai mais além. Ele acredita que

o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social sob seu aspecto linguístico. Segundo esse ponto de vista, não há possibilidade de distinguir entre sociolinguística e linguística, e ainda menos entre sociolinguística e sociologia da linguagem. Realmente é necessário conceber a abordagem dos fatos da língua como um vasto *continuum*, que vai do analógico ao digital, das relações sociais à minudência dos fatos linguísticos, como se estivéssemos aplicando uma técnica de *zoom* (CALVET, 2002, p. 143).

Nesta pesquisa, compartilhamos a visão de Calvet (2002), sobretudo porque abordamos o contato linguístico a partir do ponto de vista do contexto social. Weinreich (1970 [1953]) igualmente afirma que o estudo das relações sociais pode desenvolver um trabalho mais completo sobre o comportamento bilíngue e o desenvolvimento do bilinguismo. Nesse sentido, acreditamos que uma pesquisa de contato linguístico de cunho social seja necessária para se conhecer a comunidade e o contexto de uso das línguas envolvidas. Ela é, inclusive, a base para posteriores estudos descritivos da língua minoritária falada nessa comunidade.

Vamos, assim, focalizar alguns dos principais conceitos do Contato Linguístico, os quais subsidiarão a análise de nossos dados.

3.2 LÍNGUAS EM CONTATO

Segundo o compêndio *Ethnologue: languages of the world*¹¹ (2013), considerado o maior inventário de línguas do mundo, há mais de 7.105¹² línguas faladas no mundo. Algumas delas têm milhares de milhões de falantes; outras sucumbem com os últimos. As Américas somam cerca de 1060 línguas, sendo que 215 desse total são línguas faladas no Brasil. Para esse total, somam-se cerca de 180 línguas autóctones, tais como o Guarani e o Kaingáng, mais de 30 línguas alóctones, como, por exemplo, o italiano e o pomerano, e 01 língua oficial, o português (OLIVEIRA, 2003).

A explicação para a grande diversidade de línguas faladas no mundo esteve ancorada, por muito tempo, no movimento de Migração dos Povos (COUTO, 2009). No entanto, a partir do século XIX, com as Grandes Navegações, e mais recentemente, com o processo de globalização e com toda a promoção midiática e digital dele provindo, o que se verifica é o encurtamento das distâncias, o que tem posto os povos e suas línguas cada vez mais em contato. Fato é que já se sabe que as línguas não podem ser separadas por nenhum traçado líneo (COUTO, 2009) e estão acessíveis e em contato com absolutamente todo o mundo.

Apesar da vontade política de alguns países em promover e sustentar uma única língua oficial em seu território, a coexistência de várias línguas num mesmo país não é exceção, é regra (COUTO, 2009; CALVET, 2002; GROSJEAN, 2001). Dessa forma, podemos desmistificar o monolinguismo. "A regra é o bilinguismo ou multilinguismo, em que duas ou mais línguas convivem em um mesmo território" (COUTO, 2009, p. 49).

¹¹ *Ethnologue: languages of the world* é uma publicação na web do SIL International, que traz dados de 7.105 línguas vivas conhecidas no mundo. Em 2013, foi publicada sua 17ª edição. (Disponível em: www.ethnologue.com. Acesso em 09/01/2014).

¹² Estima-se que haja mais 300 ou 400 línguas ainda sem catalogação no continente asiático e na região do Pacífico, segundo o compêndio *Ethnologue: languages of the world* (2013).

Couto (2009) acredita que haja pelo menos quatro situações diferentes que contactam povos e línguas. A primeira diz respeito à imigração de um povo para um território já ocupado por outro. Lá se encontram as línguas do povo local e dos imigrantes. Esse tipo de contato pode levar a diversos resultados, a depender do poder político, econômico e militar do povo que fala cada uma das línguas. Alguns exemplos são: substituição da língua do grupo minoritário, a formação de ilhas linguísticas, etc.

A segunda situação também se refere à imigração, mas, dessa vez, o grupo mais forte é que migra para o território do mais fraco. Seria o caso de colonizadores, ou conquistadores. Nesse contexto, comumente são implantadas a língua e a cultura dos colonizadores ou conquistadores.

Na terceira situação, verifica-se a migração de ambos os povos para um terceiro território, que não pertence a nenhum deles. Couto (2009) lembra que, frequentemente, esse território é uma ilha. Segundo o autor (2009, p. 53), "essa é a situação ideal para o surgimento de um *pidgin* ou de um *crioulo*".

Na quarta e última situação proposta por ele, tem-se um modelo que engloba as situações de contato temporário ou sazonal, como, por exemplo, quando um povo se desloca temporariamente ao território do outro e vice-versa. É o caso das expedições comerciais, lembra o autor.

Em suma, são muitos os tipos de contato, assim como os seus resultados são igualmente variados, e tudo dependerá da quantidade de pessoas envolvidas, da intensidade e do tempo do contato, do poder e da resistência cultural dos povos envolvidos, da (des)semelhança tipológica entre as línguas etc, como veremos a partir da seção 3.2.6. Antes disso, no entanto, vamos analisar três conceitos básicos para nosso estudo: a língua, o dialeto e, em seguida, a comunidade linguística. Em seguida, conheceremos três processos que atuam sobre o nosso tema maior: manutenção/substituição linguística.

Então, a ordenação temática que se segue propõe conhecermos os conceitos básicos sobre os quais falaremos em todo momento: língua, dialeto, comunidade linguística. Depois entenderemos processos basilares relacionados à língua e à

comunidade, ou seja, veremos como se formam as redes sociais e como se estabelecem as atitudes e a lealdade linguísticas. Assim chegaremos ao nosso tema central: os processos de manutenção e substituição das línguas de imigração. Posteriormente, verificaremos como se desenvolve o bilinguismo, a divisão dos usos e funções sociais das línguas, a diglossia e a escolha linguística. A seguir, passamos a entender a relação identidade, etnicidade e língua. E, por fim, mostraremos um pouco do que foi conquistado em que tange aos direitos linguísticos; portanto, falaremos de políticas e planejamento linguístico.

Acreditamos que com essa divisão estaremos caminhando numa ordem crescente de entendimento à compreensão total dos vários fatores e processos que se relacionam à nossa temática. Ao final, queremos que se entenda que, a despeito da divisão, todos os processos são simbióticos entre si.

3.2.1 Os conceitos de língua e dialeto

A conceituação de língua e dialeto é bastante controversa. Primeiro porque, histórica e popularmente, o termo *dialeto* tem sido usado largamente para nomear uma variedade linguística primitiva e inferior (BAKER; JONES, 1998; EDWARDS, 2009). Nesse sentido, Chambers e Trudgill (1994) lembram-nos que

[...] dialecto es (...) un término aplicado a menudo alas lenguas que no tienen tradición escrita [y] también se entienden como dialectos algunas clases (a menudo erróneas) de desviaciones de la norma, aberraciones de la forma estándar o correcta de una lengua (1994, p. 19).¹³

Embora de uma forma negativa, o conceito de *dialeto* invariavelmente se relaciona ao de língua. Por muito tempo se achou que uma língua é um conjunto de dialetos

¹³ Dadas as semelhanças entre as línguas portuguesa e espanhola, principalmente na forma escrita, pensamos não ser necessário fazer a tradução de trechos citados em espanhol. Por sua vez, todos os trechos em inglês aparecerão já traduzidos por nós.

mutuamente inteligíveis. Se analisarmos esse critério de inteligibilidade mútua, veremos que ele se apresenta bastante problemático, frágil e não satisfatório, uma vez que não avalia os graus de inteligibilidade e não os delimita a partir de aspectos tais como o grau de exposição, o grau de educação e a vontade de entender, que certamente influenciam na compreensão mútua (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994).

Contrário ao critério da inteligibilidade, Hudson (1980) diferencia uma língua de um dialeto por meio de duas perspectivas. De um lado, ele diz que existe uma diferença de tamanho. Para o autor, "uma língua é mais ampla que um dialeto" (1980, p. 31). De outro, o prestígio: a língua goza de prestígio enquanto o dialeto dele carece, pondera Hudson (1980).

Chambers e Trudgill (1994) não entram no mérito do tamanho, mas distinguem língua e dialeto do ponto de vista estrutural. Para eles, *dialecto* "se refiere a las variedades que son diferentes desde un punto de vista gramatical (y quizás léxico), además de fonológico de otras variedades" (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 22).

Já Fishman (1979) concebe dialetos como "aquellas variedades lingüísticas que inicial y básicamente representan orígenes geográficos divergentes" (1979, p. 47). Mas, esse autor também admite que os dialetos podem apontar para uma variedade regional, social (*socioleto*), étnica ou religiosa, funcional ou especializada.

Ainda em consonância com sua visão de dialeto pautada nos fatores regionais, Fishman (1979) acredita que "un dialecto debe ser una *subunidad* regional respecto a la lengua, particularmente en su realización idiomática o hablada. La 'lengua' es una designación superordinada; el 'dialecto' lo es subordinada" (FISHMAN, 1979, p. 49, grifos do autor).

Chambers e Trudgill (1994), bem como Baker e Jones (1998) e Edwards (2009), rebatem a ideia de subordinação. Segundo os autores, não faz nenhum sentido supor que um dialeto qualquer é linguisticamente superior a outro: "Assim como as línguas, os dialetos não podem ser vistos, linguisticamente [falando], em termos de melhor ou pior" (EDWARDS, 2009, p. 65).

Devido a essa polêmica conceitual, Baker e Jones (1998) acreditam que os linguistas têm usado o termo *dialeto* no seu sentido mais geral e mais neutro, para descrever qualquer variedade da língua. Nesse sentido, todo e qualquer indivíduo falaria um dialeto, ou simplesmente uma variedade da língua diferente da dos outros indivíduos. Apesar dessa generalidade, algumas vezes, os linguistas têm preferido usar a expressão *variedades de fala*, em vez do termo *dialeto*, a fim de se evitarem as conotações negativas e os julgamentos de valor deste último.

Embora as manobras terminológicas tenham ajudado a evitar a negatividade, elas não solucionam a definição e a delimitação de ambos os termos. Essa dificuldade - quase impossibilidade (BAKER; JONES, 1998) - de preencher essa lacuna conceitual tem uma explicação: "Lengua no es en absoluto una noción particularmente lingüística" (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 21). Esse conceito tem implicações outras, além da linguística; há razões políticas, geográficas, históricas, sociológicas e culturais atuando sobre o sistema linguístico (BAKER; JONES, 1998).

Nesse sentido, Couto acredita que

praticamente não [há] diferença entre língua e dialeto. Trata-se mais de uma questão de poder. Assim, o povo que conseguir impor seu "dialeto" como língua tê-lo-á assim considerado. O povo que não tiver esse poder terá seu meio de comunicação considerado "dialeto". Não é para menos que já se disse que a língua é um dialeto com um exército e uma marinha (2009, p. 57).

Discutir as diferenças e semelhanças entre *língua* e *dialeto* se faz essencial para os estudos de contato linguístico, à medida que os membros das comunidades linguísticas minoritárias disputam sua definição e explicação para eventual promoção de seus dialetos. No pomerano, por exemplo, essa discussão existe. Sobre ela nos pronunciaremos adiante. Por ora, iremos debruçar-nos sobre mais um conceito caro a Sociolinguística, qual seja, o de comunidade linguística.

3.2.2 Comunidade Linguística

Independentemente da orientação teórica, todas as grandes teóricas tentam formular um conceito de Comunidade Linguística¹⁴ a fim de tentar capturar as forças que interagem sobre o processo natural da formação de grupos baseados na linguagem. Scherre (2006) acredita que temos três grandes visões teóricas de Comunidade Linguística, cada uma delas baseada em um paradigma de estudos da linguagem. O primeiro paradigma considerado pela autora é o da Linguística Estrutural.

A Linguística Estrutural pressupõe a existência de uma só língua dentro da comunidade. Bloomfield (1961) deixa isso claro ao afirmar que "um grupo de pessoas que usa o mesmo sistema linguístico é uma comunidade linguística" (1961, p. 29).

O segundo paradigma teórico considerado por Scherre (2006) é o da Sociologia da Linguagem e da Etnografia da Comunicação. Segundo a autora, essas áreas de estudos partem do conceito estrutural acima descrito para declarar que a existência de mais de uma língua não implica na existência de mais de uma comunidade de fala.

Ferguson (1974 [1959]), em seu estudo clássico sobre diglossia, não faz nenhuma referência direta a comunidades linguísticas, mas ao dizer, logo no início de seu artigo, que "em muitas comunidades linguísticas, as pessoas utilizam duas ou mais variantes de uma mesma língua em diferentes condições" (FERGUSON, 1974 [1959], p. 99), ele se posiciona a esse respeito. Ao fazê-lo, então, o autor assume que uma comunidade linguística não se define pela presença exclusiva de uma só língua ou variedade.

¹⁴ Tradução livre. Do inglês *Speech Community*. Pode-se ter também a tradução para *Comunidade de Fala*.

No mesmo sentido, mas de maneira mais ampla, De Heredia (1989) também exclui a necessidade de um único código linguístico por comunidade e, assim, inclui as comunidades bilíngues e bidialetais em sua definição de comunidade de fala. Apesar do monolinguismo, ela lembra que

[...] uma comunidade linguística define-se como tal se seus membros têm em comum ao menos uma variedade de língua e também normas de uso correto, uma comunicação intensiva entre eles, repertórios verbais ligados a papéis e unificados por normas, enfim, uma integração simbólica no interior do grupo ou do subgrupo de referência (nação, região, minoria) (DE HEREDIA, 1989, p. 179).

Nesse sentido, Fishman (1979) acredita que comunidade linguística é "aquella cuyos miembros participan por lo menos de una variedad lingüística y de las normas para su uso adecuado" (1979, p. 54). Também o repertório verbal caracteriza uma comunidade linguística, uma vez que este é um reflexo do repertório funcional realizado e idealizado, bem como o acesso e a fluidez do mesmo, segundo Fishman (1979). Sendo assim, o compartilhamento de um sistema linguístico é necessário, mas não suficiente para caracterizar a comunidade linguística. Então, essa área de estudos introduz a noção do compartilhamento de conhecimento das normas de uso e interpretação da linguagem (SCHERRE, 2006).

Mais tarde seria a vez de Labov dar sua definição ao termo. Segundo Scherre (2006), o mentor da sociolinguística variacionista considera as versões anteriores do conceito de Comunidade Linguística e o amplia e muda seu foco, visto que, para o compartilhamento de normas de uso da língua, o autor acrescenta um conjunto de atitudes sociais em relação à língua. A comunidade de fala por ele concebida

[...] não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos lingüísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso (LABOV, 2008 [1972], p. 150).

Os três conceitos apresentados são, segundo Scherre (2006), complementares e conflitantes.

Calvet (2002), por sua vez, critica as definições de linguistas como Labov, Fishman e Ferguson, pois, para ele, esses estudiosos não definem exatamente uma comunidade linguística. De acordo com o autor, essas definições dão conta apenas

do adjetivo, ou seja, apenas falam o que é língua, sem defini-la em comunidade. Ele acredita que uma mesma pessoa pode participar de duas ou mais comunidades linguísticas, desde que se compreendam pela mesma variedade linguística. Uma comunidade seria estruturada e dividida em subgrupos, em função dos códigos linguísticos. Ele diz: "o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico" (CALVET, 2002, p. 121).

A concepção compreensiva de Calvet (2002), no entanto, não é a mesma que a da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), que define o termo *comunidade linguística* a partir da ideia de uma língua comum. Ao termo *comunidade* é acrescido uma acepção histórica e geográfica.

Esta declaração entende por *comunidade linguística* toda a sociedade humana que, assentada historicamente em um espaço territorial determinado, reconhecido ou não, se auto-identifica como povo e desenvolve uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre seus membros. A *língua própria de um território* faz referência ao idioma da comunidade historicamente estabelecida neste espaço (*apud* OLIVEIRA, 2003, p. 23-24).

Trazer à tona a discussão do que seja uma comunidade linguística se faz importante nesta pesquisa, tendo em vista que o contato e a consequente manutenção ou substituição de uma língua minoritária não se dá de modo individual, mas responde aos desejos – conscientes ou não – de uma população, de uma comunidade. Esses desejos são compartilhados sobretudo pelas redes sociais, tópico que será abordado na sequência.

3.2.3 Redes sociais

A noção de redes sociais¹⁵ foi desenvolvida por antropólogos sociais durante os anos 60 e 70 do século XX. Como categoria de pesquisa, o conceito de rede social foi introduzido nos estudos sociolinguísticos a partir de Milroy (1987 [1980]), tendo sido importado para os estudos sobre a variação/mudança com a finalidade de explicar a relação entre os padrões da manutenção do vernáculo e os padrões de mudança linguística, no decorrer do tempo (MILROY, 1987 [1980]).

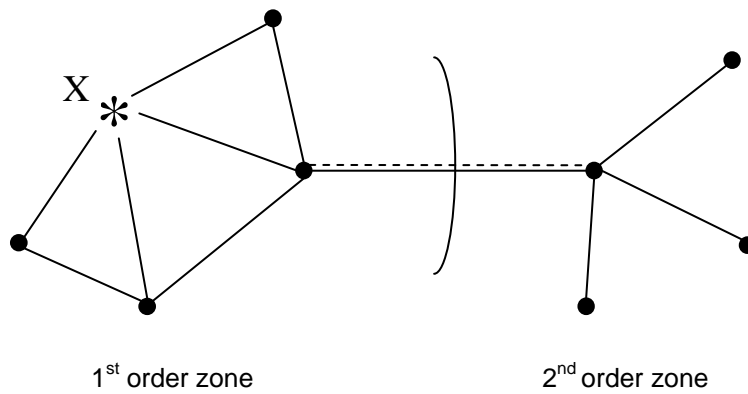
Com seu estudo sobre a variação vocálica no inglês falado em três comunidades proletárias de Belfast, a autora observou que o emprego das variantes só pode ser explicado através da observação das redes de relacionamentos existentes entre os membros do grupo. Milroy (1987 [1980]) demonstra que as redes densas e múltiplas (do inglês: *multiplexity*) ali encontradas funcionam como mecanismo de reforço dos valores linguísticos e culturais partilhados pelos membros da comunidade linguística.

Conforme a autora, as redes sociais representam os graus de contato entre indivíduos que se relacionam cotidianamente. Seguindo o princípio da ancoragem (do inglês: *anchorage*) (MILROY, 1987 [1980]), isto é, considerando a rede social a partir do ponto de vista dos indivíduos, é possível extrair algumas características gerais das relações sociais nas quais o indivíduo se insere. Cada pessoa deve ser vista como um ponto focal (do inglês: *focal point*), cujas linhas se irradiam a outros pontos, ou seja, a outras pessoas com as quais o primeiro indivíduo tem contato. E os pontos de contato se subdividem em primeira ordem, segunda ordem, etc. As pessoas que estão diretamente ligadas ao ponto focal estão incluídas na primeira ordem. Já aquelas pessoas que talvez não sejam conhecidas do ponto focal, mas que tenham relações com algum ponto da primeira ordem, são chamadas de pontos de segunda ordem. A ordem pode se estender para três ou quatro, seguindo o

¹⁵ Se compararmos a noção de rede social com a de classe social, veremos que esta é mais etnocêntrica, e aquela, "baseada na contratação individual de relações sociais informais, é um princípio de aplicação universal" (MILROY, 1987, p. 178).

mesmo princípio do contato; no entanto, Milroy (1987 [1980]) ressalta a importância da primeira e da segunda, principalmente.

FIGURA 1. Estrutura da rede social dividida em duas ordens (X representa o ponto focal).

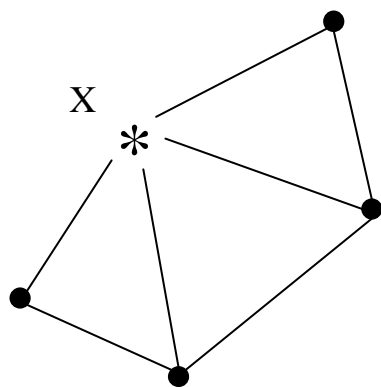


Fonte: MILROY, 1987 [1980], p. 48.

As redes sociais têm três características estruturais: a densidade (do inglês: *density*), o agrupamento (do inglês: *clusters*) e a multiplexicidade (do inglês: *multiplexity*). A primeira diz respeito à estrutura da rede, e a segunda e terceira, ao seu conteúdo (MILROY, 1987 [1980]).

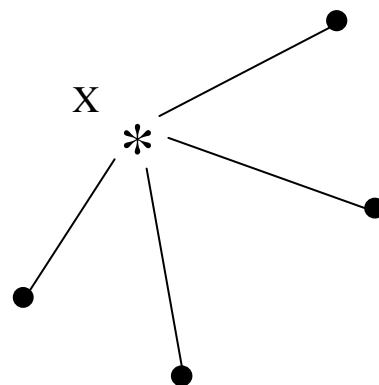
A densidade de uma rede se refere à quantidade de contatos dos indivíduos: quanto maior o número de pessoas que se conhecem entre si em um grupo, maior a densidade da rede. Por outro lado, uma rede em que poucas pessoas se conhecem mutuamente é uma rede frouxa, isto é, com pouca densidade. As figuras 2 e 3, a seguir, ilustram as dimensões da estrutura da rede, de acordo com sua densidade:

FIGURA 2: Rede densa.



Fonte: MILROY, 1987 [1980], p. 20.

FIGURA 3: Rede frouxa.



Fonte: MILROY, 1987 [1980], p. 20.

No que diz respeito aos agrupamentos, Milroy (1987 [1980]) esclarece que esses são segmentos da rede social que têm relativa densidade, pois a autora considera que "relações dentro do agrupamento são mais densas que as existentes no exterior" (MILROY, 1987 [1980], p. 50). Os agrupamentos podem se formar a partir de vários conjuntos, tais como parentesco e ocupação, entre inúmeros outros. Eles têm se mostrado, em estudos recentes, como os mais determinantes na execução das normas, linguísticas ou gerais, mais até do que simplesmente a densidade (MILROY, 1987 [1980]).

No que se refere à multiplexidade, segundo a autora, o vínculo entre duas pessoas será "*uniplex*" (MILROY, 1987 [1980], p. 51), se a relação ocorrer em apenas um sentido, como, por exemplo, a relação empregado/empregador. O vínculo será, por outro lado, "*multiplex*" (MILROY, 1987 [1980], p. 51), se as relações ocorrerem simultaneamente em diversos níveis, ou seja, se as pessoas forem, ao mesmo tempo, parentes, companheiros de trabalho, vizinhos, amigos, etc. Assim, uma rede na qual os indivíduos se relacionam de diversas maneiras é uma rede múltipla.

A objeção à noção de multiplexidade é que o número de contatos que podem ser observados em um relacionamento pode variar de um pesquisador para outro, e de acordo com o propósito da análise (MILROY, 1987 [1980]).

Como dissemos anteriormente, esses conceitos e suas dimensões são caras a esta pesquisa, já que "parece ser que la gente está mucho más influida, lingüísticamente hablando, como era de se esperar, por los miembros de la red social a la que pertenecen que por cualquier otra persona" (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 107). Transpondo tal premissa para a nossa discussão sobre manutenção linguística, estamos certos de que: "uma estrutura de rede densa é um importante mecanismo de manutenção da língua, visto que os falantes são capazes de formar um grupo coeso capaz de resistir à pressão linguística e social que vem de fora do grupo" (MILROY, 1987 [1980], p. 182).

Passemos então, a seguir, a outro conceito-chave dentro dos estudos de Sociolinguística e do Contato Linguístico: as Atitudes Linguísticas.

3.2.4 Atitudes linguísticas

Para sociolinguistas como Appel e Muysken (1996), Fasold (1996) e Grosjean (2001), por exemplo, a língua não é apenas um instrumento de comunicação de mensagens; ela transmite significados e conotações sociais. Em outras palavras, uma comunidade se distingue de outra por meio de sua língua. As normas e valores culturais do grupo, bem como seus sentimentos, são transmitidos por ela. Os que não pertencem ao grupo são excluídos, já que não têm acesso a essas informações. Dado que a língua possui significado social, Grosjean (2001) acredita que as atitudes em relação aos indivíduos são transferidas para a língua de que eles são usuários.

Dessa forma, a atitude linguística consiste em uma postura, um comportamento - positivo ou negativo - frente a uma língua ou uma variedade linguística particular; uma reação favorável ou desfavorável face ao modo de falar do outro (GROSJEAN, 2001). As atitudes positivas são vistas como solidariedade, e as negativas, como estigmatização: "Uma língua é acompanhada por atitudes e valores mantidos por seus usuários e também por pessoas que não conhecem a língua" (GROSJEAN, 2001, p. 117), ou seja, as atitudes linguísticas são expressas tanto pelos falantes quanto pelos não falantes da língua. E esses dois lados mantêm uma postura para com eles mesmos e para com os *outsiders*. Acredita-se que as atitudes sejam determinadas a partir das diferentes posições sociais do grupo linguístico, isto é, as atitudes surgem a partir da razão pela qual se fala, seja ela social, subjetiva ou afetiva (APPEL; MUYSKEN, 1996).

As atitudes linguísticas desempenham um papel importante na vida dos usuários de uma língua, bem como na própria variedade linguística, sobretudo porque elas são, na verdade, atitudes sociais (APPEL; MUYSKEN, 1996; FASOLD, 1996). Visto desse modo, toda a vida de uma língua é influenciada pelas atitudes de seus falantes (BAKER; JONES, 1998).

Grosjean (2001) aponta seis principais consequências das atitudes linguísticas negativas, quando existe contato linguístico:

- 1) a língua majoritária é aprendida pelo grupo majoritário e minoritário;
- 2) a língua majoritária é aprendida como L1 pela segunda geração do grupo minoritário;
- 3) os falantes do grupo minoritário revelam insegurança quanto ao que pensam sobre a(s) língua(s);
- 4) o uso da língua minoritária é mais restrito;
- 5) ocorre a substituição da língua minoritária;
- 6) os falantes do grupo minoritário temem revelar aculturação incompleta por empréstimos e alternâncias de código.

Vemos, portanto, que as atitudes negativas ou positivas em relação a uma língua podem gerar profundos efeitos em seus usuários (GROSJEAN, 2001). Este autor também explica que as atitudes linguísticas estão sempre entre os principais fatores que explicam quais línguas são aprendidas, quais são usadas e quais são as preferidas pelos bilíngues. Embora as atitudes negativas tenham, na maioria das vezes, um efeito de destruição, no sentido de que levam à substituição linguística, à perda de domínios, à perda de proficiência e à perda de usos, entre outras, algumas vezes, a estigmatização da língua pode produzir outro efeito, o de reforçar a lealdade e a solidariedade de seus falantes para com sua língua e seu povo (GROSJEAN, 2001, p. 126).

"As atitudes linguísticas não são nunca estáticas" (GROSJEAN, 2001, p. 178). Ao longo do tempo, elas mudam e são influenciadas pelas variedades de pessoas, experiências e domínios que as atravessam. Segundo este autor, "é interessante [perceber] que as atitudes mudam e que uma língua antes estigmatizada pode tornar-se aceita e respeitada" (GROSJEAN, 2001, p. 122). A mudança de atitudes linguísticas, de negativa para positiva, pode ser promovida pelo reconhecimento oficial da língua, pela proclamação da independência de um país, pelo ganho de autonomia do grupo ou, eventualmente, pelo trabalho de linguistas e cientistas (GROSJEAN, 2001). Assim, "as atitudes para com a língua são vistas como um importante barômetro, fornecendo uma medida do clima da língua" (BAKER; JONES, 1998, p. 174).

No contexto bilíngue ou multilíngue, é possível encontrar atitudes linguísticas favoráveis a uma língua e contrários à utilização de outra. Isso porque comumente, em situações de contato, uma língua tem mais prestígio do que a(s) outra(s). E a língua de prestígio é, muitas vezes, considerada mais bonita, mais expressiva, mais lógica e mais capaz de expressar os pensamentos abstratos. Em contrapartida, a outra língua é considerada agramatical, primitiva e grosseira (GROSJEAN, 2001). Ainda em situações plurilíngues,

algo muito comum é chamar a língua [minoritária] de dialeto ou *patois*, e dar-lhe as conotações negativas associadas a dialetos por não linguistas – que ela é menos rica do que os idiomas padrão, menos gramatical e é falada de uma maneira mais grosseira, menos refinada (GROSJEAN, 2001, p. 122).

Appel e Muysken (1996) afirmam ainda que os membros de grupos sem prestígio social parecem ser perfeitamente conscientes do fato de que certas línguas, sobretudo as línguas sem prestígio ou línguas minoritárias, não são úteis para conseguir mobilidade social ascendente.

Sobre a hierarquização feita na sociedade, ou mesmo na comunidade linguística, Appel e Muysken (1996) advertem que a explicação das atitudes linguísticas só é possível se entendermos que as línguas (ou variedades linguísticas) em estudo são objetivamente comparáveis gramatical e logicamente, conforme já dissemos anteriormente, e que o que causa as diferenças de avaliação subjetiva dos indivíduos são as diferentes posições sociais dos grupos etnolinguísticos. Nesse sentido, Edwards lembra que

[...] nos moveremos en terreno seguro si tenemos en cuenta que las evaluaciones de las variedades lingüísticas, dialectos y acentos, no reflejan cualidades lingüísticas ou estéticas *per se*, sino que son expresión de preferencias y convenciones sociales que, a su vez, reflejan la consciencia del status y el prestigio concedido a los hablantes de esas variedades (EDWARDS, *apud* APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 34-5).

Uma atitude representa pensamentos internos, sentimentos e tendências de comportamento através de uma variedade de contextos (BAKER; JONES, 1998). Em geral, se distinguem duas perspectivas teóricas nos estudos das atitudes linguísticas: a mentalista, adotada por quase todos os investigadores da área; e a perspectiva comportamental, segundo a qual as atitudes devem ser estudadas

mediante a observação das respostas a determinadas línguas, ou seja, seu uso em interações reais.

A perspectiva mentalista considera que as atitudes são um estado interno e mental que pode dar lugar a certas formas de comportamento. Fasold (1996) descreve a atitude linguística, na perspectiva mentalista, como "una variable que opera entre un estímulo que afecta a una pessoa e la respuesta de ésta" (1996, p. 229). O problema básico dessa perspectiva é que os estados mentais têm de ser deduzidos de certos comportamentos.

A perspectiva mentalista, segundo Appel e Muysken (1996) e Fasold (1996), tem vários métodos de investigação. O primeiro chama-se *matched-guise* ou técnica dos pares ocultos, criado por Lambert e seus colaboradores, no final dos anos 50 e início dos 60 do século XX. Resumindo, para realizar essa técnica, gravam-se vários bilíngues lendo o mesmo fragmento textual em duas línguas. Os sujeitos cujas atitudes linguísticas estão sob análise escutam as gravações pensando que cada falante foi gravado uma só vez. Feito isso, os informantes avaliam e classificam as características da personalidade dos falantes, sobretudo no que diz respeito às escalas semânticas diferenciais (*semantic differential scales*) (OSGOOD; SUCI; TANNENBAUM, *apud* APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 31), nas quais se colocam os extremos opostos de uma característica, deixando entre eles um espaço em branco para que o informante marque com qual extremo se parece aquele locutor.

A segunda técnica é um questionário que contém várias perguntas – abertas ou fechadas – sobre uma língua e seu uso. As perguntas abertas dão máxima liberdade de resposta ao informante; no entanto, os desvios ao tema são constantes. As perguntas fechadas são mais fáceis de serem analisadas e contabilizadas pelo investigador e também são mais fáceis para o entrevistado, embora este seja obrigado a responder dentro dos termos fixados por aquele (FASOLD, 1996).

Com relação à perspectiva comportamentalista, pode adotar-se a técnica de observação, a qual também foi utilizada nesta pesquisa. Essa técnica é muito frutífera, mas demanda um tempo bastante grande para ser realizada. Falaremos mais a respeito dela no Capítulo 4, que se dedica aos Procedimentos Metodológicos

deste trabalho. Vamos, então, a um conceito intrinsecamente relacionado às atitudes linguísticas e também necessário à análise de nossos dados: a lealdade linguística.

3.2.5 Lealdade linguística

O estudo sociolinguístico do contato de línguas necessitava de um termo para caracterizar o sentimento de fidelidade de um povo à sua língua, assim como o termo *nacionalismo* corresponde à nacionalidade. A expressão *lealdade linguística* foi proposta com esse objetivo, segundo Weinreich (1970 [1953]). A lealdade linguística, em comparação com o nacionalismo, pode ser "uma *idée-force* que enche o cérebro e o coração do homem com novos pensamentos e sentimentos e o leva a traduzir sua consciência em gestos de ação organizada" (KOHN, *apud* WEINREICH, 1970 [1953], p. 99). Em resposta à substituição linguística, a lealdade linguística tenta preservar a língua ameaçada; como uma reação à interferência, ela faz uma versão padronizada da língua como um símbolo e uma causa (WEINREICH, 1970 [1953]).

A lealdade linguística pode ser definida, então, como um princípio – seu conteúdo específico varia de caso para caso – em nome do qual as pessoas vão se reunir com seu grupo de língua materna, de forma consciente e explícita, para resistir às mudanças estruturais e sociais (WEINREICH, 1970 [1953]). Em outras palavras, a lealdade linguística pode ser vista como uma atitude positiva em relação à língua, pois, segundo Appel e Muysken (1996), a lealdade linguística reflete as estreitas relações entre língua e identidade social dos grupos etnolinguísticos.

É de se supor que essa fidelidade seja natural em todos os falantes, uma vez que é inevitável o seu envolvimento com a língua materna, mas as reações frente a esse sentimento são diversas, bem como a sua extensão, tendo em vista a variedade de fatores socioculturais envolvidos e o próprio temperamento da pessoa ou do grupo em situação de contato linguístico. Para Weinreich (1970 [1953]), é em situação de

contato de línguas que as pessoas se tornam mais conscientes da peculiaridade da sua língua e é nesse contexto que a língua minoritária se torna mais facilmente o símbolo da integração do grupo.

Por fim, cabe-nos frisar que o estudo da lealdade linguística é extremamente importante para esta pesquisa, haja vista que ela pode explicar a manutenção de uma língua minoritária para além da terceira geração de imigrantes, como aconteceu com o pomerano em Santa Maria de Jetibá.

A seguir, voltaremos nossa atenção para um importante processo das Línguas em Contato e o tema central de nossa pesquisa: a manutenção/substituição de línguas minoritárias.

3.2.6 Manutenção/substituição de línguas minoritárias¹⁶

A manutenção e a substituição linguística são as duas caras de uma mesma moeda. A manutenção linguística ocorre quando a comunidade linguística decidiu continuar usando sua língua minoritária (FASOLD, 1996). Quando se diz que uma língua está mantida, significa que ela está em relativa estabilidade no que se refere ao número de falantes e sua distribuição, à proficiência de adultos e crianças e aos seus domínios específicos (BAKER; JONES, 1998).

Às vezes, quando línguas minoritárias e/ou de imigração se mantêm, ocorre a formação de ilhas linguísticas (COUTO, 2009). Os estudiosos alemães, que incorporaram o conceito à tradição linguística alemã por volta de 1900, conceituam ilhas linguísticas como sendo comunidades linguísticas relativamente pequenas e

¹⁶ A expressão "língua minoritária" não faz alusão ao número de falantes, mas ao próprio estatuto das línguas. Seriam minoritárias, em um espaço nacional dado, todas as línguas, exceto uma (ACHARD, 1989). Baker e Jones acreditam que "o termo 'língua minoritária' se refere à língua falada pelo grupo que tem menos poder e prestígio" (1998, p. 121).

fechadas, que surgem em determinado ponto do território, relativamente maior, de outra língua. Formada, a ilha linguística ajuda a estabelecer a "consciência de comunidade", o que pode tornar o processo de manutenção mais forte e, conseqüentemente, o processo de substituição mais lento (COUTO, 2009).

A substituição linguística, o outro lado da moeda, acontece quando uma comunidade abandona totalmente sua língua em benefício de outra (WEINREICH, 1970 [1953]). Dizer que houve uma substituição linguística é o mesmo que dizer que os membros de uma comunidade decidiram coletivamente empregar a língua majoritária quando, até então, só empregavam a língua minoritária¹⁷ (FASOLD, 1996; APPEL e MUYSKEN, 1996; FISHMAN, 1979). Esse processo, normalmente, não é repentino; ele ocorre gradualmente, durante décadas (BAKER; JONES, 1998).

Substituição linguística¹⁸ é um termo considerado neutro, tendo em vista que a língua minoritária pode ser substituída pela majoritária e o contrário também é possível, embora raro. Nesse sentido, Weinreich (1970 [1953]) lembra que o processo de substituição linguística é inteiramente social, já que não há motivações estritamente linguísticas motivando a substituição. Afinal, todas as línguas são modelos adequados de expressão e comunicação das pessoas que as falam. Intrinsecamente, nenhuma língua é mais difícil ou complexa que outra (BAKER; JONES, 1998).

A substituição linguística é também uma mudança cultural, porque, de acordo com Baker e Jones: 1) "uma língua indexa sua cultura"; 2) "uma língua simboliza sua

¹⁷ Fishman (1979) alerta para as diferenças processuais e temporais entre a manutenção e a substituição linguística entre línguas faladas e escritas. Vale lembrar que aqui estamos nos referindo somente aos fatores que envolvem a língua falada.

¹⁸ Existem também os termos: *suicídio linguístico* e *assassinato linguístico*. O primeiro refere-se ao processo pelo qual a língua minoritária gradualmente pega emprestado vocabulário, sons e construções da língua de prestígio, até aquela ser totalmente absorvida por esta (BAKER; JONES, 1998). E *assassinato linguístico* diz respeito a tomada - retirada - de funções da língua minoritária pela majoritária (BAKER; JONES, 1998). Esses termos não são usados no presente trabalho, uma vez que, são bastante controversos e simbióticos. Dificilmente uma língua é assassinada ou comete suicídio. O declínio linguístico, e a eventual morte de uma língua, decorre não de fatores linguísticos, mas por fatores sociais, tais como, mudanças econômicas e imposições políticas, dentre outros que veremos nesta Seção. Além disso, escolha (suicídio) e coerção (assassinato) podem ambas estar presentes na morte linguística.

cultura"; e 3) "a cultura é parcialmente criada por sua língua" (BAKER; JONES, 1998, p. 187).

A substituição de uma língua ocorre quando ela tem menos poder e prestígio e é preterida em favor daquela que tem mais poder (BAKER; JONES, 1998). Assim, normalmente, quando a língua majoritária passa a ser usada como veículo habitual de comunicação, é porque se espera que falar essa nova língua proporcione êxito econômico e mobilidade social ascendente a seus falantes. Por isso, Baker e Jones dizem que

a substituição de uma língua está particularmente relacionada à mudança econômica e social, à política e ao poder, à disponibilidade de redes sociais locais de comunicação entre falantes de línguas minoritárias e ao apoio institucional dado para a conservação de uma língua minoritária (1998, p. 153).

O processo de substituição linguística, portanto, está relacionado às mudanças sociais, porque estas mudam as relações entre os falantes e os padrões linguísticos da comunidade. Criam-se novos ambientes, que surgem com os novos falantes; a língua adquire novas formas, novos significados e cria novos padrões de interação social (BAKER; JONES, 1998). Enquanto isso, a língua em substituição entra em declínio.

Se houver a redução das funções e a perda da competência linguística dos falantes, estaremos diante do fenômeno da perda linguística¹⁹. O processo de substituição, unido à perda linguística, desencadeia a extinção/morte linguística. Baker e Jones (1998) acreditam que dizer que uma língua morreu corresponde a dizer que o último falante da língua morreu, ou seja, nenhum falante resta para manter uma comunidade linguística. Assim, "morte linguística significa que a língua, como um meio de comunicação, desapareceu totalmente" (BAKER; JONES, 1998, p. 150).

A substituição linguística, ao contrário do que possa parecer, não é uma situação inevitável, segundo Appel e Muysken (1996); portanto, os grupos podem favorecer o uso de uma língua minoritária no âmbito familiar, a fim de manter o bilinguismo.

¹⁹ Perda linguística nada mais é que perda de competência numa língua (APPEL; MUYSKEN, 1996). Esse fenômeno começa pela perda das habilidades léxicas, reduz e simplifica o sistema morfológico e termina na agonia do monoestilismo.

Prever a substituição linguística é impossível,

pese que muchos de los factores sociológicos que se citan más a menudo están presentes cuando ocurre un cambio de lengua, siempre es muy fácil encontrar ejemplos de sociedades que han conservado su lengua pese a estar sometidas a esos mismos factores (FASOLD, 1996, p. 328).

No entanto, certos indícios não devem ser ignorados: (1) a diferença entre as gerações: enquanto os mais velhos falam a língua em decadência, os mais novos usam a nova (FASOLD, 1996); (2) a diminuição das funções da língua sob risco e seu uso em diferentes contextos (BAKER; JONES, 1998); (3) a redução do número de falantes e a concentração deles na comunidade (BAKER; JONES, 1998); e (4) a perda gradual da fluência dos falantes - a presença de "*semi-speakers*" (BAKER; JONES, 1998).

Nas comunidades de imigrantes, o que chama a atenção é a sistematicidade da substituição da língua minoritária de acordo com a geração dos descendentes. Dessa situação surgiu a *Lei da Terceira Geração* (WEINREICH, 1970 [1953]; FASOLD, 1996; COUTO, 2009). De acordo com ela, a primeira geração, quando migra já adulta, aprende quando muito uma variedade pidginizada da língua do país de acolhimento. Os filhos, a primeira geração, geralmente aprendem a língua do país hospedeiro e a dos pais, sendo, portanto, bilíngues, continuando a usar a língua original em todas as interações intragrúpis. Os netos, a segunda geração, porém, tendem a preferir a língua da nova terra, mantendo, quando muito, um conhecimento passivo da língua original de seus avós. Os bisnetos, a terceira geração, frequentemente não têm quase nenhum conhecimento da língua dos antepassados.

São muitos os fatores relacionados à manutenção/substituição de uma língua minoritária. Abaixo seguem os principais, listados de acordo com os autores que os propuseram.

Weinreich (1970 [1953]), em seu trabalho pioneiro a respeito do Contato de Línguas, estipula algumas hipóteses gerais a respeito do processo de manutenção/substituição linguística. Segundo ele, a substituição é, na maioria das vezes, concomitante com a urbanização; é mais frequente entre católicos do que protestantes; e é mais rápida entre os que têm maior escolaridade.

Giles, Bourhis e Taylor (1977) elencam três fatores de manutenção/substituição linguística. São eles: (1) status, (2) o peso demográfico e (3) o apoio institucional, que se combinam à vitalidade linguística. A vitalidade linguística de um grupo etnolinguístico, segundo Giles *et al.* (1977), é o que o torna suscetível de comportar-se como uma entidade coletiva diferenciada e ativa em situações intergrupais. Quanto maior a vitalidade do grupo linguístico, maiores são as chances de sobrevivência dessa coletividade. No caso das línguas minoritárias, essa noção implica que uma vitalidade alta conduz à manutenção, inclusive para a extensão do uso, e a vitalidade baixa acabará em substituição da língua minoritária por uma majoritária ou, em alguns casos, por outra língua minoritária de maior prestígio.

O status, primeiro fator elencado por Giles *et al.* (1977), se subdivide em três:

A. O *status econômico*, que é um fator relevante em quase todos os estudos sobre manutenção e substituição linguísticas, afetará negativamente a língua minoritária pelo fato de que seus usuários pertençam à classe econômica baixa, pois haverá uma forte tendência de substituí-la pela majoritária. As transformações econômicas, a modernização, a industrialização e a urbanização são variáveis relevantes para a descrição dos fenômenos em questão. Em períodos de modernização, as línguas minoritárias tendem a sofrer um estigma duplo: seus falantes são pessoas pobres, tradicionais e antiquadas, que não são capazes de suportar a realidade da vida econômica moderna, segundo Giles *et al.* (1977).

B. O *status social* está muito ligado ao status econômico e se refere à autoestima do grupo. Já o status sócio-histórico provém da história etnolinguística do grupo. Muitos grupos se remetem a períodos em que tiveram que defender sua identidade étnica ou sua independência e os convertem em símbolos mobilizadores que inspiram a luta do grupo por seus interesses comuns.

C. O *status linguístico* tem duas facetas: aquela emitida dentro da comunidade e outra emitida fora dela. A auto-avaliação do status linguístico será baixa se o grupo minoritário falar um dialeto da língua em questão. Cabe lembrar que as línguas de baixo status correm o risco de se tornarem obsoletas.

O segundo fator proposto por Giles *et al.* (1977) refere-se à demografia. Esse critério faz referência ao número de membros do grupo linguístico minoritário e sua

distribuição geográfica. A concentração do grupo numa área é mais oportuna para a manutenção, bem como a área rural tende a manter por mais tempo a língua minoritária, se contrastada com a urbana. Giles *et al.* (1977) defendem que a família é o âmbito mais importante do uso linguístico e, se preservar aí a língua minoritária, isso pode ajudar no processo de manutenção. Nesse sentido, os matrimônios interétnicos podem levar à substituição de uma língua muito rapidamente.

O terceiro e último fator elencado por Giles *et al.* (1977) é o apoio institucional, que se refere ao modo pelo qual a língua minoritária está representada nas diferentes instituições da nação, da região e da religião. Os meios de comunicação podem influenciar consideravelmente na substituição linguística, bem como os serviços governamentais e administrativos, pois podem diminuir a utilidade da língua minoritária, se não a adotarem. Mas quando a língua minoritária é também a língua da religião, esta ganha um ímpeto para sua manutenção. A educação também é muito importante para a manutenção, porque a escola pode oferecer a alfabetização e favorecer a competência linguística na língua minoritária.

Fishman (1979), pai da Sociologia da Linguagem, também estuda os processos de manutenção e substituição linguística e acredita que tais processos estão relacionados a três temas. O primeiro diz respeito aos domínios. O autor acredita que o estudo dos domínios do comportamento linguístico e sua relação com a manutenção/substituição linguística é bastante frutífera, visto que ajuda a organizar e classificar o grau de estabilidade da língua. O autor ainda crê que alguns domínios inclinam-se mais à substituição linguística do que outros. Para ele, o domínio familiar é mais influente no processo de substituição que o ocupacional. Aliás, o autor acredita que o uso da língua minoritária no domínio familiar é uma forma de proteger a língua minoritária de sua morte. O autor também menciona a religião como um domínio que está mais fortemente orientado para a manutenção, visto que interessa ao grupo manter a língua para preservar sua base organizacional.

A segunda questão a ser abordada nos processos de manutenção e de substituição linguística, segundo Fishman (1979), são os processos psicológicos, sociais e culturais, ou seja, temos que atentar para processos não linguísticos, tais como "a urbanização ou ruralização, a industrialização ou seu abandono, o nacionalismo ou

desetnificação, a revitalização religiosa ou a secularização" (FISHMAN, 1979, p. 149).

Sobre os fatores sociais, Fishman (1979) alerta que muitos são ambivalentes e não podem ser generalizados: (1) a existência de educação superior na língua minoritária; (2) o número maior ou menor de falantes; (3) a similaridade maior ou menor entre os grupos; e (4) as atitudes favoráveis ou hostis da maioria para com a minoria. Todos eles podem influenciar significativamente tanto a manutenção quanto a substituição linguística. Diante disso, Fishman (1979) ressalta a complexidade em se definir fatores confiáveis, definitivos e monovalentes para esses processos. Ele, entretanto, acredita ter chegado a algumas generalizações razoáveis, como: (a) os habitantes da cidade são mais propensos à substituição linguística, enquanto que os habitantes do campo - mais conservadores e isolados - são menos propensos à substituição; e (b) a língua de maior prestígio substitui a de menos prestígio - lembrando que o prestígio da língua depende do contexto da comunidade linguística. Assim, línguas diferentes têm valoração diferente em comunidades diferentes.

Finalmente, a terceira divisão temática de Fishman (1979) diz respeito às atitudes dos falantes e dos não falantes para com as línguas dos contextos multilíngues. O autor afirma que, nesses contextos, surgem valorações da língua minoritária que se referem, na verdade, aos costumes, valores e contribuições culturais dos falantes dessas línguas. A partir disso, as línguas são tachadas como bonitas, feias, ricas, pobres, etc.

Quanto aos comportamentos dos falantes diante da língua, Fishman (1979) acredita que podemos dividi-los em três subtemas importantes. O primeiro diz respeito às condutas afetivas que se concentram sobre a lealdade e a simpatia/antipatia ao grupo e sua língua. A segunda trata das atitudes explícitas, que dão conta da regularização dos usos, da planificação, da proibição de falar a língua, etc. E a terceira lembra a conduta cognitiva, que visa à consciência linguística, ao conhecimento linguístico e às percepções grupais relacionadas à língua, entre outros.

De Heredia (1989), baseando-se na pesquisa empreendida de Haugen e Fishman em 1960, lista uma série de fatores que atuam sobre os processos de manutenção/substituição linguística de línguas de imigração. São eles:

- Dimensão do grupo de falantes da língua em questão, sua concentração geográfica (seu agrupamento num bairro, seu isolamento);
- o caráter temporário ou permanente da imigração;
- a data de sua partida e as novas chegadas de imigrantes;
- a religião da comunidade;
- a militância política;
- a mobilidade social no país receptor;
- a política do país receptor no que se refere às imigrações e suas repercussões, principalmente na educação.

Em suma, a autora acredita que um número maior de pessoas concentradas no mesmo espaço geográfico tem mais chance de manter sua língua. E, ainda, se a imigração for de caráter temporário e houver novas imigrações para reavivar a cultura de origem, o processo de substituição será, ao menos, mais lento. A autora também lembra a religião como um fator de manutenção: se diferente da religião da terra de acolhimento, existe a tendência a conservá-la e, assim, conservar a língua em que os preceitos religiosos são transmitidos. A política também influirá sobre o processo: se os imigrantes e seus descendentes forem militantes, se o governo do país receptor não tiver uma política integracionista e se o país de origem os ajudar durante o processo de emigração, será mais fácil manter a língua materna do grupo.

Apesar da lista de fatores objetivos, De Heredia (1989) também acredita na ação de fatores subjetivos. Segundo ela, deve-se levar em conta

[...] o peso das atitudes que têm os falantes em relação à sua língua, à língua da maioria, ao bilinguismo, ao purismo linguístico, mas também aos valores e à identidade cultural de origem, ao biculturalismo, etc. De fato, a fidelidade linguística (*language loyalty*), isto é, a ligação que os locutores emigrados mantêm com sua língua e que se manifesta pelo uso que fazem dela entre familiares e amigos e por sua transmissão às crianças está evidentemente relacionada com as atitudes que eles desenvolvem em relação aos dois países representados simbolicamente por sua língua (DE HEREDIA, 1989, p. 178).

Fasold (1996) também elenca alguns fatores que, em sua opinião, levam à substituição linguística. São eles: a migração dentro do país receptor; a industrialização e outras mudanças econômicas; a urbanização e outras pressões sociais; a língua da educação; o prestígio da língua majoritária; e uma população pequena.

Por sua vez, Appel e Muysken (1996) mencionam a (dis)similaridade cultural, com base em Clyne (1982). Segundo este, quando as culturas são similares existe uma tendência maior à substituição do que quando elas não são tão semelhantes.

Para a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), os "principais fatores de substituição linguística são a falta de autonomia política e a prática dos Estados que impõem sua estrutura político-administrativa e sua língua" (1996, p. 20).

Baker e Jones (1998) elaboraram um quadro com os fatores considerados por eles como interferentes nos processos de manutenção/substituição linguística. Ei-lo a seguir:

QUADRO 2: Fatores de manutenção e substituição linguística, de acordo com Baker e Jones (1998).

Fatores políticos, sociais e demográficos de manutenção linguística	Fatores políticos, sociais e demográficos de substituição linguística
<ol style="list-style-type: none"> 1. O grande número de falantes que vivem juntos 2. A imigração é recente e contínua. 3. Os falantes continuam perto da pátria e têm facilidade de viajar à terra natal. 4. Possibilidade e vontade de retornar à terra ancestral. 5. Há uma comunidade linguística intacta na terra natal. 6. Estabilidade na ocupação. 7. Empregos disponíveis no território onde a língua é falada em casa diariamente. 8. Baixa mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Baixo nível de educação para restringir a mobilidade social e econômica, mas os líderes da comunidade mesmo com alta escolaridade são leais à sua comunidade linguística. 10. Identidade ligada ao grupo étnico, sem ligação identitária com a comunidade de língua majoritária via nativismo, racismo, isolamento ou discriminação étnica. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pequeno número de falantes dispersos. 2. A imigração será longa e estável. 3. Pátria natal remota ou inacessível. 4. Baixa taxa de retorno à terra natal e/ou pouca intenção de voltar e/ou impossibilidade de voltar. 5. A comunidade linguística da terra de origem está em declínio. 6. Mudança profissional, em especial das zonas rurais para as áreas urbanas. 7. Emprego que requer o uso da língua majoritária. 8. Alta mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Alto nível de educação, gerando mobilidade social e econômica. 10. A identidade étnica é negada para alcançar a mobilidade social e profissional, o que é forçado pelo nativismo, racismo, isolamento e discriminação étnica.

<p>Fatores culturais de manutenção linguística</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituições que usam a língua minoritária (por exemplo, escolas, mídias, organizações comunitárias). 2. Cerimônias culturais e religiosas na língua minoritária. 3. Identidade étnica fortemente ligada à língua materna. 4. Aspirações nacionalistas como um grupo linguístico. 5. Língua materna como língua nacional. 6. Apego emocional à língua materna, gerando autoidentidade e etnia. 7. Ênfase em laços familiares e de coesão da comunidade. 8. Ênfase na educação em escolas de língua materna para aumentar a consciência étnica. 9. Baixa ênfase na educação, se na escola se usar a linguagem da maioria. 10. Cultura diferente da cultura da língua majoritária. 	<p>Fatores culturais de substituição linguística</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de instituições na língua materna. 2. Atividades religiosas e culturais na língua majoritária. 3. Identidade étnica definida por fatores outros que não a língua minoritária. 4. Pouca ou nenhuma aspiração nacionalista. 5. A língua materna não é a língua nacional. 6. Autoidentidade derivada de fatores outros que não a língua. 7. Baixa ênfase em laços familiares e comunitários. Grande ênfase na realização individual. 8. Ênfase na educação de língua majoritária. 9. Aceitação da educação na língua majoritária. 10. Cultura e religião similares à cultura da terra de acolhimento.
<p>Fatores linguísticos de manutenção linguística</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A língua materna existe na forma escrita e é padronizada. 2. O uso de um alfabeto que permite o acesso aos materiais escritos de forma relativamente barata e fácil, no sentido da aprendizagem. 3. A língua materna tem status internacional. 4. A língua da alfabetização é usada na comunidade e na pátria. 5. Há flexibilidade no desenvolvimento da língua minoritária (por exemplo, o uso limitado de novos termos da linguagem majoritária). 	<p>Fatores linguísticos de substituição linguística</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A língua minoritária não tem a forma escrita e não é padronizada. 2. A utilização de um sistema que é caro para ser reproduzido e relativamente difícil de aprender a escrever. 3. Língua materna de pouca ou nenhuma importância internacional. 4. Analfabetismo na língua minoritária. 5. Não existe tolerância a novos termos da língua majoritária, ou tolerância demais a empréstimos, que conduzem à mistura e, eventualmente, à perda linguística.

Fonte: Baker e Jones, 1998, p. 182.

Por último, Grosjean (2001) também elabora um quadro com os fatores considerados importantes para o estudo dos processos de manutenção ou substituição linguística:

QUADRO 3: Fatores de manutenção e substituição linguística, de acordo com Grosjean (2001).

Fatores de manutenção e substituição linguística	
<u>Aspectos sociais</u>	<u>Atitudes</u>
Tamanho do grupo	1) Do grupo minoritário
Taxa de natalidade do grupo	Para com sua língua
Tempo da imigração	Para com a língua minoritária
Imigração contínua	Para com o pluralismo cultural
Imigração permanente	Para com bilinguismo
Concentração geográfica	Para com purismo linguístico
Urbanização	2) Do grupo majoritário
Isolamento de outros grupos minoritários	Para com o próprio grupo minoritário
Isolamento do grupo majoritário	
Isolamento da terra de origem	<u>Uso da língua</u>
Casamentos interétnicos	Onde é usada (domínio)
Configuração social do grupo	Para quê (função, tema)
Mobilidade social	Com quem (interlocutor)
Religião	
Ativismo (político, cultural, linguístico)	<u>Política governamental</u>
Mobilidade dentro da família	Leis relativas às línguas
Ocupações	Políticas educacionais
Política educacional do grupo	
	<u>Outros fatores</u>
	Períodos de nacionalismo
	Poder de assimilação do grupo majoritário
	Apoio cultural da terra de origem

Fonte: GROSJEAN, 2001, p. 107.

Nesse quadro, ao contrário do estabelecido por Baker e Jones (1998), não é apontada a direcionalidade dos fatores. Isso se deve em grande parte ao fato de que muitos fatores, independente de sua direção, podem ajudar em ambos os processos.

Conforme pudemos ver acima e nas páginas anteriores, há muitos e diferentes fatores atuando sobre os processos de manutenção e substituição linguística. Cabe identificar os fatores de cada comunidade individualmente, a fim de se fazer uma análise fidedigna de sua situação sociolinguística. Nesta pesquisa, no Capítulo 5, analisaremos os fatores de manutenção/substituição linguística aqui citados com relação à comunidade de Santa Maria de Jetibá. Mas, por enquanto, vamos a outro tópico relacionado à manutenção/substituição linguística.

3.2.6.1 Medindo o grau de vitalidade das línguas: uma proposta da UNESCO

O documento *Language Vitality and Endangerment* (2003), da UNESCO, traz um modelo de interpretação e classificação das línguas, para diagnosticar seu estágio vitalício, ou seja, procura descobrir, por meio de uma investigação ampla, se a língua está salva, se ela se encontra sob ameaça ou até mesmo em extinção. Desse modo, o órgão pretende analisar individualmente as diversas línguas e verificar sua vitalidade para, se necessário, intervir com o intuito de recuperá-la ou ao menos registrá-la.

Para tanto, o documento apresenta seis fatores de análise do grau de vitalidade, dois fatores de avaliação de atitudes linguísticas e um fator adicional, para avaliar a urgência de se registrar e documentar a língua. O documento alerta que nenhum deles deve ser tomado por si só; contudo, se tomados em conjunto, eles nos darão um panorama da situação vitalícia da língua. Vamos, então, aos fatores:

Fator 1: Transmissão intergeracional da língua – Este é o fator mais comumente usado para avaliar o grau de vitalidade da língua. Por meio de seis graus, verifica-se se a língua é ou não transmitida de geração para geração. A vitalidade é medida num *continuum* que vai da estabilidade até a extinção. Mesmo na posição de *segura*, a língua não tem sua vitalidade assegurada, porque a qualquer momento os falantes podem parar de transmiti-la para seus descendentes.

QUADRO 4: Grau de transmissão intergeracional da língua.

Grau de ameaça	Nível	População falante
<i>Segura</i>	5	A língua é usada por todos os grupos etários, inclusive pelas crianças.
<i>Insegura</i>	4	A língua é usada por algumas crianças em todos os domínios; ou é usada por todas as crianças em alguns domínios.
<i>Ameaçada</i>	3	A língua é utilizada principalmente pelas gerações dos pais e as que estão acima destes.
<i>Severamente ameaçada</i>	2	A língua é usada pelas gerações dos avós e dos que estão acima destes.
<i>Criticamente ameaçada</i>	1	A língua é conhecida por muito poucas pessoas que estão principalmente na geração dos bisavós.
<i>Extinta</i>	0	Não existe nenhum falante.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 8-9.

Fator 2: Número absoluto de falantes - É impossível dar um número exato de falantes de uma língua, mas, quanto menor o número de falantes de uma língua, dentro de um grupo, mais risco ela terá de ser substituída por outra língua (UNESCO, 2003, p. 09).

Fator 3: Proporção de falantes dentro da população local - O número de falantes em relação à população total de um grupo é um importante indicador da vitalidade da língua. O grupo, para esta avaliação, pode referir-se ao grupo étnico, religioso, regional ou nacional, com o qual a comunidade falante se identifica. A escala seguinte pode ser usada para avaliar graus de ameaça.

QUADRO 5: Proporção de falantes dentro da população local.

Grau de ameaça	Nível	Proporção de falantes dentro da população total de referência.
<i>Segura</i>	5	Todos falam a língua.
<i>Insegura</i>	4	Quase todos falam a língua.
<i>Ameaçada</i>	3	A maioria fala a língua.
<i>Severamente ameaçada</i>	2	A minoria fala a língua.
<i>Criticamente ameaçada</i>	1	Poucos falam a língua.
<i>Extinta</i>	0	Ninguém fala a língua.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 9.

Fator 4: Domínios que a língua abarca - Onde, com quem e a gama de temas para os quais a língua é utilizada afeta diretamente se ela irá ou não ser transmitida para a próxima geração.

QUADRO 6: Grau de ameaça segundo os domínios e funções abarcados pela língua.

Grau de ameaça	Nível	Domínios e funções
<i>Usada universalmente</i>	5	A língua é usada em todos os domínios e para todas as funções.
<i>Paridade (igualdade) multilingue</i>	4	Duas ou mais línguas podem ser utilizadas na maioria dos domínios sociais e para a maioria das funções. Normalmente, a língua ancestral é rara no domínio público.
<i>Diminuição dos domínios</i>	3	A língua é usada nos domínios do lar e para muitas funções, mas a língua dominante começa a penetrar nos domínios, inclusive nos do lar.
<i>Domínios limitados ou formais</i>	2	A língua é usada em domínios sociais limitados e para várias funções.
<i>Domínios altamente limitados</i>	1	A língua é usada somente em um domínio muito restrito e para muito poucas funções.
<i>Extinta</i>	0	A língua não é usada em nenhum domínio.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 10-11.

Fator 5: Resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação - Novas áreas de uso da linguagem podem surgir com a mudança das condições de vida da comunidade. Enquanto algumas comunidades linguísticas têm êxito na expansão de sua própria linguagem para o novo domínio, a maioria não o tem. Escolas, ambientes de trabalho e novas mídias, incluindo meios de radiodifusão e internet, geralmente servem apenas para ampliar o alcance e o poder da língua dominante em detrimento das línguas ameaçadas. Se a língua tradicional da comunidade não consegue responder aos desafios da modernidade, ela se torna cada vez mais irrelevante e estigmatizada (UNESCO, 2003).

QUADRO 7: Resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação.

Grau de ameaça	Nível	Domínios e Novas Mídias abarcados pela língua ameaçada de extinção.
<i>Dinâmica</i>	5	A língua é utilizada em todos os novos domínios.
<i>Robusta/ativa</i>	4	O idioma é utilizado na maioria dos novos domínios.
<i>Receptiva</i>	3	A língua é usada em muitos domínios
<i>Suficiente</i>	2	A língua é usada em alguns novos domínios.
<i>Mínima</i>	1	O idioma é utilizado em poucos domínios novos.
<i>Inativa</i>	0	A língua não é usada em nenhum dos domínios novos.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 11.

O tipo e o uso desses novos domínios irão variar de acordo com o contexto local. Inevitavelmente, haverá diferentes níveis de veiculação da língua em diferentes mídias. Todos os novos domínios, seja na educação, emprego, ou mídia, devem ser considerados em conjunto, para se avaliar o grau de ameaça de determinada língua.

Fator 6: Materiais para Educação e Alfabetização - Segundo o documento em questão, o ensino da língua é essencial para a vitalidade da mesma, ou seja, quando a língua da comunidade é ensinada na escola, ela correrá menos riscos de substituição e, eventualmente, de extinção.

QUADRO 8: Materiais para Educação e Alfabetização.

Grau de ameaça	Acesso a materiais escritos.
5	Há uma ortografia estabelecida, uma literatura de ficção e não-ficção e uma mídia de publicação diária escrita. A língua escrita é usada na administração e educação.
4	Existem materiais com a língua escrita, e, na escola, as crianças estão desenvolvendo a alfabetização na língua. A língua não é usada na forma escrita, na administração.
3	Existem materiais com a língua escrita, e as crianças podem ser expostas à modalidade escrita na escola. A alfabetização não é promovida por meio de mídia impressa.
2	Existem materiais com a língua escrita, mas elas só podem ser úteis por alguns membros da comunidade e, para os outros, eles podem ter um significado simbólico. Alfabetização na língua não faz parte do currículo escolar.
1	A ortografia prática é conhecida da comunidade, e algum material está sendo escrito.
0	Não há ortografia à disposição da comunidade.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 12.

Para ampliar o nosso entendimento sobre o grau de vitalidade de uma determinada língua e entender por que ela chegou a tal nível, alguns outros fatores são indicados pelo mesmo documento. Seu objetivo é avaliar as atitudes e as políticas relacionadas às línguas dominantes e não dominantes. Por meio desses fatores, pode-se verificar até que ponto os falantes e a política linguística contribuíram para a manutenção/substituição de certas línguas. São eles:

Fator 7: Atitudes Governamentais, políticas e institucionais - O apoio oficial das línguas dominantes e não dominantes pode ser classificado de acordo com a seguinte escala:

QUADRO 9: Atitudes oficiais em relação à língua.

Grau de suporte	Nível	Atitudes oficiais em relação à língua.
Igual apoio	5	Todas as línguas são protegidas.
Apoio diferenciado	4	As línguas minoritárias são protegidas, principalmente como a língua do domínio privado. O uso da língua é prestigiado.
Assimilação passiva	3	Não existe uma política explícita para as línguas minoritárias. A língua dominante prevalece no domínio público.
Assimilação ativa	2	O Governo incentiva a assimilação da língua dominante. Não há nenhuma proteção para as línguas minoritárias.
Assimilação forçada	1	A língua dominante é a única língua oficial, enquanto as línguas não-dominantes não são reconhecidas nem protegidas.
Proibição	0	As línguas minoritárias estão proibidas.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 14.

Fator 8: Atitudes dos membros da comunidade para com a sua própria língua - Os membros de uma comunidade de fala não são neutros em relação a sua própria

língua, conforme vimos anteriormente. Eles podem vê-la como essencial para a sua comunidade e identidade, passando a promovê-la, ou podem envergonhar-se dela e, portanto, não promovê-la, ou ainda podem vê-la como um incômodo e evitar usá-la ativamente.

Quando as atitudes dos membros da comunidade são muito positivas, a língua pode ser vista como um símbolo-chave da identidade do grupo. Assim como as pessoas valorizam as tradições familiares, festas e eventos da comunidade, elas podem ver sua língua como um valor cultural fundamental, vital para a sua comunidade e identidade étnica. Se, por outro lado, os membros veem a língua como obstáculo à mobilidade econômica e à integração na sociedade, podem desenvolver atitudes negativas em relação a ela (UNESCO, 2003).

QUADRO 10: Atitudes dos membros da comunidade com relação a sua própria língua.

Nível	Atitudes dos membros da comunidade com relação a sua própria língua
5	Todos os membros dão valor a sua língua e desejam vê-la promovida.
4	A maioria dos membros apoia a manutenção da língua.
3	Muitos membros apoiam a manutenção da língua; os outros são indiferentes ou, até mesmo, podem apoiar a substituição da língua.
2	Alguns membros apoiam a manutenção da língua; os outros são indiferentes ou apoiam a substituição da língua.
1	Poucos membros dão apoio à manutenção da língua; os outros são indiferentes ou apoiam a substituição da língua.
0	Ninguém se importa com a substituição da língua; todos preferem usar uma língua dominante.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 14-15.

Como fator final de verificação da vitalidade linguística, a UNESCO propõe um guia para que se verifique a documentação, ou seja, os materiais escritos que uma dada língua tem. Segundo o documento, é de suma importância que haja materiais escritos, bem como gravações audiovisuais da língua. Tais materiais são importantes, na medida em que ajudam os falantes da comunidade linguística a formular e desempenhar tarefas específicas e permitem aos linguistas conceberem projetos de colaboração com os membros da comunidade.

QUADRO 11: Documentação da língua.

Natureza da documentação	Grau	Documentação da língua
<i>Superlativo</i>	5	Existem gramáticas abrangentes e dicionários, textos extensos e um fluxo constante de materiais de linguagem. Abundante quantidade de áudio de alta qualidade e existem gravações de vídeo.
<i>Bom</i>	4	Há pelo menos uma boa gramática, alguns dicionários, textos, literatura, mídia todos os dias, áudio de alta qualidade e gravações de vídeo.
<i>Razoável</i>	3	Pode haver uma gramática adequada, alguns dicionários e textos, mas não há meios de comunicação escrita diários; gravações de áudio e de vídeo de alguma qualidade podem existir.
<i>Fragmentada</i>	2	Há alguns esboços gramaticais, listas de palavras e texto útil para a pesquisa linguística restrita, mas com cobertura inadequada. Podem existir gravações de áudio e de vídeo com diferentes graus de qualidade, com ou sem qualquer anotação.
<i>Inadequada</i>	1	Há apenas alguns esboços gramaticais, lista de palavras curta e fragmentos de textos. As gravações de áudio e vídeo não existem, são de qualidade inutilizável, ou são completamente não anotadas.
<i>Não documentada</i>	0	Não existe nenhum material.

Fonte: UNESCO, 2003, p. 16.

Esse fator de avaliação também é um importante alerta para o registro e documentação das línguas, uma vez que, se for detectada uma língua em fase de substituição/extinção que não tenha registro, deve-se fazê-lo com urgência.

Tendo-se descrito o documento *Language Vitality and Endangerment*, nesta Seção, na próxima apresentaremos a proposta de Fishman (1991, 2000) para evitar a extinção de uma língua.

3.2.6.2 Línguas ameaçadas de extinção podem ser salvas? Lendo a proposta de Fishman (1991, 2000)

Fishman (2000) nos chama a atenção para o fato de que, na primeira metade deste século, milhares de línguas - uma grande proporção das que conhecemos agora - estão morrendo e outras milhares estão destinadas a morrer. Essa situação é real e também lamentável, pois, como lembra o documento da Unesco (2003), com a morte das línguas, perdemos também a cultura do povo que a fala.

Fishman (2000) também reconhece os danos dessa perda. Para ele, "línguas específicas estão relacionadas com culturas específicas e suas identidades culturais inerentes no nível do fazer, no nível do conhecimento e no nível do ser" (FISHMAN, 2000, p. 03). Tal afirmação demonstra que muitos comportamentos religiosos, morais, éticos, de socialização (jogos, cumprimentos, estabelecimento de amizades), etc, só podem ser expressos por uma língua em particular. Ele conclui: "línguas específicas são parte e parcela dessa herança 'essencial' que uma geração passa para a seguinte" (FISHMAN, 2000, p. 05).

O lamento e os prognósticos generalizados da extinção linguística, apesar de nos alertarem para o problema, não são suficientes para resolvê-lo. Dessa forma, com o objetivo de tentar salvar as línguas em risco de extinção, Fishman (1991) criou o movimento *Reversing Language Shift* (RLS). Para entendê-lo, é preciso, primeiramente, visualizar sua proposição de escala de línguas ameaçadas²⁰. Os estágios propostos pelo autor são diferentes dos propostos pela UNESCO (2003), no entanto, vamos vê-los agora para assim entender a proposta do autor. *A priori*, deve-se lembrar que o autor acredita que os estágios não devem ser tomados isoladamente, mas sim sobrepostos e interactantes. Então:

QUADRO 12: Escala de línguas ameaçadas.

Estágio	Situação
8	Os poucos falantes restantes da língua minoritária estão em isolamento social.
7	A língua minoritária é usada pelos mais velhos e não o é mais na geração jovem.
6	A língua minoritária é passada de geração em geração e utilizada na comunidade.
5	A alfabetização é feita na língua minoritária.
4	A escolaridade obrigatória está disponível na língua minoritária.
3	Usa-se a língua minoritária em áreas de trabalho menos especializadas, que envolvem a interação com falantes da língua da maioria.
2	Os serviços públicos mais baixos e meios de comunicação estão disponíveis na língua minoritária.
1	Há algum uso de línguas minoritárias disponíveis no ensino superior, no governo e na mídia nacional.

Fonte: FISHMAN, 1991.

²⁰ Fishman (1991) também apresenta uma escala para averiguar o grau de vitalidade de uma língua, a qual não foi apresentada na Seção anterior porque preferimos basear-nos somente no documento oficial da UNESCO (2003), que tem o mesmo propósito.

Depois de se identificar o estágio em que se encontra a língua minoritária, Fishman (1991) propõe oito medidas para evitar sua extinção. Para cada estágio, há uma medida específica, como se vê abaixo.

Estágio 8 - Este é o pior estágio de ameaça para a língua. Neste caso, o melhor e mais urgente é recolher o máximo de informações possíveis dos poucos sobreviventes da comunidade linguística. Deve-se gravar a língua em áudio para que, mais tarde, seja possível fazer sua reconstrução.

Estágio 7 - Nessa fase, há que se multiplicar a linguagem na geração mais jovem. Com esse intuito, mães e pais devem ser estimulados a educar os seus filhos na língua minoritária, pois a transmissão intergeracional no âmbito da família é essencial para garantir a continuidade da linguagem.

Estágio 6 - Esta etapa é vista como a fase crucial para a sobrevivência de uma língua. Neste caso, deve-se apoiar e incentivar a família a continuar repassando-a às futuras gerações. Além disso, não se deve deixar a língua fora dos domínios do planejamento formal. Uma possibilidade é inserir a língua minoritária nas creches, por exemplo.

Estágio 5 - Nesta fase, deve-se buscar apoio financeiro para a alfabetização, pois, dessa forma: (1) facilita-se o acesso do grupo aos meios alternativos de comunicação, independentemente da distância geográfica e do tempo; (2) melhora-se a imagem e o status da língua minoritária, dada a presença da língua escrita e dos materiais impressos; e (3) garante-se uma maior variedade de funções para a língua.

Estágio 4 - A alfabetização na língua minoritária pode ser alcançada através do esforço da comunidade local. Por isso, escolas podem ser criadas e apoiadas pela própria comunidade da língua minoritária, sem ter que passar necessariamente pelo financiamento governamental.

Estágio 3 - Nesta fase, a criação de uma base econômica mais ampla para a língua minoritária torna-se importante.

Estágio 2 - Nesta penúltima etapa, deve-se ampliar o uso da língua minoritária nos serviços públicos mais baixos e nos meios de comunicação.

Estágio 1 - Nesta etapa final, pode-se: (1) incluir a língua da minoria no ensino de nível universitário; (2) fortalecer a produção de mídia de massa na língua minoritária; e (3) aumentar e estender o uso da língua a todos os serviços governamentais. Nesta fase, a linguagem vai ser oficialmente reconhecida na legislação do país. (FISHMAN, 1991).

Apesar de todas essas medidas prescritivas, Fishman (1991) acredita que o mais importante, mas também o mais difícil, é incentivar o uso da língua minoritária no contexto familiar e comunitário. Para o autor, a língua falada informal e intimista, reproduzida através das gerações, é o pivô da substituição linguística (FISHMAN, 1991, p. 192).

Na opinião de Fishman (1991), a fase 6 é fundamental, mas o autor é particularmente cauteloso quanto à ação e ao poder da educação bilíngue na reversão da substituição linguística.

Depois de uma década de implementação do RLS, Fishman organizou um novo livro, chamado *Can threatened languages be saved?* (2000), no qual trata de vários casos de reversão de línguas ameaçadas e também revisa e refina sua proposta inicial de 1990. O autor assume que as línguas ameaçadas estão com uma "síndrome" (FISHMAN, 2000, p. 01) bastante complexa, que varia de tipo e grau, cujo diagnóstico e cura dependerão de cada caso/língua.

Fishman aponta que "[...] qualquer teoria e prática de assistência a línguas ameaçadas [...] deve começar com um modelo de diversificação funcional de línguas" (2000, p. 02). Então, se as funções forem identificadas corretamente e se for descoberto que a língua está ameaçada pelo impacto de línguas e culturas mais fortes, será mais fácil recomendar os passos terapêuticos a serem seguidos, a fim de neutralizar o impacto.

Esses passos terapêuticos a que Fishman (2000) se refere são: (1) estabelecer uma prioridade de funções; e (2) e fazer a ligação das funções. Muitas vezes, a primeira

função que se quer dar à língua ameaçada é a da educação básica. Mas de que adianta que se ensine a língua ameaçada na escola, se a língua materna das crianças não é a mesma e se depois da escola aquela língua não tem usos? Dessa forma, Fishman (2000) nos orienta a implementar um sistema de funções ligadas num *continuum*, no qual uma língua ameaçada de extinção tem a possibilidade de voltar a ser a primeira língua de uma nova geração. Primeiramente, a língua ameaçada é reintroduzida na vida dos adultos e jovens, considerando estes "*child-bearing-age*" (2000, p. 15) como a segunda língua (L2); depois L2 passa a ser L1, desempenhando assim as funções mais pessoais (família, vizinhança). A seguir vem a escolarização na língua sob ameaça e, por fim, a criação de atividades nas quais jovens e adultos sejam motivados a falar nessa língua.

Dito isso, cabe lembrar que esse processo de fortalecimento é muito complexo e difícil, pois: (1) a perda de uma língua étnica-cultural é comumente o resultado de um longo processo no qual falantes, identidades e cultura são suprimidos pela língua majoritária; (2) advogar a favor de uma língua ameaçada é visto como provinciano e antiquado; (3) para defender uma língua ameaçada, algumas das funções das línguas em competição devem ser diferentes e outras, compartilhadas - uma dificuldade taticamente difícil de alcançar e manter; e (4) algumas funções da língua ameaçada devem ser reforçadas simultaneamente a partir de cima (*from above*) e de baixo (*from below*), em termos de poder. Diante do exposto, fica claro que salvar uma língua minoritária da extinção requer muito esforço conjunto da comunidade de falantes, de entidades civis e do governo do país.

Esse tópico se faz necessário porque, primeiro, estamos lidando com uma língua minoritária, de imigração, que, nessa situação, está automaticamente sob o risco de substituição. Vimos isso na seção que trata da manutenção/substituição linguística. Segundo, porque mesmo que a língua pomerana não esteja em vias de substituição, Fishman (1991) propõe medidas interessantes que se pode tomar sem que a língua esteja necessariamente sob ameaça de extinção.

Vamos, a seguir, tratar do Bilinguismo, um fator e uma consequência da manutenção linguística ou um fator de passagem para a substituição linguística.

Conhecê-mo-lo para depois avaliar a sua participação no processo de manutenção ou substituição da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá.

3.2.7 Bilinguismo

O bilinguismo é o fenômeno natural decorrente do contato entre línguas e pode ser estudado sob dois enfoques: bilinguismo individual ou social.

Considerando o nível individual, se perguntarmos às pessoas como podemos definir um bilíngue, elas nos dirão com convicção que bilíngue é aquele que fala duas línguas. No entanto, definir um bilíngue é mais difícil do que parece²¹. Essa definição perpassa questões como a competência (o bilíngue deve ter uma competência igual em ambas as línguas?), o uso (consegue falar, mas não usa; usa, mas não fala fluentemente) e os graus de bilinguismo (BAKER; JONES, 1998; GROSJEAN, 2001).

Bloomfield (*apud* BAKER; JONES, 1998) trouxe uma visão fracionada do bilinguismo, na qual se vê o bilíngue como dois monolíngues em uma só pessoa.

No caso extremo da aprendizagem de uma língua estrangeira, o falante se torna tão proficiente que chega a ser indistinguível dos falantes nativos ao seu redor [...] No caso da aprendizagem perfeita da língua estrangeira que não venha acompanhada de perda da língua nativa, o resultado é o bilinguismo, (o) controle quase nativo de duas línguas (BLOOMFIELD, *apud* BAKER; JONES, 1998, p. 04).

Alguns autores, como Appel e Muysken (1996) e Baker e Jones (1998), porém, afirmam que essa definição restringe o termo bilíngue às pessoas que dominam

²¹ Atualmente, tem-se falado muito em níveis de bilinguismo a partir de várias subcompetências comunicativas centradas nas habilidades compreender e falar. Entretanto, o nosso objetivo, não era determinar o nível do bilinguismo da comunidade pomerana santa-mariense, mas, sim, entender primeiramente se existe uma situação de bilinguismo real na comunidade ou se se trata de uma substituição linguística em andamento. Isso justifica as referências bibliográficas adotadas na seção 3.2.7.

igualmente dois códigos linguísticos, ou seja, que tenham a mesma proficiência e fluência em duas línguas, o que na verdade é um mito. Raramente um bilíngue terá equilíbrio entre as duas línguas, ou seja, raramente um bilíngue terá a mesma competência em escrever, ler, falar e compreender ambas as línguas em todas as situações e domínios.

Por outro lado, temos o conceito de Weinreich (1970 [1953], p. 01), para quem "a prática do uso alternado de duas línguas será chamada de bilinguismo, e as pessoas envolvidas, bilíngues". Appel e Muysken (1996), concordando com Weinreich (1970 [1953]), defendem que "cualquiera que emplee dos o más lenguas en alternancia es bilingüe" (1996, p.11). Segundo os autores, essa definição é válida para qualquer caso, não importando as habilidades linguísticas do falante.

Também Grosjean (2001) acredita que o monolíngue não pode ser usado como ponto de referência para definir bilíngues.

Ao contrário da crença geral, é raro que haja bilíngues que sejam igualmente fluentes em suas línguas; alguns falam uma língua melhor do que outra, outros usam uma de suas línguas em uma situação específica, e outros podem somente ler ou escrever em uma das línguas que falam (GROSJEAN, 2001, p. vii).

Assim, Grosjean (2001) vê o bilíngue como uma entidade linguística completa, que naturalmente terá proficiência diferente nas línguas que domina por basicamente dois motivos:

- 1) A maioria dos bilíngues usa suas línguas para diferentes propósitos e funções;
- 2) Geralmente, os bilíngues têm uma língua mais dominante do que a outra. Essa dominação pode mudar com a idade, escolarização, trabalho, local de residência e amigos (FISHMAN, 1979; GROSJEAN, 2001).

Portanto, o termo pejorativo "*double semilingualism*" (BAKER; JONES, 1998, p. 14) que significa que o bilíngue não fala ou não tem competência suficiente em cada língua que domina, se comparado ao monolíngue, não tem razões para ser empregado. Os seis déficits que supostamente o semilíngue²² apresenta quanto à

²² Tradução livre para *semilingualism*.

competência linguística, quais sejam, (1) o tamanho do vocabulário, (2) o uso correto da gramática, (3) o processamento subconsciente da língua (automatismo), 4) a capacidade de criar neologismos, (5) o domínio das funções da linguagem e (6) os significados e a imaginação linguísticas -, são, na verdade, dificuldades que se devem ao uso e às funções que o falante faz de determinada língua. Assim, esses déficits, que hipoteticamente identificam o semilíngue, são muitos problemáticos, dentre outras coisas porque não levam em conta que a língua pode ser específica de um contexto e porque coloca a culpa de sua competência linguística limitada no próprio indivíduo, em vez de vê-la como uma consequência dos fatores sociais externos que coexistem e medeiam a aquisição e o desenvolvimento do bilinguismo.

Exatamente porque os bilíngues apresentam diferenças quanto à sua competência linguística e quanto à idade em que aprenderam a segunda língua, De Heredia (1989) propõe uma classificação desses sujeitos. Ela os divide em:

- a) Os *bilíngues fluentes*. Estes bilíngues têm um domínio das duas línguas comparável ao dos monolíngues e têm habilidades receptivas e produtivas. Mas nem sempre os bilíngues equilibrados são os que aprendem a segunda língua na infância e nem sempre os bilíngues precoces são equilibrados. Já vimos que essas questões dependem de vários fatores, inclusive externos ou sociais (DE HEREDIA, 1989).
- b) Os *bilíngues não fluentes*. São os que apresentam deficiências no seu desempenho linguístico. Um exemplo de bilíngue não-fluente são os receptivos ou passivos, aqueles que "compreende[m] tudo em uma língua sem que, nesta, [...] queira ou possa (?) se expressar" (DE HEREDIA, 1989, p. 184).
- c) Os *bilíngues precoces*. São aqueles que adquirem a segunda língua na infância. De Heredia (1989) assim divide o bilinguismo precoce em dois:
 - i. bilinguismo precoce simultâneo, cujo período de aquisição da segunda língua é fixado entre 0 e 5 anos. Ele geralmente ocorre nos casamentos mistos, cujos filhos aprendem duas línguas ao mesmo tempo, ou seja, eles têm duas línguas maternas e se referem ao pai na língua dele e à mãe na língua dela. Este tipo de bilíngue foi durante muito tempo considerado o bilíngue ideal, aquele que conseguiria uma competência nas duas línguas igual ao de um monolíngue;

ii. bilinguismo precoce sucessivo. Este é o caso de filhos de imigrantes ou de casais residindo temporariamente no exterior. Aqui, normalmente o *status* das línguas é desigual - a língua majoritária tem mais prestígio que a língua materna - e os seus usos diferentes, o que irá influenciar o desenvolvimento das línguas. Comumente, a língua materna perde espaço para a língua majoritária à medida que a criança se socializa, principalmente quando entra para a escola. Entretanto, é comum ocorrerem, em famílias de imigrantes, casos de bilinguismo precoce simultâneo, quando a criança tem irmãos mais velhos. Aqui, duas situações podem ocorrer: ou os irmãos poderão tratar-se na língua majoritária e se dirigir a seus pais na sua língua de origem, ou as crianças poderão compreender o que seus pais dizem na língua materna, mas dirigir-se a eles na língua majoritária, desenvolvendo o bilinguismo receptivo.

d) Os *bilíngues tardios*. São aqueles que aprendem a segunda língua depois da infância. Fora da faixa etária ideal do bilinguismo, a aprendizagem da L2 pode ser feita até mesmo na idade adulta por diversas razões, inclusive pela ascensão social, que não é o caso do primeiro tipo de bilinguismo, que inclui a aquisição de uma língua minoritária (DE HEREDIA, 1989).

Devemos observar que entre o bilinguismo precoce e o tardio há uma grande diferença. O verbo explica: no caso do bilinguismo precoce se adquire uma língua, já no caso do bilinguismo tardio ocorre a aprendizagem de uma L2. Adquirir é viver naturalmente com a língua na família, sem intermediação da educação formal. Aprender é ir à escola para receber lições de gramática e fazer exercícios que levem o aluno a aprender uma nova língua. Essa diferença precisa ser considerada.

Tirando o foco do nível individual, chegamos ao nível social. A grosso modo, o bilinguismo ou multilinguismo²³ ocorre quando duas ou mais línguas são usadas em uma dada sociedade. Vimos que o uso alternado de duas línguas chama-se

²³ Para Weinreich (1970 [1953]), o bilinguismo social é um aspecto do multilinguismo. Assim, salvo os casos em que há vontade ou necessidade de especificar o processo, essa terminologia pode ser aplicada também à prática do uso alternante de três ou mais línguas, ao multilinguismo (BAKER; JONES, 1998; COUTO, 2009).

bilinguismo, e os indivíduos envolvidos nessa prática são os *bilíngues* (WEINREICH, 1970 [1953]). Agora, se tal prática está regularmente ligada a um grupo, comunidade ou região, nada mais temos que o bilinguismo social (BAKER; JONES, 1998).

Na realidade, "o bilinguismo está presente em praticamente todos os países do mundo, em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias; de fato, estima-se que metade da população mundial é bilíngue" (GROSJEAN, 2001, p. vii). Esse fenômeno se origina de diversas situações; dentre elas, "estão o movimento do grupo por razões políticas, sociais ou econômicas; federalismo político e nacionalismo; e fatores culturais e educacionais" (GROSJEAN, 2001, p. 30).

Dada a diversidade originária, o bilinguismo social apresenta variações tipológicas. Appel e Muysken (1996) o distinguem por meio de três tipos. No primeiro, duas línguas são faladas por dois grupos distintos, ambos monolíngues em suas línguas de origem, e a comunicação intergrupar é mediada por poucos indivíduos que falam as duas línguas. Segundo os autores, essa era a situação das antigas colônias britânicas, onde os colonizadores falavam inglês e os nativos a língua local. Nas sociedades do segundo tipo, todas as pessoas são bilíngues, a exemplo do que se pode observar na maioria dos países da África e na Índia. No terceiro tipo, o mais comum, segundo os autores, um grupo é monolíngue e o outro bilíngue, sendo este último o grupo minorizado, isto é, aquele que tem menor prestígio social. Situações do tipo III são encontradas em praticamente todos os países onde o grupo dominante permanece monolíngue e o grupo dominado tem que aprender a língua do outro, isto é, daquele que tem maior prestígio social.

Cabe ressaltar que essa distinção é didática, e outras combinações certamente ocorrem, dada a complexidade das situações linguísticas e sociais em todos os países do mundo. Entretanto, independentemente da situação, sempre que temos um bilinguismo societário haverá uma língua dominante, em geral, a do povo dominante, e as demais línguas terão um status subordinado, frequentemente de língua minoritária (COUTO, 2009).

O desenvolvimento do bilinguismo social nos seus diferentes tipos mostra-se bastante complexo, dado o enredamento social e político que envolve os grupos. Contudo, por meio dos usos e funções sociais das línguas envolvidas podemos

recolher pistas sobre o que está acontecendo com as línguas e os povos. E é sobre esse conceito fundamental nos estudos da Sociolinguística que nos debruçaremos a seguir.

3.2.7.1 Usos e funções sociais da língua

Appel e Muysken (1996), com base nos estudos de Jakobson (1987), apresentam as seis funções da linguagem, fazendo referência ao contato de línguas e ao bilinguismo:

- i. **Função referencial:** a informação se transmite mediante a referência de uma realidade extralinguística.
- ii. **Função diretiva ou integrativa:** estabelece contato com os interlocutores e cria uma estrutura integrativa para garantir a cooperação.
- iii. **Função expressiva:** dá informações sobre os próprios sentimentos.
- iv. **Função fática:** intenciona criar e manter o canal comunicativo aberto.
- v. **Função metalinguística:** por meio da língua se dá a conhecer as atitudes e a consciência do falante sobre o uso e as normas linguísticas.
- vi. **Função poética:** joga-se com a linguagem de tal modo que a língua se converte a si mesma em uma finalidade e um objeto de satisfação.

Essas funções evidenciam que línguas diferentes podem ter usos diferenciados na vida dos falantes e das comunidades bilíngues. Os usos podem ser analisados e classificados de acordo com os diversos domínios onde as duas línguas são faladas. De acordo com Trudgill,

Um domínio é uma combinação de fatores que se acredita que pode influenciar a escolha do código (língua, dialeto ou estilo) pelos falantes. Tais fatores devem incluir os participantes (em uma conversa), assunto e localização. Por exemplo, o domínio doméstico, o qual, provavelmente, iria produzir um estilo informal de fala, deve envolver o lar, os participantes da família e um assunto do dia a dia (1992, p. 29).

Schmith-Rohr (*apud* WEINREICH, 1970 [1953]), por exemplo, distingue nove domínios de uso da língua, a saber: a família, o jardim de infância, a escola (com subdivisões), a igreja, a literatura, a imprensa, o exército, os tribunais e a administração. Por sua vez, Barker (*apud* WEINREICH, 1970 [1953]) dividiu os domínios em: familiar ou íntimo, informal, formal e intergrupar. O primeiro parece adequado para muitos casos, apesar de também não ser aplicável a todas as comunidades bilíngues, enquanto que o segundo parece ser insuficientemente articulado, na opinião de Weinreich (1970 [1953]).

Appel e Muysken (1996) também se propõem a elencar seis domínios de uso de uma língua e os apresentam numa ordenação hierárquica que combina função e âmbito – ou domínio:

QUADRO 13: Ordenação hierárquica que combina função e âmbito.

Âmbito Formal	<i>Instituições</i> Trabalho	<i>Referencial</i> Diretiva/integrativa
↑ ↓	Rua	Expressiva
Âmbito Informal	<i>Vida cultural</i> Amigos	Fática
	Família	Metalingüística
		Poética

Fonte: APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 48.

O paralelismo apresentado no quadro acima não é perfeito, dado que as funções são muito mais abstratas que os âmbitos; porém, quanto mais nos dirigimos para o âmbito informal, mais importante é ele (WEINREICH, 1970 [1953]) e o papel das funções que nele figuram (APPEL; MUYSKEN, 1996).

Na Seção que segue, apresentaremos o fenômeno da especialização das funções, isto é, a diglossia. Segundo esse conceito, para cada língua, ou variedade, há uma função definida, numa comunidade bilíngue (FERGUSON, 1974; FISHMAN, 1979).

3.2.7.2 Diglossia

O conceito de diglossia foi primeiramente elaborado por Ferguson (1974 [1959]), num estudo que ele chama de "preliminar" (1974 [1959], p. 100). Nesse trabalho, o autor se propõe a estudar um tipo particular de padronização, em que duas variedades de uma língua coexistem numa comunidade, cada uma desempenhando um papel definido. O conceito de diglossia de Ferguson se explica por meio de nove características: (1) função, (2) prestígio, (3) tradição literária, (4) aquisição, (5) normatização, (6) estabilidade, (7) gramática, (8) léxico e (9) fonologia. Concentremo-nos nelas, portanto.

Importantes características da diglossia são a definição e especialização de função das variedades *High* e *Low* – Alta (A) e Baixa (B), respectivamente - de cada comunidade. Determinadas situações sociais seriam ocupadas somente pela variedade A e outras, unicamente pela variedade B. A sobreposição das duas, se existir, é pequena e sutil (FERGUSON, 1974 [1959]). Sendo assim, o autor chama a atenção para o respeito à nítida divisão das variedades, sob pena de o falante ser ridicularizado. Nas suas palavras: "a importância de se usar a variedade correta na situação exata dificilmente pode ser superestimada" (FERGUSON, 1974 [1959], p. 103), inclusive porque há uma ordenação hierárquica entre elas.

A variedade alta é considerada superior. Até mesmo aqueles que não dominam ou sabem pouco a variedade alta consideram-na melhor, mais bonita, mais lógica, mais completa, e assim por diante. Essa hierarquização já pode ser identificada na aquisição da linguagem. Segundo Ferguson (1974 [1959]), normalmente a variedade baixa é adquirida pelas crianças no seio da família, de modo informal, enquanto que a variedade alta é aprendida na escola; portanto, em um ambiente formal. A diferença no modo de aquisição é importante, segundo o autor, porque dita uma relação com a língua. O falante está sempre à vontade para falar a variedade B, de tal maneira que quase nunca o conseguirá na variedade superior, inclusive porque B e suas regras gramaticais serão adquiridas sem discussão paralinguística, ao passo que A será aprendida em função das regras e normas gramaticais, as quais deverão ser imitadas.

No âmbito linguístico, verifica-se que uma das mais impressionantes diferenças entre A e B está na estrutura gramatical: A tem categorias gramaticais ausentes em B, e um sistema flexional de substantivos e verbos que é muito reduzido ou totalmente ausente em B (FERGUSON, 1974 [1959]). Quanto ao léxico, ambas as variantes utilizam, em larga escala, o mesmo vocabulário, embora, A conte com termos técnicos e expressões eruditas sem equivalência em B, dado seu reduzido ou inexistente uso naquela variante e B conta com expressões populares que não são usados em A. Já na fonologia, o que se verifica é que A e B constituem uma única estrutura fonológica da qual B é um sub-sistema (FERGUSON, 1974 [1959], p. 110).

No quesito *padronização*, podemos verificar que A tem forte tradição de escrita, isto é, conta com gramáticas, vocabulários, tratados de pronúncia, ortografia, etc. Em contrapartida, B, quando tem estudos descritivos e normativos, são recentes e escassos, feitos frequentemente por pesquisadores de fora da comunidade.

Quanto à estabilidade da situação proposta, ao contrário do que se supõe, a diglossia não é altamente instável, com tendência de se transformar numa situação linguística mais estável. A diglossia persiste por séculos (FERGUSON, 1974 [1959]).

Dito isso, Ferguson chega a uma definição mais completa de diglossia:

[...] diglossia é uma situação linguística relativamente estável na qual, além dos dialetos principais da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variedade superposta, muito divergente, altamente codificada (na maioria das vezes gramaticalmente mais complexa), veículo de um grande e respeitável corpo de literatura escrita, quer de um período anterior, quer de outra comunidade linguística, que é aprendida principalmente através da educação formal e usada na maior parte da escrita e da fala formal, mas que não é usada por nenhum setor da comunidade na conversação usual (FERGUSON, 1974 [1959], p. 111).

O conceito de *diglossia* de Ferguson, delineado acima, foi mais tarde revisto e ampliado por Fishman (1979). Ao revê-lo, o autor se mostra preocupado em relacionar a diglossia ao bilinguismo e, nessa relação, surgem quatro combinações. São elas:

QUADRO 14: Relação entre diglossia e bilinguismo.

		Diglossia	
		+	-
Bilinguismo	+	1. bilinguismo com diglossia	2. bilinguismo sem diglossia
	-	3. diglossia sem bilinguismo	4. nem diglossia nem bilinguismo

Fonte: Fishman, 1979, p. 121.

Vejamos cada um desses casos mais detalhadamente.

1) **Bilinguismo com diglossia.** Essa situação revela-se em comunidades nas quais praticamente todos os membros conhecem ambas as variedades, a Alta e a Baixa. É o que Fishman chama de *bilinguismo estendido* (1979, p. 121). As línguas A e B devem estar distribuídas da maneira típica da diglossia. Para tanto, deve haver uma comunidade bastante grande, cujos membros dispõem de um leque de funções e têm acesso fácil a elas.

2) **Bilinguismo sem diglossia.** Esta seria uma situação instável ou transitória, em que se deixaria o estado de diglossia e se estaria caminhando para outra organização da comunidade linguística. "En una palabra, estas son las circunstancias del cambio social rápido, del desasosiego social grande, del abandono extendido de normas anteriores antes de la consolidación de otras nuevas" (FISHMAN, 1979, p. 129). Nessa comunidade, um grande número de indivíduos são bilíngues, mas não se utilizam dos dois códigos para situações específicas, ou seja, qualquer variedade pode ser usada para qualquer finalidade. Nesse tipo de comunidade, é possível: (1) surgir uma variedade nova, advinda da junção de A e B, se as variedades forem parecidas; ou (2) ocorrer a substituição de uma variedade por outra, se A e B forem estruturalmente diferentes.

3) **Diglossia sem bilinguismo.** Nessa situação, haveria a divisão funcional entre as línguas; no entanto, um grupo só falaria a variedade Alta e o outro grupo, a variedade Baixa. As fronteiras grupais são relativamente impermeáveis, e os repertórios linguísticos são limitados devido à especialização funcional. "Não formam uma comunidade linguística única e seus repertórios linguísticos são descontínuos" (FISHMAN, 1979, p. 128). Geralmente essa divisão está atrelada à divisão socioeconômica dos grupos. Trata-se de comunidades linguísticas unidas política, religiosa e economicamente, apesar das diferenças socioculturais que separam seus indivíduos.

4) **Nem diglossia, nem bilinguismo.** Fishman afirma que é muito difícil achar uma comunidade na qual haja somente uma só língua e uma só variedade. Teria que ser uma comunidade linguística muito pequena, isolada, autossuficiente e socialmente igualitária. Nenhum registro ou variedade diversa pode aparecer e não pode haver contato regular com outra comunidade linguística (FISHMAN, 1979).

Fasold (1996) acredita que Fishman (1979) modifica a primeira proposta de Ferguson (1974 [1959]) em dois sentidos, considerados por ele muito importantes. Em primeiro lugar, Fishman (1979) põe menos ênfase na importância de haver apenas duas variedades na comunidade linguística. Segundo Fasold (1996), a proposta de Fishman (1979) permite a presença de vários códigos separados, ainda que sua separação esteja atrelada à distinção entre as línguas A e B. Em segundo lugar, Fishman (1979) diferentemente de Ferguson (1974 [1959]) não restringe a diglossia a um meio termo. Lembremos que para Ferguson (1974 [1959]) deve haver mais diferenças, entre A e B, do que as de estilo e menos do que há entre duas línguas. Segundo Fishman,

la diglosia no sólo existe en sociedades plurilingües con varias "lenguas" oficialmente reconocidas y tampoco sólo en sociedades que utilizan la variedad vernácula y la variedad clásica de una lengua, sino también en sociedades en las que se usan diferentes dialectos, registros o *variedades lingüísticas de cualquier tipo con diferentes funciones* (FISHMAN, *apud* FASOLD, 1996, p. 80, grifos do autor).

Diante de tal assertiva, o que se vê é que Fishman usa o termo diglossia sem fazer restrições ao grau de diferença linguística entre as variedades, que podem ser desde diferenças estilísticas sutis até duas línguas sem nenhum tipo de relação, como as propostas por Ferguson (1974 [1959]).

A despeito de tais modificações, parece que Ferguson (1974 [1959]) e Fishman (1979) estão de acordo no que diz respeito a distribuição funcional das variedades na comunidade linguística. Ambos acreditam que A sempre se usa para eventos mais formais e B, para eventos mais pessoais.

Fasold (1996) admite que a noção fergusoniana clássica de diglossia é importante e não pode ser rechaçada, visto que conta com uma notável e respeitada história. No entanto, Fasold a toma como um "ponto médio útil" (1996, p. 101) para inserir seu conceito de diglossia ampla. A noção de diglossia ampla foi construída sobre quatro

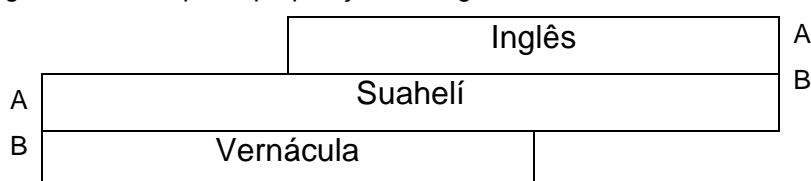
questionamentos sob os quais Fasold (1996) coloca a descrição conceitual de Ferguson (1974 [1959]).

A primeira questão a ser repensada, segundo Fasold (1996), diz respeito à convivência entre a língua *standard* e seus dialetos. Já dizia Ferguson, que o mais importante na identificação da diglossia é não haver nenhum setor da sociedade que use A em conversação diária. Fasold (1996) explica sua visão sobre essa convivência ao propor a noção de comunidade diglósica; ele acredita que aquela comunidade compartilhará não só a variedade A mas também a B.

A segunda questão versa sobre a binaridade do sistema diglósico. Através de vários exemplos, Fasold (1996) mostra sociedades nas quais não temos simplesmente A de um lado e B de outro. Fasold (1996) assinala a existência de (1) uma diglossia com dupla superposição de línguas, (2) uma diglossia com esquema duplo e (3) a poliglossia contínua.

Na primeira situação, ele cita o caso da Tanzânia, onde foi identificada que há uma diglossia com dupla superposição de línguas. Explicando: nessa sociedade articulam-se três línguas: o inglês, o *sua helí* e as línguas vernáculas. Sem se adentrar extensamente no caso, o fato é que as línguas vernáculas são aprendidas no seio da família e usadas no campo mais pessoal, com familiares e amigos dentro do grupo local. O *sua helí* é aprendido na escola primária e lá é usada, pois há várias outras línguas vernáculas entre as crianças. No entanto, para avançar nos estudos e ascender socialmente há que se aprender o inglês. Diante desse pequeno panorama tem-se:

QUADRO 15: Diglossia com dupla superposição de línguas: o caso da Tanzânia.



Fonte: FASOLD, 1996, p. 88.

Na segunda situação, diglossia com esquema duplo, Fasold (1996) usa o exemplo de Khalapur, uma cidade do norte da Índia para explicar a ocorrência de um segundo nível de relações diglósicas dentro das primeiras principais variedades A e

B. A variedade A é o *Hindí* e a variedade baixa o *Khalapur*. Dentro do dialeto *Khalapur* há subvariedade cujos nomes locais significam fala vulgar (*moti boli*) e fala limpa (*saf boli*). Essas línguas estão relacionadas tipicamente por diglossia e, se colocadas num quadro, mostram-se alocadas num *continuum* que vai desde uma variedade super alta (*hindí*) até uma variedade super baixa (*moti boli*), onde uma pequena diglossia está dentro de uma grande diglossia, conforme analisa Fasold (1996).

Já a terceira situação, de poliglossia contínua, verifica-se em comunidades tais quais a comunidade chinesa educada em inglês de Singapura e da Malásia. Essas comunidades têm em seu repertório linguístico: (1) uma língua materna, ou seja, línguas chinesas faladas na Malásia; (2) uma língua chinesa da região - língua franca (3) o inglês malaio formal; (4) o inglês malaio coloquial; (5) o malaio normatizado; e, (6) o malaio - língua franca. Trata-se de um trio diglósico, no qual há uma ou mais variedades altas, uma ou mais variedades médias e uma ou mais variedades baixas.

Além da binaridade do sistema diglósico, Fasold (1996) levanta discussões sobre a relação linguística entre as variedades. O autor acredita que línguas distintas podem, sim, receber o termo diglossia, tal como foi feito no caso da Malásia e da Tanzânia, expostos anteriormente. Ferguson (1974 [1959]), no seu artigo clássico, exigia que A e B não fossem nem línguas muito distintas nem um simples caso de estilo. Fasold (1996), por sua vez, acredita que

la gente tiende generalmente a expresar en el habla su percepción sobre la familiaridad o formalidad de una situación. Esto se puede conseguir con cambios sutiles de estilo dentro de una misma lengua, alternando dos <<dialectos>> moderadamente diferentes o eligiendo entre dos lenguas completamente diferentes (FASOLD, 1996, p. 97, grifo do autor).

Por fim, a quarta questão trata da função das variedades. Vimos que Fishman (1979) e Ferguson (1974[1959]) parecem estar de acordo quanto à distribuição funcional de A e B. A é, por excelência, a língua da formalidade, uma língua pública, enquanto B o é da informalidade, das situações particulares, pessoais. Vimos que Ferguson (1974 [1959]) chega a dizer que, se elas se esbarram, é muito pouco e de maneira sutil. Fasold (1996) acredita que isso pode não ser assim tão sutil. B, exemplifica ele, pode ser a língua da escola primária. Com a infiltração de A em B ou

vice-versa, alerta Fasold (1996), surge um sinal de que a relação diglósica fergusoniana anterior está começando a desmoronar.

Concluída essa parte, Fasold acredita ser "melhor eliminar as restrições originais de Ferguson" (1996, p. 99). Nesse sentido, ele lança seu conceito de diglossia ampla. Em suas palavras,

La DIGLOSSIA AMPLIA consiste en reservar los segmentos más estimados del repertorio lingüístico de una comunidad (que no son los primeros que se aprenden, sino que se aprenden más tarde y más conscientemente, normalmente en la educación formal) para las situaciones que se sienten como más formales y distantes, y reservar los segmentos menos valorados (que son los primeros que se aprenden, con poco o ningún esfuerzo consciente), los cuales pueden tener cualquier grado de relación lingüística con los segmentos más valorados (desde diferencias estilísticas hasta ser diferentes lenguas), para las situaciones percibidas como más informales e íntimas (FASOLD, 1996, p. 100).

Fasold completa seu lançamento conceitual, distinguindo três subtipos de diglossia, conforme se vê no quadro a seguir.

QUADRO 16: Subtipos de diglossia ampla.

Relação linguística	Subtipo de diglossia ampla
Línguas diferentes	Bilinguismo superposto
Dialetos divergentes	Diglossia clássica
Diferenças estilísticas	Mudança de estilo

Fonte: FASOLD 1996 p. 101.

Além dos questionamentos lançados por Fasold (1996), Calvet (2002) também se pronuncia sobre as definições de Ferguson (1974 [1959]) e Fishman (1979). Segundo Calvet (2002), esses autores tendiam a subestimar os conflitos de que as situações de diglossia dão testemunho. Ferguson (1974 [1959]), quando falava em estabilidade dava a entender, inclusive, que a convivência de A e B seria harmoniosa e durável. Sabemos, no entanto, que isso não é necessariamente verdade. Além disso, Calvet (2002) observa que a diglossia está em perpétua mudança, e a história mostra que A pode se tornar obsoleta ou erudita se for estudada por poucos e B pode se tornar a língua oficial.

As noções de diglossia sugeridas por Ferguson (1974 [1959]) e Fishman (1979) requerem uma ampla perspectiva de análise, a das normas sociais, segundo Appel e Muysken (1996). Isso porque o fenômeno não trata apenas de uma mudança de

línguas; é mais do que isso, "é uma conjunto de condutas, atitudes e valores que são expressados melhor nessa língua e um conjunto de condutas, atitudes e valores que se veiculam melhor naquela língua" (FISHMAN, 1979, p. 120).

Diante da exposição acima, fica claro que a diglossia é um fenômeno que envolve as atitudes linguísticas e os sentimentos de identidade e de solidariedade de um povo. Em nossa pesquisa, tratamos de uma comunidade em que encontramos essas situações e esses fatos. Daí a importância de descrevê-lo teoricamente. No Capítulo 5, de Análise dos Dados, retornaremos a esta discussão.

Tendo sido feita a explanação acerca da diglossia, vejamos como se dá a escolha linguística.

3.2.7.3 A escolha linguística²⁴

Fasold (1996, p. 275) afirma que a "la sociolingüística sólo existe como campo de estudio porque existen opciones al usar el lenguaje". Se um falante monolíngue tem, ao menos, duas variedades linguísticas para empregar, a formal e a informal, o bilíngue terá as variedades não só de uma língua, mas de duas. Esses códigos (ou variedades) linguísticos diferentes são usados em situações diversas.

Segundo Grosjean (2001), quatro fatores explicam a mudança de código ou variedade. Em primeiro lugar, a situação: se se trata de um pequeno almoço de família, uma festa, uma palestra ou uma data especial; em segundo lugar, os participantes da interação: sua idade, sexo, ocupação, nível socioeconômico, origem, etnia e seus papéis em relação ao outro, como empregador-empregado, marido-mulher; em terceiro lugar, o tema da conversação: trabalho, esportes,

²⁴ Tradução livre. Do inglês, *Language Choice*.

eventos nacionais; e, em quarto, a função da interação: pedido, oferta de informações ou interpretação, saudações, agradecimentos, desculpas, e assim por diante.

Em um ambiente bilíngue, encontramos uma situação semelhante, mas mais complexa. Os falantes bilíngues não só podem escolher entre diferentes variedades de uma língua, como seus pares monolíngues, mas também podem escolher entre as duas línguas. Um falante bilíngue pode mudar as variedades de uma língua, alternar as línguas, ou fazer as duas coisas (GROSJEAN, 2001). Devido a essa complexa situação, muitos sociolinguistas têm se concentrado na escolha linguística em interações bilíngues.

Grosjean (2001) lista alguns fatores que influenciam a escolha linguística em contextos bilíngues. Qualquer fator pode contribuir para a escolha de uma língua em detrimento da outra, mas geralmente é a combinação de vários fatores que explica a escolha da língua. Os fatores são apresentados no quadro a seguir.

QUADRO 17: Fatores que influenciam a escolha linguística.

Fatores que influenciam a escolha linguística	
<u>Participantes</u>	<u>Situação</u>
Proficiência	Local/Cenário
Preferência	Presença de monolíngues
Status socioeconômico	Grau de formalidade
Idade	Grau de intimidade
Sexo	
Ocupação	<u>Conteúdo do discurso</u>
Escolaridade	Tópico
Etnia	Tipo de vocabulário
Histórico de interação linguística	
Grau de parentesco	<u>Função da interação</u>
Intimidade	Para elevar status
Relação de poder	Para criar distância social
Atitude para com as línguas	Para excluir alguém
Pressão externa	Para pedir ou mandar

Fonte: GROSJEAN, 2001, p. 136.

Apesar de ser filtrada por quatro fatores, a escolha linguística é rápida e automática.

Um bilíngue raramente pergunta conscientemente 'Qual língua eu devo usar?' A escolha linguística, como o próprio ato de falar, é um comportamento bem aprendido (*well-learned*) e complexo, cuja extrema complexidade só se torna aparente quando avariado (*breaks down*). Na sua vida, o bilíngue executará suas atividades diárias quase inconsciente dos muitos fatores psicológicos e sociolinguísticos que interagem nas

complexas fórmulas que o ajudam a escolher uma língua em vez de outra (GROSJEAN, 2001, p. 145).

Além dos vários processos sociolinguísticos até agora, os constructos teóricos de identidade e etnicidade também ajudam a explicar a manutenção/substituição linguística, o desenvolvimento do bilinguismo, as atitudes e a lealdade linguísticas, a formação das redes sociais, e assim por diante. E é sobre esses conceitos que nos lançamos agora.

3.2.8 Identidade, etnicidade e língua

Falar de pomeranos num país cujo gentílico é o brasileiro implica necessariamente reconhecer que estamos dando um tratamento diferenciado a um grupo de pessoas. Neste caso, trata-se de pessoas cuja ascendência difere da maioria. Recentemente, esses grupos estão sendo rotulados como *étnicos*.

O conceito de etnicidade, conhecido desde a primeira metade do século XX, mas difundido amplamente somente na década de 70 do mesmo século, relaciona-se com o pertencimento a um grupo: imigrantes, ciganos, indígenas, etc. No início dos estudos sobre etnicidade, o rótulo fazia menção a um grupo outro que não o anglo-saxão (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). Mas, com o passar dos anos e com aumento da frequência de uso do termo, a definição foi-se ampliando e modificando. Na verdade, a qualidade étnica, que só se atribuía a um grupo, o minoritário – como, em nosso caso, os imigrantes –, passou posteriormente a definir todos, inclusive os majoritários (BAKER; JONES, 1998). De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998), essa repentina emergência de grupos étnicos está atrelada à modernidade. Estamos, pois, lidando com um fenômeno essencialmente contemporâneo (FOUGHT, 2006).

Sabemos, contudo, que a modernidade é marcada pelo intenso contato intergrupar. Essa premissa, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998) e Appel e Muysken

(1996), induziu muitos pesquisadores a concluir que seria o fim dos grupos étnicos, dado que, na sua visão, a assimilação e a aculturação seriam consequências inevitáveis do contato. De acordo com essa perspectiva, estaríamos nos dirigindo à uniformização e à homogeneização cultural, em que os grupos étnicos minoritários estariam desaparecendo, pois estariam integrando-se aos grupos dominantes, isto é, estariam abandonando sua língua, cultura e etnia a fim de se inserir na cultura majoritária (APPEL; MUYSKEN, 1996). Essas previsões assimilacionistas, no entanto, não se concretizaram. Ao contrário, a modernidade despertou não só a "emergência de identidades particularistas" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 28), mas também viabilizou a difusão de técnicas de militância. Glazer e Moynihan (*apud* APPEL; MUYSKEN, 1996) afirmam que os grupos étnicos não são mais considerados relíquias. A ideia que se tem agora é que esses grupos podem ser formas de vida social capazes de se renovar e transformar.

A ideia de morte dos grupos étnicos parece mesmo superada. Chega-se a falar que, na terceira e na quarta geração dos grupos de imigrantes, por exemplo, há um "renascimento étnico" (EPSTEIN, *apud* FROSI, 2010, p. 54). O renascimento étnico não consiste em uma tentativa de fazer reviver um sistema de vida que está irremediavelmente apagado, mas, antes disso, incide num crescente interesse pela identidade étnica e pela procura dos modos através dos quais seja possível dar-lhe expressão em condições sociais alteradas (FROSI, 2010). Trata-se de uma questão complexa que não deixa espaço a fáceis respostas.

A manutenção da etnicidade do grupo, e até mesmo o seu revigoramento, pode depender, segundo Frosi, Faggion e Dal Corno (2010), da solidariedade²⁵ entre os indivíduos do grupo étnico. Nesse sentido, as autoras concebem três aspectos importantes da solidariedade: (1) as marcas que estigmatizam também identificam o grupo; (2) as memórias de medo e repressão compartilhadas identificam o grupo:

²⁵ As autoras concebem a solidariedade assim como é definida no dicionário: "Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir no grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora (MICHAELIS - MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, *apud* FROSI, FAGGION, DAL CORNO, 2010, p. 27).

memória coletiva; e, (3) o uso da língua como marca de pertencimento ao grupo garante a proximidade e reforça os vínculos.

Sob a constatação de manutenção da etnicidade, impôs-se a difícil problemática de caracterizar um grupo étnico. Inicialmente, a definição se fazia por meio de critérios bastante subjetivos - o sentimento de pertencimento a um grupo, a crença numa origem comum, etc. O desafio, portanto, era encontrar critérios objetivos que pudessem caracterizar uma unidade cultural. Muitos deles foram, então, levantados: língua, independência econômica, etnônimo, organização política, contiguidade territorial, entre outros (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). Viu-se, entretanto, que, tal como os critérios subjetivos, os objetivos não podiam sozinhos descrever um grupo étnico, pois eles são superficiais e exteriores, e podem mudar de uma geração para outra e, ainda assim, manter a identidade étnica intacta (BAKER; JONES, 1998). Diante desse impasse, o que se acredita agora é que todos esses critérios, objetivos e subjetivos, são válidos, mas somente se forem combinados; um único não pode ser universalmente aceito.

No campo da linguística, Fishman (*apud* APPEL; MUYSKEN, 1996) estabeleceu uma caracterização para grupo étnico, unindo elementos objetivos e subjetivos, que se tornou bastante conhecida na área. Ele trata a questão a partir de três dimensões: a da paternidade, do patrimônio e da fenomenologia. A primeira e mais importante dimensão está ligada a um sentimento de continuidade, pois, para o autor, a etnicidade "em parte, se experimenta, mas de modo muito relevante [...] é adquirida dos pais, do mesmo modo que eles a adquiriram dos seus e assim sucessivamente, remontando-nos ao passado *ad infinitum*" (FISHMAN, *apud* APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 25). A segunda dimensão é o legado da coletividade, das perspectivas e dos comportamentos que nos definem e que foram adquiridos pelos antepassados: profissão, roupa, música etc. O terceiro refere-se ao significado que atribuímos à paternidade e ao legado étnico. A fenomenologia tem a ver com as atitudes subjetivas dos indivíduos para com seu grupo étnico.

Entre os estudiosos da linguagem, não há consenso sobre a relação entre língua e etnicidade. Fishman (1977, 1979) afirma que a língua é o símbolo *par excellence* da etnicidade, visto que por ela se faz a transmissão dos elementos culturais

relevantes, dos usos e costumes do grupo étnico, da prática dos ritos, etc. Baker e Jones percebem que "a língua e a cultura de um grupo étnico são interligadas, como são coração e mente num corpo na flor da idade (*flourishing*)" (1998, p. 113), isso porque "a língua, simbólica e comportamentalmente, pode estabelecer uma divisão entre grupos étnicos vizinhos [...]. Por meio da língua, a identidade étnica pode ser expressada, ordenada e simbolizada" (1998, p. 115). Também Fought acredita que "a língua pode ter um valor simbólico muito importante para um grupo étnico, a despeito do fato de que poucas pessoas têm acesso a sua aprendizagem e que, assim, não podem escolher usar esse recurso particular [a língua]" (2006, p. 23). Appel e Muysken (1996), no outro extremo dessa discussão, acreditam que não há relação necessária e categórica entre língua e etnicidade, pois, segundo eles, há outros fatores distintivos que assinalam a linha limítrofe dos grupos étnicos.

Além disso, os autores mostram que um grupo pode desenvolver uma identidade étnica com relação a uma língua que inicialmente pertencia a outro grupo, abandonar progressivamente sua língua minoritária e chegar a considerar a variedade étnica como um dos sinais de sua identidade étnica. Grupos que possuem a mesma língua materna podem ostentar identidades étnicas diferentes, segundo eles. Diante dessa diversificação, Appel e Muysken (1996) concluem que a língua minoritária ou língua materna étnica não resulta ser o espaço indispensável da etnicidade. Isso significa dizer que a língua pode ou não estar incluída na bagagem cultural de um grupo étnico.

Além da problemática caracterização dos grupos étnicos e da relação língua e etnicidade, dever-se-ia (re)pensar ainda a validade da crença de que o isolamento sócio-geográfico estava na base da diversidade étnica. A própria emergência dessa noção na era moderna já nos mostra que "as fronteiras étnicas persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 62). Assim conclui-se que o grupo étnico não se define por si só; é necessário que haja situações plurais das quais emergem as relações étnicas. Afinal, "a interpenetração e a interdependência entre os grupos não devem ser vistas como dispersões das identidades étnicas, mas como condição de sua perpetuação" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 62), uma vez que o confronto entre os grupos viabiliza a mobilização coletiva em prol das especificidades culturais. Em

suma, essa situação proporciona o aumento da consciência e da significação da etnicidade para os grupos. E a consciência étnica, segundo Grosjean (2001), provoca reforço da lealdade e solidariedade no grupo.

Nesse sentido, pode-se definir a etnicidade como um processo contínuo de dicotomização entre membros e *outsiders* que requer ser expressa e validada na interação social (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). "Etnicidade, então, é um conjunto de identificadores culturais utilizados para atribuir pessoas a agrupamentos que se expandem e se contraem em relação inversa com a escala de inclusividade e exclusividade dos membros" (COHEN, *apud* FOUIGHT, 2010, p. 8).

Estudar essa etnicidade significa, então, debruçar-se sobre as identidades que emergem das diversas situações de contato. Aliás, deve-se frisar que é no contato inter/intragrupal que a identidade étnica floresce. Isso porque há um quadro cognitivo que rege o comportamento dos grupos étnicos. Para sermos mais claros, as marcas, símbolos, comportamentos que qualificam e caracterizam um grupo étnico são referentes cognitivos que têm a importância pragmática de orientar as relações sociais e o que se pode interpretar delas. Dito de outra maneira, essas marcas permitem a auto identificação intraétnica e também a identificação do grupo pelos outros, os *outsiders*. Cabe dizer que os aspectos próprios de um grupo étnico não são inerentes a ele; são recursos simbólicos socialmente negociados para diferenciá-lo de outros (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). Esses aspectos são estabelecidos por contraste; logo, um grupo se considera possuidor de uma identidade étnica específica quando é suficientemente diferente dos outros (APPEL; MUYSKEN, 1996).

Para Baker e Jones,

A identidade étnica é algo que tem continuidade ao longo do tempo e vive através das gerações. Origem étnica é um termo usado para descrever um grupo de pessoas que têm algum tipo de coerência e solidariedade com base em origens comuns, uma autoconsciência comum e cujos membros podem ser unidos por entendimentos compartilhados, significados de vida e experiências. A identidade étnica pode ser historicamente profunda, sentida coletivamente com um senso de enraizamento e união. Pode haver formas comuns de compreensão da história étnica do grupo, valores comuns e experiências de vida, significados comuns, formas comuns de organizar e ver o mundo (1998, p. 112).

A etnicidade, sobre a qual discorreremos até aqui, é apenas um aspecto do complexo constructo social denominado *identidade* (FOUGHT, 2006). A conceitualização de identidade é demasiadamente complexa e pouco desenvolvida, mas sabe-se que ela também se constrói na interação eu/outro. Segundo Hall, a identidade é responsável por "sutura[r] os sujeitos à estrutura" (2002, p. 12), isto é, por alocar os sujeitos ao(s) lugar(es) objetivo(s) que ele pode ocupar no mundo social e cultural.

Como a sociedade moderna está intrinsecamente envolvida pelo processo de mudança, é natural que as identidades também venham a sofrer os impactos que a globalização acarreta. Assim, acredita-se que o sujeito moderno (trans)forma sua identidade continuamente. Podemos inclusive conciliar identidades ou ter indivíduos com paradoxos identitários, visto que uma identidade se arquiteta pelo pertencimento a diferentes esferas. A identidade étnica ou cultural, por exemplo, diz respeito à adesão de culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais (HALL, 2002). Ou seja, "à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente" (HALL, 2002, p. 13). Sob essa ótica, compartilha-se do posicionamento de que, na modernidade, o sujeito tem um "repertório de identidades" (KROSKRITY, *apud* FOUGHT, 2010, p. 20), visto que é composto de várias delas. Essa variedade indica-nos que o sujeito moderno é fragmentado (HALL, 2002).

Entender a fragmentação e os paradoxos identitários não é difícil, se entendermos que a identidade é resultante da história de vida do sujeito, de seu trabalho, sua família, sua religião, e, por que não, de sua língua (FROSI, 2010). A construção da identidade de um indivíduo é um processo contínuo ao longo da vida e é profundamente marcada pelas respostas dadas pelo grupo que o circunda desde a infância. As atitudes em relação à língua de que ele é usuário e o grupo sociolinguístico que ele representa, podem determinar sua relação com essa língua, com esse grupo e também com os demais grupos com os quais vai interagir, arquitetando assim sua(s) identidade(s) (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010).

Dessa forma, a língua é um elemento-chave na construção e na reprodução de nossas identidades (FOUGHT, 2010). O nosso repertório linguístico, mesmo monolíngue, mostra como nos suturamos, para usar o termo de Hall (2002), à sociedade por meio das categorias sociais e culturais. O leque de variedades linguísticas de que dispomos mostra que há uma série de modos de falar que são apropriados para cada situação linguística. Os recursos linguísticos mais importantes na construção identitária são: (1) a manutenção da língua minoritária; (2) o *code-switching*; (3) os aspectos segmentais e suprasegmentais; 4) os empréstimos; etc (DE HEREDIA, 1989; FOUGHT, 2010).

Cabe aqui, ainda, um esclarecimento. Vimos que a etnicidade e a identidade têm relação com a adesão de especificidades culturais. Quando os sujeitos estão inseridos numa cultura, estão compartilhando um modo de viver e organizar a vida. Assim entendemos que a cultura é

[...] a maneira do ser humano de manter a vida e perpetuar a espécie, juntamente com hábitos, costumes, idéias, sentimentos, arranjos sociais, e objetos. A cultura é o modo de vida de um povo ou sociedade, incluindo as suas regras de comportamento; seus sistemas econômicos, sociais e políticos; sua linguagem; suas crenças religiosas; suas leis, e assim por diante (BAKER; JONES, 1998, p. 157).

Já sabemos que a cultura é adquirida e socialmente repassada, em grande parte, pela língua. Assim, muitas vezes, quando se fala em bilinguismo também se fala em biculturalismo (WEINREICH, 1970). Se cada língua tem uma cultura distinta o suficiente para ser outra, temos a coexistência de dois modos de organização social diferentes no mesmo grupo ou no mesmo indivíduo, que já é fragmentado, como vimos. No entanto, não é preciso haver bilinguismo para haver biculturalismo: "um monolíngue pode ser bicultural" (BAKER; JONES, 1998, p. 157), ou mais, pode ser multicultural.

Estabelecer as relações entre etnicidade, identidade e língua se faz sumamente importante para nossas análises, visto que esses conceitos ajudam a explicar como os grupos étnicos minoritários podem preservar ou substituir suas línguas e culturas de origem. Tendo-se analisado esses fatores, vamos conhecer minimamente os direitos linguísticos que já foram conquistados na próxima Seção.

3.2.9 Política e planejamento linguísticos

Nas sociedades bilíngues, as discussões públicas sobre a educação e as línguas são frequentes porque, muitas vezes, o bilinguismo, sobretudo quando uma das línguas envolvidas é minoritária, é visto sob a ótica da dificuldade e da complicação. Acredita-se que dominar mais de um código causa problemas à aprendizagem, ou seja, pensa-se que os bilíngues têm baixo rendimento escolar pelo fato de serem bilíngues, e não porque normalmente sua situação social e econômica não lhe permite a ascensão educacional. Além disso, constantemente se relaciona a língua minoritária com os problemas socioeconômicos e com a falta de integração com a cultura majoritária, no caso dos imigrantes. Nesta perspectiva, a língua minoritária é percebida como uma causa de problemas sociais, econômicos e educacionais, em vez de ser a consequência de tais problemas.

Baker e Jones (1998, p. 277) afirmam que "a língua raramente é a causa de conflito". O que está em jogo são, como vimos, os interesses sociais da classe dominante. Todavia, não podemos esquecer que a língua, a exemplo da religião, por exemplo, é objeto de escolha individual, qualquer que seja a classe social do falante. Dessa forma, numa sociedade que se quer, ou se diz, democrática, a discriminação e o preconceito linguístico deveriam estar erradicados.

Dentro de uma visão de língua que seja um recurso do qual se dispõe, encontra-se o pressuposto de que a diversidade linguística não causa separação ou desintegração na sociedade. Pelo contrário, é possível que a diversidade linguística coexista com a ideia de unidade nacional. "Unidade e diversidade não são necessariamente incompatíveis. A tolerância e a cooperação entre os grupos podem ser possíveis com a diversidade linguística, como seriam pouco prováveis se tal diversidade linguística fosse reprimida" (BAKER; JONES, 1998, p. 283). Essa visão inclusiva leva-nos a entender as línguas minoritárias como recursos culturais e sociais.

Diante dessas visões que se tem de língua, fica clara a necessidade de pensarmos em como desmistificar o ideal monolíngue e como garantir o direito à escolha

linguística sem que, para isso, se enfrente o devastador preconceito linguístico. Daí surgem as políticas linguísticas e o planejamento linguístico.

Por políticas linguísticas se entende um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre a(s) língua(s) e a vida social (CALVET, 2002). Assim, chamaremos de *planejamento linguístico* a implementação de uma política linguística (CALVET, 2002). O planejamento linguístico é a engenharia da língua (BAKER; JONES, 1998) e, como tal, esforça-se deliberadamente para influenciar o comportamento dos outros no que diz respeito à aquisição, à estrutura ou à alocação funcional dos seus códigos de linguagem (COOPER, *apud* BAKER; JONES, 1998).

Somente o Estado tem o poder de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas. As políticas linguísticas e, por conseguinte, sua implementação são formas de intervir na língua e de fazê-las mudar de modo *in vitro*²⁶, na abordagem do poder (CALVET, 2002). Pode-se, por exemplo, padronizar uma língua, elevá-la ao nível de língua nacional, recuperá-la e revitalizá-la - se estiver em processo de desaparecimento -, intervir sobre o seu léxico e criar um sistema de escrita para ela.

Tal planejamento linguístico envolve o planejamento de status (elevando o status de uma língua dentro da sociedade), o planejamento de corpus (acerca do vocabulário, ortografia, gramática e padronização da língua minoritária) e planejamento da aquisição (criação de um espraiamento da língua, por meio do aumento do número de falantes e de usos, através, por exemplo, do ensino da língua) (BAKER; JONES, 1998, p. 187).

Com o objetivo de se pensar efetivamente sobre a questão da diversidade linguística como um direito, e não como uma ameaça à sociedade, em 1996, foi criada a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL). Resultado de uma longa discussão entre dezenas de organizações dos cinco continentes, a DUDL foi elaborada por diferentes agentes de diversas áreas de investigação, como a jurídica, a linguística e a sociológica. Baseando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que considera que todas as pessoas têm direitos e liberdades

²⁶ As pessoas gerem a língua *in vivo* mudando-a cotidianamente através da solução dos problemas de comunicação. A abordagem *in vitro* refere-se ao estudo que o linguista faz da comunidade no seu laboratório, que, posteriormente, passa pela avaliação dos políticos, os quais têm o poder de intervir ou não, segundo as proposições linguísticas.

sem qualquer distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição, a DUDL "proclama a igualdade de direitos linguísticos, sem distinções não pertinentes entre línguas oficiais/não-oficiais; nacionais/regionais/locais; majoritárias/minoritárias; ou modernas/arcaicas." (DUDL, 2003 [1996], p. 15).

No seu artigo quarto, a DUDL considera que as pessoas que se transferem e se estabelecem no território de uma comunidade linguística diferente da própria, têm o direito e o dever de manter com ela uma relação de integração, em detrimento da assimilação. A integração é entendida como uma socialização adicional dessas pessoas, uma vez que esse processo procura conservar as características culturais de origem, com vistas a compartilhar com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos necessários para permitir um funcionamento social global sem maiores dificuldades que a dos membros da comunidade receptora (DUDL, 2003 [1996]). Isso se deve ao entendimento de que todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de perceber e descrever a realidade; portanto, possuem o poder de gozar de condições necessárias para seu desenvolvimento em todas as funções (Artigo 7º, DUDL, 2003). Assim sendo, de acordo com o DUDL (2003 [1996]), fica assegurado à língua e a seus falantes:

- I. o uso em todas as funções sociais (Artigo 8º);
- II. os meios necessários para a transmissão e continuidade da língua (Artigo 8º);
- III. o direito de codificar, padronizar, preservar, desenvolver e promover seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas (Artigo 9º);
- IV. o desenvolvimento de todas as atividades em sua língua no âmbito público (Artigo 10º);
- V. o direito a que sua língua seja considerada oficial dentro de seu território (Artigo 15º) e, por conseguinte, exista documentação oficial nessa língua (Artigo 17º);
- VI. o tratamento equitativo e não discriminatório (Artigo 10º);

- VII. o direito de decidir qual deve ser o grau de presença de sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis educacionais dentro de seu território (Artigo 25º);
- VIII. o direito a receber educação na língua própria do território onde reside (Artigo 29º);

Esse documento fundador tem grande alcance e garante o direito de escolha e usos da língua materna. Segundo ele, as línguas e seus falantes não enfrentariam maiores problemas quanto a esse uso; pelo contrário, estariam assegurados seus direitos de escolher e manter sua língua materna. Contudo, ainda é difícil assegurar a implementação de tais direitos. Muitos mitos e grandes forças sociais ainda atuam contra o planejamento linguístico igualitário, que, devemos lembrar, depende do poder político do Estado.

O Brasil, no ano de 2010, deu um passo importante para o reconhecimento e a valorização das mais de duas centenas de línguas existentes no seu território. Através do decreto de número 7.387, de 9 de dezembro de 2010, foi instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (ANEXO III), que, por sua vez, constitui-se um instrumento de levantamento e registro das línguas faladas pelas comunidades linguísticas brasileiras. O Inventário visa a dar visibilidade à pluralidade linguística brasileira e a permitir que as línguas sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso (BRASIL, 2010). Segundo o decreto, o inventário é um "instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 2010, p. 01). Podem ser inventariadas, portanto, línguas indígenas, de comunidades afro-brasileiras, de imigração, de sinais, crioulas e língua portuguesa e suas variações dialetais.

O decreto brasileiro é ainda muito recente e deve ter seus objetivos alcançados a médio e longo prazo, afinal, inventários não são feitos em curto espaço de tempo. No entanto, é inegável que instauram uma nova mentalidade, que visa (re)conhecer essas línguas e seus falantes, que estavam a muito esquecidas, se não desprezadas. Além disso, esse decreto abre a possibilidades de novas políticas

mais específicas para a implementação de políticas que atuam no repeito e na preservação das línguas.

A título de conclusão, vimos neste Capítulo alguns dos pressupostos teóricos, em forma de conceitos-chave, do Contato Linguístico. Tê-los em mente nos auxilia a pensar nas questões mais prementes desta pesquisa, contribuindo para a análise de nossos dados e para encontrarmos soluções para os desafios que advêm do encontro de uma língua de imigração com a língua majoritária do país de acolhimento. Voltaremos a esses temas no Capítulo 5. Por ora, iremos deter-nos na descrição dos procedimentos metodológicos que orientaram o presente estudo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tão importante quanto o conhecimento teórico e a delimitação clara do objeto de estudo, é a escolha de uma metodologia compatível com os interesses da investigação.

Existem dois grandes grupos de métodos de pesquisa, a saber: o quantitativo e o qualitativo, nos quais se subdividem inúmeras técnicas de investigação. Todos têm o seu espaço e sua valia no campo científico, mas deve-se escolher com rigor o método mais adequado ao estudo que se pretende fazer.

De modo geral, os paradigmas quantitativo e qualitativo se comportam da seguinte maneira:

QUADRO 18: Caracterização dos paradigmas quantitativo e qualitativo.

PARADIGMA QUANTITATIVO	PARADIGMA QUALITATIVO
Procura por fatos e causas de fenômenos sociais, através de medições de variáveis.	Preocupa-se em entender, compreender e descrever os comportamentos humanos através de um quadro de referência.
Tem sistemas de medições controladas.	Tem sistemas de descrição não controlados, observação natural.
Traz uma perspectiva externa com distanciamento dos dados. É objetiva.	Traz uma perspectiva interior que fica perto dos dados. É subjetiva.
Orienta-se pelo resultado.	Orienta-se pelo processo.

Fonte: MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 136, adaptado.

É nosso intuito desenvolver aqui uma pesquisa de cunho mais qualitativo. Através das técnicas de entrevistas e da Observação Participante, queremos descrever e entender o processo de manutenção linguística existente no município de Santa Maria de Jetibá. Contudo, também lançaremos mão de gráficos e tabelas para que tenhamos ainda mais informações a respeito de nossa comunidade de fala. Nesse sentido, estaremos promovendo a inter-relação entre o quantitativo e o qualitativo, que visa nada mais que à complementaridade.

Frente a uma temática e a um grupo étnico ainda pouco estudado, acreditamos que uma pesquisa de campo de cunho mais qualitativo será bastante conveniente, uma vez que trará à tona dados esclarecedores acerca de sua realidade sociolinguística. Afinal, objetivamos conhecer a sócio-história da língua pomerana através da vida de

seu grupo étnico: por que o pomerano continua a ser falado até hoje, resistindo à Lei da Terceira Geração; atualmente, qual língua - pomerano ou português - é adquirida primeiro; qual é a mais utilizada, quando cada uma delas é usada, onde e com quem. Enfim, queremos conhecer como se desenrola a vida dos pomeranos brasileiros, que estão num entre-lugar linguístico.

Para atingir nosso objetivo em sua plenitude, algumas escolhas metodológicas foram necessárias. Vejamo-las justificadas a seguir.

4.1 AS ENTREVISTAS

A coleta de dados é uma fonte fundamental e riquíssima para o desenvolvimento de uma pesquisa. Nesse sentido, houve uma grande preocupação em recolhê-los, a fim de que obtivéssemos as informações procuradas.

Primeiramente, utilizamos a técnica da entrevista, cujo objetivo é o de compreender o significado que entrevistados atribuem a determinadas questões e situações, com base nas suposições do pesquisador.

De acordo com Martins e Theóphilo (2007), a coleta de dados via entrevista é demorada e onerosa, exigindo muita habilidade do entrevistador, pois este deve ouvir mais do que falar, não manifestar opiniões particulares, não divagar ou fugir do assunto e precisa obter e manter a confiança e a espontaneidade do entrevistado. Certamente a entrevista possibilita a coleta de informações muito ricas, mas requer amplo planejamento e preparo do entrevistador.

Em nosso caso particular, dado que pertencemos ao grupo étnico e à comunidade estudada, a coleta foi facilitada em todas as suas fases, como procuraremos demonstrar. Explicamo-nos: Bahia (2011) advertiu a todos sobre as dificuldades de se fazer uma pesquisa com os pomeranos sem ser um deles e sem falar a língua

pomerana. A autora acredita que os pomeranos são receosos e não gostam de falar sobre certos temas com pessoas não-pomeranas, não-falantes do pomerano e não-luteranas. Portanto, como somos pomeranos, falantes da língua pomerana e luteranos, tivemos a chance de coletar dados privilegiados.

Para essa coleta, elaboramos um questionário semiestruturado (ANEXO I) ou questionário-guia, como propõe Tarallo (2007, p. 22), que "tem por objetivo homogeneizar os dados de vários informantes para posterior comparação". Com a flexibilidade desse tipo de questionário, é possível o seu contínuo ajustamento, com base nas respostas dadas pelos entrevistados.

Outra preocupação nossa foi a de coibir respostas superficiais e breves. Nessa perspectiva, evitamos as perguntas que pudessem ser respondidas apenas com *sim* ou *não*, já que "[...] os pormenores e detalhes particulares são revelados a partir de perguntas que exigem exploração [...]" (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 136).

Quanto ao tempo de duração das entrevistas, houve grandes variações, desde 15 minutos, com um informante jovem, até uma hora com os idosos. Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de se ter respeitado a vontade e a dinâmica de conversação dos entrevistados. Basicamente, os mais jovens foram mais sucintos em suas respostas, pois não conheciam maiores detalhes da história pomerana. Já os mais velhos queriam contar-nos fatos históricos e tinham a necessidade de pensar nas mudanças ocorridas na comunidade. Eles elaboraram respostas diacrônicas muito importantes sobre a língua e o povo pomerano. Também a ordem das perguntas sugerida pelo questionário semiestruturado sofreu variações, pelo fato de que tentamos sempre conversar com os nossos informantes. A depender de sua resposta, lançávamos uma nova pergunta que estivesse relacionada ao tema sobre o qual falávamos. Assim sendo, as 66 perguntas previstas no questionário eram apenas tópicos a serem abordados nas entrevistas; não se fez, necessariamente, todas as perguntas para todos os entrevistados. As perguntas históricas, por exemplo, dependiam dos conhecimentos do entrevistado, conforme já explicamos.

Além dessas orientações, outras medidas precisaram ser adotadas para a efetivação das entrevistas. É o caso do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*

- TCLE - (ANEXO II) do informante-entrevistado, permitindo que fizéssemos uso das informações levantadas e o seu registro, por meio de filmadora.

Não houve resistência, por parte dos entrevistados, no que diz respeito à assinatura do TCLE; contudo, algumas questões foram levantadas pelos informantes, tais como a finalidade da entrevista e a necessidade do uso da filmadora. Após respondermos a essas perguntas, não houve nenhuma recusa por parte deles.

Como dissemos, as entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, pois, conforme afirma Zago,

Esse registro tem uma função [...] importante na organização e análise dos resultados pelo acesso a um material mais completo do que as anotações podem oferecer e ainda por permitir novamente escutar as entrevistas, reexaminando seu conteúdo (2003, p. 299).

Optamos pela gravação em vídeo porque, além de ficarmos mais livres para conduzir as entrevistas, esse tipo de registro possibilita a entrevista em grupo, adotada neste trabalho. Mas essa técnica não oferece só vantagens; há também complicadores nela. A utilização de uma máquina de registros não é fácil, a começar pelo lugar que o objeto deve ocupar. Durante as entrevistas, posicionamos a filmadora sobre um pequeno tripé e o colocamos sobre algum móvel do ambiente. Como o aparelho não emite nenhuma luz ou som, foi possível, depois da "quebra do gelo inicial" (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 135), obter uma comunicação natural.

Quanto ao estabelecimento de confiança entre entrevistadora-entrevistado, não foi um problema, visto que pertencemos à comunidade estudada e conhecemos os seus moradores. Nas palavras de Beaud e Weber:

[...] Há um consenso [...] entre diversos autores sobre a idéia de que as boas entrevistas estariam menos relacionadas às questões das técnicas de condução e mais à capacidade de obter a confiança dos pesquisados. "É esta relação de confiança que o entrevistador consegue estabelecer que conduzirá à coleta de um material suficientemente rico para ser interpretado" (*apud* ZAGO, 2003, p. 302).

Outra estratégia adotada foi a entrevista em grupo, tendo em vista que estas

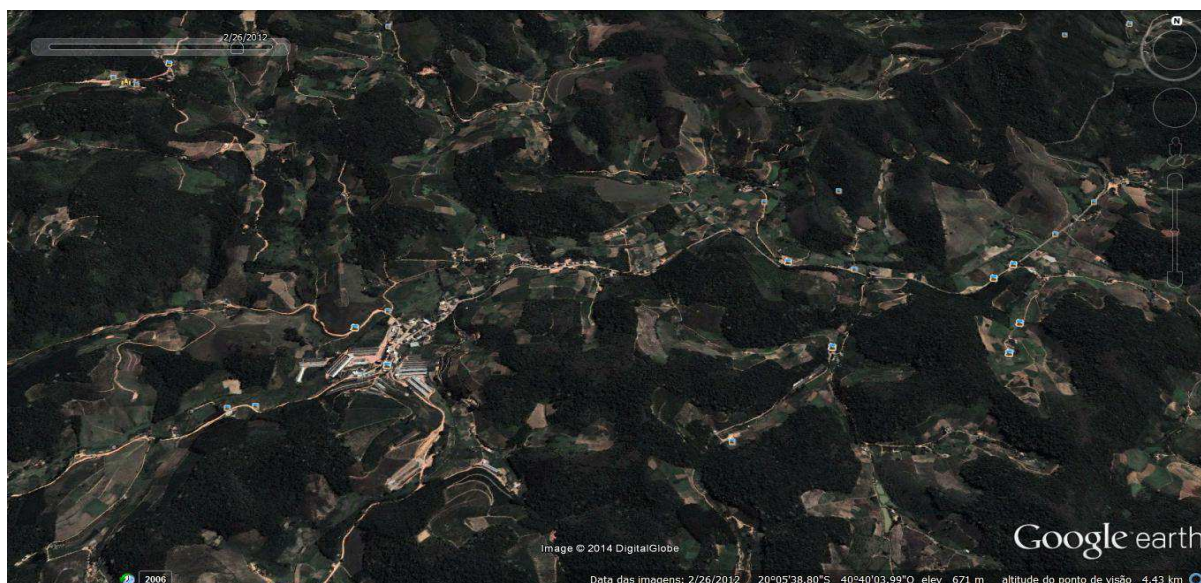
[...] podem ser úteis para transportar o entrevistador para o mundo dos sujeitos. Nesta situação, várias pessoas juntas são encorajadas a falarem sobre um tema de interesse. [...] Ao refletir sobre um tópico, os sujeitos podem estimular-se uns aos outros [...] (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 138).

Uma dificuldade da entrevista em grupo seria a identificação dos falantes, mas, como nossas entrevistas foram filmadas, não houve problemas quanto ao reconhecimento dos mesmos. Por último, o fato de a entrevistadora conhecer ambos os códigos linguísticos utilizados pelos informantes, conseguindo minimizar o Paradoxo do Observador (LABOV, 2008 [1972]), foi de extrema importância para conseguir a confiança dos entrevistados e coletar bons dados.

4.1.1 A escolha das localidades

Dentre as mais de cinquenta comunidades de Santa Maria de Jetibá, a localidade escolhida para esta pesquisa foi a de Caramuru, que dista 20 km de Santa Maria de Jetibá e cerca de 80 km de Vitória. A maior parte da população, que é composta majoritariamente por descendentes de imigrantes pomeranos, reside na zona rural e trabalha na agricultura familiar. Apesar das distâncias, praticamente todos os moradores se conhecem. Se retomarmos o Mapa 7, verificaremos que Caramuru conta com um pequeno centro urbano, um dos poucos do município.

FOTOGRAFIA 2: Vista aérea de Caramuru.



Fonte: Google Earth.

Como se vê pela Fotografia 2, a comunidade localiza-se num vale cercado por morros e colinas, com muitos fragmentos florestais no entorno. Exceto no pequeno centro de Caramuru, as casas e propriedades estão bastante divididas no espaço geográfico, conforme se vê nas fotografias abaixo.

FOTOGRAFIA 3: Caramuru e arredores.



Fonte: Google Earth.

FOTOGRAFIA 4: Centro de Caramuru.



Fonte: Arquivo pessoal.

FOTOGRAFIA 5: Escola da comunidade.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Caramuru foi escolhida porque: (1) é nossa comunidade de origem, o que nos facilita a coleta de dados, além de minimizar os impactos causados por pessoas estranhas; (2) é uma comunidade predominantemente rural, apesar de apresentar traços urbanos: a principal via de acesso ao lugar é asfaltada; há uma torre de telefonia celular e rede de internet – apesar de serem poucos os que têm acesso a esses

recursos. A comunidade ainda conta com um banco, três mercados, duas lojas de roupas, duas padarias, um posto de combustíveis, um laboratório clínico, uma loja de material de construção, um restaurante, três salões de beleza, uma escola estadual de ensino fundamental e médio, uma pré-escola, um posto médico e uma clínica odontológica. Também está instalado em Caramuru o escritório de uma avícola que aglomera muitos trabalhadores assalariados, empregando-os em cargos como catadores, classificadores e embaladores de ovos, motoristas, etc.

Apenas os médicos, dentistas e enfermeiros residem fora da comunidade; no entanto, o contato com *outsiders* não se resume a eles. Os moradores de Caramuru vão frequentemente ao centro de Santa Maria de Jetibá realizar consultas médicas especializadas e fazer compras. Também os produtos cultivados na zona rural são levados à CEASA-ES (Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S.A.), a fim de serem comercializados. Assim sendo, o contato de muitos homens com a região metropolitana de Vitória é semanal.

Em suma, os moradores de Caramuru, apesar de esta ser uma comunidade rural, mantêm um contato crescente com a língua portuguesa, o que poderá ser um desafio para a manutenção da língua minoritária e para as tradições pomeranas. Então, analisar essa situação sociolinguística é de extrema valia para refletirmos sobre a preservação do pomerano, em particular, e sobre os pressupostos teóricos do contato linguístico, em geral.

Por fim, acreditamos que Caramuru possa refletir resultados condizentes com a realidade santa-mariense como um todo. Claro, que haverá diferenças de comunidade para comunidade, sobretudo se levarmos em consideração o traço (+) urbano do centro de Santa Maria de Jetibá; mas, o que se espera é que esse trabalho reflita fidedignamente a situação das comunidades rurais no município mais pomerano do estado e do país.

4.1.2 Escolha dos informantes

Para conhecer o estágio vitalício e a situação sociolinguística da língua pomerana na comunidade de Caramuru, compusemos nosso *corpus* com descendentes de pomeranos selecionados aleatoriamente, mas classificados de acordo com sua faixa etária, nível de escolaridade e gênero/sexo, como pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO 19: Perfil dos informantes.

FAIXA ETÁRIA	INFORMANTES	IDADE	ESCOLARIDADE (em anos)	GÊNERO/ SEXO
09 - 13 anos (11)	EW	9	4	M
	BS	10	4	F
	GH	10	4	F
	ASS	10	4	M
	GK	11	6	F
	KES	12	6	F
	GSV	13	8	F
	IaH	13	6	M
	IH	13	6	M
	JSS	13	6	M
	MMS	13	6	M
14 - 30 anos (10)	JS	14	6	M
	TH	14	9	M
	DS	15	9	F
	EP	15	8	F
	KB	15	8	F
	RS	15	9	F
	LB	15	9	M
	TP	17	8	F
	KBC	24	8	F
CSB	26	6	F	
31 - 55 anos (08)	RVP	31	8	F
	DoS	31	5	M
	CP	35	8	M
	SSN	37	8	F
	HGH	51	4	F
	TGS	51	4	F
	RHF	51	3	M
	AS	54	4	M
> 55 anos (11)	HBL	60	4	F
	NBF	60	1	F
	NRP	60	4	F
	LL	61	4	M
	FP	62	4	M
	LZ	71	3	F
	MB	71	0	F
	GD	80	1	M
	AZ	82	2	F
	LHT	82	0	F
	AGT	83	0	M

Em princípio, planejamos dividir os informantes de acordo com a geração de imigrantes a que os entrevistados pertenciam, mas isso não foi possível, pois a maioria deles, sobretudo os mais jovens, desconhece essa informação. Assim, optamos por analisar os dados utilizando-se a faixa etária de nossos sujeitos. No entanto, o termo geração aparecerá em nossa análise, pois decidimos usar a medida sociolinguística que diz que uma geração compreende vinte anos (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980). Essa medida foi utilizada para que pudéssemos ter uma noção mais clara de como as gerações se comportam em relação à língua.

Ao todo foram realizadas 40 entrevistas válidas. Os informantes foram classificados de acordo com quatro faixas etárias: de 09 a 13 anos (G-I); de 14 a 30 anos (G-II); de 31 a 55 anos (G-III); e com mais de 55 anos de idade (G-IV). No primeiro grupo estão as crianças em fase escolar até a Confirmação, rito religioso que marca a passagem da infância para a vida adulta. Depois da Confirmação, o jovem, então com 14 anos em média, está habilitado a namorar, casar, ser padrinho/madrinha, entre outras coisas. No segundo grupo estão os jovens já confirmados e os adultos já casados. No terceiro, agrupam-se os adultos que estão na sua fase laboral, mais estável. E, no quarto, os aposentados. A confirmação e o casamento são rituais de passagem de apelo religioso muito importantes na comunidade e precisam ser levados em consideração, quando da divisão das faixas etárias. Sobre eles falaremos mais detidamente no próximo capítulo.

Em seguida, dividimos os informantes quanto ao gênero/sexo - masculino e feminino - e a escolaridade - 0 a 4 anos, 4 a 8 anos e mais de 8 anos de escolarização. Não foi possível completar todas as células sociais, porque não achamos no G-IV, dos acima de 55 anos, ninguém com mais de 4 anos de escolaridade. Já no G-III não foram encontradas pessoas com mais de 8 anos de escolaridade.

4.1.3 Transcrição e análise das entrevistas

Com as entrevistas realizadas, o próximo passo foi fazer sua transcrição ortográfica, já que nosso objetivo não é fazer descrições e análises linguísticas²⁷.

Depois de destacarmos os dados mais importantes das entrevistas, passamos a interpretá-las e analisá-las. Essa análise foi fruto do entroncamento entre a teoria sociolinguística, as entrevistas e a Observação Participante. Buscamos descrever a dinâmica linguística da comunidade e estudá-la a partir do olhar do contato linguístico, principalmente dos campos da manutenção/substituição linguística. Além disso, valemo-nos da elaboração de tabelas e gráficos simples, gerados pelo programa *Excel*, do pacote *Microsoft Office*.

A análise dos dados é o que segue no próximo capítulo. Antes, porém, vamos descrever a segunda parte de nossos procedimentos metodológicos.

4.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação é, indubitavelmente, uma ação presente em toda e qualquer pesquisa. Normalmente ela se configura numa etapa intermediária, que ajuda na definição do objeto de estudo, hipóteses, etc. Essa observação é, portanto, um recurso secundário de que o pesquisador lança mão para definir e encaminhar sua investigação.

²⁷ Não é nosso objetivo fazer, nesta pesquisa, uma descrição da estrutura linguística do Pomerano. No entanto, os dados podem ser utilizados para este fim, em pesquisas futuras.

Já a *Observação Participante* (OP) é um método legítimo de investigação. Advindo dos estudos antropológicos norte-americanos, essa técnica é muito produtiva, quando existe a intenção de coletar dados sobre determinado grupo ou situação na hora em que acontecem, e não quando já ocorreram e foram filtrados pela memória ou fala/opinião do investigado. Na *Observação Participante*, o pesquisador-observador se torna parte integrante de uma estrutura social e, na relação face a face com os sujeitos da pesquisa, retira suas informações. Nesse sentido, o pesquisador não é passivo; ele assume funções e participa dos eventos da comunidade sob estudo, para extrair as respostas de que precisa a partir do olhar interno e da vivência real do grupo. Aliás, estas são as principais vantagens do método: a informação imediata e a visão interna e privilegiada dos dados. Afinal,

O mundo da vida cotidiana, para a metodologia da observação participante, é o ordinário, o usual, o típico, a rotina, o ambiente natural da existência humana. Esse mundo está em contraste com os ambientes criados e manipulados pelos pesquisadores, tais como evidenciados pelas experiências e pesquisas (JORGENSEN, 1989, p. 15).

"A significância de um trabalho dessa natureza é evidenciada pela riqueza, profundidade e singularidade das descrições obtidas" (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 85), que são capazes de propiciar generalizações e teorizações muito frutíferas à ciência e aos novos estudos que advêm dessa exposição (JORGENSEN, 1989). Para conseguir realizar esse intento, contudo, o pesquisador precisa enfrentar grandes desafios. O primeiro surge ainda no planejamento da pesquisa. É imprescindível que se tenha um protocolo de estudo muito claro e um tanto quanto específico sobre o que se vai pesquisar. O quê? Quem? Como? Quando? Por quanto tempo? São perguntas que terão de ser formuladas antes de se ir a campo. É claro, no entanto, que a OP é extremamente flexível, dadas as suas configurações metodológicas. Essa flexibilidade constitui-se de oportunidades e ameaças; por isso, o investigador deve ter clareza sobre o tema e entendimento da história do grupo e do referencial teórico adotado. Assim, garante Jorgensen (1989), a coleta de dados será um sucesso.

Quando a configuração do estudo estiver clara, surge um segundo desafio: o de conseguir a confiança e a aceitação dos membros do grupo social sobre o qual realiza sua investigação. Idealmente, esse método requer que o pesquisador se integre harmoniosamente à comunidade (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; QUIVY,

CAMPENHOUDT, 2008). E, no lugar e na situação de membro do grupo, vivendo com ele sua vida, o pesquisador será capaz de observar e experienciar os seus significados e as suas interações a partir do lugar de membro (*insider*). (JORGENSEN, 1989).

Esses primeiros procedimentos são de suma importância para o sucesso da pesquisa, embora outros possam ter a mesma acuidade.

É grande o risco de se produzir um relatório do cotidiano sem nada de novo e, geralmente, especulativo. [...] Impressões, vagas sensações, projeções psicológicas, etc. são características distanciadas de uma OP cientificamente praticada (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 85).

Com a orientação teórica devida e um planejamento de estudo bem delineado, pode-se evitar cair nessa armadilha.

Aliadas a isso estão também certas técnicas de OP que variam de formalidade, como, por exemplo, uma conversa, e métodos de pesquisa formal, como os questionários (JORGENSEN, 1989). Além disso, não podemos esquecer os recursos que nos ajudam a tomar nota o mais breve possível dos atos, eventos e situações vividas com os observados. Esse registro é essencial, na medida em que colabora para que não se percam informações e para que se possa retornar às anotações tantas vezes quanto forem necessárias e (re)analisá-las em diferentes momentos e sobre diversas óticas (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; JORGENSEN, 1989).

Quanto à análise, Jorgensen (1989) acredita que ela começa já na coleta de dados na/da vida cotidiana. A análise, segundo a autora, requer do pesquisador a codificação e a associação das anotações feitas em campo: classificar, mudar, construir e reconstruir esse material. As estratégias de análise incluem a observação de características essenciais, padrões, relações, processos e sequências, comparando, contrastando e formulando tipos e classes (JORGENSEN, 1989).

Além disso, o papel paradoxal do observador influi bastante sobre a coleta de dados e sua posterior análise. Para Martins e Theóphilo (2007), a OP requer, ao mesmo tempo, um pesquisador-observador desprendido e envolvido pessoalmente com a comunidade. Segundo esses autores,

Fatores de contaminação podem provocar distorções sobre as interpretações dos fenômenos sob estudo pelo viés sociocultural do observador, ou seja, o viés de partilhar seus valores e perspectivas da sua cultura. Bem como o viés profissional-ideológico, que induz a seletividade da observação [...] (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 85).

Nesse sentido, Gil (2009) propõe que o pesquisador-observador assuma, até certo ponto, o papel de membro do grupo.

Diante dessa exposição, justificamos nossa opção por essa metodologia, uma vez que, ao fazer nossas entrevistas, vimos que não teríamos acesso a muitas informações importantes e significativas para o nosso tema, se utilizássemos unicamente o registro das informações dos entrevistados. Dessa forma, decidimos acrescentar este método para enriquecer nossa análise e tornar mais profundo nosso conhecimento sobre a comunidade.

Quanto às questões formais da execução do método da OP, devemos ter em mente dois aspectos importantes de nossa coleta de dados: (1) não tivemos problemas em adentrar a comunidade e participar dela, visto que, como dissemos anteriormente, pertencemos ao grupo em estudo. Em contrapartida, tivemos que ter um maior cuidado no distanciamento dos dados, o que foi possível com a ajuda de uma fundamentação teórica sólida; (2) Não houve necessidade de pedir permissão para a execução da observação, uma vez que trabalhamos com pessoas em situações ordinárias e na sua vida cotidiana real (JORGENSEN, 1989).

Ainda sobre os sujeitos que compõem esta amostra, ou seja, aqueles que foram observados, eles foram escolhidos aleatoriamente. Qualquer pessoa da comunidade poderia ser escolhida, portanto. Para agrupá-los e fazer possíveis generalizações, valemo-nos de algumas características que os classificassem, tais como pais, mães e filhos; idade pré-escolar, jovem, casado, etc., que nos possibilitassem teorizar a situação e generalizar os informantes por meio de certas categorias socioculturais. Os registros e anotações foram feitos discretamente, logo após a observação, em cadernos pequenos.

O período de observação compreendeu os meses de janeiro a outubro de 2013. Ninguém sabia que estava sendo observado, pois, simplesmente, promovíamos ou observávamos conversas sem aparente interesse, em diferentes grupos etários e

em diversas situações, que variavam de formalidade (+ ou - formais). As situações observadas estão agrupadas e descritas a seguir.

4.2.1 Situações sob observação

As situações observadas podem ser distribuídas em dois grandes grupos, com respeito à formalidade:

1. (+) FORMAL. Nesta categoria estão alocadas situações nas quais se segue algum rito, e a conversa, se existe, é monitorada.

i. **Encontros religiosos.** Sob este título, abrigamos diversas situações nas quais havia maior formalidade, dado o ritual da igreja e a presença do pastor. Foram observados: encontros de mulheres, cultos, encontro de casais e estudos bíblicos (realizados na casa de membros da comunidade).

ii. **Rotina escolar.** Visitamos a escola situada no centro de Caramuru, a fim de verificar como está o prestígio do pomerano em relação ao professor, que, por muitos anos, proibiu o uso dessa língua. E também para verificar se, fora do horário das aulas, nessa instituição, que é essencialmente da língua portuguesa, é usado o pomerano.

iii. **Observação das conversas pré e pós-entrevistas.** Apesar do esforço pela espontaneidade, a entrevista tem vestígios de formalidade. Quando propúnhamos a gravação de uma entrevista, observávamos a postura, o comportamento e até as colocações que o informante queria fazer e fazia, de fato, antes e depois do momento da gravação.

2. (-) FORMAL. Nesta categoria estão alocadas as situações em que prevalecia a fala espontânea.

i. **Festas de casamento e de igreja.** Durante toda a festa, observávamos o comportamento linguístico dos grupos que se formavam, de acordo com sua faixa etária.

ii. **Reuniões familiares.** Aqui estão incluídas as conversas entre familiares que se visitam pessoalmente ou se falam por telefone. Também adicionamos a esta categoria o dia a dia de algumas famílias com as quais conseguimos estar durante seus afazeres cotidianos normais.

iii. **O comércio.** Também observamos o centro comercial de Caramuru, pois queríamos verificar como se dão as relações de compra e venda. Nosso interesse maior nessa observação era o de investigar o impacto das recentes iniciativas políticas de adoção do pomerano no comércio e os usos das línguas pomerana e portuguesa nesse ambiente.

Cada uma dessas situações foi observada por mais de uma vez e, com isso, os sujeitos foram variando, fato que nos ajudou na organização e generalização das informações obtidas. Achamos que todas essas situações são de algum modo uma boa representação do dia a dia na sociedade pomerana; afinal, são as situações mais corriqueiras de sua vida.

Esses métodos qualitativos, associados à teoria vista no capítulo anterior, deram origem à análise que segue.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DA COMUNIDADE POMERANA SANTA-MARIENSE

Falar de uma comunidade linguística como a de Santa Maria de Jetibá não é tarefa fácil. Há mais de 150 anos os pomeranos e seus descendentes constroem sua história em território santa-mariense. Obviamente, não conseguiremos analisar todos esses anos de (trans)formação étnica e histórica, mas, por meio das entrevistas colhidas e das observações feitas, poderemos entender o desenvolvimento dessa comunidade nos últimos 80 anos²⁸.

Por se tratar de um estudo sociolinguístico que se propõe a olhar vários fenômenos de interesse desse campo de trabalho, optamos por organizar nossa pesquisa em tópicos. Ao final, teremos um panorama geral da situação sociolinguística da comunidade: saberemos quais as línguas aí faladas, as atitudes positivas e/ou negativas de seus falantes em relação a elas, os domínios que ocupam e sua disposição no contínuo formal/informal. Conheceremos também o tipo de bilinguismo no qual a comunidade se enquadra, a composição de suas redes sociais e o seu desenvolvimento étnico e identitário. Com esses resultados, conheceremos o grau de vitalidade da língua pomerana, seu processo de manutenção até hoje e o que os dados indicam para o futuro.

Começamos, portanto, por conhecer as línguas que compõem o repertório linguístico da comunidade de fala santa-mariense.

²⁸Consideramos 80 anos porque os entrevistados mais idosos desta pesquisa estão acima dessa idade.

5.1.1 O repertório linguístico da comunidade

Neste tópico, trataremos do repertório linguístico da comunidade de Caramuru, Santa Maria de Jetibá. Para tanto, em nossas entrevistas, várias questões abordaram a competência e a preferência linguística dos informantes (Cf. ANEXO I, Roteiro Semiestruturado para Entrevistas), tais como: *Quais línguas fala? Em quais línguas escreve? Em que língua se sente melhor, conversando? Qual língua fala e entende melhor?* E também: *Você sabe falar (tudo, muito, pouco ou nada) em pomerano? Você sabe falar (tudo, muito, pouco ou nada) em alemão? Você fala (tudo, muito, pouco ou nada) em português? Você sabe escrever (tudo, muito, pouco ou nada) em alemão? Você escreve (tudo, muito, pouco ou nada) em português?* etc.

Os resultados indicam que o repertório linguístico da comunidade em estudo envolve pelo menos três línguas: o português, o pomerano e o alemão²⁹. Esta última desaparece nos grupos etários mais jovens, conforme previa Granzow (2009 [1975]) e advertia Bahia (2011 [2000]), mas há resquícios de sua existência no grupo mais idoso. O português e o pomerano, em contrapartida, mostram-se muito presentes, conforme mostra a Tabela a seguir:

TABELA 2: Competência linguística dos informantes.

Quais línguas você fala?	Grupo I (09-13)	Grupo II (14-30)	Grupo III (31-55)	Grupo IV (+ 55)	TOTAL
Somente Pomerano	0	0	0	5	5
Somente Português	0	0	0	0	0
Pomerano e Português	11	10	5	3	29
Pomerano, Português e Alemão	0	0	3	2	5
Pomerano e Alemão	0	0	0	1	1
TOTAL	11	10	8	11	40

²⁹Quando dizemos que há ao menos três línguas na comunidade, reconhecemos que são faladas outras variedades, que não o alemão padrão. No entanto, neste trabalho, optamos por não especificar de quais variedades se trata, alocando-as sob o nome genérico de *Alemão*.

Por meio da Tabela 2, vemos que a maior parte dos entrevistados é bilíngue pomerano/português (29/40 = 72,5%). Se incluirmos nesse total os trilíngues, que também dominam o português e o pomerano, o número sobe para 34/40, o que corresponde a 85% da comunidade analisada. Em todas as faixas etárias, há falantes dessas duas línguas; no entanto, nas faixas de 09-13 e de 14-30 anos, 100% dos entrevistados são falantes de ambas as línguas. Entre os informantes de 31-55 anos, também temos a presença desses bilíngues, mas aqui vemos que uma minoria ainda domina algum dialeto alemão.

Na faixa acima dos 55 anos, por sua vez, chama-nos a atenção o número de monolíngues em pomerano (5/11 = 45,5%), o que implica que, até relativamente pouco tempo, o contato com o português não era comum ou rotineiro.

A convivência entre os pomeranos e os brasileiros poderia ter introduzido a língua majoritária na comunidade. Se isso não aconteceu, é porque essa interação não foi tão forte. Granzow (2009 [1975]) confirma esse fato, no relato que faz de sua viagem ao Espírito Santo. Segundo ele,

A língua materna em Jequitibá é o pomerano e ali nas montanhas das "terras frias" isto ainda deve permanecer por muito tempo, pois o contato com o mundo externo ainda é muito limitado. Apenas alguns fazendeiros maiores vão de caminhão para a cidade para lá venderem a sua produção agrícola (2009 [1975], p.62).

Esse distanciamento do mundo exterior se mostra claro também nas entrevistas desse grupo de informantes. Citamos, a seguir, um exemplo no qual o informante LL, de 61 anos, mostra-se perplexo com a quantidade de novas pessoas que se mudaram para a comunidade. Ele diz que, num trecho de cerca de 5 quilômetros, não conhece mais todos os moradores, sendo que, quando jovem, conhecia a todos da redondeza.

Excerto 1	Excerto 1 - Tradução livre
Entrevistadora ³⁰ : Un mit dij wäir dat uk sou, wen duu dij aine katolische rangire wulst, gaiw dat ni urer har dij papa un mama dâr as nicht...	Entrevistadora: E com você também era assim, se você queria arrumar um católico para você [casar], isso não existia ou seu pai e sua mãe não tinham...
HBL (60,4,F) ³¹ : Dâr häwe sai as nicht oiwër sägt ni.	HBL: Eles não falavam nada sobre isso.
Entrevistadora: Un soun lüür wat meir swart sin, hare sai dâr uk nicht geigen?	Entrevistadora: E essas pessoas mais negras, eles não tinham nada contra?
HBL: In dai tijd wäir dat ni.	HBL: Isso não existia naquela época.
Entrevistadora: Dun wäir dat as ni?	Entrevistadora: Isso não existia?
HBL: Nei. Dun wäire ni sou feel swarte lüür as hüüt.	HBL: Não. Naquela época não tinha tantas pessoas negras como hoje.
Entrevistadora: Un hijr mang weiniger?	Entrevistadora: E aqui no meio menos?
HBL: [Mökt nei mit dem cop]	HBL: [Balançou a cabeça negativamente]
LL (61,4,M): Gârni. Hijr dâist waite fon uuner wou I.S.... woone dâir, W.M.... dâist waite hijr boowen bet C.S. upe barg, dâr woont deis, dâr woont dai, dâr woont dai, dâr woont dai.	LL: Nenhum. Aqui você sabia desde lá embaixo onde I.S. morava, W.M. sabia até aqui em cima no morro do C.S., onde mora esse, ali mora aquele, ali mora aquele, ali mora aquele.
Entrevistadora: Dâire sich dai ale kene?	Entrevistadora: Todos se conheciam?
LL: Deire sich ale kene un wüste wee dâr woone dâir. Äwer HÜÜT, Ik wait ni wou feel dat hijr upm weeg woone bet Caramuru.	LL: Todos se conheciam e sabiam onde moravam. Mas HOJE, eu não sei quem mora no caminho daqui até Caramuru.
Entrevistadora: Anerd lüür al mang koome.	Entrevistadora: Outras pessoas se misturaram.
LL: Já	LL: Sim.

Outra forma de os pomeranos terem acesso ao português seria frequentando a escola. Esses entrevistados estavam em idade escolar há aproximadamente cinquenta anos, mas, nessa época, havia muitos impedimentos para que o ensino formal se efetivasse, como lembra Bahia (2011 [2000]): o reduzido número de escolas e de professores, a distância entre as casas e as escolas, o precário

³⁰ A escrita da língua pomerana segue as regras instituídas por Tressmann (2006). A transcrição das entrevistas foi feita pela autora e a sua correção foi feita por Lilia Jonat Stein. Os erros que porventura forem encontrados são de responsabilidade da autora.

³¹ A classificação dos informantes aparece nesta ordem: idade, escolaridade (em anos) e gênero/sexo.

sistema de transportes, etc. Por isso, a educação que até então se oferecia era unicamente a religiosa. Os pais atribuíam muito valor ao ensino confirmatório: ensino religioso oferecido pela igreja durante 3 anos aos jovens entre 11 e 15 anos de idade. O ensino escolar, por sua vez, era desprezado. Como afirma Granzow (2009, p. 63), os pais pomeranos "simplesmente não reconheciam a importância e a necessidade de seus filhos frequentarem uma escola" e, por isso, não se esforçavam para oferecer a eles a educação formal. Já o ensino confirmatório "educa para a vida" (BAHIA, 2011 [2000], p. 170). Assim, na visão dos pais, o ensino religioso bastava, se queriam permanecer no campo.

Nos casos em que a educação escolar era oferecida, limitava-se ao ano de conclusão do ensino confirmatório, que coincidia com o término do Ensino Fundamental. Assim, logo depois do culto de confirmação, havia um esvaziamento das salas de aula. Atualmente, com a facilidade de acesso à escola e com a obrigatoriedade do Ensino Médio, muitos chegam a terminar essa etapa.

Todavia, com o tempo, o contato com a língua portuguesa foi inevitável, pois a falta de conhecimento da língua majoritária trouxe e ainda traz dificuldades para essas pessoas. Nossos informantes monolíngues em pomerano nos contam que, sempre que precisam ir ao médico, por exemplo, levam também outro membro da família que os ajuda a se comunicar, traduzindo a conversa. Contudo, a principal queixa dos informantes do grupo IV é sobre os pastores³² mais novos da igreja luterana, que têm dificuldades para atender ao público mais idoso. Daí existir uma mágoa por parte dessas pessoas, como se pode perceber pelo excerto abaixo.

³² Os pastores da *Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)* vêm de todas as regiões do país, embora a maioria advenha da região Sul.

<p>Excerto 2</p> <p>Entrevistadora: Un wen dai praister kair Pomerisch kan, wou...?</p> <p>AGT (83,0,M): dai mökt ni up Düütsch ni [...] R...</p> <p>LHT (82,0,F): [is ni taum forstâen]</p> <p>AGT: Wek wöir forstâit man já, âwer sou ais früüer is dat já ni. Dai düütsche praistes, wij küüne ous feel nâdenke un deire feel forstâe wat dai preege deire âwer nu preege dai praistes un man forstâit nischt. Dat sin nu blous dai brasiliâner, sai gâe nu já ale nâ de junge lüür un dai leire blous brasiliânsch. Dâr sin âwer nog seir feel wat kair brasiliânsch forstâe... dat is nuu sou feel dat man hen gâit.</p>	<p>Excerto 2 - Tradução livre</p> <p>Entrevistadora: E quando o pastor não fala pomerano, como...?</p> <p>AGT: Ele não faz [a prédica] em pomerano, não [...] R...</p> <p>LHT: [não compreensível]</p> <p>AGT: Algumas palavras a gente entende, sim, mas não é como antigamente. Os pastores alemães, a gente podia refletir muito e entender muito do que pregavam, mas agora os pastores pregam e nós não entendemos mais nada. Eles agora só falam em português, eles agora vão pelos mais novos e estes só aprendem português. Mas tem muitos que não sabem falar português. Só vamos [à igreja] por ir mesmo.</p>
--	--

O que se pode perceber, por essa passagem, vai além do dito: vê-se o grande apego dessas pessoas à igreja luterana. Granzow (2009 [1975], p. 40) afirma que a igreja é "um ponto culminante na vida" dos pomeranos. Eles vão à igreja por ser este um forte hábito da comunidade; entretanto, frustam-se por não entender as palavras do pastor. Essa é uma queixa generalizada entre os mais idosos.

<p>Excerto 3</p> <p>Entrevistadora: Un den bij dai kirch, wil man as sou sâge wen dai praiste ales up brasiliânsch mökt, krigst du dat ales, forstâist duu dat ales urer?</p> <p>LZ (71,3, F): Forstâ wenig dârfon. Wij häwe hijr já, ouse praiste mökt já bjnâ gârnischt, gârnischt up Düütsch, so Hougdüütsch, âwer man gâit já hen in dai kirch, dat man hen gâit, âwer man forstâit já nischt... Grâr wat's den beere daue sou, dai lüür multe já beere wen's in't kirch gâe un den gâe's já werer na huus.</p> <p>Entrevistadora: Den beere jij ümer sou as jij dat kene dau?</p> <p>LZ: Sou as wij dat den leirt häwe.</p>	<p>Excerto 3 - Tradução livre</p> <p>Entrevistadora: E na igreja, suponhamos que o pastor faça toda a prédica em português, você consegue, você entende tudo ou?</p> <p>LZ: Entendo pouco. Nós temos aqui, nosso pastor não faz quase nada, nada em alemão, em alto-alemão, mas a gente vai para a igreja, pelo fato de ir mesmo, mas a gente não entende nada... Só o que rezam então, as pessoas precisam rezar na igreja e depois voltam para casa.</p> <p>Entrevistadora: Então vocês rezam como sabem?</p> <p>LZ: Assim como aprendemos.</p>
---	--

A atitude do pastor e da igreja, enquanto instituição, é sentida por esses indivíduos como uma espécie de traição: "ir com os mais novos e deixar os mais velhos". Essa questão, inclusive, perpassa ensinamentos bíblicos, que aconselham os mais novos a seguir os mais velhos, e não o contrário. Acreditando fielmente nisso, esses

informantes acham errada a atitude da igreja e não se mostram dispostos a mudar de ideia. Ao contrário do que se poderia esperar, esses sujeitos não abdicam de sua língua; querem ser servidos religiosamente nela.

Essa discussão é uma constante na vida das comunidades luteranas da região. Comunidades que ainda conseguem pastores falantes do alemão ou do pomerano se regozijam pela conquista; estas têm mais de um culto em alemão ou pomerano por ano; número pequeno já que os luteranos têm uma média de dois cultos por mês. Há, inclusive, cultos bilíngues, como na comunidade de Jequitibá, na qual realizamos algumas Observações Participantes. Nas comunidades nas quais o pastor é monolíngue em português convida-se outro pastor para realizar o rito religioso, para que pelo menos um culto anual seja na língua alemã, de preferência o da sexta-feira da Paixão.

A igreja luterana foi, por muito tempo, vista como a "igreja dos alemães" (BAHIA, 2011 [2000], p. 173), mas hoje, o aumento do número de pastores brasileiros e o "desinteresse dos jovens pela língua alemã" (BAHIA, 2011 [2000], p. 173) fizeram com que não se possa mais identificar a igreja dessa maneira. Mas esse desinteresse não parece ser tão recente. Bahia (2011 [2000]) afirma que, apesar de a língua alemã ser usada ainda hoje em algumas comunidades luteranas, nos idos de 1970 houve um decréscimo acentuado do uso dessa língua pela instituição religiosa.

A mudança do alemão para o português, nos cultos, foi e continua sendo dramática para os pomeranos mais idosos. Não se trata só de uma questão de língua. "A língua, o poder e o compromisso com as palavras da Bíblia, a autoridade e o saber sagrado do pastor e o papel central da Igreja na sua socialização fazem parte da história [...] de imigrantes pomeranos vindos da Alemanha" (BAHIA, 2011 [2000], p. 171). Mas a igreja e a língua alemã não fazem somente parte da história; elas ajudaram os pomeranos a (re)pensarem sua identidade étnica (BAHIA, 2011 [2000]), ou seja, ajudaram os pomeranos a se redefinir e reconstruir-se etnicamente numa nova pátria.

Dentro dessa situação, algo ainda mais curioso parece emergir. Esses pomeranos luteranos são falantes da língua pomerana e os cultos eram proferidos em alemão.

Perguntamo-nos: havia compreensão? Granzow, um pomerano da Pomerânia - o pleonasma foi necessário para identificação de sua origem -, realizou, na década de 1970, uma viagem pelas comunidades pomeranas do Brasil. No Espírito Santo, ele foi muito bem recebido; era uma agradável surpresa para os pomeranos espírito-santenses receber alguém da Alemanha que falava o idioma deles (GRANZOW, 2009 [1975]). Ele relata em seu livro que fez uma experiência para verificar até que ponto o alemão era entendido pela comunidade pomerana. Ele diz:

Li uma história bem divertida em alemão, mas apenas poucas pessoas mais idosas se manifestaram. Os jovens não demonstravam nenhuma reação: portanto, pouco ou nada entenderam. Quando passei a ler a mesma história em pomerano, houve uma grande manifestação e todos deram altas risadas (GRANZOW, 2009 [1975], p. 46).

Em outro trecho do mesmo livro, quando relata novamente sua experiência, Granzow diz que, ao ler a história em alemão "um semblante sério surgiu nos rostos dos participantes, como se estivesse numa igreja e o pastor estivesse fazendo o sermão" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 25). Outras vezes, os ouvintes ficavam sem "qualquer reação" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 62) frente à história lida em alemão.

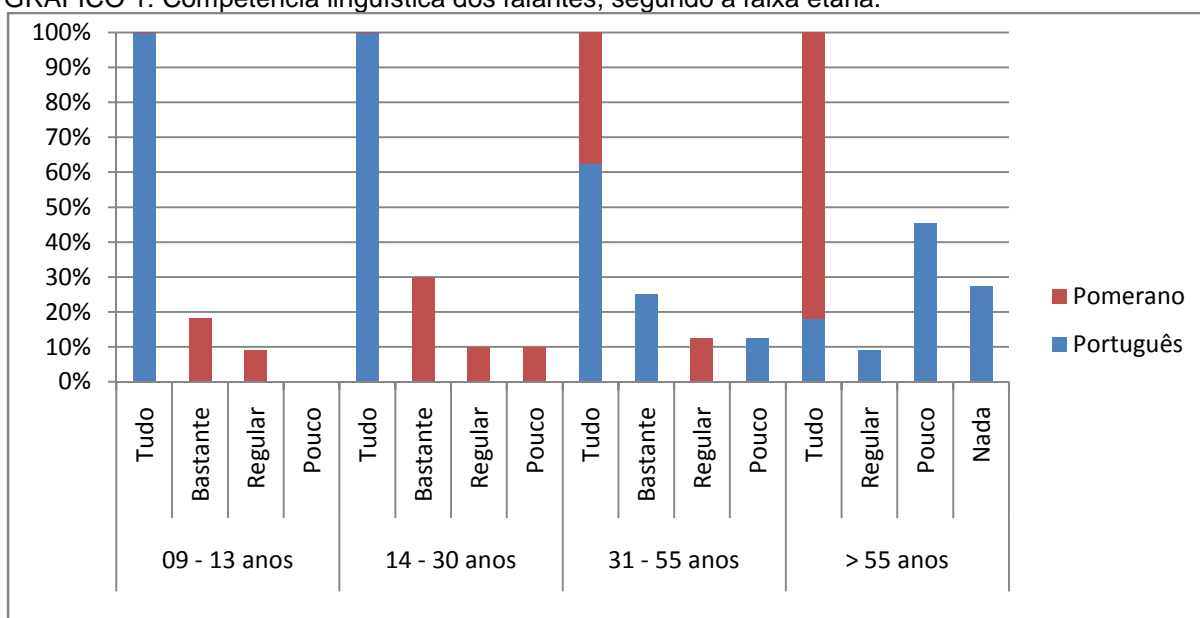
Isso me faz lembrar da reunião paroquial de Jequitibá, pois também lá os diretores da comunidade [...] tentaram falar alemão para agradar o pastor, mas como se tratava de uma prestação de contas e a discussão era sobre valores a serem saldados, eles se alteravam e sem querer, ou até sem perceber, passavam a falar o pomerano e o coitado do pastor ficava sem entender nada. Porém, o pastor era bastante inteligente e sabia interpretar pela expressão dos rostos, o que os pomeranos queriam dizer de fato. Nos momentos mais alterados chegaram a se dirigir ao pastor em pomerano, ele rapidamente falava "Jao, jao" (sim, sim), pois estava ciente de que se quisesse continuar na comunidade, devia ao menos tentar entender o pomerano (GRANZOW (2009 [1975], p. 67-68).

Apesar de hoje ser lembrada com saudosismo pelo G-IV, a língua alemã foi motivo de certos conflitos, afinal, já naquela época, era a língua da igreja, e não da comunidade. "Ambas as línguas possuem expressões, significados e usos, muitas vezes, bastante distintos, isto é, a língua alemã evoca imediatamente um sentido religioso e a língua pomerana, um sentido de familiaridade" (BAHIA, 2011 [2000], p. 125). E como esses dois domínios se cruzavam constantemente, a tensão estava sempre presente. Além disso, entra nessa tensão a fidelidade à igreja luterana e a força da tradição pomerana, que, por vezes, se opunham.

As campanhas de nacionalização, sobre as quais falaremos no tópico 5.1.7, dentre outras coisas, certamente, deram impulso para que a língua alemã fosse aos poucos perdendo espaço. Nos anos de 1970, os próprios falantes do alemão admitem a extinção da sua língua na sua geração (GRANZOW, 2009 [1975]).

A despeito do avançado estágio de substituição do alemão, o pomerano ainda consta como sendo uma língua bastante presente na vida dessa comunidade, conforme vimos na Tabela 2. Ao serem perguntados sobre o quanto sabiam das duas línguas, os informantes deram as seguintes respostas:

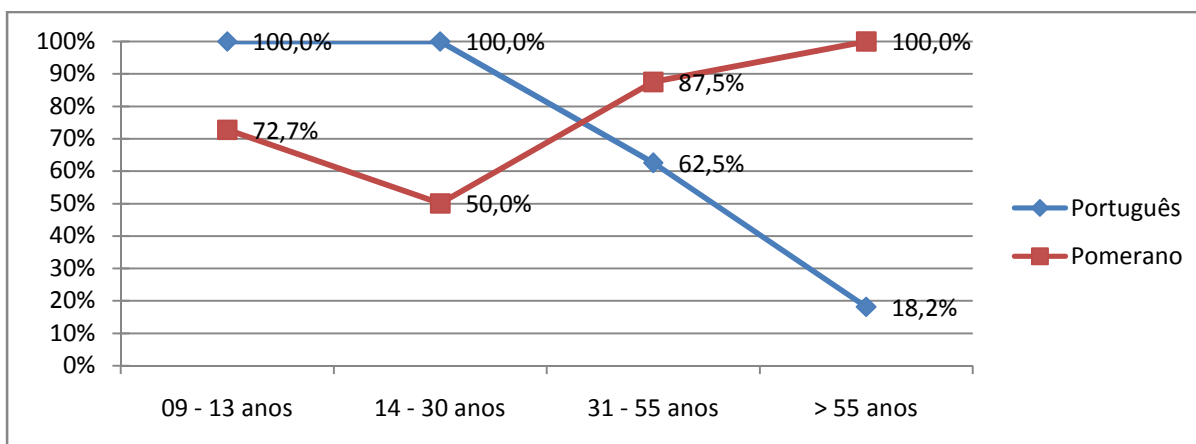
GRÁFICO 1: Competência linguística dos falantes, segundo a faixa etária.



O que se vê nesse gráfico é um gradativo aumento na proficiência em português e um declínio paralelo na proficiência em pomerano. Enquanto nos grupos I e II, todos falam tudo em português, no grupo IV ocorre o oposto: os que sabem pouco ou nada de português são maioria (8/11 = 72,7%). Em contrapartida, a maioria absoluta do G-IV fala tudo em pomerano.

No gráfico a seguir, fizemos uma comparação percentual das competências e, assim, conseguimos visualizar melhor o que está acontecendo com as línguas pomerana e portuguesa. Lembramos que os próprios entrevistados avaliaram suas habilidades e competências linguísticas. Tentamos confirmá-las por meio da Observação Participante, ainda que rapidamente, e não vimos discrepâncias entre o falado e o visto.

GRÁFICO 2: Competência dos informantes nas línguas pomerana e portuguesa.



Pelo Gráfico 2, vemos que a habilidade linguística dos informantes quanto ao português, que era de apenas 18,2%, no G-IV, cresce para os 100%, nos Grupos I e II. Esse crescimento do português é totalmente previsível. A comunidade começou, por imposição legal, a ser mais instruída, ou seja, os anos de escolarização aumentaram muito nos últimos 80 anos. Passou de um analfabetismo quase total para uma escolarização de cerca de 8 anos ou mais. Essa imersão na língua portuguesa, por meio da instituição escolar, é decisiva para a obtenção desses percentuais. Além disso, o número e a constância das interações com os falantes de português têm aumentado, tanto pelas amizades escolares quanto pela fixação de moradia de não pomeranos na comunidade, conforme se pôde observar no excerto 1.

A competência em pomerano, em contrapartida, teve um recuo. Passou de 100%, no G-IV, para 72,7%, no G-I. Trata-se, realmente, de um decréscimo, mas não se pode dizer que ela é uma prova de substituição do pomerano pelo português, processo que será discutido mais à frente. Vimos que os bilíngues não precisam ter, nem têm, o mesmo nível de competência em ambas as línguas que dominam. Também é fato que a língua majoritária, dada a hierarquização linguística dos contextos de imigração, pode, pela educação formal, passar a ideia de língua mais completa, culta e apropriada a situações formais de interação. Há, na escola, uma especialização da língua, ou seja, há uma ampliação de termos formais da língua. Através do ensino das matérias, o jovem pode ser induzido a acreditar que sua língua materna não dá conta desse domínio, o que não é necessariamente verdade.

Embora saibamos que nenhuma língua é melhor que outra, na comunidade esse fato pode não estar tão claro. Assim, se a língua da alfabetização e da educação formal for a majoritária, o falante pode se sentir inseguro quanto ao fato de sua língua materna, a minoritária, poder expressar qualquer assunto.

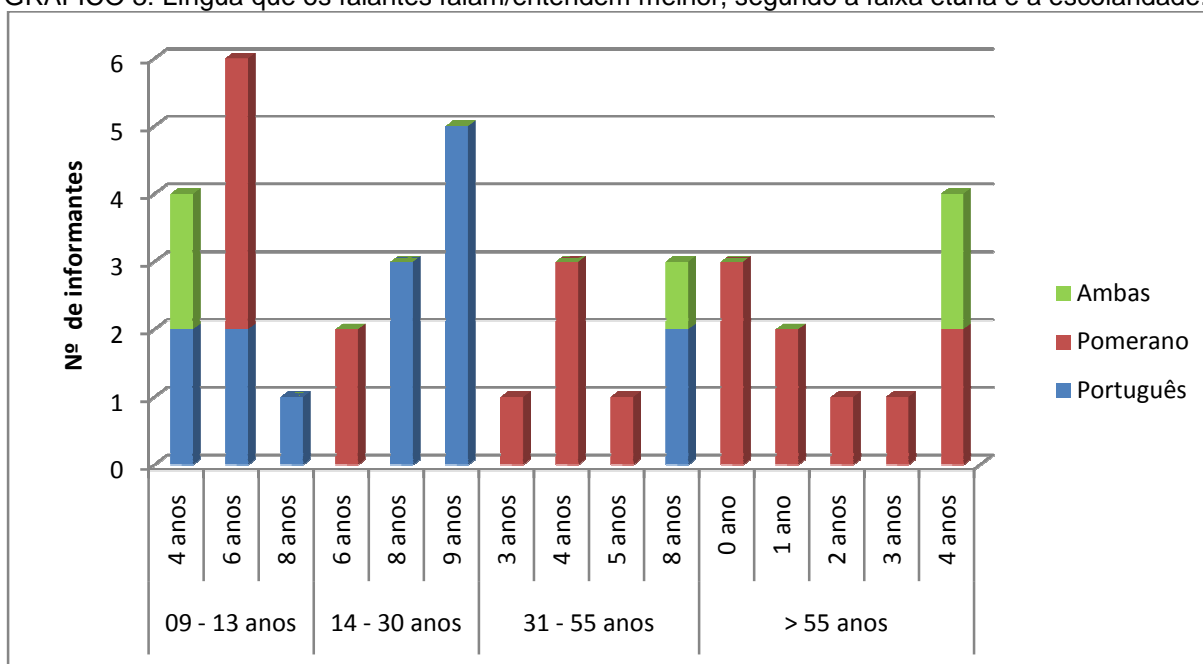
De acordo com os informantes, a insegurança com relação ao pomerano se deve a que, nos Grupos I e II – neste último em menor proporção –, os jovens têm dificuldade com algumas palavras, que aqui eles chamam de "antigas", e também com os números. Isso fica claro no excerto a seguir.

Excerto 4	Excerto 4 - Tradução livre
Entrevistadora: Un wat fon daue jij beter forstâe? Jij... Fortele jij beter up DÛtsch urer portuguisich? Wat denkst duu forstäist duu beter?	Entrevistadora: E qual vocês sabem melhor? Vocês... vocês falam melhor em pomerano ou português? Qual você acha que você sabe melhor?
TH (14,9,M): Eu entendo pomerano tudo, só que eu não consigo falar direito.	TH: Eu entendo pomerano tudo, só que eu não consigo falar direito.
LB (15,9,M): Sim, sou as hai säge dâir.	LB: Sim, assim como ele falou.
Entrevistadora: Duu forstäist uk [...] beter up brasiliänisch?	Entrevistadora: Você também sabe [...] melhor em português?
LB: Já.	LB: Sim.
DS (15,9,F): Un ik uk, weegen wek numers sou... un sou... daile, wek, fârstâ ik ni	DS: E eu também, porque alguns números assim ... e assim... coisas, algumas, eu não sei.
Entrevistadora: Dai numers un wek daile sijn nâmes, sou...	Entrevistadora: Os números e os nomes de algumas coisas, assim...
LB: já, soun daile wat meir sou frÛüg sin, koom ik ni hijner, wâts?	LB: Sim, essas coisas que são mais antigas, eu não consigo lembrar, sabe?
DS: Uhum.	DS: Uhum.
Entrevistadora: Must wek mâl frâge sou "mama, wat is dat?" Wat sägt sai?	Entrevistadora: Às vezes você precisa perguntar assim "Mãe, o que é isso?" O que ela fala?
LB: Wek mâl wât sai dat uk ni. [lacht sich]	LB: Às vezes ela também não sabe. [risos]
Entrevistadora: Åwer sai häwe doch sägt.	Entrevistadora: Mas eles falaram.
LB: Já.	LB: Sim.
Entrevistadora: Un duu?	Entrevistadora: E você?

RS (16,9,F): Wek mál sou... wek daile forstâ ik gaud, âwer wek âwer ni, wegen dat is meir sou frүүg [...] coisa mais antiga.	RS: Às vezes assim... algumas coisas eu entendo bem, mas outras não porque elas são meio antigas [...] coisa mais antiga.
--	---

Com a Observação Participante, pudemos observar que, no comércio, mesmo quando a língua pomerana é empregada para a descrição ou comentários sobre os produtos, o valor em números é falado em português. Já nas conversas de homens casados de 30 anos ou mais, o que se vê é que esse grupo usa ambas as línguas para os números, provavelmente por influência da dupla comercialização dos produtos na Grande Vitória e na roça. Portanto, não são apenas os jovens que estão adotando essa prática, mas sim toda a comunidade. No Tópico 5.1.3, trataremos dos usos e funções das línguas da comunidade e voltaremos a essa questão. Por enquanto, interessa-nos saber qual é a língua, na opinião dos próprios entrevistados, que eles entendem e falam melhor. Para isso, vejamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 3: Língua que os falantes falam/entendem melhor, segundo a faixa etária e a escolaridade.



Por esse gráfico, vemos que há uma ordem decrescente de competência dos falantes. Na faixa etária acima dos 55 anos de idade, que apresenta uma baixa escolarização, o grupo acredita que fala melhor o pomerano. Porém, ainda no G-IV, quando os indivíduos têm quatro anos de escolaridade, começam a ter certeza de que falam bem ambas as línguas. Numa ordem decrescente, no G-III, os que têm escolaridade acima de 8 anos tendem a achar que falam melhor o português, apesar

de alguns entenderem ambas as línguas do mesmo modo. No G-II, a maior escolaridade aparece como fator de segurança para a língua portuguesa. No G-I, os que têm 8 ou mais anos de escolaridade sabem mais o português. Isso nos mostra que a escolarização, o ensino da gramática e da escrita em português, afeta a consciência de competência linguística dos falantes, conforme já comentamos.

Além disso, devemos lembrar que os informantes com mais de 55 anos são, em sua maioria, falantes monolíngues de pomerano; por isso, a forte segurança em suas habilidades nessa língua. No G-III, com o aumento do nível de escolaridade, começa a haver o bilinguismo, o que, por si só, já pode afetar a confiança linguística dos falantes.

Ao olharmos para a habilidade dos informantes de escrever em português, veremos que a relação entre essa habilidade e a segurança da competência estão atreladas. Nos grupos I, II e III, todos sabem escrever em português. No grupo III, os que têm quatro ou menos anos de escolaridade alegam escrever pouco e, como consequência, consideram-se melhores no pomerano. No grupo IV, somente aqueles que têm quatro anos de escolaridade acham que têm competência em ambas as línguas.

Com a competência linguística variando conforme a escolaridade dos informantes, vejamos se sua preferência linguística também se vê afetada por essa variável.

TABELA 3: Preferência linguística dos informantes.

Em que língua você se sente melhor?	09 - 13 anos	14 - 30 anos	31 - 55 anos	> 55 anos	TOTAL
Pomerano	4/11 36,4%	2/10 20%	5/8 62,5%	10/11 90,9%	21/40 52,5%
Português	5/11 45,5%	8/10 80%	2/8 25%	0	15/40 37,5%
Português/ Pomerano	2/11 18,1%	0	1/8 12,5%	1/11 9,1%	04/40 10%
TOTAL	11	10	08	11	40

Por essa Tabela vê-se que os grupos I e II preferem a língua portuguesa, ao passo que os grupos III e IV preferem o pomerano. A diferença entre as duas línguas, no

G-I, é relativamente pequena. A maior discrepância na preferência das línguas se dá no G-II, no qual 8 em cada 10 entrevistados gosta mais do português.

No excerto que segue, percebemos que, mesmo sendo o pomerano a língua materna das jovens entrevistadas, elas preferem falar o português. Isso inclusive é demonstrado nas respostas a nossas perguntas: perguntamos em pomerano, mas elas respondem em português, então convergimos para o português.

Excerto 5	Excerto 5 - Tradução livre
Entrevistadora: Wat häwe jij airst t'huus leirt? Wat fon spräk?	Entrevistadora: O que vocês aprenderam primeiro em casa? Qual língua?
TP (17,9,F): Pomerano.	TP: Pomerano.
EP (15,9,F): Pomerano.	EP: Pomerano.
Entrevistadora: Al beitt?	Entrevistadora: As duas?
[TP e EP möka já mit dem cop].	[TP e EP respondem afirmativamente com a cabeça].
Entrevistadora: E hoje? Qual que vocês mais gostam de falar?	Entrevistadora: E hoje? Qual que vocês mais gostam de falar?
TP: Português... Eu falo logo a verdade.	TP: Português... Eu falo logo a verdade.
Entrevistadora: Porque vocês mais gostam de falar português?	Entrevistadora: Porque vocês mais gostam de falar português?
TP: Ah... Eu me entendo melhor, acho que, com o português.	TP: Ah... Eu me entendo melhor, acho que, com o português.
EP: Mais fácil.	EP: Mais fácil.
Entrevistadora: É mais fácil?	Entrevistadora: É mais fácil?
[TP e EP möka já mit dem cop].	[TP e EP respondem afirmativamente com a cabeça.]

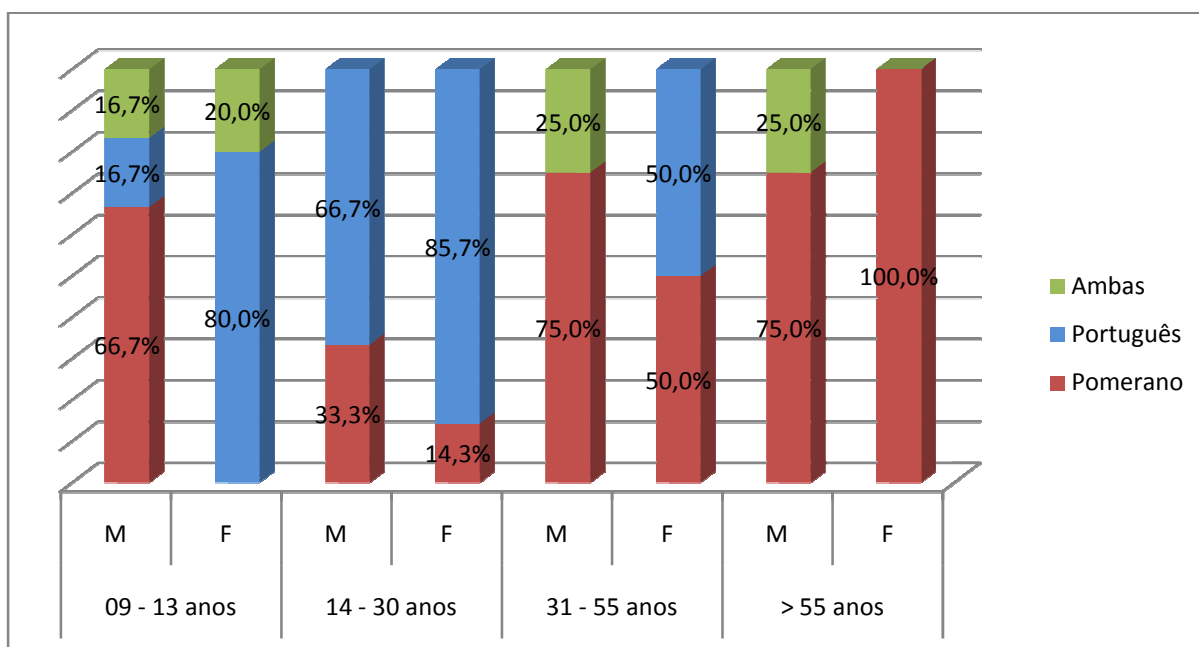
Esse excerto, coletado no G-II, mostra a tendência desse grupo, que é o mais instável. Esse grupo quebra a linearidade decrescente (G-IV - G-I) que se estabelece nos grupos, conforme se constatou nas tabelas e gráficos anteriores. O G-II é o mais resistente em relação ao pomerano e o mais receptivo ao português.

As razões para isso podem ser encontradas na teoria sociolinguística e na vida da comunidade. Pensando com Chambers (2003), o G-II está sob fortes pressões

sociais, o que influencia as suas escolhas linguísticas. Dos 14 aos 30 anos, essas pessoas passam pela fase na qual as aspirações profissionais normalmente se desenvolvem e também começam a realizar suas ambições. Quando passam por esse período, os adolescentes e os jovens adultos vão ajustando sua linguagem, influenciados pela pressão do Mercado Linguístico, que "pressiona o uso da forma padrão, em detrimento da não-padrão" (CHAMBERS, 2003, p. 197). Especificamente com relação à comunidade estudada, os jovens devem decidir se ficarão na roça ou se seguirão seus estudos na cidade, seja em Santa Maria de Jetibá, seja na Grande Vitória. E essa escolha, que não é fácil, se reflete nos dados desse grupo, o qual se mostrou instável e mais voltado para a língua majoritária, o português.

Com respeito ao gênero/sexo, a preferência linguística dos informantes evidencia dados bastante interessantes. Nos grupos I e II, as informantes usam mais o português; nos grupos III e IV, a preferência das mulheres pelo pomerano é bastante alta.

GRÁFICO 4: Preferência linguística, de acordo com o gênero/sexo.



Antes mesmo do surgimento da Sociolinguística como campo teórico, os estudiosos já haviam observado que as diferenças na fala de homens e mulheres se deviam a papéis sociais que eles desempenhavam (CHAMBERS, 2003). Assim, antes de

entender os resultados que se apresentam no Gráfico 4, vamos observar os papéis dos homens e das mulheres na comunidade de Caramuru.

"Na esfera das instituições políticas e econômicas, o lugar diferenciado dos homens e das mulheres entre os pomeranos é bastante claro" (BAHIA, 2011 [2000], p. 70). A sociabilidade feminina é restrita, pois as mulheres se mantêm nos domínios do trabalho doméstico e da terra, no lar e na igreja, podendo chegar às feiras locais. O homem, por sua vez, circula entre diferentes espaços sociais. Bahia (2011 [2000]) chega a dizer que ele circula pelos limites entre os dois mundos, o pomerano e o brasileiro, pois tem contato com o outro não-pomerano de modo mais intenso.

A observação de Bahia foi feita na década de 1990 e retrata em parte o que ainda se vive hoje. O homem continua sendo aquele que tem mais acesso ao mundo exterior e aquele que tem mais poder. No entanto, a mulher pomerana de hoje já tem assumido novas funções que ultrapassam o ambiente do lar. Elas têm saído da comunidade com maior frequência do que os homens para estudar e trabalhar. No entanto, as mulheres do G-III e G-IV continuam sendo as mais submetidas ao poder patriarcal. O que se observa é que as mulheres têm se interessado mais pelos estudos, mas só quando recebem a permissão e o apoio dos pais. Muitas famílias proíbem suas filhas de estudar, querendo que se casem e se instalem na lavoura, mantendo as tradições pomeranas campesinas.

Bahia acredita que

A mulher é a possuidora dos saberes mais fundamentais na educação dos pomeranos, é ela que resguarda a identidade étnica e social do grupo e é a responsável pela transmissão das línguas pomerana e alemã, esta última através da religiosidade, a guardiã dos objetos da tradição familiar e da memória dos tempos da imigração e a conhecedora dos saberes tradicionais do mundo camponês de origem alemã: culinária, benzeduras, histórias contadas às crianças, fórmulas mágicas, orações [...] (2011 [2000], p. 193).

A mulher só alcança o "*status máximo*" quando se casa e tem filhos (BAHIA, 2011 [2000], p. 153), e só a partir desse momento ela entra efetivamente para o mundo adulto.

Sendo a mulher a figura mais importante para a transmissão e perpetuação das tradições ancestrais e aquela que se limita ao ambiente do lar, poderíamos esperar

dela a conservação e a competência maior em pomerano. Entretanto, isso somente acontece no G-IV. Por outro lado, começando no G-III e se acentuando no G-II e G-I, a língua portuguesa está adentrando no espaço daquela que, *a priori*, deveria saber bem o pomerano e repassá-lo. Em contrapartida, os homens mostram-se mais atraídos pela língua pomerana, à exceção do G-II.

Há uma longa e antiga discussão sobre o comportamento linguístico diferenciado dos sexos masculino e feminino. Chambers (2003) observa que, em 55 a.C., na *De Oratore*, Cícero, observando a sogra de Crassus, afirma que as mulheres dominam melhor a forma padrão do que os homens. A explicação de Cícero se pautava no relativo isolamento das mulheres, pois, assim, elas reteriam mais o que aprenderam.

Chambers reportando-se à relação entre isolamento e variação linguística, afirma:

Em sociedades onde os papéis referentes ao gênero são muito diferenciados, onde um gênero tem contatos sociais mais amplos e maior mobilidade geográfica do que o outro, a fala do gênero menos circunscrito incluirá mais variantes dos grupos sociais contíguos (2003, p. 139).

O mesmo autor, respaldado pelas pesquisas de diversos autores, como Labov (1972, 1990), Romaine (1978) e Trudgil (1983), conclui que

[...] em praticamente todos os estudos sociolingüísticos que incluem uma amostra de homens e mulheres, há evidências para esta conclusão sobre seu comportamento lingüístico: as mulheres usam menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que os homens do mesmo grupo social, nas mesmas circunstâncias (CHAMBERS, 2003, p. 116).

Diante de tais princípios teóricos e sabendo quais os papéis que homens e mulheres desempenham, na comunidade de Caramuru, poderíamos achar que a mulher pomerana, mais circunscrita ao ambiente familiar, iria mostrar-se mais ligada à língua pomerana e o homem, por ter mais contato com outros lugares, preferiria o português. Mas, conforme o Gráfico 4, o sexo feminino, com exceção do Grupo IV, mostra sua preferência pelo português. Os homens, por sua vez, mostram-se muito mais inclinados ao pomerano, à exceção do Grupo II.

A preferência dos homens pelo pomerano se explica pelo fato de que são eles os que menos visam à saída da zona rural; querem manter-se honrados naquele ambiente, ou seja, bem vistos segundo as normas sociais estabelecidas no grupo. Assim, preservam os costumes e a língua pomerana no âmbito de sua família. Por

outro lado, a mulher, que tem cada vez mais se interessado pelos estudos e está mais propícia aos casamentos exogâmicos, já se mostra propensa ao uso do português, adiantando assim sua escolha de vida. Nesse sentido, diz Bahia: "Entre os pomeranos, a língua portuguesa não é apenas uma língua de prestígio; para muitos, é sinônimo de ascensão social e de diferenciação entre os que permanecem na roça e os que foram para a cidade" (2011 [2000], p. 103).

A oscilação entre ao pomerano e o português denuncia dois padrões de prestígio. Na roça, para se alcançar respeito e conquistar honra, seguem-se os costumes campestres e mantém-se a língua pomerana. Na cidade, para ascender socioeconomicamente, opta-se pela norma de prestígio desse ambiente: o português.

Com essas informações, acabamos por traçar o perfil etário da comunidade linguística em estudo. Em suma:

- a) **GRUPO I (9-13 anos)** - É bilíngue (100%), mas prefere se comunicar por meio da língua portuguesa. Suas habilidades linguísticas são melhores em português (100%). Entretanto, seus conhecimentos do pomerano também podem ser considerados bons (72,7%). Apesar de alegarem que desconhecem parte do vocabulário pomerano, não podem ser de modo nenhum classificados como *semispeakers* (BAKER; JONES, 1998). O sexo feminino deste grupo prefere usar o português (80%); já o sexo masculino prefere o pomerano (66,7%).
- b) **GRUPO II (14-30 anos)** - É 100% bilíngue. Este grupo conhece bem o português e seu conhecimento do pomerano é mediano (50%). Preferem o português ao pomerano, principalmente as mulheres (85,7%).
- c) **GRUPO III (31-55 anos)** - Este grupo é bilíngue ou trilíngue, português/pomerano ou português/pomerano/alemão, respectivamente. Seus conhecimentos linguísticos de pomerano são maiores que os de português - 87,5% *versus* 62,5%. Este grupo prefere majoritariamente a língua pomerana, sobretudo os informantes do sexo masculino (75%).
- d) **GRUPO IV (>55 anos)** - Quase a metade deste grupo é monolíngue em pomerano (5/11 = 45,5%) e quase todos preferem a língua pomerana, principalmente as mulheres (100%); apenas 25% dos informantes gostam de ambas

as línguas de igual modo. Seu conhecimento linguístico do pomerano chega a 100%, enquanto que o conhecimento do português não ultrapassa os 20%.

Tendo-se procedido à descrição do repertório linguístico da comunidade, vamos, agora, às atitudes linguísticas dos entrevistados.

5.1.2 As atitudes linguísticas dos pomeranos de Caramuru, Santa Maria de Jetibá

Nesta Seção, propomo-nos a apresentar e discutir as atitudes linguísticas - positivas e/ou negativas - da comunidade pomerana sob estudo. Para tanto, analisaremos as respostas dadas às seguintes perguntas: (a) *Você acha importante falar pomerano? E o português?* (b) *Você gosta do pomerano? E do português?* (c) *Você já foi discriminado por falar pomerano?* (d) *O que você pensa sobre o ensino de pomerano nas escolas?* (e) *Você entende alemão?* (f) *Quem fala pomerano entende alemão?* (g) *Os jovens falam bem o pomerano?* (h) *Qual a sua opinião sobre "falar pomerano e português misturado"? O que isso revela?* (i) *Você participa de alguma atividade relacionada à cultura pomerana?* (j) *Na sua opinião, a escola deve preservar as tradições da cultura pomerana?* etc.

No capítulo 4, vimos que a língua carrega significados sociais que são atribuídos a ela pelos seus falantes e também pelos que não a falam, numa tentativa de marcar suas diferentes posições sociais. Conhecer as conotações sociais da língua nos ajuda a entender a dinâmica de seu uso pela comunidade.

Sabendo que as línguas pomerana e portuguesa são faladas na localidade, procuramos averiguar o que os falantes acham dessa situação de bilinguismo. De acordo com nossos entrevistados, concluímos que a comunidade linguística se mostra inteiramente favorável ao bilinguismo: todos afirmaram que é importante falar

ambas as línguas, inclusive, os informantes do grupo IV, com mais de 55 anos, conforme o excerto a seguir:

<p>Excerto 6</p> <p>AGT (83,0,M): Ah! dai... meiste leire brasiliânisch un DÜütsch doirenaner já. Áwer feel pomerische kiner sin al... dai forstâe gârkair Pomerisch meir, nei. Un aigenlig müst dat nij wegen dai müste aigenlig twai sprâke leire, já.</p>	<p>Excerto 6 - Tradução livre</p> <p>AGT: Ah! Eles... a maioria aprende o português e pomerano junto. Mas muitas crianças pomeranas já são... eles já não entendem mais pomerano, não. E, por certo, isso não deveria porque, ao certo, eles deveriam aprender as duas línguas.</p>
---	--

O excerto 6 deixa claro que os falantes do G-IV aceitam a chegada do português, mas rejeitam a saída da língua pomerana, que, segundo eles, não deve ser perdida.

Apesar da total receptividade ao bilinguismo, pudemos notar uma diferença quanto às atitudes linguísticas. O G-IV demonstra que gosta de ambas as línguas, porém mais do pomerano, até porque é aquela que eles conhecem melhor. No G-I acontece o inverso: gostam de ambas, mas um pouco mais do português. Os grupos II e III não fizeram esse tipo de comentário.

No grupo IV, a preferência pelo pomerano mostra-se, inclusive, quando se tenta analisar os usos que se fazem da língua.

<p>Excerto 7</p> <p>AZ (82,2,F): Jij leire un sin doch sou klauk, sâgt mij as woweegen sâge dai brasiliâner ümer "boa noite"... Dat is doch forkeirt. Wij sâge doch "gun nâwend" un "gun nacht" un sai doch blous "boa noite" wen's koome un wen's gâe. Dat is doch forkeit.</p>	<p>Excerto 7 - Tradução livre</p> <p>AZ: Vocês que estudam e são tão inteligentes, falem-me por que os brasileiros sempre falam "boa noite"... Isso está errado. Nós falamos "gun awant [boa noite de chegada]" e "gun nach [boa noite de partida]" e eles sempre falam só "boa noite", quando chegam e quando partem. Isso está errado.</p>
---	---

Os falantes do grupo IV não escondem sua admiração pela língua pomerana. Conforme o excerto acima, eles acham o pomerano mais correto que o português, sendo frequentes os elogios à língua de imigração, pelos informantes dos grupos III e IV. Já os grupos I e II estão bastante envolvidos com a língua portuguesa. Seus comentários revelam que o português é completo e importante. Isso se dá em grande parte pela utilização da língua no contexto escolar e, extensivamente, nos contextos midiático e administrativo e pelo interesse na continuação dos estudos, já mencionados anteriormente.

Ao se falar em valorização das línguas, não podemos deixar de mencionar o seu status. Durante muito tempo, as escolas pregavam que o pomerano era apenas um dialeto do alemão, que não tinha escrita e não poderia ser usado em nenhum domínio, nem sequer o religioso, ao qual os pomeranos são tão apegados. Isso, decerto, incomodou os falantes, principalmente os em idade escolar, pois a estigmatização sofrida por sua língua na hierarquização linguística elaborada - língua *versus* dialeto; oficial *versus* minoritária; oficial *versus* alóctone -, faz com que os falantes das línguas minoritárias sejam estigmatizados. Porém, a comunidade falante do pomerano nunca deixou de prestigiar sua língua, prova disso é a manutenção da língua durante estes mais de 150 anos em solo capixaba.

Conforme vimos no tópico 3.2.1, *Os conceitos de língua e dialeto*, as diferenças entre um e outro termo são, decerto, políticas. Sabemos que, linguisticamente, um dialeto não é inferior a uma língua. Entretanto, chamando o pomerano de dialeto ágrafo, o governo representado na instituição escola queria diminuir seu valor perante a população e, no nível das relações sociais, esse estigma deixa suas marcas.

Entretanto, está havendo uma reação quanto ao *status* do pomerano. O professor Ismael Tressmann, em seus trabalhos de 1998 e 2005, defende veementemente que o pomerano é uma língua. De acordo com ele, a língua pomerana deriva da família Germânica Ocidental e da subfamília Baixo-Saxão. Recentemente foi promulgada a Lei 1136/2009, pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, que cooficializa a língua pomerana no município.

Essa imposição política parece ser benéfica à língua pomerana, mas, na comunidade, ela está trazendo algumas confusões quanto à nomenclatura. Anteriormente, chamava-se o pomerano de *Düütsch* (nome genérico para *alemão*) ou *Platdüütsch* (baixo-alemão); hoje, imperam as formas *Pomerisch* e *Pommer*, antes menos difundidas. Estamos nos encaminhando para uma diferenciação, como podemos observar no excerto a seguir.

Excerto 8	Excerto 8 - Tradução livre
Entrevistadora: Wou säge jii dârtau: DÛütsch urer Pomerisch, wat wij nu fortele daue?	Entrevistadora: E como vocês chamam isso: Alemão ou pomerano, o que nós estamos falando agora?
HGH (51,4,F): Dat is Pomerisch. DÛütsch is HougdÛütsch.	HGH: Isso é pomerano. Alemão é alto-alemão.
Entrevistadora: Säge jii as nij forteld dai kair DÛütsch urer Pomerisch? Kan man dat al beit säge?	Entrevistadora: Vocês nunca falam - ele fala alemão ou pomerano? Podemos usar ambas as formas?
HGH: Sei lá. Dat is aigenlig ni gans richtig. DÛütsch is HougdÛütsch.	HGH: Sei lá. Não está bem certo. Alemão é alto-alemão.
RHF (51,3,M): HougdÛütsch.	RHF: Alto-alemão.
HGH: Un Pomerisch is Pomerisch, já.	HGH: E pomerano é pomerano.

Essa manobra terminológica tem seu mérito, pois ser língua ou dialeto não muda em nada o pomerano, mas o estigma por nomeá-lo dialeto pesa. Tirando-lhe a conotação negativa advinda da nomenclatura dialeto, a língua passa a ser mais considerada na sociedade, sobretudo, para os mais jovens.

Embora o estigma estivesse presente, o pomerano não deixou de ser falado. Pelo contrário, está vivo entre os falantes e podemos dizer que a solidariedade intragrupal os aproximou e deu forças para que a língua fosse mantida. A isso chamamos *lealdade linguística*. Nos termos de Weinreich (1970 [1953]), *lealdade linguística* é tomar consciência das peculiaridades de sua língua e envolver-se com ela a ponto de torná-la símbolo de integração, a despeito de como a sociedade externa se posicione.

A língua em si não parece ser o problema do pomerano, como não o é na maioria das situações de contato linguístico (BAKER; JONES, 1998). O que está em jogo, na realidade, são os interesses da classe dominante; em nosso caso, do Estado brasileiro. Ele se direciona para o monolinguismo, ignorando a diversidade linguística presente no país. É recente o decreto brasileiro promulgado pelo governo para apoiar a diversidade linguística no país (Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010). No artigo 1º lê-se:

Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (2010).

Assim, para implantar atitudes positivas e garantir os direitos de comunicação em pomerano, algumas políticas linguísticas foram elaboradas. Sobre a primeira acabamos de discutir: sua definição como língua. A segunda diz respeito à cooficialização da língua no município de Santa Maria de Jetibá. Essa interferência passou ao campo do planejamento, ou seja, foi uma intervenção política, atendendo a um desejo comunitário.

Aqui vemos claramente que atitudes como esta adotada pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, não visam à desintegração da sociedade. Pelo contrário, elevar o status de outra(s) língua(s) que não a oficial dentro dos limites de um país e permitir que os grupos se manifestem em sua língua significa respeitá-los e cooperar com eles³³. O respeito à diversidade e a inclusão dos distintos grupos étnicos levam-nos a acreditar na pátria brasileira plural.

A seguir, observa-se a Lei 1136/2009, que cooficializou a língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá.

³³ Outra medida política que visa valorizar o imigrante pomerano é a Lei estadual 9258/2009, na qual se institui o Dia do Imigrante Pomerano.

QUADRO 20: Lei de cooficialização da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá.

**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

LEI nº 1136/2009

DISPÕE SOBRE A CO-OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA POMERANA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil e no município de Santa Maria de Jetibá, fica co-oficializada a língua pomerana.

Art. 2º. A co-oficialização da língua pomerana obriga o município a:

I – manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua co-oficializada;

II – produzir a documentação pública, as campanhas publicitárias, institucionais, os avisos, as placas indicativas de ruas, praças e prédios públicos e as comunicações de interesse público, na língua oficial e na língua co-oficializada;

III – incentivar o aprendizado e o uso da língua pomerana, nas escolas e nos meios de comunicação.

Art. 3º. São válidos e eficazes, todos os atos da administração pública, editados na língua pomerana.

Art. 4º. O uso da língua pomerana não será motivo de discriminação, no exercício dos direitos de cidadania, assegurados pela Constituição Federal.

Art. 5º. As pessoas jurídicas estabelecidas no município de Santa Maria de Jetibá deverão adotar atendimento e mensagens ao público, no idioma oficial e naquele co-oficializado por esta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Santa Maria de Jetibá-ES, 26 de Junho de 2009.

HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

Fonte: IPOL, 2014.

A comunidade pomerana pesquisada ficou satisfeita com a valorização de sua língua: 100% de nossos entrevistados são a favor da cooficialização e do ensino da língua pomerana no âmbito escolar. Eles não só aceitaram a referida proposta, como também colocaram suas esperanças nela. Pelos excertos abaixo, vemos que

nossos informantes acreditam que, com o ensino escolar do pomerano, a língua terá novas forças.

Excerto 9	Excerto 9 - Tradução livre
Entrevistadora: Un... sou wat jij saie hūūt, denke jij dat Dūütsch kūmt af?... urer denke jij dat gāit nog lang...	Entrevistadora: E... o que vocês percebem hoje em dia, vocês acham que o pomerano vai sumir?... Ou vocês acham que ainda vai longe...
NBF (60,1,F): Ik denk dat Dūütsch gāit nog ais werer gans forwets. [...] nuu am Sant Mari reere dai meist ale Dūütsch, nuu.	NBF: Eu acho que o pomerano ainda vai voltar a crescer [...] agora em Santa Maria quase todo mundo fala pomerano, agora.
[Wij sin forjāgt woorā]	[interferência de outro]
GD (80,1,M): Dār sin's hijner an, dat jā ni schal outgāe.	GD: Eles estão correndo atrás porque não é para acabar.
Entrevistadora: Åwer denkst dat helpt dat dai hijner an sin? Dat helpt nog ais werer taum up koomen?	Entrevistadora: Mas você acha que ajuda que eles estejam correndo atrás? Isso ajuda a voltar?
NBF: Ik denk doch, dat jā nog as werer meir forwets gāit, jā.	NBF: Eu acho que é para voltar a crescer, né.
Entrevistadora: Dāire jij dat nog as geirn saie?	Entrevistadora: Vocês gostariam de ver isso?
NBF: Ik dāir dat nog as geirn saie, wen dat nog as wāir, dat nog as forwets gūng.	NBF: Eu gostaria muito de ver isso de novo, se isso de novo, que isso fosse para frente.
Entrevistadora: Un duu? Wat denkst duu dār tau?	Entrevistadora: E você? O que você acha disso?
GD: Jā, ik denk doch uk, jā.	GD: Sim, eu também penso assim.
Entrevistadora: Wāir gaud dat dat nog as up koome dāir...	Entrevistadora: Seria bom que voltasse a crescer...
GD: Nuu meist ale wen's duu koome dāist... wen's aim kene daue... fānges meist up Dūütsch an, wen's duu gār ni kair Dūütsch reere wilt, åwer... frāge dij jā ümer glik uut ...	GD: Agora quase todos quando você chega... quando nos conhecem... começam com pomerano, mesmo que você não queira falar pomerano, mas... logo te perguntam tudo ...

Pelo excerto 9, vimos que a população está atenta à situação do pomerano e se preocupa com ela; eles não querem perder sua língua.

Excerto 10	Excerto 10 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Un wou weegen mâke wek kiner, ik wait ni of's hijr rümer dat uk mâke, âwer sou wek mâl fänge sai an up brasiliânesch mit ais gâe's up Dûütsch, den gâe's werer tröig up brasiliânesch. Wou weegen mage's dat as mâke?</p>	<p>Entrevistadora: E por que algumas crianças, eu não sei se por aqui também fazem isso, mas assim algumas vezes eles começam em português depois vão para o pomerano, aí voltam para o português. Por que será que eles fazem isso?</p>
<p>LZ (71,3,F): Dat wät já kair wouweegen âwer... nuu fänges já al weere an un wile Dûütsch leire.</p>	<p>LZ: Isso ninguém sabe porque mas... agora estão começando a querer aprender pomerano de novo.</p>
<p>Entrevistadora: Denkst dat helpt mit?</p>	<p>Entrevistadora: Você acha que isso ajuda?</p>
<p>LZ: dai:... já taum doch nog ais werer foirwäts gâen, in Campinho dâire's doch al werer Dûütsch, sou Pomerisch, sou's wij fortele daue, dâire's dâr doch leire?</p>	<p>LZ: isso:... é para desenvolver de novo, em Campinho [sede de Domingos Martins] eles já estavam ensinando pomerano, assim como nós falamos, eles estavam ensinando lá?</p>
<p>Entrevistadora: Já? Un hijr rümer, mag dat hijr al wou sin?</p>	<p>Entrevistadora: É? E por aqui, também já tem isso?</p>
<p>LZ: Sant Mari ist uk al.</p>	<p>LZ: Santa Maria também já tem.</p>
<p>Entrevistadora: Ist uk al?</p>	<p>Entrevistadora: Também já tem?</p>
<p>LZ: Uhum...</p>	<p>LZ: Uhum...</p>
<p>Entrevistadora: Mag dat tröig helpe , dat dai kiner nog as werer meir fortele daue urer...</p>	<p>Entrevistadora: Será que isso ajuda a voltar, que as crianças falem mais [pomerano] novamente ou...</p>
<p>LZ: Dat dai nog as meir Pomerisch sou leire schâle, dai sprâk dôrwat já ni afkoome.</p>	<p>LZ: Que eles aprendam mais pomerano de novo, a língua não deveria acabar.</p>

Conforme se pôde observar, os entrevistados mostram-se bastante otimistas com as políticas adotadas. Acham que, com o ensino do pomerano nas escolas, a língua poderá ganhar novo impulso em direção a sua manutenção. Esse otimismo se deve, em grande medida, à valorização que a língua escrita confere ao pomerano. No início da década de 1970, quando estive no Brasil, Granzow disse que os pomeranos se impressionaram e, ao mesmo tempo, ficaram felizes ao verem o pomerano escrito porque isso "valoriza muito seu idioma materno" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 25). Por essa observação feita por Granzow vemos que o pomerano era escrito lá na Europa. Nossos entrevistados, contudo, não souberam responder se antigamente se escrevia em pomerano. Então, entendemos que pelo analfabetismo dos imigrantes, os brasileiros depreenderam que não havia escrita. Assim, esse mito se estendeu durante muito tempo. A língua escrita que vem sendo

construída por Tressmann pauta-se muito nas línguas baixo-saxônicas, e guarda certa distância do alemão, a língua da qual o pomerano foi considerado dialeto.

O uso do pomerano na administração, no comércio e na escola pode fazer com que a comunidade perceba a importância e o valor da língua, o que pode garantir sua manutenção pela geração atual e o repasse da língua a novas gerações. Contudo, essas iniciativas políticas de valorização em Santa Maria de Jetibá são muito recentes, datam de 2009. Se olharmos um pouco mais para trás, veremos que a situação quase sempre foi oposta. Durante o século XX, tentou-se proibir a língua. Vejamos um relato sobre isso:

Excerto 11	Excerto 11 - Tradução livre
Entrevistadora: Un den ... Dun wou's du klain wäist däist du... dai lüür... meist ales up Pomerisch fortele?	Entrevistadora: E... quando você era pequena você... as pessoas... falavam mais em pomerano?
MB (71,0,F): Uhum. Ales up Pomer... Un dun is uk ain tijd wäst wou ik gans klain wäst bün, kijk as dun weire dai grüin hemde riner koome dun hät düst kair Pomerisch reere.	MB: Uhum. Tudo em pomerano... E aí uma vez teve um tempo quando eu era bem pequena, aí tinha os camisas-verdes ³⁴ e ninguém mais podia falar pomerano.
Entrevistadora: Ah! Un in dijn famijlch is dat den uk...	Entrevistadora: Ah! E na sua família isso também...
MB: Já, mamai hät dat den ümer forteld. Kijk as mamai is den, wen sai upem dans gâe wäir, urer... dâr wäir as air dans wäst un dâr har düüst kair pomerisch fortele, dai har glik, wäir glik sequestrad woure.	MB: Sim, mamãe sempre contava. Quando mamãe ia aos bailes, ou... teve um baile uma vez e lá ninguém podia falar pomerano porque senão era logo sequestrado.
Entrevistadora: Meine Seit!	Entrevistadora: Meu Deus.
MB: Un dun nâher is dat já werer weg wäst. Dun is dat já werer foroiwer wäst dun häwe's küt, dai lüür já werer Pomerisch reere.	MB: E depois isso acabou de novo. Depois isso passou e as pessoas podiam falar pomerano de novo.
Entrevistadora: Åwer ine huus küüne jji...	Entrevistadora: e em casa vocês podiam...
MB: Já, t'huus já, kijk t'huus wäire dai já ni. Åwer dai Pomerische kirche sin dun sogâr tau mâkt woure.	MB: Sim, em casa sim porque eles não estavam lá. Mas as igrejas pomeranas foram fechadas naquela época.
Entrevistadora: Já?	Entrevistadora: Ah é?

³⁴Integrantes da *Ação Integralista Brasileira*, movimento nacionalista que surgiu na década de 1930.

<p>MB: In dai tijd.</p> <p>Entrevistadora: Un dai praistes un souwat uk ales...</p> <p>MB: Ale preise noome woure dai häwe küüt kair Döütsch meir...</p> <p>Entrevistadora: Un dun wou häwe dai dat dun mäkt?</p> <p>MB: Nåher häwe's dat werer... ales , dun is dat werer ales foroiwer wäst. Dat is ni lang wäst.</p> <p>Entrevistadora: Ah...</p> <p>MB: Dun häwes ale nog soun klain stäirn an kreeje, mijn mamai har früür nog ümer ain, grår as praiste R... nuu har hai werer wek nuu taum forköipen sou.</p> <p>Entrevistadora: Já?</p> <p>MB: Sou wäir dat dun, gruïn klain stain, dat hare dai den ale an, al dai wat "Gruïn hemde" wäire dai tijd.</p> <p>Entrevistadora. Ha-ã, ha-ã. Un dai käike den wee Döütsch fortele däir?</p> <p>MB: Já. Dai kreig glik, dai wäir glik sequestrad un preise noome.</p>	<p>MB: Naquela época</p> <p>Entrevistadora: E os pastores e tudo isso também...</p> <p>MB: Foram todos presos e não podiam mais falar alemão...</p> <p>Entrevistadora: e como eles faziam então? MB: Depois eles... tudo, aí tudo passou. Isso não durou muito tempo.</p> <p>Entrevistadora: Ah...</p> <p>MB: Naquela época todos recebiam uma pequena estrela, minha mãe tinha uma antigamente, assim como pastor R... tinha agora para vender de novo.</p> <p>Entrevistadora: É?</p> <p>MB: Assim era, os camisas-verdes tinham uma pequena estrela verde para indicar que eles eram camisas-verdes naquela época.</p> <p>Entrevistadora. Ha-ã, ha-ã. E eles vigiavam quem falava pomerano?</p> <p>MB: Sim. Esses logo apanhavam, esse logo era sequestrado e preso.</p>
--	--

Esse momento histórico a que a informante MB se refere é a primeira fase da Era Vargas, especificamente entre os anos de 1938 a 1945. Nesse período, foi implantada pelo Governo a Campanha de Nacionalização e

houve repressão à publicação e ao ensino da língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades. Muitos pastores foram presos e proibidos de atuar em suas atividades religiosas (BAHIA, 2011 [2000], p. 99-100).

O objetivo do Estado era acabar com as línguas de imigração em favor de uma unidade nacional monolíngue. Por isso, no excerto abaixo, vemos que se falava que as línguas alemã e pomerana desapareceriam.

Excerto 12	Excerto 12 - Tradução livre
Entrevistadora: Un dat Platdüütsch urer dat Hougdüütsch is dat al forbåre woure? Urer dat jij juch denke koine...	Entrevistadora: E o pomerano ou o alemão já foram proibidos? Ou que vocês se lembrem...
NBF (60,1,F): Nei. Forbåre ni, âwer dai sin nuu já, dai ule lüür sin nuu meist ale doud un dår reert já kair meir Hougdüütsch. Muter Z. kan nog gans gaud Hougdüütsch fortele. Håt's ni mit dij forteld?	NBF: Não. Proibido não, mas agora, os velhos já morreram todos e não tem mais quem fale alemão. Vovó Z. ainda fala bem em alemão. Ela não conversou com você não?
Entrevistadora: [mökt já mit dem kop]	Entrevistadora: [Responde afirmativamente com a cabeça]
GD (80,1,M): Åwer ais, ine airst wair't forbore. Dår schul já kair meir Düütsch leire, dun kaim dai swart schaul mang. Un dun wair dat ales forjåcht.	GD: Mas uma vez, no início foi proibido. Não era para mais ninguém aprender o alemão, então começou a escola brasileira. E ai tudo foi estorvado.
Entrevistadora: Un dun wou wair dat ine famijlch? Håt dai famijlch uk meir anhule ?	Entrevistadora: E como isso era na família? A família também parou mais?
NBF: Já, dai häwe dun anhule mit dai Düütsch språk, un sin up portuguisich gæe, já.	NBF: Sim, eles então pararam com a língua alemã e foram para o português.
GD: Dun hät dat müst anhule.	GD: E aí isso tudo teve que parar.
Entrevistadora: Un wouweegen? Koine jij juch dat nog denke wouweegen dat dat as up koome is? dat dat...	Entrevistadora: E por quê? Vocês ainda se lembram como isso surgiu? Que isso...
NBF: já, dai shule ale Düütsch, ale portuguisich leire weegen dai Düütsch språk kaim af	NBF: Era para todo mundo aprender alemão, português porque o pomerano iria desaparecer.
Entrevistadora: Wouweegen häwe sai dat sägt?	Entrevistadora: Por que eles falavam isso?
NBF: Huum [mökt sou as sai dat ni wät]	NBF: Huum [faz sinal que não sabe]

Além da perseguição linguística - que forçava os imigrantes germânicos a entregar seus livros, ainda que religiosos, escritos em alemão, e os obrigaram a adotar a língua portuguesa nas escolas - e do controle sobre os meios de comunicação, que acabavam em censura e silenciamento, o período seguinte, em meio à ditadura, trouxe pobreza à agricultura, porque não havia políticas agrárias e não se ofereciam incentivos reais aos trabalhadores do campo (LAZZARO, 2009). Esse momento histórico passou, mas deixou rastros de preconceito para com o povo pomerano e sua língua.

O grupo II é a prova cabal de que o preconceito linguístico é cruel e tem consequências drásticas na vida do falante. Esse grupo foi o único que disse ter sido

discriminado. De acordo com os informantes do G-III e do G-IV, o contato linguístico quase não existiu na sua geração, pois a comunidade ainda era pequena e quase não havia pessoas de fora, não-pomeranos. Os informantes do Grupo I, por sua vez, já estão acostumados com os moradores de fora. Já o G-II parece ter sofrido mais com a chegada do Outro. Como consequência direta do preconceito, esse grupo registra atitudes desfavoráveis ao pomerano.

Tomemos os dois excertos a seguir, em sequência.

Excerto 13

Entrevistadora: Vocês já foram assim... discriminadas por não saber falar português ou...? Na época, quando vocês entraram na escola? Caçoavam que vocês falavam diferente ou coisa assim?

TP (17,8,F): Não me lembro de nada não...

EP (15,8,F): Na escola, bastante.

Entrevistadora: Por quê? O que é que falavam assim com vocês?

EP: Chamavam a gente de pé de bicho, porque a gente... pomerano é pé de bicho.

Excerto 14

Entrevistadora: Qual vocês acham assim... é a língua do coração de vocês, que vocês não deixariam? ... É mais fácil vocês deixarem o pomerano ou deixar o português?

EP (15,8,F): Pomerano.

TP (17,8,F): Eu acho também.

Entrevistadora: Essa vocês deixariam?

TP: Se fosse para eu deixar [lacht sich].

A informante EP lembra que foi muito discriminada na escola e, sendo questionada sobre qual a língua que deixaria, responde sem hesitar: Pomerano. Ainda assim ela se considera pomerana, como se vê no excerto 13: "Chamavam a gente de pé de bicho, porque a gente... pomerano é pé de bicho" (EP, 15,8,F).

O preconceito linguístico é avassalador em todas as fases da vida. Daí nosso repúdio a ele. Entretanto, sabemos que a adolescência, representada, no caso desta pesquisa, pelo G-II, é uma fase de muita instabilidade emocional; portanto, o

estigma da língua minoritária se torna insuportável para os jovens que, por isso, optam pela língua de prestígio, a língua portuguesa. O fato de EP deixar o pomerano não significa necessariamente que a informante não gosta dessa língua. Sabemos que adolescente não tem muita base psicológica para manter-se firme diante do preconceito e da ridicularização, por isso, esse é o grupo mais afetado por essa injustiça.

Dito isso, passemos a outra questão abordada nesta pesquisa: o que os falantes pensam sobre a competência em português e em pomerano dos outros grupos etários. Para atingir nossos objetivos, adotamos a seguinte dinâmica: os grupos III e IV avaliaram as habilidades do G-I e G-II em pomerano. Já os grupos I, II e III avaliariam o desempenho de G-IV no português.

Quanto à competência no português por parte dos mais idosos, estes mesmos admitem sua dificuldade. Alegam que não têm vocabulário e não conhecem a estrutura da língua corretamente; por isso, quando se arriscam a falar, falam *errado* e com um forte sotaque, segundo eles. Os grupos I, II e III concordam inteiramente: segundo todos eles, os mais velhos não falam bem o português.

Quanto à competência pomerana, o G-III, de uma forma geral, acredita que os jovens falam bem a língua de imigração, se a aprendem desde pequeno e quando têm interesse em falar, já que, se não quisessem, eles não se mostrariam dispostos a conversar nessa língua. O G-IV é mais incisivo: acreditam que os jovens têm dificuldades em falar o pomerano. O G-III pode ser tomado como a geração dos pais, e o G-IV, a geração dos avós. Essa associação feita por geração (pais, avós, filhos) é bastante interessante à medida que vemos que a geração dos pais acha que os filhos não falam *errado*, até porque a língua foi repassada por eles, o próprio G-III que começa a se inserir no bilinguismo pomerano/português e a deixar de conhecer o alemão.

Essa visão dos grupos III e IV é negativa para os grupos I e II, porque se lhes dizem que os mais novos falam *errado*, isso lhes provoca insegurança e medo de falar. Por fim, leva à diminuição do uso da língua pomerana nos jovens; o que já está acontecendo.

Uma prática comum dos grupos mais novos é a alternância de códigos³⁵, entre o pomerano e o português. Perguntamos aos nossos informantes o que eles pensam sobre essa prática. Seguem abaixo alguns excertos que mostram a opinião dos entrevistados.

Excerto 15	Excerto 15 - Tradução livre
Entrevistadora: Wat denke jij wen começa a falar pomerano mit ais português? [a alternância é proposital e pretende remetê-los à situação].	Entrevistadora: O que vocês pensam quando começa a falar pomerano e, de repente, o português?
LB (15,9,M): Dat is normal.	LB: Isso é normal.
Entrevistadora: Normal? Måke jij dat meist ümer?	Entrevistadora: Normal? Vocês fazem isso com frequência?
LB: Uhum.	LB: Uhum.
[TH, DS e RS möka já mit dem cop]	[TH, DS e RS respondem afirmativamente com a cabeça.]
Entrevistadora: Un säges dår wat tau? Is dat gaud? Is dat eklig? Urer ist dat normal?	Entrevistadora: E falam alguma coisa sobre isso? É bom? É feio? Ou é normal?
LB: Meir forkeirt åwer...	LB: Meio errado, mas...
Entrevistadora: Denkst is meir forkeirt?	Entrevistadora: Você acha que é errado?
LB: Já, mas, sou, wäts, wij fänge den an, wek mål kümt man ni glik sou hijne in pomerano den [fortelt man] português den pomerano, ümer sou doir.	LB: Sim, mas, assim, sabe, a gente começa, às vezes, a gente não consegue lembrar logo como é em pomerano, aí [falamos] português ai pomerano, assim por diante.

Excerto 16	Excerto 16 - Tradução livre
Entrevistadora: Wat denkst du do oiwer, wij häwe dat al fell måkt hüüt hijr, wat denkst du, dat wij sou fortele daue, airste fänge wij in pomerano an un den gâe wij werer up português? Wouwegen denkst du måke wij dat as?	Entrevistadora: O que você acha sobre, nós já fizemos isso várias vezes hoje, por que você acha que a gente fala assim, primeiro a gente começa pomerano e depois português? Por que você acha que a gente faz isso?
	KBC: [risos]

³⁵ Alternância de códigos e mistura de línguas (do espanhol: *mezcla*) são termos utilizados para denominar o fenômeno homônimo. Em outras palavras, quando duas línguas são acionadas no mesmo enunciado temos a mistura de línguas. Nesta pesquisa não estudaremos a fundo essa situação linguística. No entanto, sabemos que há três tipos de alternância: emblemática, interracional e intraoracional, que, por sua vez, cumprem várias funções (APPEL; MUYSKEN, 1996).

KBC (24,8,F): [lacht sich]	Entrevistadora: Por quê?
Entrevistadora: Wouweegen?	KBC: Porque aprendemos isso junto, sei lá.
KBC: Dat man dat so t'houp leirt häwe, sei lá.	Entrevistadora: Quase todo mundo faz isso?
Entrevistadora: Den mâkes dat meist ale?	KBC: Sim, eu e minha irmã, as pessoas falam 'como vocês conseguem fazer isso', começa assim e termina assim. [risos]
KBC: Já, ik un mijn schwester t'houp, dai säge ümer wou koine jij dat sou trecht krijge, fänge sou an un termina sou. [lacht sich]	Entrevistadora: E as outras pessoas, você também as vê fazendo isso?
Entrevistadora: Åwer dai anerde lüür, süst du dat uk fon eer?	KBC: Sim:::
KBC: Já:::	Entrevistadora: Todos?
Entrevistadora: Ale?	KBC: Acho que todos fazem isso.
KBC: Ale, main ik dau dat.	Entrevistadora: Os mais velhos também fazem?
Entrevistadora: Un dai ule lüür mâke dai dat uk?	KBC: Os velhos não.
KBC: Dai ule lüür ni.	Entrevistadora: Só os jovens?
Entrevistadora: Blous dai junge?	KBC: Só os jovens. Os mais velhos falam só o pomerano ou então só português. Nós que estamos desaprendendo.
KBC: Blous dai junge. Dai ule lüür fortele eerer pomerano doir un eerer português uk sou doir. Wij daue dat blous ales forleire.	

Esses excertos traduzem a visão dos grupos I e II sobre a alternância de códigos: para eles essa prática é comum. Ela apenas mostra o bilinguismo, segundo esses grupos. Ainda em consonância com suas respostas, a mistura de línguas é uma marca da conversa dos jovens; os mais velhos não o fariam, porque essa prática se deve à influência da televisão e à falta de vocabulário em pomerano, problemas que só acometem os jovens, na visão dos entrevistados do G-III e G-IV.

No G-III, a alternância linguística também é vista de dois modos diferentes, inclusive, porque alguns desse grupo também a praticam, apesar de que com menos frequência. Uns informantes creem que seja a *moda*, ou seja, os jovens inventaram esse modismo. Há, também, quem ache que a alternância não passa de um sinal do bilinguismo, quando, automaticamente, os jovens usam as duas línguas. Mas, outros, são mais céticos. Acreditam que essa prática se deve à grande facilidade e familiaridade desse grupo com o português e ao seu desconhecimento da língua

pomerana. Esse grupo mostrou preocupação com esse tipo de comportamento. Segundo eles, seria mais *bonito* que não acontecesse.

Seguem alguns excertos colhidos do G-III que mostram suas opiniões:

<p>Excerto 17</p> <p>Entrevistadora: Un wat denke jij, wouweegen daue wek junge lüür anfänge up pomerish un nâher gâe's up português, un nâher up pomerisch?Is dat al normal urer wou is dat?</p> <p>TGS (51,4,F): Dat is anwenan. [lacht sich]</p> <p>Entrevistadora: Wat wijst dat? Wouweegen is dat?</p> <p>TGS: Dat wijst dat sai ...</p> <p>AS (54,4,M): Dat sai dai sprâke al beit koine, wijst dat. Åwer feel forleire jâ glik.</p> <p>TGS: Wee sich ni anstrengt taum dat behulen dai dâit den nâher blous, öftes, dat brasilianisch, dat is meir hoiwig un den daue dai blous...den taum rest dat neeme, jâ. Åwer wee fon klain up leirt hât is meir difícil dat dat gans forleire dâit.</p>	<p>Excerto 17 - Tradução livre</p> <p>Entrevistadora: E o que vocês pensam, por que algumas pessoas jovens começam falando pomerano e depois vão para o português, e depois em pomerano? Isso já é normal ou como isso é?</p> <p>TGS: Isso é costume. [risos]</p> <p>Entrevistadora: O que isso mostra? Por que isso acontece?</p> <p>TGS: Isso mostra que eles...</p> <p>AS: Que eles falam as duas línguas. Mas muitos desaprendem logo.</p> <p>TGS: Quem não se esforça para manter isso [as duas línguas] depois só fala, muitas vezes, o português, essa é mais frequente e aí só falam ela... por fim. Mas quem aprende desde pequeno é mais difícil de desaprender tudo.</p>
--	--

<p>Excerto 18</p> <p>Entrevistadora: Un denke jij dai lüür wat nog jünge sin as jij, fortele dai nog pomerisch sou's jij? ... Urer fortele dai al ni meir sou gaud?</p> <p>RHF (51,3,M): Fortela, jâ.</p> <p>Entrevistadora: Dai fortele nog sou's jij...</p> <p>HGH (51,4,F): Åwer dai wile oft ni. Daue seir sich trüwe dâr foir, as wen dai dat ni meir sou rekne,as wen sai dat kaine groute weirt meir gâwe.</p>	<p>Excerto 18 - Tradução livre</p> <p>Entrevistadora: E vocês acham que as pessoas que são mais novas do que vocês, eles ainda falam pomerano como vocês? ... Ou eles já não falam mais tão bem?</p> <p>RHF: Falam, sim.</p> <p>Entrevistadora: Eles ainda falam como vocês...</p> <p>HGH: Mas muitas vezes não querem. Eles se esquivam muito, como se não considerassem isso mais muito, como se não dão mais muito valor.</p>
--	---

<p>Excerto 19</p> <p>Entrevistadora: Häwe jij dat uk al bemarkt dat sou's wek daue airste DÛtsch anfänge un</p>	<p>Excerto 19 - Tradução livre</p> <p>Entrevistadora: Você já perceberam que alguns começam com pomerano e depois misturam</p>
--	---

nâher brasiliânisch mang? Wouweegen mage sai dat mâke,wat denke jij?	com português? Por que vocês acham que eles fazem isso?
RHF (51,3,M): Sei lá, soun mour, já. [lacht sich]	RHF: Sei lá, moda, né? [risos]
HGH (51,4,F): Sei lá, wouwegen dat's dat mâke. Dai... daue den sou as wen's uk ni meir dat Dûütsch so richtig forstâe, un den daues sich dat dâr mang hoole dat's den lichter dâr mit weg koome daue, urer wou'k ni sâge schal.	HGH: Sei lá por que fazem isso. Eles... fazem assim que não sabem mais o pomerano tudo certinho aí eles puxam isso no meio para que consigam passar mais fácil, ou como podemos falar.

Por sua vez, o grupo IV vê a mistura de códigos como uma marca do bilinguismo. Eles acham que essa prática essencialmente juvenil acontece: (1) porque os jovens não querem mais falar pomerano; (2) porque o português lhes é mais fácil; e (3) pela influência da televisão. Vejamos as manifestações do G-IV.

Excerto 20	Excerto 20 - Tradução livre
Entrevistadora: Wat denke jij... woweegen is dat... dat kiner urer wek lûür anfänge up portugijsich un den gâe's were na'm Dûütsche un den gâe's were na'm portugijsich un sou blijwes bij, hen un heer.	Entrevistadora: O que vocês acham... porque... as crianças e algumas pessoas começam em português aí vão para o pomerano e aí voltam para o português e assim continua, para lá e para cá?
NBF (60,1,F): Uhum...	NBF: Uhum...
Entrevistadora: Wat denke jij, woweegen is dat?	Entrevistadora: O que vocês acham por que isso acontece?
NBF: ...Jâ wat kan dâr mit mâke? Man fängt já nischt mit an, dat is já ales doirenaner, já.	NBF: É... o que se pode fazer, né? não se pode fazer nada, isso já está tudo misturado.
Entrevistadora: Åwer woweegen?... woweegen kûmt dat?	Entrevistadora: Mas por quê?... Por que isso acontece?
NBF: Dat is dârweegen koome dat dai Dûütsche lûü sich mang de swarte formischt häwe, mit de brune formischt häwe. Swart schal man já gârni sâge, nei ?	NBF: Isso veio porque os pomeranos se misturaram com os pretos, se misturaram com os morenos. Não é pra gente dizer pretos, né?
Entrevistadora: Nei, åwer wij koine dat hijr sâge.	Entrevistadora: Não, mas podemos falar isso aqui.
NBF: [lacht sich] Wij koine dat hijr sâge åwer dat schal já ni sâgt ware...	NBF: [risos] Aqui podemos falar, mas não é pra gente falar...
GD (80,1,M): Sin kain Dûütsche schau le meir, dat sin ale portugijsich schau le dârweegen is dat ales.	GD: Não tem mais escola alemã, só escolas portuguesas, por isso é isso.
Entrevistadora: Dârweegen denke jij...	Entrevistadora: Por isso vocês acham que...
NBF: Dârweegen leire dai kiner kair Dûütsch meir ine KIRCH, kijk dat wart ales up brasiliânisch mâkt... un dârweegen leire dai	NBF: Por isso que nenhuma criança aprende o alemão, na igreja, tudo é feito em português... e

<p>kiner já kair Düütsch meir</p> <p>[Wij sin forjâgt woora]</p> <p>GD: Kiner wat Düütsch leire wile multe, multe dai fâter un muter Düütsch waite den leire dai nog wat</p> <p>NBF: Já.</p> <p>Entrevistadora: Al beit multe's den waite, já? Lount ni blous air urer ...</p> <p>GD: Al beit multe's den</p> <p>NBF: já.</p>	<p>por isso que ninguém aprende mais o alemão.</p> <p>[interferência de outro]</p> <p>GD: As crianças que querem aprender pomerano precisam, precisam ter pai e mãe que saibam pomerano aí ainda aprendem alguma coisa.</p> <p>NBF: É.</p> <p>Entrevistadora: Todos os dois precisam saber? Um só não adianta ou ...</p> <p>GD: Os dois precisam saber.</p> <p>NBF: sim.</p>
---	--

Fazendo-se uma síntese desta Seção, o que encontramos foi uma comunidade solidária ao bilinguismo e favorável à implementação de políticas linguísticas de valorização da língua pomerana. Acompanhando os resultados obtidos na Seção anterior, os grupos III e IV se mostram mais solidários ao pomerano, enquanto os grupos I e II estão mais ligados ao português. O preconceito linguístico se mostrou responsável pelo estigma que o G-II atribui ao pomerano. As competências em pomerano de G-I e G-II são criticadas pelos grupos mais velhos, que confessam não saber bem o português. Quanto à mistura de línguas, é uma prática comum dos grupos I e II, mas não do G-III e G-IV, que veem essa prática com desconfiança.

Diante do exposto, na próxima Seção, analisaremos os domínios e os usos que se fazem das línguas pomerana e portuguesa na comunidade pesquisada.

5.1.3 Os domínios e as funções sociais das línguas pomerana e portuguesa

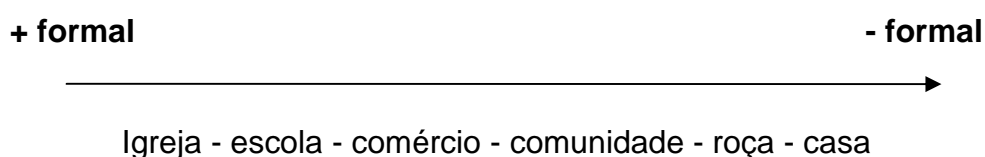
Neste tópico, analisaremos os domínios e as funções sociais da língua pomerana na comunidade pesquisada.

Para que pudéssemos empreender essa análise, várias perguntas foram feitas durante as entrevistas, tais como: (a) *Seus vizinhos são todos pomeranos?* (b) *Que língua você usa para falar com eles?* (c) *Na igreja, qual língua foi usada no catecismo?* (d) *O que é melhor: que o pastor faça a mensagem em pomerano ou português? O que o senhor(a) entende melhor?* (e) *Na roça, durante a capina, por exemplo, vocês conversam em que língua?* (f) *E para negociar a mercadoria, na CEASA ou aqui mesmo? qual a língua empregada?* (g) *E para vender um terreno, você acerta os detalhes em que língua?* (h) *Você acha importante que nas lojas e supermercados tenha alguém que fale pomerano? Você pede as mercadorias em pomerano ou português?* (i) *Em casa, todos falam pomerano?* (j) *Vocês falam só pomerano em casa ou também usam o português?* (k) *Quando você sonha, o faz em que língua?* (l) *Sua oração é feita em pomerano ou português?* (m) *Você briga com seus filhos em que língua?* (n) *Você namorou/namora em que língua?*

Com essas perguntas, pretendíamos entender onde e em que funções as línguas pomerana e portuguesa são empregadas.

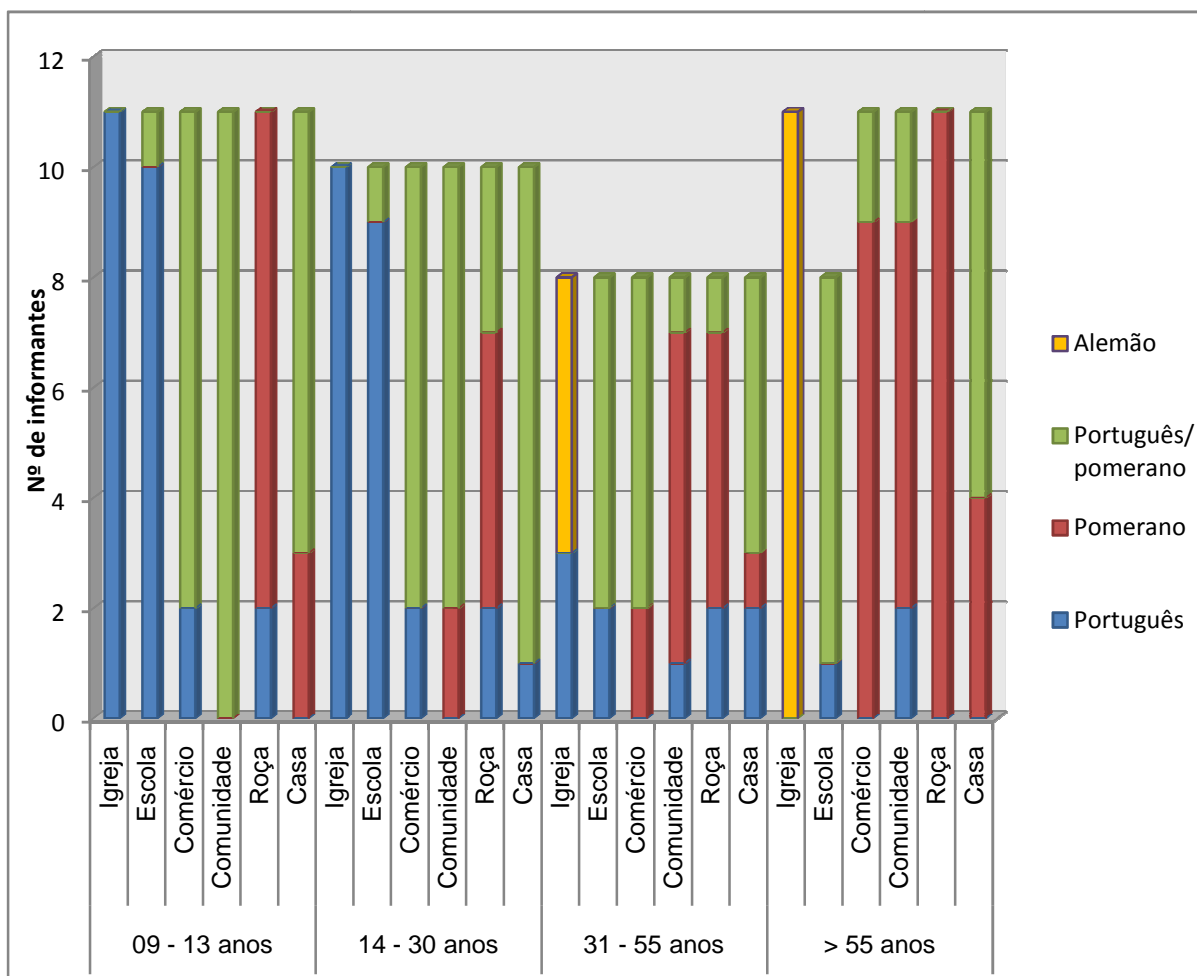
Na Figura a seguir, elaboramos uma escala com seis âmbitos importantes para a vida do camponês pomerano. Se colocados num *continuum*, teremos:

FIGURA 4: *Continuum* de âmbitos da vida do pomerano campesino.



As línguas usadas nos ambientes pelos quais circula o pomerano santa-mariense podem ser vistas no próximo Gráfico.

GRÁFICO 5: Âmbitos sociais das línguas faladas na comunidade.



Esse gráfico nos traz muitas informações; portanto, vamos analisá-lo por partes, indo do domínio mais formal para o menos formal. Liderando o primeiro âmbito, temos a Igreja.

No âmbito religioso, os que têm mais de 50 anos foram totalmente assessorados em língua alemã.

Excerto 21	Excerto 21 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Wat däire dai lüür hübscher fijne früer: Düttsch urer Pomerisch? Wat wäir, wen man Düttsch fortele däir wäir man meir ...</p> <p>HGH (51,4,F): Uhum.</p> <p>Entrevistadora: urer Pomerisch wäir man meir? wat...</p>	<p>Entrevistadora: O que as pessoas achavam mais bonito antigamente: alemão ou pomerano? O que era, se falássemos alemão éramos mais [considerados]...</p> <p>HGH: Uhum.</p> <p>Entrevistadora: ou éramos mais [considerados] falando pomerano? o que...</p>

HGH: D ü tsch	HGH: Alem ã o.
RHF (51,3,M): D ü tsch w ä ir man meir.	RHF: Com alem ã o é ramos mais [considerados].
Entrevistadora: D ü tsch w ä ir beeter?	Entrevistadora: O alem ã o era melhor?
HGH: Uhum. W ä ir meir ansaie, j ä .	HGH: Uhum. O alem ã o era mais bem visto, sim.
Entrevistadora: Un bij de kirch w ä ir dat meir D ü tsch urer w ä ir d ä r uk Pomerisch mang, urer w ä ir dat portugijsich?	Entrevistadora: E na igreja era mais em alem ã o ou tamb é m tinha pomerano, ou era em portug u ês?
HGH: Dat w ä ir ales D ü tsch.	HGH: Era tudo alem ã o.
Entrevistadora: Ales?	Entrevistadora: Tudo?
HGH: Ales, j ä .	HGH: Tudo, sim.
Entrevistadora: Dai preeg?	Entrevistadora: A pr é dica?
HGH: Dai preeg un dat ales w ä ir D ü tsch fon dai praistes. konfirmande leiren, dat w ä ir ales, ales D ü tsch, Hougd ü tsch.	HGH: A pr é dica e tudo mais dos pastores era em alem ã o. Ensino confirmat ó rio, isso era tudo, tudo em alem ã o, alto-alem ã o.

Já os entrevistados da faixa etária que compreende os 31-50 anos vivenciaram uma mudança quanto ao uso do alemão. Na sua época de ensino confirmatório, ou seja, quando tinham entre 12 a 15 anos, alguns foram atendidos nessa língua; outros, em português. Os grupos I e II, isto é, aqueles que têm menos de 30 anos, já foram totalmente atendidos em português.

Uma de nossas informantes contou-nos como foi essa transiço.

Excerto 22	Excerto 22 - Traduço livre
Entrevistadora: Uhum. Un dai kirche, denke jij dai h ä we uk mit hulpe d ä r tau [taum meir brasili ä nisch reeren], dat dat mit ais uut ...	Entrevistadora: Uhum. E a igreja, voc ê acha que ela tamb é m contribuiu para isso [para o aumento do uso do portug u ês], que isso de repente ...
RHF(51,3,M): Main ni, dai kirch, denk ni...	RHF: Acho que n ã o, a igreja, penso que n ã o...
HGH (51,4,F): Ä wer w ä tst du wat, dai kirch het den m ü st. Dat w ä ir naquela é poca, wou dat sou w ä ir ... oiwer dat... brasili ä nisch... ah... so ine konfirmande dat D ü tsch blous ü mer leire, un in dai brasili ä nisch schaul w ä ir brasili ä nisch leirt, dat d ä ir sich ni meir t ' houp, dai d ä ire den tau rest ni meir, dat d ä ir ni meir t ' houp	HGH: Mas, sabe de uma coisa, a igreja ent ã o teve que [usar o portug u ês]. Isso foi naquela é poca, isso era assim... assim quando... portug u ês... ah... assim no catecismo somente se aprendia o alem ã o e a escola brasileira era portug u ês, á isso n ã o se juntava, á por fim isso n ã o juntava
RHF: t ' houp steele	RHF: se juntava

<p>HGH: ni t'houp gâe koine</p> <p>Entrevistadora: Uhum</p> <p>HGH: Weegen dai wäire den sou, un dai kirche uk, dai kiner däire ine schaul den dat brasiliänisch leire un wen dai kirche den nog blous Düütsch wäire, den däire dai, dai junge lüür däire dat den al ni meir forstâe... Un dâr is den dat bij koome dai ule sin den langsâm doud bleewe, un dai junge häwe dat brasiliänisch meir weirt geewt, un dâr bij is dat tröichuut gâe.</p> <p>Entrevistadora: Un wou, duu däist dun Katekismus gäwe, jâ?</p> <p>HGH: Uhum.</p> <p>Entrevistadora: Un dun wäir dat... hast du dâr nog Düütsch mang?</p> <p>HGH: Dun wäir dat jâ grâr dat ik, dârweegen wait ik dat so genau. Dun wäir dat grâr dat sich dat "transforma" däir tau dat aners, weegen dun wäir't sou, ik häw müst ales brasiliänisch mâke, grâr dat "Fater Unser" häw ik eer leirt up Düütsch, dat dat nog, dat's nog as air bits wat wüste. Dun wules nicht meir waite fon dem Düütsche. Dat is for mij aine sacrificjs wäst, weegen ik har ales up Düütsch leirt, un nu taum ik... dat ales up brasiliänisch leiren häw ik müst uk nog as seir tau leire, dârweegen wait ik dat sou genau.</p> <p>Entrevistadora: Dun häst duu müst dai geboute nog ale nog ais leire?</p> <p>HGH: Jâ, dun häw ik müst dat ales nâleire kanst säge, dat ik dat weera wüst. Fon dai tijd an is dat sou, kanst säge. Dun hät sich dat inert, dun müst man anhule mit dem Düütsche weegen dai forstüüne dat ni meir. Forstüüne dat ni meir, un gaiwe dat uk kaine weirt meir dat wäir nu ales brasiliänisch, as dai grout schaul meir anfänge hât, dai "ginásio" sääres den jâ, wat dai "faculdade" wou man ni sägt, dun däire's de lüür säge dat müst ales brasiliänisch sin, un dai junge lüür gaiwe dem kaine weirt meir.</p>	<p>HGH: não podia se juntar</p> <p>Entrevistadora: Uhum</p> <p>HGH: Porque era assim, e a igreja também, as crianças aprendiam o português na escola e se então as igrejas só fossem em alemão, aí eles, aí as pessoas jovens não entendiam mais isso... e se juntou a isso que os velhos iam morrendo, e os jovens deram mais valor ao português, e assim isso regrediu.</p> <p>Entrevistadora: E como você dava catecismo naquela época, né?</p> <p>HGH: Uhum.</p> <p>Entrevistadora: E então era... você ainda usava o alemão?</p> <p>HGH: Foi justamente naquela época, que eu, por isso eu sei disso tão direitinho. Naquela época isso estava justo se transformando para outra [língua], porque então era assim, eu tive que fazer tudo em português, somente o Pai nosso eu os ensinei em alemão, para que isso, para que ainda soubessem um pouquinho. Naquela época não queriam saber mais nada do alemão. Isso foi um sacrifício para mim, porque eu aprendi tudo em alemão, e agora para eu... ensinar tudo em português, eu tive que estudar mais, por isso sei disso tão direitinho.</p> <p>Entrevistadora: Naquela época você teve que reaprender todos os mandamentos?</p> <p>HGH: Sim, naquela época eu tive que reaprender tudo, para que eu soubesse de novo. Daquela época é assim, pode se dizer. Aí mudou tudo, aí tivemos que parar com o alemão, porque não entendiam mais [o alemão]. Não entendiam mais e não davam mais valor, aí era tudo português, quando a escola grande [Ensino fundamental II] começou, ginásio eles diziam, que a faculdade ou como podemos falar, aí as pessoas falavam que tudo tinha que ser em português, e os mais jovens não davam mais valor [ao alemão].</p>
---	--

Conforme se observa no relato, essa mudança não foi fácil, sobretudo para a professora, porque ela teve que reaprender todo o conteúdo que ensinava até então em alemão. Esse domínio, portanto, era da língua alemã e passou a ser da língua portuguesa. Essa mudança ocorreu há umas duas décadas, na comunidade de Caramuru. O excerto 22 mostra que essa mudança ocorreu devido à disparidade

entre o ensino escolar e o religioso. Cada um estava ocorrendo em uma língua diferente.

Com respeito ao âmbito da escola, até 2010, o pomerano não era ensinado aí; apenas alguns informantes do G-I relataram ter tido aulas dessa língua em outras escolas unidocentes do interior, que eles frequentaram antes de chegar à escola estadual do centro de Caramuru.

O Gráfico 5 nos mostra que, nos grupos III e IV, há apenas uma pequena entrada do português, e isso se deve ao fato de que (1) os alunos eram proibidos de falar em sala durante a aula; por isso quase não aprenderam português; (2) os alunos brincavam e conversavam na hora do intervalo em pomerano com seus pares; daí a forte presença dessa língua. Nos grupos I e II, por outro lado, apenas uma ínfima minoria ainda usa o pomerano com seus colegas de escola. A comunicação é quase totalmente feita em português. Pela Observação Participante, vimos que a língua pomerana só é usada nesse contexto para fins de humor.

Com respeito ao âmbito do comércio, este traz uma dinâmica linguística interessante. No G-IV, esse âmbito era praticamente todo da língua pomerana; apenas uma pequena parte era bilíngue português/pomerano. No grupo III, a situação se inverte: a maior parte das transações comerciais se dá pelo bilinguismo pomerano/português e pela própria alternância dos códigos; o monolinguismo em pomerano é pequeno. No G-II, o monolinguismo em pomerano desaparece e, em seu lugar, chega o português. No G-I, a maior parte das transações é feita nas duas línguas, e uma pequena parte se faz em português.

O âmbito da comunidade, no G-III e G-IV, é majoritariamente monolíngue em pomerano. Já no G-II, a maior parte desse âmbito se desenvolve pelo bilinguismo pomerano/ português, chegando a 100% bilíngue no G-I.

A roça era um domínio 100% do pomerano, no G-IV; a partir do G-III, entretanto, o português aparece, mas o domínio continua sendo majoritariamente do pomerano até o G-I.

O âmbito da casa, o ambiente mais informal e importante para a manutenção linguística (WEINREICH, 1970 [1953]; APPEL; MUYSKEN, 1996), se mantém bilíngue nos quatro grupos etários.

Em síntese, chama a atenção o alto nível de bilinguismo presente em quase todos os âmbitos, à exceção dos mais formais, a igreja e a escola. O pomerano nunca foi a língua da igreja. A mudança do alemão para o português foi bem brusca. Não houve o pomerano para intermediar. Os pastores alemães morreram ou foram embora e os mais novos chegaram já introduzindo o português.

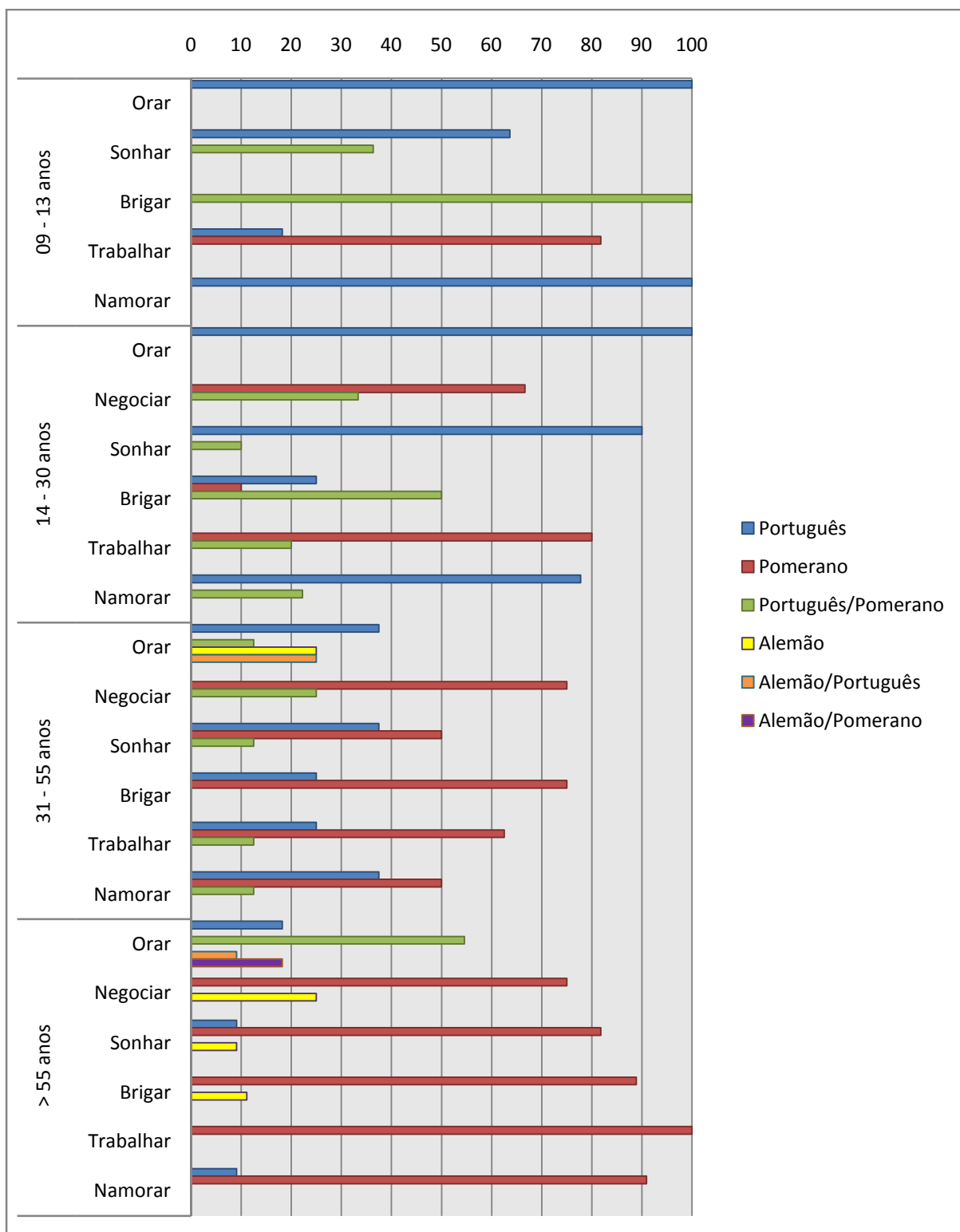
Conhecidos os âmbitos da comunidade, vamos às funções sociais desempenhadas pelas línguas pomerana e portuguesa.

Os entrevistados do G-III e G-IV informam-nos de que, nas suas gerações, o pomerano era usado em todos os lugares e o português era pouco utilizado.

Excerto 23	Excerto 23 - Tradução livre
Entrevistadora: Früüer, däire dai lüür meir Pomerisch reere as hüüt?	Entrevistadora: Antigamente, as pessoas falavam mais pomerano que hoje?
TGS (51,4,F): JÄ.	TGS: SIM.
Entrevistadora: Wu däir man dat Pomerisch höire? Ale weegen?	Entrevistadora: Onde podíamos ouvir o pomerano? Em todos os lugares?
TGS: Ale Weegen.	TGS: Todos os lugares.
AS (54,4,M): Ale weegen.	AS: Todos os lugares.
TGS: Wou man güng un stün, bijne kirche, bijne feste, wäir ales Pomerisch.	TGS: Aonde quer que fossemos, na igreja, nas festas, em todo lugar era pomerano.
Entrevistadora: Un, in dai tijd, up brasiliänisch?	Entrevistadora: E, naquela época, em português?
AS: Gans wenig.	AS: Bem pouco.

Hoje, entretanto, como estamos numa fase intensa do bilinguismo pomerano/português, em que vários âmbitos têm sentido a chegada do idioma brasileiro oficial, é preciso verificar as funções desempenhadas por cada uma das línguas que compõem o repertório linguístico da comunidade. No gráfico 6, a seguir, fazemos essa apuração.

GRÁFICO 6: Funções sociais das línguas pomerana e portuguesa, por faixa etária (%).



De fato, o português quase não aparece no G-IV, mas, à medida que as idades decrescem, diminui o uso do pomerano. No G-IV, tarefas como *negociar*, *sonhar*, *brigar*, *trabalhar* e *namorar* são feitas quase que totalmente em pomerano. Abrimos aqui um parênteses para explicar a diferença entre *negociar* e *trabalhar*. Este trata

do trabalho braçal da roça, enquanto aquele versa sobre a comercialização, compra e venda, de produtos e mercadorias no campo e na cidade.

A função *orar* - aqui não entramos no mérito orar aonde? Em casa ou na igreja? - é uma função que envolve, além do pomerano, o português e o alemão. No G-III, o pomerano também prevalece em todas as funções, exceto na função *orar*, apenas com menos intensidade do que no G-IV. A oração continua sendo uma tarefa multilíngue, mas o português se destaca nessa função. No G-II, *namorar*, *sonhar* e *orar* são funções que passam a ser majoritariamente ou exclusivamente portuguesas. *Trabalhar* e *negociar*, no entanto, continuam sendo atividades desenvolvidas em pomerano. Já *brigar* é uma atividade bilíngue português/pomerano, nesse grupo.

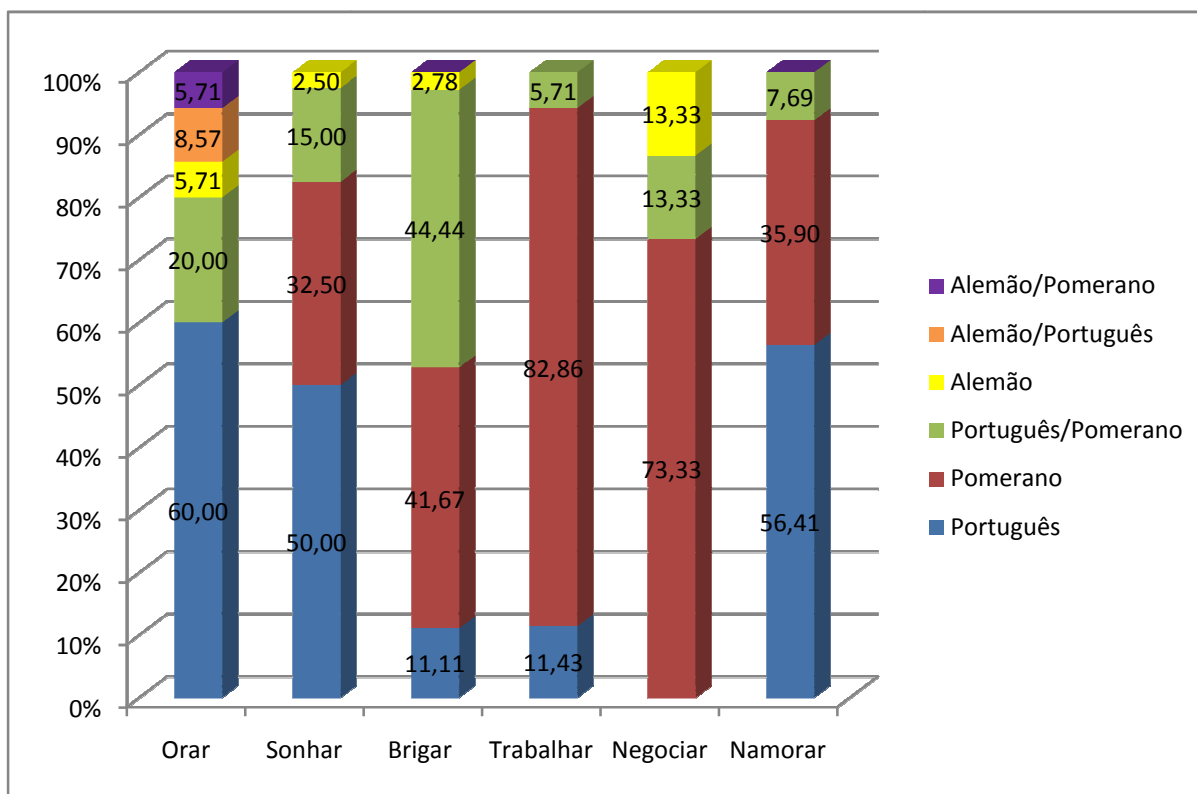
Por fim, no G-I, a função *negociar* não aparece porque essa atividade ainda não se faz presente nessa faixa etária. *Trabalhar* é a única tarefa em que aparece o monolinguismo em pomerano. *Namorar* e *orar* são atividades puramente desenvolvidas em português; a função *brigar* é completamente bilíngue em português/pomerano. E, por último, *sonhar* é uma função mais portuguesa, mas o bilinguismo também aparece nessa atividade.

Chamam a atenção as funções *trabalhar* e *negociar*, que foram e se mantêm pomeranas, majoritariamente. Essas funções são lideradas e dirigidas pelos homens. Assim, este resultado corrobora o obtido no tópico 5.1.1, quando falávamos da diferença do comportamento linguístico, se a olharmos pela perspectiva do gênero/sexo, principalmente, do G-II.

Outra atividade que merece atenção é *namorar*. Essa função, que pode unir dois indivíduos no casamento, passou de quase totalmente pomerana para completamente portuguesa no G-II. Se os casais começam sua vida nessa língua, pode ser que a mantenham em casa, após o ingresso efetivo na fase adulta, que ocorre após o rito do casamento. Isso não pode ser controlado nessa pesquisa, nem mesmo pela Observação Participante.

Vamos agora às porcentagens gerais das funções, para verificar outros dados que até agora não puderam ser visualizados.

GRÁFICO 7: As funções sociais das línguas pomerana e portuguesa.



Esse gráfico é muito interessante. Aqui podemos visualizar melhor as atividades. *Sonhar* é uma função bastante íntima e, por isso, sua mudança de pomerano para português também deve ser observada com atenção. *Brigar*, do mesmo modo, é uma função muito pessoal, pois não há controle emocional, numa briga. A razão sai e entra a emoção. Neste último caso, o monolinguismo em português está num nível muito baixo.

Vimos até onde e para quê as línguas pomerana e portuguesa são usadas. E o *quem* também interfere na escolha linguística, estudada na Seção 3.2.7.3. A escolha da língua a ser usada numa dada interação depende de vários fatores, como a situação, os participantes, o conteúdo/tema da conversa e a função da interação. Com os dados que analisamos até agora, podemos dizer que: (1) em relação à situação, quanto maior a informalidade, maior é a presença do pomerano; (2) em relação aos participantes, quanto mais novos e escolarizados, mais preferem o português, sendo o sexo feminino quem lidera essa preferência; (3) no que tange ao tema, viu-se que, com relação aos conteúdos relacionados ao trabalho e à negociação de mercadorias, mais se usa o pomerano; e (4) quanto a função da interação nos mostra que, para criar distância cultural do grupo pomerano na

sociedade externa, usa-se o português; mas quando o desejo é aproximar-se do grupo étnico, o pomerano é acionado.

Apesar de ser filtrada por esses quatro fatores, vimos, no Capítulo 3, que a escolha linguística é muito rápida, quase automática. Isso porque é um comportamento internalizado. Por exemplo, na comunidade pomerana, sabe-se que é adequado falar com os mais velhos em pomerano. É considerado um desrespeito não fazê-lo. JSS (14,6,M) diz que é preciso falar pomerano com os pomeranos e português com os brasileiros. Vejamos:

Excerto 24	Excerto 24 - Tradução livre
Entrevistadora: Wen jij fortele dau sou upm fest? Wat daue jij laiwer fortele?	Entrevistadora: E quando vocês conversam nas festas? O que vocês preferem falar?
JS (14,6,M): Kūmt up an mit wem dat wij fortele daue.	JS: Depende com quem estamos conversando.
IH (13,6,M): [...]	IH: [...]
IaH (13,6,M): [...] wen's Dүүtsch waite den daue wij Dүүtsch reere, wen ni den aners	IaH: [...] se entendem pomerano, aí [falamos] pomerano, se não, aí é diferente [português]
JSS: Mit Dүүtsch lүүr, reert man Dүүtsch wat anerd sin reert man aners.	JSS: Falamos pomerano com os pomeranos e os que são outros falamos diferente.

Não restam dúvidas sobre o bilinguismo da comunidade. Mas, afinal, trata-se de uma comunidade diglössica?

Tressmann (2005) acredita que sim. Com base no conceito fergusoniano (1959), esse autor aponta que o pomerano seria a variedade Baixa (B) e o português seria a Alta (A), lembrando que B é a variedade de menor prestígio, baixa estandardização, usado somente no âmbito informal e adquirido naturalmente sem interferência da instituição escola; A seria o oposto. Segundo Ferguson (1974 [1959]), não há sobreposição das línguas nos âmbitos sociais.

Com respeito a Caramuru, não seria correto dizer que estamos diante de uma comunidade diglössica, pelo conceito fergusoniano, inclusive porque não estamos lidando com "duas variedades de uma [mesma] língua" (FERGUSON, 1974 [1959], p. 99), como quer o autor. Estamos aqui falando de duas línguas de famílias completamente diferentes: uma latina e outra germânica. Acresce-se a isso o fato de

que o pomerano e o português são usados em praticamente todos os âmbitos e funções sociais. Certamente, a língua pomerana tem características a que Ferguson (1974 [1959]) atribui como variedade B, como, por exemplo, a padronização: B não teria tradição escrita.

Conforme expusemos no Capítulo 3, Fishman fez uma revisão do termo fergusoniano de *diglossia* e o relacionou ao bilinguismo. Nossa comunidade é bilíngue mas não diglósica³⁶, e essa situação é, para Fishman (1979), instável. Segundo ele, comunidades nessa condição não demoram a se reorganizar para se tornar outra. Fishman (1979) afirma que, numa comunidade bilíngue sem diglossia, qualquer variedade pode ser usada para qualquer finalidade. Nesse caso, o autor aponta para a substituição linguística. Mas também não é exatamente isso o que ocorre em Caramuru. A escola e a igreja são âmbitos formais, dominados pelo português, e os outros ambientes são bilíngues. Assim, se fôssemos classificar nossa comunidade como diglósica, teríamos que nos basear no conceito de *diglossia* reformulado por Fasold (1996). Para este autor, é possível que duas diferentes línguas sejam usadas em uma situação de diglossia. Para ele,

La DIGLOSLIA AMPLIA consiste en reservar los segmentos más estimados del repertorio linguístico de una comunidad (que no son los primeros que se aprenden, sino que se aprenden más tarde y más concientemente, normalmente en la educación formal) para las situaciones que se sienten como más formales y distantes, y reservar los segmentos menos valorados (que son los primeros que se aprenden, con poco o ningún esfuerzo consciente), los cuales pueden tener cualquier grado de relación lingüística con los segmentos más valorados (desde diferencias estilísticas hasta ser diferentes lenguas), para las situaciones percebidas como más informales e íntimas (FASOLD, 1996, p. 100).

Por fim, a comunidade santa-mariense é bilíngue e diglósica nos termos de Fasold (1996). Vejamos, a seguir, como se constitui esse bilinguismo.

³⁶Fishman (1979) compartilha com Ferguson (1974 [1959]) a ideia de distribuição funcional de A e B na comunidade linguística. Ambos acreditam que A é mais formal e B menos formal.

5.1.4 O pomerano e o português: bilinguismo estável ou subtrativo?

Desde o início de nossa análise, estamos usando o termo *bilinguismo*. Sabemos que o bilinguismo é um fenômeno decorrente do contato de duas línguas; no nosso caso, o pomerano e o português.

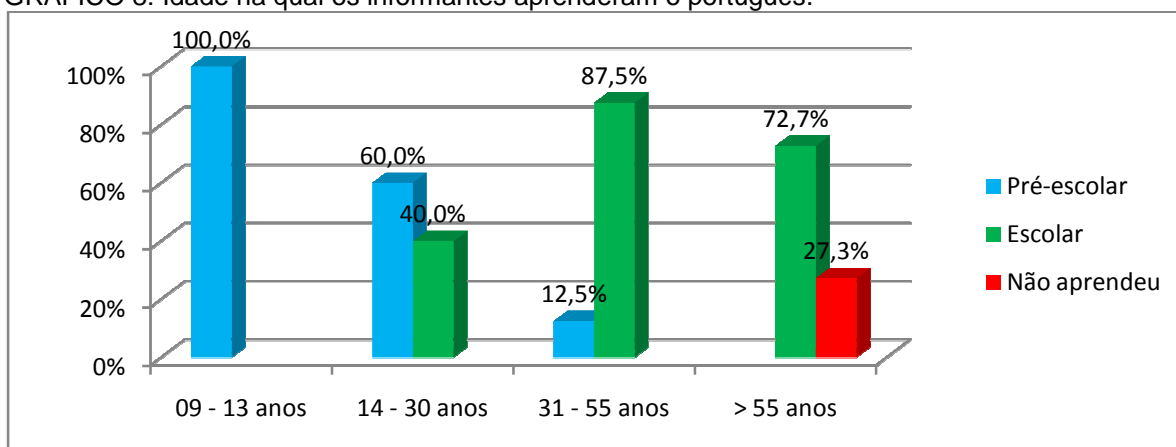
Não nos basta, no entanto, conceber o bilinguismo de maneira superficial. Por isso, entre os nossos objetivos estão: (1) entender quando as línguas oficial e de imigração são adquiridas e em que contexto; (2) verificar a fluência dos informantes: se são ativos ou receptivos; e (3) averiguar se o pomerano está ou não sendo mantido na comunidade.

Para que pudéssemos obter tais dados, elaboramos algumas perguntas, como as que seguem: (a) *Qual a sua língua materna?* (b) *Aprendeu a ler e escrever em que língua?* (c) *Até hoje estão ensinando o pomerano aos mais novos?* (d) *A língua pomerana continua sendo a primeira língua das crianças?* (e) *Toda a sua família fala pomerano? E o português? Onde aprenderam? Com que idade?* (f) *Usa ambas as línguas?*

Com base nas respostas dadas a essas perguntas, esperamos conhecer melhor a situação e o grau de bilinguismo da comunidade.

Conforme vimos na Tabela 2, apresentada na seção 5.1.1, 85% da comunidade de Caramuru é bilíngue português/pomerano, segundo a amostra analisada. Mas onde e com que idade cada uma dessas línguas foi adquirida? Essas questões podem ser respondidas pelos gráficos a seguir.

GRÁFICO 8: Idade na qual os informantes aprenderam o português.



Segundo esse gráfico, foi o grupo III que começou a falar português em casa com as crianças. O grupo II deu continuidade a esse processo. Uma causa parece óbvia: o G-III sofreu na escola e não quis o mesmo 'destino' para os filhos. Houve uma mudança na comunidade no que tange ao aprendizado do português. No G-IV, ainda encontramos pessoas monolíngues em pomerano ou bilíngues em pomerano/alemão, conforme vimos na Tabela 2 e vemos também na coluna verde do gráfico acima pessoas que não aprenderam o português (27,3%). Estas dizem que na sua época o português não era tão comum como é hoje. Devemos entender como se deu essa aquisição e o excerto a seguir nos dá pistas.

Excerto 25	Excerto 25 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Früüer, denke jij dat Pomer wäir meir "usad" as hüüt, wäir huifiger as hüüt urer...?</p> <p>RHF (51,3,M): [ni taum forstâen]</p> <p>HGH (51,4,F): Dun wäir dat huifiger. Dun wee io, vets da meista hewva io goni dat brasilianesch leed, ne, weha sin io no ulla luur wat ka brasilianesch koina. U dun wee dat see, see, hut is dat all see, see desprezad wora, dat Pomerisch u dat Hougdüütsch, is see desprezado.</p>	<p>Entrevistadora: Antigamente, vocês acham que o pomerano era mais usado que hoje em dia, era mais comum que hoje ou...?</p> <p>RHF: [não compreensível]</p> <p>HGH: Era mais usado. Naquela época, sabe a maioria nem aprendeu o português, né? ainda tem os velhos que não falam português. E, então, era muito, muito, hoje já está sendo muito desprezado, o pomerano e alemão, é muito desprezado.</p>

A aprendizagem do português pelos informantes do grupo IV, se aconteceu, aconteceu no contexto escolar, por volta dos sete anos de idade. Porque, segundo o excerto 25, o português não era sabido pelos pais e avós, familiares mais velhos, então, não havia outra possibilidade de aprendê-lo senão na escola.

No grupo III, a maioria (87,5%) também aprendeu o português em contexto escolar. Apenas 12,5% o aprendeu no ambiente familiar. No grupo II, a situação se inverte: 40% o adquire em ambiente escolar e a maioria, 60%, aprende o português antes de entrar na alfabetização, na família. Por fim, no G-I, 100% dos informantes aprenderam o português em idade pré-escolar, ainda no seio familiar.

Esses dados nos mostram que passamos da condição de bilinguismo tardio sucessivo, quando se aprende uma L2 depois dos cinco anos de idade, para o bilinguismo precoce simultâneo (DE HEREDIA, 1989). Na prática, isso significa que as crianças da comunidade pomerana estão aprendendo ambas as línguas antes dos cinco anos de idade, simultaneamente. O alto índice de mistura das duas línguas, visto na seção 5.1.2, pode ser atribuído a essa aquisição simultânea.

Quanto ao pomerano, queríamos ver se ela é a língua primeira, apesar do bilinguismo precoce simultâneo. Nesse sentido, perguntamos aos nossos informantes qual foi dentre as línguas que falam a primeira a ser adquirida. O resultado se vê na tabela a seguir:

TABELA 4: L1 dos descendentes de pomeranos.

Língua materna	Pomerano	Português	Pomerano e português	Pomerano e um dialeto alemão	Total
Faixa etária					
9-13 anos	3		8		11
14-30 anos	4	2	4		10
31-55 anos	6		1	1	08
> 55 anos	11				11
Total	24	03	12	1	40

Na tabela acima, podemos confirmar o que já era de se supor: o G-IV aprendeu primeiro o pomerano. O G-III, em sua maioria, também aprendeu primeiro o pomerano (6/8), mas também teve quem aprendeu o pomerano e outra língua germânica ou quem aprendeu o pomerano e o português junto, já apontando para uma mudança. É interessante deixar claro que, o entrevistado que aprendeu a língua de imigração e a língua oficial juntas é uma das pessoas mais novas deste grupo (RVP,31, 8, F). No G-II, o que até aqui revelou os piores índices com relação ao pomerano, tem o mesmo número de pessoas que aprenderam primeiro o

pomerano (4/10) e que aprenderam o português e o pomerano juntos (4/10). Nesse grupo, outra vez, tem uma novidade: dois já aprenderam primeiro o português. De fato, há uma ruptura entre o G-III e o G-II. A escolarização que aumentou muito nessa fase contribuiu para isso. Os pais, como já dissemos, não queriam que seus filhos passassem pelo mesmo preconceito, no entanto, também não deixaram de ensinar o pomerano. No G-I, apenas a minoria aprendeu primeiro o pomerano; a maioria aprendeu as duas línguas, pomerano e português, juntas (8/11).

Interessante pensar que mesmo aquela minoria do G-II que adquiriu primeiro o português, também aprendeu o pomerano. Isso mostra, sobretudo, a força daquela sociedade e a importância e o impulso que ela dá para que seus integrantes mais novos continuem a aprender sua língua de imigração.

Em 2005, Tressmann estimou que apenas 40% das crianças adquiriam ambas as línguas simultaneamente. Hoje vemos que esse número chegou aos 100%. Daí podemos inferir uma ordem crescente e gradual da entrada do português nos lares. Sabemos que esse é o âmbito mais importante para a manutenção linguística. Os dados apontam que o bilinguismo está presente nesse espaço, conforme se viu na seção 5.1.3.

Sendo as línguas aprendidas simultaneamente, como deve estar a competência dos informantes nesses idiomas? Em 5.1.1, mostramos que a competência em pomerano oscila entre 100%, no G-IV, e 72,7%, no G-I; já a competência em português fica entre 18,2%, no G-IV, e passa para 100%, no G-I.

De fato, temos no G-IV monolíngues em pomerano ou, no máximo, bilíngues ativos em pomerano e passivos de português. No entanto, o restante do grupo é bilíngue precoce simultâneo equilibrado (DE HEREDIA, 1989), ou seja, tem as habilidades receptivas e produtivas em ambas as línguas.

Quanto ao tipo, trata-se de um bilinguismo aditivo, em que a língua portuguesa é acrescida ao repertório linguístico da comunidade, ou de um bilinguismo substrativo, em que a língua oficial está adentrando na comunidade para tomar o lugar da língua de imigração? Pelos dados que temos até agora, não temos como responder se se trata de adição ou de subtração, pois não há evidências de que o pomerano já tenha

sido substituído pelo português. Sabemos apenas que passamos do monolinguismo em pomerano para o bilinguismo, e isso nos leva a pensar que se trata de um bilinguismo aditivo. Essa introdução do português, por si só, não quer dizer necessariamente que esteja havendo um processo de subtração do pomerano. Seria uma discriminação proibir o uso da língua oficial na e pela comunidade. Os pomeranos santa-marienses residem no Brasil e não só podem como devem aprender também o português, para que possam gozar dos direitos que o Estado brasileiro tem a lhes oferecer. Em suma, seria inconcebível ignorar o português. Uma atitude separatista poderia acabar com o pomerano mais rapidamente do que a inclusão da língua oficial.

Também não podemos garantir que o bilinguismo aditivo que ora encontramos seja estável, ou seja, que a aprendizagem do português acontecerá sem a perda futura do pomerano. Nossos dados mostram que o bilinguismo já está em praticamente todos os âmbitos e funções da comunidade. Essa fase pode ser tanto transitória como estável. Sendo o português a língua oficial e de maior prestígio no país e tendo a língua pomerana a solidariedade e a lealdade do seu grupo étnico, não há por que haver substituição. Em contrapartida, os estigmas que a língua carrega podem atrapalhar a manutenção linguística. Conforme vimos na seção 5.1.2, as atitudes linguísticas variam de acordo com a faixa etária, a escolaridade, o gênero/sexo, etc., dos membros da comunidade, e são altamente influenciadas pelo preconceito linguístico. Havendo preconceito, as chances de substituição são maiores, conforme nos revelam os dados do G-II, expostos em 5.1.2. A manutenção do pomerano será garantida com a sua valorização pelos órgãos públicos, pela escola e, principalmente, pela própria comunidade. Essas atitudes positivas, como sabemos, são influenciadas por muitos fatores. Então, agora, temos que lutar para que a valorização e o uso da língua pomerana cresça, ou ao menos continue, principalmente, no âmbito da comunidade, e também na sociedade em geral.

Entretanto, voltaremos a essa discussão no tópico 5.1.7. A seguir, vamos conhecer como se estruturam as redes sociais da comunidade linguística em estudo.

5.1.5 As redes sociais da comunidade linguística

Na seção 3.2.3 vimos que as redes de relacionamento inter e intragrupo influenciam no comportamento linguístico dos falantes. De acordo com Milroy (1987 [1980]), as redes de relacionamento dos membros de um grupo funcionam como reforço de seus valores linguísticos e culturais. Sendo assim, valemo-nos dessa noção antropológica no intuito único de verificar como se articulam os relacionamentos entre os sujeitos da comunidade pesquisada: averiguar a densidade, a complexidade e o nível de contato entre os indivíduos do grupo e destes para com os outros. Objetivamos verificar se Caramuru é uma comunidade com rede densa ou frouxa, além de entender como se dão os agrupamentos em torno das línguas da comunidade, a fim de conhecer a influência dessa organização social sobre a manutenção/substituição do pomerano. Afinal, "uma rede social atua como um mecanismo de troca de bens e serviços e imposição de obrigações e conferência de direitos correspondentes sobre os membros" (MILROY, 1987 [1980], p. 47).

Os dados obtidos para essa análise foram conseguidos através das entrevistas, e também através da Observação Participante.

Conforme vimos na Seção 3.2.3 de Pressupostos Teóricos, as zonas de primeira e segunda ordem são as mais importantes para o ponto de ancoragem considerado. Em outras palavras, as pessoas que se ligam diretamente ao ponto focal estão na primeira zona e as que se ligam indiretamente com o ponto focal, mas diretamente com a primeira zona, estão na segunda ordem, são os mais influentes sobre o ponto focal. Então, no primeiro grupo podemos incluir os familiares, parentes e amigos com os quais mantemos relações diretas e constantes. Na segunda zona estão os "amigos dos amigos" (MILROY, 1987 [1980], p. 47). De acordo com essa autora, as duas zonas se ligam por meio de "vias", uma espécie de ponte, que pode ser unilateral ou múltipla.

Ao considerarmos a comunidade pomerana de Caramuru, verifica-se uma formação diferenciada de redes sociais de acordo com as faixas etárias. A categoria social

idade revela um aumento de contato com os não-falantes do pomerano, ou seja, revela a expansão das vias com os não-pomeranos e a incorporação do português nas redes densas do grupo. O que se vê, portanto, é uma reorganização social.

No excerto que segue, vemos a dinâmica dessa abertura do grupo.

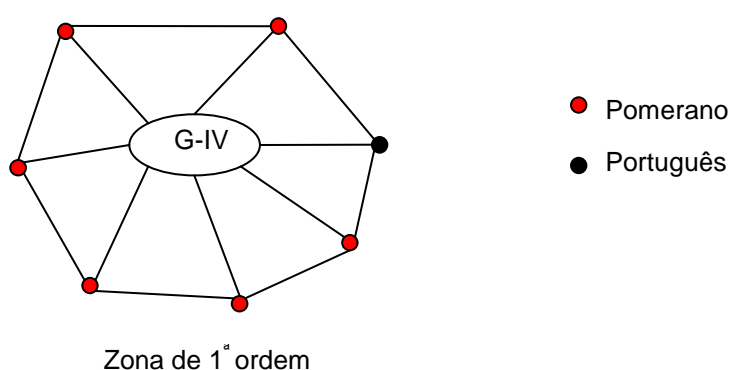
Excerto 26	Excerto 26 - Tradução livre
Entrevistadora: Un mit dij wäir dat uk sou, wen's duu dij aine katoulische rangire wulst, gaiw dat ni urer har dij papa un mama dâr as nicht...	Entrevistadora: E com você também era assim, se você queria arrumar um católico para você, isso não existia ou seu pai e sua mãe não tinham...
HBL (60,4,F): Dâr häwe sai as nicht oiwer sägt ni.	HBL: Eles não falavam nada sobre isso.
Entrevistadora: Un soun lüür wat meir swart sou sin, hara's dâr uk nicht geigen?	Entrevistadora: E essas pessoas mais negras, eles não tinham nada contra?
HBL: Dun wäir dat ni.	HBL: Isso não existia naquela época.
Entrevistadora: Dun wäir dat as ni?	Entrevistadora: Isso não existia?
HBL: Não. Dun wäire ni sou feel swart lüür as hüüt.	HBL: Não. Naquela época não tinha tantas pessoas negras como hoje.
Entrevistadora: Un hijr mang weniger?	Entrevistadora: E aqui no meio menos?
HBL: [Mökt nei mit dem cop]	HBL: [Balançou a cabeça negativamente]
LL (61,4,M): Gâr ni. Hijr däist waite uuner wou I.S... woone dâir, W.M... däist waite hijr boowen bet C.S. upe barg, dâr woont dâis, dâr woont dai,dâr woont dai,dâr woont dai.	LL: Nenhum. Aqui você sabia desde lá embaixo onde I.S. morava, W.M. sabia até aqui em cima no morro do C.S., onde mora esse, ali mora aquele, ali mora aquele, ali mora aquele.
Entrevistadora: Däire sich dai ale kene?	Entrevistadora: Todos se conheciam?
LL: Däire sich ale kene un wüste wee dâr woone dâir. Äwer HÜÜT, Ik wait ni wou feel dat hijr upm weeg woone bet Caramuru.	LL: Todos se conheciam e sabiam onde moravam. Mas HOJE, eu não sei quem mora no caminho daqui até Caramuru [centro; estávamos no interior].
Entrevistadora: Al anerd lüür mang koome.	Entrevistadora: Outras pessoas já se misturaram.
LL: Já.	LL: Sim.

Algumas pessoas entrevistadas do G-III, mas, principalmente do G-IV, mostram-se indignadas com o número de não-pomeranos que chegaram à comunidade e aí se instalaram. Neste ponto vale lembrar que, na comunidade, além da agricultura familiar, existem colonos *mais fortes* (BAHIA, 2011 [2000]), ou seja, aqueles com

maior poder aquisitivo: grandes propriedades, caminhões, etc, que contratam colonos *mais fracos* como diaristas ou como meeiros. Com a necessidade de mão de obra e a falta de pessoas da comunidade para supri-la, os colonos *fortes* começaram a trazer pessoas de outras comunidades. É comum, por exemplo, contratar mineiros para a colheita do café ou atrair pessoas de outros municípios capixabas, tais como Laranja da Terra e Itarana, muitos que também são pomeranos, e empregá-los em granjas ou como meeiros-agricultores. Além disso, a cerca de 02 km de Caramuru existe um pequeno lugarejo denominado Vila Nass, onde residem várias famílias de afrodescendentes. Estes são, a maioria, empregados de repartições públicas ou têm seu próprio comércio local e não falam o pomerano, mas conhecem algumas palavras ou entendem um pouco da língua de imigração.

Os mais velhos se mostram alheios a esses novos habitantes. Eles não os conhecem e não fazem contato com os novos moradores. O G-IV tem uma rede completamente densa, com agrupamentos múltiplos e com relações multiníveis. Em outras palavras, esse grupo trabalha, negocia, se relaciona e se diverte na comunidade, com pomeranos que são, ao mesmo tempo, vizinhos, familiares e amigos de longa data. Assim, sua rede fica com a seguinte configuração:

FIGURA 5: Rede social do G-IV.

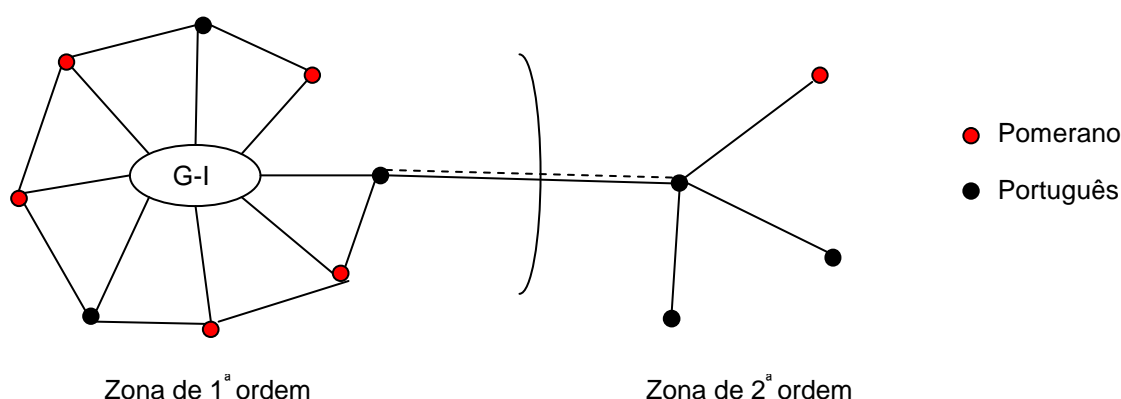


Os pontos vermelhos mostram a ligação direta com familiares, vizinhos e amigos, todos falantes do pomerano. O ponto preto revela que há dentro dessa primeira zona alguém que fala somente o português. Pode ser um vizinho ou um agregado da família. Não colocamos aqui uma zona de segunda ordem porque não parecem existir pontes entre eles e os outros; se existem, são muito sutis, visto que o

multinivelamento das relações lhes são suficientes para a complexidade de sua vida. Tudo é resolvido no grupo. Isso não significa que não existem pessoas falantes do português conhecidas pelo grupo IV; elas existem, mas não alteram a configuração dessa rede, que é bastante densa.

Do G-IV ao G-I, guardadas as devidas proporções da interferência da idade no número e no nível de contatos, há uma crescente abertura da rede, visto que encontramos, entre as crianças e adolescentes, um maior número de contatos com pessoas não-pomeranas. Claro que, por se tratar de crianças, os níveis da relação se limitam à família e aos amigos, colegas de escola. Assim, temos uma rede com duas zonas importantes. Na primeira, há uma presença forte do pomerano, mas há também uma presença significativa do português, de pessoas que falam essas línguas, queremos dizer. Já na segunda ordem ocorre o mesmo. Com os amigos dos amigos, há uma presença forte do português.

FIGURA 6: Rede social do G-I.



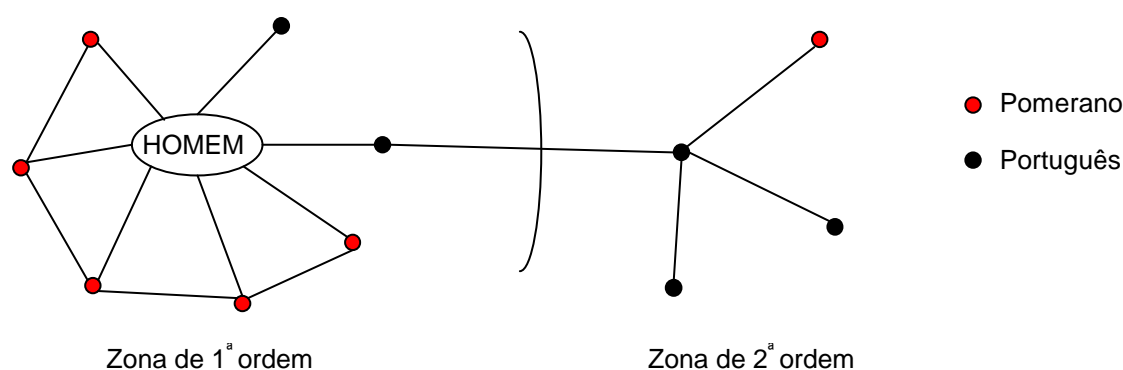
Os grupos II e III estão entre os dois constructos anteriores, ou seja, abrem-se gradualmente. Seja pela entrada de novos moradores na comunidade, seja pela aceitação de novos membros brasileiros no grupo, seja no círculo de amizades ou na família, o português vai gradativamente entrando nas redes sociais. Daí a mudança do monolinguismo em pomerano ao bilinguismo pomerano/português, vista no tópico 5.1.1.

Quanto ao gênero/sexo, não notamos diferenças significativas na construção das redes sociais. Há apenas uma diferença no nível e em sua complexidade. Explicamo-nos. No Capítulo 5, especificamente no tópico 5.1.1, vimos que os papéis

sociais do sexo masculino e do sexo feminino são bastante diferentes. Enquanto as mulheres ficam mais restritas ao "mundo pomerano", usando o termo usado por Bahia (2011 [2000]), o homem circula entre os dois mundos, o pomerano e o brasileiro. No entanto, a mulher tem contatos mais pessoais com os falantes da língua portuguesa. O homem frequenta o mundo português para os negócios, enquanto que a mulher entra nesse mundo para ganhar *status*, ascender socialmente, sair da comunidade para trabalhar ou estudar, ou seja, ela só entra nesse mundo se optar por ele. O homem, não. Ele precisa adentrá-lo para a sobrevivência da família.

Sendo assim, as redes sociais masculinas são mais densas com seus pares pomeranos do que com os não-pomeranos. Os agrupamentos com os outros se dão por razões de trabalho e são *uniplex*, ou seja, são relações simples, com sentidos únicos; não há interação pessoal, íntima. A Figura abaixo apresenta a rede social masculina que acabamos de explicar.

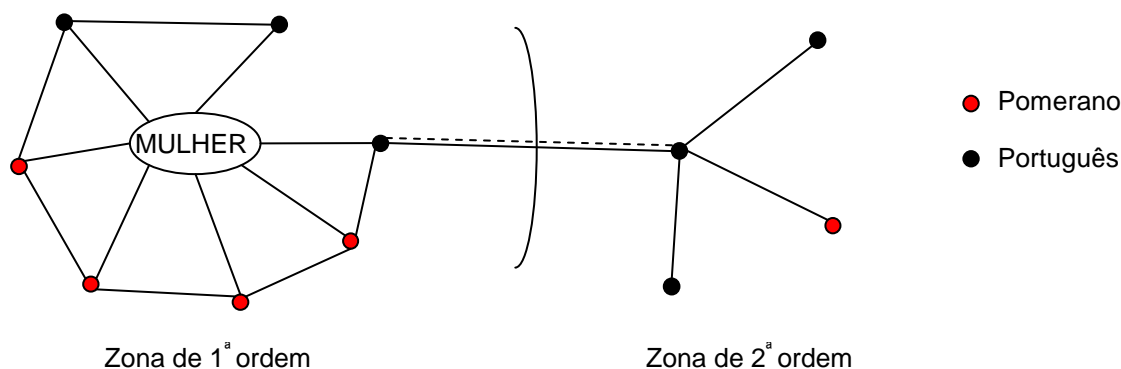
FIGURA 7: Rede social masculina.



Com relação às mulheres, elas estão numa rede densa com ambos os mundos, dado que os agrupamentos se dão por várias ordens: parentesco e, principalmente, estudos e trabalho; as relações são *multiplex*, isto é, são interações de mão-dupla. O sexo feminino, portanto, contata-se com o mundo português com menos frequência, porém maior intensidade, pois as interações são mais pessoais.

A rede social feminina pode ser representada da seguinte forma:

FIGURA 8: Rede social feminina.



Em suma, o que se observa nas Figuras que representam as redes sociais é: (1) a entrada gradual do português; (2) a alta densidade das redes de todos os grupos considerados, apesar de termos a natural introdução de falantes do português nas redes de relacionamento dos pomeranos. Praticamente toda a família fala o pomerano, toda a vizinhança conhece essa língua, e essas pessoas interagem continuamente sobre assuntos diversos nesse idioma. Não há como essa rede não ser considerada densa, mesmo que haja abertura.

Tal organização social corrobora os resultados anteriores, que indicaram tratar-se de uma comunidade bilíngue. As consequências prováveis dessa abertura que a comunidade vem sofrendo será repensada em 5.1.7. Antes disso, porém, vamos discutir a identidade étnica dos pomeranos.

5.1.6 A identidade étnica dos pomeranos

Durante todo o percurso deste trabalho, falamos dos pomeranos de Santa Maria de Jetibá: um grupo de descendentes de imigrantes assentados no Brasil há mais de 150 anos, que ainda preserva sua língua e recebe um gentílico que não o *brasileiro*. Esse mesmo grupo fez com que Granzow (2009 [1975]), o pomerano europeu que visitou os pomeranos capixabas, tenha revivido suas tradições aqui no Brasil, bem longe de sua terra natal. Esse autor relata: "Agora já passei seis semanas no

Espírito Santo e muitas vezes tive a impressão de que estivesse em casa na Pomerânia. Principalmente pela língua materna que me levou de volta ao passado" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 85).

Quase quarenta anos se passaram desde este relato de Granzow (2009 [1975]). Então, pretendemos aqui saber o que aconteceu com a identidade étnica desse grupo, em linhas gerais, nas últimas décadas. Afinal, ver o pomerano falar sobre si em sua língua não só remete ao passado, mas é parte do presente.

Agora esse povo, mais distanciado de sua terra natal; sem a presença física dos imigrantes que vivenciaram a saga da emigração para o Brasil; e mais interligados do que nunca com o mundo do outro que não compartilha a sua cultura - do brasileiro em sua mestiçagem, do não-falante de sua língua -, naturalmente sua situação identitária e étnica deve ter se modificado. Por isso, nesta Seção, vamos rever o processo de construção identitária e a reconfiguração étnica dos pomeranos, a fim de, posteriormente, revelar a implicação de tais constructos para a manutenção/substituição linguística.

Para alcançar esses objetivos, nosso questionário trouxe algumas perguntas que nos ajudam a entender tais questões, como: (a) *O(A) senhor(a) sabe que é descendente de pomeranos? Quem falou disso com o(a) senhor(a)? Quem veio da Pomerânia na sua família? Qual é a sua geração?* (b) *O que o(a) senhor(a) sabe sobre a história dos pomeranos? Quando vieram? Como? Por quê?* (c) *Como foi a chegada ao Brasil? E o assentamento? Como recomeçaram sua vida?* (d) *Como eram esses pomeranos (características)?* (e) *Os pomeranos, quando chegaram ao Brasil, falavam somente o pomerano ou falavam também o alemão?* (f) *Qual era a religião dos imigrantes pomeranos?* (g) *Sobre os casamentos, os pomeranos faziam(em) questão de uniões conjugais puras ou admitiam(em) o casamento entre culturas diferentes?* (h) *É comum/normal/aceitável pessoas de origem pomerana se casarem com pessoas de origem não-pomerana? Você aceitaria essa situação na sua família?* (i) *A língua pomerana também tinha prestígio antigamente? Havia uma língua mais usada que o pomerano? Se sim, qual?* (j) *O alemão padrão tinha mais ou menos prestígio que o pomerano naquela época?* (k) *A língua pomerana já foi proibida? Por quê? Como essa proibição afetou a língua e a cultura pomerana? E na*

sua família, houve algum impacto? (l) Houve alguma causa política e/ou econômica que prejudicou a vida dos pomeranos, como a ditadura militar, ou Era Getúlio Vargas, por exemplo? O que foi prejudicado? (m) Depois de já estarem assentados aqui no Espírito Santo, os pomeranos migraram para outros estados? Quais? Como foi? Por quê? (n) Você participa de alguma atividade relacionada à cultura pomerana? Se sim, qual? O que acha dessas manifestações? São importantes ou não? Retratam mesmo a cultura ou não? (o) Na sua opinião, a escola deve preservar o folclore e as tradições da cultura alemã/pomerana? (p) O que é ser pomerano? O que o verdadeiro pomerano tem que ser/saber? (q) Como são os pomeranos hoje (culinária, arquitetura, moda, personalidade)? (r) O(A) senhor(a) acha que os pomeranos são diferentes dos brasileiros? Se sim, em que aspectos? (s) Qual é a terra dos pomeranos (nação)? (t) O que você pensa sobre os brasileiros? Como o(a) senhor(a) os vê?

Reconhecer e estudar a transformação étnico-identitária de um povo não é tarefa fácil. Sequer é simples a explicação desse constructo teórico, conforme visto na seção 3.2.8. Sabemos que a noção de etnicidade surge na modernidade, que, por sua vez, é marcada pelos intensos contatos intergrupais. A qualidade étnica é atribuída através das marcas simbólicas que são negociadas entre o *Eu* e o *Outro*, e validadas constantemente. Não é um produto pronto; envolve um processo complexo e contínuo.

Os indicadores étnicos são difíceis de serem listados, pois podem ser subjetivos ou objetivos. Além disso, esses indicadores também são móveis. Em outras palavras, todo o processo vive em atividade e não há símbolos fixos para qualificar o étnico. Resta-nos visualizar cada situação individualmente, observando um espaço de tempo determinado; afinal, tudo pode ser transformado, quando se fala de identidade e etnicidade. É o que estamos nos propondo a fazer a partir de agora: entender a identidade étnica do grupo pomerano de Santa Maria de Jetibá no presente.

Dizer que os pomeranos são um grupo étnico no qual eles mesmos se reconhecem como tal deve-se a alguns critérios objetivos e a alguns outros subjetivos. Se considerarmos a manutenção da língua pomerana, o próprio etnônimo *Pomerano* e

a formação de ilhas linguísticas - com a preservação da língua de imigração -, temos as qualificações étnicas objetivas do grupo. Além disso, os pomeranos têm ainda um forte sentimento de pertencimento ao seu grupo e a identificação de uma história de imigração compartilhada, o que também os qualifica, ainda que subjetivamente.

Comumente, e sem exceção nos Grupos III e IV, há referências à unidade grupal. "*Ous lüür*" (tradução livre: *nossa gente/nosso povo*), é como eles se identificam e se diferenciam dos "*brasiliãner*", "*swarda*" e "*katoulisch*", ou seja, dos *brasileiros*, *negros* e *católicos*. Na Observação Participante, essa percepção ficou ainda mais nítida. Constantemente ouvimos os pomeranos falando em "*Ous lüür*" ou "*Dai düütscha lüür*" (tradução livre: *nosso povo; o povo pomerano*), fazendo referência também a seu etnônimo. Quando um pomerano comete algum delito ou provoca situações de desordem, ou ainda alimenta uma conduta inadequada, seja enquanto pai ou marido, seja enquanto agricultor, comerciante ou líder da igreja, é ainda mais forte a indignação. "*Dat is al mang ous lüür!*" (tradução livre: *Isso já está entre a nossa gente/nosso povo!*), "*A düütsch mesch het dit ura dat makt!*" (tradução livre: *Um pomerano fez isso ou aquilo!*) são expressões usadas para mostrar sua indignação ou surpresa, pois não esperavam tal atitude de um dos seus.

Os pomeranos também fazem questão de serem identificados como luteranos, visto que a igreja é um espaço de socialização e um lugar de distinção importante para eles. Já os termos *imigrante* e *camponês* lhes convém somente em certos casos, já que

[...] sua identificação era construída de forma negativa e estigmatizada quando eram comparados aos outros grupos. Quanto mais "caipiras" eram as designações atribuídas a estes, mais negativas eram as imagens. Por outro lado, chamaram-me a atenção aspectos positivos das mesmas imagens, produzidos nas situações em que enfatizavam a manutenção da língua, cultura e valores camponeses em detrimento de outros grupos que nada preservaram. Então, quanto mais "caipiras", mais "autênticos", mais eles se representam "como sendo camponeses" do que os outros, logo, "pomeranos puros" (BAHIA, 2011 [2000], p. 18).

Aliás, devemos lembrar que a qualidade de "ser da roça" é quase intrínseca ao pomerano. Vimos no Capítulo 2 que, desde o início da formação de sua nação, no continente europeu, os pomeranos eram fortemente ligados à natureza e à terra.

Ainda hoje,

Ao acionarem o "ser da roça" como elemento de distintividade em relação aos outros alemães, os pomeranos se valorizam como sendo "mais pomeranos" e, portanto, "mais alemães" do que aqueles "que se dizem alemães e não falam mais dialeto, não conservam mais as tradições" e que são alemães "apenas para turista ver" (BAHIA, 2011 [2000], p. 115).

Por meio dessas citações, podemos perceber que eles se definem por especificação: são imigrantes, camponeses e, sobretudo, pomeranos. Etnicamente, eles se identificam com o que é mais adequado no tempo e no espaço dos quais falam. Mas identificar-se etnicamente não é tão fácil quanto pode parecer. Precisa-se lidar com elas em situações externas, as quais muitas vezes são sinônimas de preconceito. Dentre os imigrantes, principalmente alemães e italianos, os pomeranos sempre foram alvo de críticas e preconceitos étnicos de várias ordens: no vestuário, no comportamento, na aparência e, inclusive, na falta de domínio da língua portuguesa (BAHIA, 2011 [2000]). De uma maneira geral, todos esses itens são colocados como provas do atraso dessa população. Não se vestem como os brasileiros, nem falam bem a língua dos compatriotas, o que é considerado, pela população externa, como sinal de decadência e atraso social, cultural e econômico (BAHIA, 2011 [2000]).

Pela comunidade brasileira, portanto, há elementos diferenciadores que denunciam quem é pomerano. Assim, procuramos verificar, junto aos nossos entrevistados, como eles veem os pomeranos de hoje. Os grupos I e III não conseguiram responder a essa pergunta. Esses grupos revelam-se os mais indiferentes: o primeiro grupo por estar ainda em formação e o terceiro por estar em fase de transição, afinal são muitas as mudanças do G-IV para o G-II.

A esse respeito, os quatro grupos etários têm respostas muito diferentes em relação a sua visão dos pomeranos. O G-IV é bastante saudosista e, por vezes, até purista. Seus membros alegam que os pomeranos de hoje são muito diferentes dos de antigamente. Segundo esses informantes, os pomeranos eram mais reservados, quietos, do que hoje. Também eram menos permissivos com seus filhos, ou seja, os pais e a educação em geral eram mais rígidos.

No excerto 27, notamos que os mais velhos ainda veem os pomeranos como aqueles que só falam pomerano. Entretanto, reconhecem que, hoje em dia, a maior parte das famílias são bilíngues. Isso então deve ser o pomerano de hoje.

Excerto 27	Excerto 27 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Sin... Mage dai uk meir aners bijschafen sin... mit eer kine ... urer sou...? Kümst eer schik mang ous lüür mang?</p>	<p>Entrevistadora: São... Será que são diferentes... com suas crianças... ou coisa assim...? O jeito deles [dos brasileiros] já está no meio do nosso povo?</p>
<p>NRP (60,4,F): Dat kan ik dij nu uk ni säge. Wätst, dai ule, dai ule sin já nog ümer Döötsch äwer dai kiner, dai kiner hüüt, dai gäe de andere weeg meir nog. Mage já wek fätters un muters nog bij sin wat sin kine den meir sou hule krije taum Döötsche äwer hijr rümer is seir, SEIR "difícil". Ik kan wirklig ni waite of hijr rümer nog ain familch is wou kiner bij sin wat ales Döötsch reere, hijr rüüme ain familch wat blous Döötsch kan.</p>	<p>NRP: Isso eu também não posso te dizer agora. Sabe, os mais velhos ainda são pomeranos, mas as crianças, as crianças de agora, eles já seguem mais o outro caminho. Talvez ainda tenha pais que conseguem manter seus filhos como pomeranos mas por aqui é BEM difícil. Eu realmente não sei se por aqui ainda tem uma família que os filhos falam tudo em pomerano, por aqui uma família que só fala pomerano.</p>
<p>Entrevistadora: Wat sou leire as früüer... wat sou anleire, já?</p>	<p>Entrevistadora: Que aprendem como antigamente... que educam assim, né?</p>
<p>NRP: Kan wirklig kain familch, hijr rüümer, mij denke, ni. ... Ik main hijr müste nog meir sin is E... dai H.E..., äwer dai kiner waite uk al seir ales brasiliänish. Dai main ik is nog meir, seir Döötsch.</p>	<p>NRP: Realmente não consigo pensar em nenhuma família, por aqui, não... Eu acho que E... ainda é meio assim, E.H..., mas os filhos também já sabem muito o português. Essa eu acho ainda é um pouco, bastante pomerana.</p>

O G-II considera os pomeranos "mais escandalosos" e "mais esquentados", nas palavras deles. Essas características levantadas por esse grupo pode ajudar-nos a entender sua reduzida afinidade com a língua pomerana. Decerto, esse é o grupo que mais sente os impactos do preconceito linguístico. Assim, ao contrário das características que atribuem ao grupo étnico, eles preferem o silenciamento; não querem chamar atenção para si. Outra observação desse grupo é a de que "*weg hij rüümer sijn all nij meir soo Döötsch*" (tradução livre: *alguns dessa região [onde estávamos] não se parecem mais tão pomeranos*). Isso significa que o ser pomerano requer uma caracterização própria. Tentamos identificá-la na possível diferenciação estabelecida pelos informantes entre os pomeranos e os brasileiros.

Então, perguntamos aos nossos informantes sobre possíveis diferenças entre pomeranos e brasileiros, mas os entrevistados mostraram-se bastante cautelosos: a maior parte deles alega que esses grupos são iguais, são seres humanos: "*sijn já alla lüür, já?*" (tradução livre: *são todos seres humanos, né?* - NRP, 60,4,F). Mas, quando especificamos e insistimos na pergunta, surgiram algumas respostas como, no G-III: *os pomeranos são mais humildes e simples, mais educados, mas são um pouco mais nojentos*; no G-II: *os pomeranos falam diferente, comportam-se de maneira diferente e vestem-se de outra forma*; o G-I e o G-IV continuaram afirmando

que *são todos iguais*. Essas respostas se justificam por dois motivos: (1) falta de conhecimento desse outro grupo, os *brasileiros*, sobretudo pelo G-IV; e (2) pelo desejo de não ser sempre considerado diferente.

Lembremos que a imprensa, ao longo dos anos, tem sido cruel com esses descendentes, colocando-os numa posição de atrasados, fora do mundo globalizado. Tressmann e Bahia (1999) destacam trechos dessas notícias:

Nelas [nas matérias publicadas pela imprensa local, nacional e internacional], podemos observar um ênfase na abordagem que prima por valorizar somente alguns traços culturais, como se os pomeranos vivessem mergulhados num mundo à parte. Para citar alguns exemplos desta ideia, temos os seguintes trechos das matérias citadas acima: "Os pomeranos são loiros de olhos azuis"; "eles comem brote todo dia"; "plantam verduras"; "a mulher pomerana se orienta por um senso muito prático na organização de sua casa"; "produzem uma agricultura de subsistência (apenas para consumo próprio)"; "vivem uma vidinha simples como a de seus avós"; "eles se preocupam em salvar a tradição da extinção e lutam para manter a cultura de uma pátria que não existe mais"; "tudo em sua vida é típico; das batatas até as ferramentas"; "tradições cultivadas: língua e culinária"; "eles usam chapéu de feltro todos os dias"; "o chapéu de feltro é um ornamento exibido orgulhosamente pelos pomeranos"; "os fiéis continuam se dividindo dentro da igreja: mulheres sentadas de um lado e homens do outro lado"; ou ainda "pomeranos não sabem votar, porque não falam Português" (TRESSMANN; BAHIA, 1999, p. 01).

Por esse motivo, inclusive, Bahia acredita que

Era fundamental que eles me [BAHIA] distinguissem da imagem de jornalista. Diante das decepções sofridas pelos mediadores e pelos próprios colonos com as imagens negativas veiculadas pela imprensa local, nacional e internacional, eu fazia de tudo para "fugir" desse tipo de identificação (BAHIA, 2011 [2000], p. 28).

É certo que "[...] o pomerano, em geral, é, por natureza, acomodado e conservador demais" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 29). É visível também seu "comportamento reservado e tímido" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 29); no entanto, isso não os faz atrasados; é apenas um jeito de viver e compreender a vida que, ao contrário do que se divulga na mídia, já mudou e continua mudando. Assim, o povo pomerano não pode ser tomado como um povo exótico, ao contrário, devemos a ele, como a qualquer outro, um profundo respeito; direito esse já instituído pela DUDH (1948).

Compartilhamos da opinião de Tressmann e Bahia (1999),

Sabemos que os elementos da tradição são as nossas raízes, que devem ser valorizadas, contudo ninguém se alimenta de tradição ou dança o

folclore o tempo todo. Não criticamos o folclore em si, mas o uso que as pessoas fazem disso, pois ao invés de valorizarem os pomeranos, acabam por torná-las pessoas "paradas no tempo e no espaço" sem terem vivido nenhum tipo de mudança social em suas vidas. Questionamos a "folclorização dos pomeranos" feita por aqueles que teimam em descontextualizar os aspectos folclóricos de um grupo social da sua vigência cotidiana. Isolar a cultura de um povo como se esta existisse em separado da vida social é o mesmo que afirmar: "se o pomerano deixar de usar chapéu de feltro, ou de morar na roça ou de falar a língua pomerana, ele deixa de ser pomerano" (1999, p.01).

Precisamos adotar uma visão mais ampla e verídica dos grupos étnicos. Devemos parar de agir como puristas e assimilacionistas, pois as mudanças são inerentes à vida de qualquer grupo, e não poderia ser diferente com os pomeranos. Aliás, nesse caso, as transformações são ainda mais previsíveis e justificáveis: os pomeranos sofreram uma mudança completa de cenário, da Pomerânia para o Brasil.

"Os pomeranos - pelas próprias características - sempre gostaram de uma vida simples, sempre viveram reservadamente e nunca gostaram de fazer grandes alardes sobre si mesmos" (GRANZOW, 2009 [1975], p. 93). Talvez por esse motivo seja tão escassa a bibliografia e tão intensa essa curiosidade midiática sobre a imigração pomerana; a imigração alemã e, principalmente, a italiana são mais conhecidas.

O desconhecimento histórico se dá entre os próprios pomeranos. Quando perguntamos sobre a história da emigração, 65% (26/40) responderam que a desconheciam. Os que diziam conhecê-la, deram respostas bastante gerais. No grupo dos entrevistados com mais de 55 anos de idade, ouvimos respostas como: *morriam muitos durante a viagem; as viagens de navio eram longas, etc.* No G-III, ouvimos que os imigrantes *vieram da Alemanha para melhorar de vida porque a situação lá era difícil.* Os grupos I e II deram respostas semelhantes: *vieram da Alemanha, de navio, em busca de melhores condições de vida.*

Quanto à chegada dos imigrantes ao Brasil e o recomeço da vida nas terras brasileiras, cheias de matas fechadas e com um sol escaldante, todos os entrevistados reconhecem a dificuldade desse processo de adaptação. Lembram-se das histórias contadas pelos ancestrais, sobre as dificuldades com a medição das terras, as grandes árvores, os animais selvagens e a dificuldade de construir templos luteranos.

Apesar do conhecimento restrito de sua história, o que, em princípio, poderia acenar para uma vontade de esquecer o passado, todos os entrevistados se reconheceram como pomeranos e sabem de sua condição de descendentes de imigrantes. No G-IV, alguns informantes se lembram de seus familiares imigrantes. O G-IV afirma ser a terceira geração desses imigrantes, pois foram os bisavós destes que vieram para o Brasil. Esse dado nos é muito precioso, mas as demais faixas etárias desconhecem essa informação. No entanto, sendo o G-IV a terceira geração, podemos calcular que, em 2014, estamos já na quinta ou sexta gerações, o que significa muito para a manutenção de uma língua de imigração, situação do pomerano.

Mas, se ser pomerano não é o que a mídia estereotipa, perguntamos aos nossos entrevistados: *O que é ser pomerano? O que um verdadeiro pomerano tem que ser/saber?* Todos os grupos etários acham que, para ser pomerano, a pessoa tem que falar pomerano, trabalhar na roça e, claro, não faltar ao culto luterano.

Bahia já nos alertava para essa resposta. Segundo ela, "[...] ao deixar de falar a língua, os pomeranos são 'menos pomeranos' e mais 'morenos', isto é, mais 'brasileiros'" (BAHIA, 2011 [2000], p. 106). Quanto à "igreja é um ponto de sociabilidade de fundamental importância na vida destes camponeses. Tudo o que acontece na comunidade se reflete na esfera religiosa" (BAHIA, 2011 [2000], p. 25).

A comunidade então reconhece a importância da língua minoritária para o seu desenvolvimento étnico-identitário, o que significa muito para a manutenção linguística. No entanto, essa valorização não se estende à instituição escolar.

Na escola, muitos professores, de origem pomerana e brasileira, consideram o pomerano "apenas um dialeto" que, por ser uma língua ágrafa e sem gramática normativa, não teria "status oficial de língua verdadeira". Além disso, consideram o pomerano "língua de gente da roça", "gente atrasada", enquanto a língua portuguesa é a língua oficial do País e também a mais próxima da "cultura e da civilização" (BAHIA, 2011 [2000], p. 106).

Diversas vezes, ao longo deste tópico, vimos os estigmas e o preconceito sofrido pelos pomeranos. Certamente que o preconceito é rejeitável para uma sociedade que se quer democrática e, acima de tudo, humana. No entanto, para o grupo estigmatizado, ou seja, para aquele que carrega marcas de sua identidade étnica,

há, por vezes, a formação de uma rede de solidariedade no grupo que visa protegê-los em conjunto.

O que acontece é que o pomerano, ao ser estigmatizado pela comunidade externa, se apega ainda mais ao grupo étnico para, nele, tornar-se um *igual*, aquele que pode expressar-se na sua língua e vivenciar a sua cultura sem sofrer o preconceito dos *não iguais*. Nesse sentido, o uso da língua pomerana dentro do grupo estabelece empatia, garante proximidade e reforça vínculos (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010). Em outras palavras, a estigmatização leva-os a se concentrar no grupo étnico e, nesse lugar, a língua os aproxima.

A língua e a religião são uma espécie de líderes da etnicidade pomerana. Perdê-las totalmente seria a morte de pelo menos parte da identidade étnica aqui reconhecida. Sabemos que perder uma língua significa perder irremediavelmente uma cultura (FISHMAN, 1991, 2000). Assim sendo, a relação entre língua e etnicidade é inegável. Ela pode não ser intrínseca, como querem Appel e Muysken (1996), mas é grande a relação entre elas, inclusive na própria percepção do informante quanto ao *ser pomerano*.

Portanto, é certo que os pomeranos têm características históricas; no entanto, não podemos reduzir a cultura e a história viva desse povo a isso. Além de simplista, essa redução dá aos pomeranos um sentimento de que não são mais tão pomeranos, como dizem os membros do G-II. E isso nos parece que é extremamente maléfico para a identificação do pomerano consigo mesmo e com o grupo.

Devemos mostrar que

Existem várias formas de as pessoas se autoidentificarem como pomeranos, não é necessário "decorar" todas as chamadas tradições para ser um membro do grupo.

Outro aspecto a ser ressaltado é que reinventar tradições constitui parte do projeto de cada sociedade e de seus grupos que a todo momento buscam reavivar a identidade de um grupo (TRESSMANN; BAHIA, 1999, p. 02).

Deve-se tomar cuidado com o purismo e com o saudosismo. Grupos étnicos não são relíquias (GLAZER; MOYNIHAN, *apud* APPEL; MUYSKEN, 1996), assim como também não o são as línguas. Ambos são vivos, mudam, se transformam conforme

o tempo, o espaço e as pessoas. São cultura, formas de vida que se renovam a partir da constante dicotomização eu/outro. Cultura e identidade são processos que se desenvolvem muito mais na interação do que no isolamento (1999) e a sua petrificação não é, definitivamente, uma premissa.

Nesse sentido, temos que adotar uma visão mais ampla, levando em consideração as características históricas e incorporando outras novas identificações. Então,

Ser pomerano
 Ter orgulho
 Ser importante
 Ter história
 Ser curioso
 Ter cultura
 Ser agricultor
 Ter crenças
 Ser esperançoso
 Ter sonhos
 Ser diferentes
 Ter calos
 Ser forte
 Ter problemas
 Ser simples
 Ter saudades
 Ser sofrido
 Ter característica
 Ser alegre
 Ter luta
 Ser povo
 Ter vitórias
 Ser brasileiro
 (KALKE, 2009, p. 81).

A primeira e última frases desse poema não nos deixam esquecer, falamos de pomeranos-brasileiros.

Ao perguntarmos aos nossos informantes: *Qual é a terra (nação) dos pomeranos?* unanimemente a resposta foi: *Brasil* ou, simplesmente, *aqui*. KBC (24,8,F) explica: "Meu marido fala que eles [os pomeranos] são de lá, mas acho que vieram para cá, agora são daqui".

Os pomeranos se mostram bastante receptivos ao Brasil, prova disso é a entrada da língua portuguesa na comunidade e o desenvolvimento do bilinguismo. O caráter definitivo da imigração e a busca por uma ascensão socioeconômica podem justificar essa aproximação com a língua e a cultura do país receptor, o que, aliás,

se configura totalmente natural, depois de mais de 150 anos de vida no Espírito Santo.

À guisa de conclusão, percebemos que o grupo étnico pomerano teve uma transformação pautada na conservação de elementos culturais fortes, como a língua e a religião. Entretanto, se o modo de viver sofreu transformações, a comunidade, porém, não perdeu a etnicidade pomerana. Sua identidade também sofreu alterações, como certamente sofreria se o povo tivesse permanecido no seu local de origem, mas ainda assim ele tem uma cultura própria.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998) e Appel e Muysken (1996), o intenso contato intergrupar da modernidade induziu muitos pesquisadores a concluir que seria o fim dos grupos étnicos, dado que, na sua visão, a assimilação e a aculturação seriam consequências inevitáveis do contato. No caso dos pomeranos, também podemos chegar a pensar que sejam marcas da assimilação com a cultura dominante certas atitudes da comunidade, como a adoção da língua majoritária, a adaptação de muitos costumes ao contexto brasileiro (BAHIA, 2011 [2000]), a igualdade estabelecida pelos informantes entre pomeranos e brasileiros, na pergunta: *O(A) senhor(a) acha que os pomeranos são diferentes dos brasileiros? Se sim, em que aspectos?*, e as atitudes positivas para com o bilinguismo. Entretanto, o que se vê pelos dados levantados nesta pesquisa não é o abandono da língua e da cultura minoritárias. Ao contrário, o que se evidencia é a incorporação de novos aspectos e a transformação de outros já existentes.

Essa abertura do pomerano para o elemento de fora pode levar ao assimilacionismo, mas não necessariamente. Vimos também que pode haver uma valorização externa que, por sua vez, pode impulsionar a autovalorização interna. Essa interação entre os grupos pode também viabilizar a difusão de técnicas de militância (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Por fim, cabe reiterar que, mesmo que tenhamos simplificado os processos que envolvem a identidade étnica, queremos mostrar que os grupos étnicos são formas de vida social capazes de se renovar e transformar. A língua pomerana é, sem dúvida, uma marco étnico e identitário do pomerano, mantida porque conseguiu

seguir atendendo às necessidades do povo durante todo esse tempo e nesses diferentes lugares.

Esperamos que, depois de termos visto a mobilidade da identidade e da cultura, não tenhamos mais a mesma ingenuidade de atribuir a manutenção da língua ao atraso, ao isolamento ou a tradição. É muito mais do que isso, conforme veremos a seguir.

Apesar de termos levantado a bandeira contra a folclorização do povo pomerano, interessa-nos para alcançarmos nosso objetivo, sublinhar, nesta parte, que os informantes descendentes de pomeranos têm consciência de que deixar de falar a língua é perder a identidade pomerana. Mas, também, não se colocam como um povo à parte, alheio à sociedade. Conhecem sua condição de descendentes de imigrantes mas se reconhecem como pertencentes do Brasil. Eles revivem e recriam suas tradições, mas

Depois de muitos anos e de gerações de pomeranos no Brasil, a Pomerânia sonhada não é a Pomerânia do mar Báltico, mas aquela que foi criada no Brasil. As montanhas, a roça, as paisagens da Pomerânia são aquelas que foram construídas através da memória dos avós e do trabalho árduo na terra, desenvolvido no Estado do Espírito Santo. Muito mais do que sonhar com a mar Báltico, os pomeranos sonham acordados com a realidade que criaram no Brasil (TRESSMANN; BAHIA, 1999, p. 03).

5.1.7 A língua pomerana do passado ao presente: elucidando os fatores de manutenção da língua de imigração

Até agora, neste trabalho, conhecemos a história dos pomeranos, sua línguas e identidade(s). Neste tópico, então, buscaremos alcançar nossos objetivos principais, que são verificar como se deu a manutenção do pomerano até hoje e conhecer seu atual grau de vitalidade na comunidade pesquisada.

Para conseguir alcançar esses objetivos, fizemos algumas perguntas para os informantes, tais como: (a) *Até hoje estão ensinando pomerano aos mais novos? A língua pomerana continua sendo a primeira língua das crianças?* (b) *O pomerano já*

foi mais falado do que é hoje? Ou ele é falado hoje em dia tanto quanto antigamente? Fala-se tanto em público quanto em casa? (c) Você acha importante falar pomerano? E o português? (d) Você acha que o pomerano está ameaçado de extinção? O pomerano poderia deixar de ser falado? Faria alguma falta? (e) Em casa, todos falam pomerano? Vocês falam só pomerano em casa ou também usam o português? (f) Qual é a sua língua do coração? (g) E o que acontece quando um dos pais não fala a língua? Os filhos aprendem qual língua? (h) Como era vista a língua pomerana pela comunidade, antigamente? Havia uma língua mais usada que o pomerano? Se sim, qual? O alemão padrão tinha mais ou menos prestígio naquela época? (i) A língua pomerana já foi proibida? Por quê? Como essa proibição afetou a língua e a cultura pomerana? E na sua família, houve algum impacto? (j) Você já foi discriminado por falar pomerano? O que você pensou sobre isso? Você já discriminou alguém por não falar pomerano? (k) Na sua época, todos falavam pomerano na escola? Vocês foram discriminados por alunos ou professores? etc.

Conforme visto em nosso capítulo teórico, a manutenção e a substituição de uma língua são dois resultados possíveis para um único processo: o contato linguístico. Para que uma língua, em situação de contato, seja mantida ou seja substituída, há que se ter uma confluência de fatores, envolvendo os falantes e os não-falantes dessa língua, a comunidade que a fala e a sociedade como um todo. Desses fatores, importa ainda a direcionalidade, pois, muitas vezes, um mesmo fator pode desencadear ambos os processos. Há que se reparar ainda na intensidade da atuação dos fatores mencionados, disso depende a duração do processo que pode ser rápido ou lento. Assim, interessa-nos investigar os fatores que levaram à permanência do pomerano até os dias atuais, o que constitui uma exceção à Lei da Terceira Geração (WEINREICH, 1970 [1953]), visto que a substituição de uma língua de imigração normalmente se efetiva em três gerações, ou em aproximadamente 60 anos.

Assim sendo, a manutenção da língua pomerana até hoje, 150 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, é uma história à parte. Dizer que o pomerano foi mantido por 150 anos é o mesmo que dizer que, durante todos esses anos, que equivalem a sete gerações, essa língua de imigração esteve em relativa estabilidade no que se refere ao número de falantes, à proficiência dos adultos e crianças e aos domínios

específicos que ocupa (BAKER; JONES, 1998). Portanto, durante esse século e meio, os descendentes dos imigrantes adquiriram a língua pomerana e a mantiveram durante sua vida, utilizando-a para os domínios pessoais, sociais e culturais.

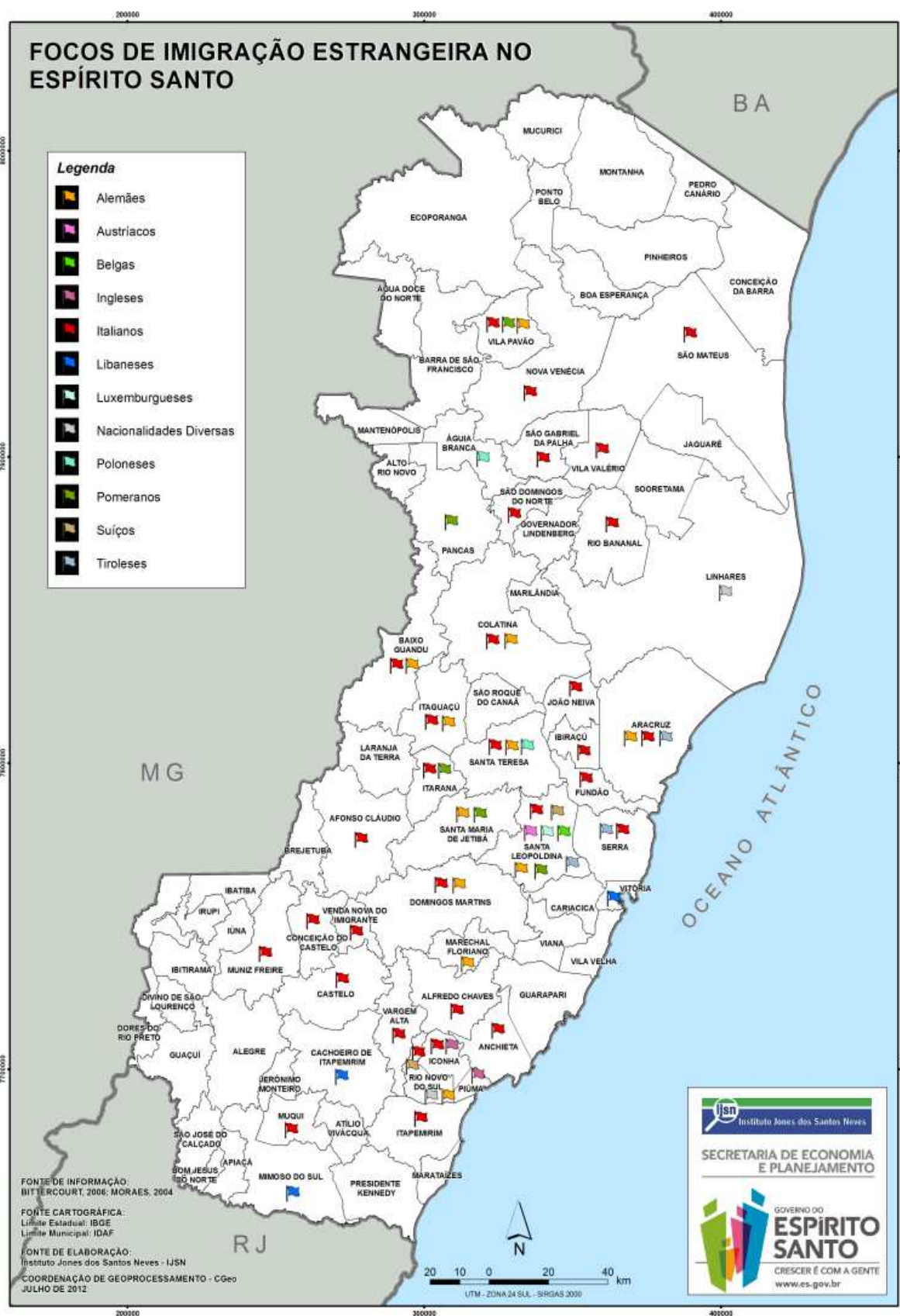
Os primeiros pomeranos começaram a chegar ao estado em 1859, e os últimos, no início da década de 1870. Durante os anos em que durou o processo imigratório, a cultura pomerana foi alimentada com novas levas de imigrantes, os quais abasteciam as esperanças de vencer e ajudavam a preservar as lembranças dos pomeranos mais antigos. Certamente esses novos imigrantes fortaleceram a língua e a cultura dos compatriotas que já estavam no Brasil, em alguns casos, há mais de uma década.

Ao todo, pouco mais de 2.400 pomeranos vieram para o Espírito Santo. Isso não é um quantitativo expressivo, haja vista que o estado contava com mais de 24.000 mil habitantes já em 1820 (MEDEIROS, 1997). Os primeiros pomeranos foram assentados em Jequitibá, atual município de Santa Maria de Jetibá, uma área de mata virgem, inexplorada, sem habitantes, como outras da região central do estado. Posteriormente, a segunda e a terceira geração migraram para outras áreas, desbravando novos territórios no Espírito Santo. Hoje seus descendentes estão localizados em vários municípios, conforme se vê no mapa a seguir, que indica os focos de imigração no estado³⁷.

Em se tratando de uma língua trazida para um país cuja língua oficial é outra, não é difícil conceber sua organização em ilhas linguísticas (COUTO, 2009).

³⁷ As regiões pomeranas estão identificadas com bandeiras verdes com tonalidade mais escura.

MAPA 8: Localização e distribuição dos pomeranos no estado do Espírito Santo (2012).



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2014).

Segundo Fasold (1996), Weinreich (1970 [1953]), Baker e Jones (1998) e Grosjean (2001), entre outros, é mais fácil manter-se uma língua de imigração em situações como a dos pomeranos do Espírito Santo porque: (1) a área rural é mais isolada; (2) a zona rural é menos influenciada pelo mundo moderno; e (3) as áreas rurais têm um acúmulo de capital menor e, portanto, um poder aquisitivo menor³⁸.

Höhman (2010) acredita que o isolamento dos imigrantes pomeranos foi determinante para a manutenção de sua língua. No entanto, pensamos, com base nos estudos antropológicos sobre identidade e etnicidade, que o isolamento não está na base da identificação, do autoconhecimento e da militância - defesa ativa e convicta do seu grupo étnico.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998) e Appel e Muysken (1996), a assimilação e a aculturação não são consequências inevitáveis do contato intergrupar. Ao contrário, a modernidade despertou não só a "emergência de identidades particularistas" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 28), mas também viabilizou a difusão de técnicas de militância. Assim, entender nossa identidade e lutar por ela compreende necessariamente conhecer o *Outro*. Afinal, não é preciso se definir e lutar pelo que é comum a todos.

Foi apenas em 1988 que Santa Maria de Jetibá tornou-se município e foi a partir dessa data que a região começou a receber mais brasileiros; também o comércio e instituições governamentais (escolas, hospitais, prefeitura) chegaram, o que requeria pessoas qualificadas e falantes do português. Há duas décadas e meia vem ocorrendo um crescente processo de urbanização, intensificado nos últimos anos. A urbanização, bem sabemos, não ocorre como um fenômeno isolado. Ela advém do aumento de renda da população ou, pelo menos, de parte dela e requer novos comportamentos, aposta em formas de viver mais modernas e disponibiliza empregos e trabalhos que exigem qualificação. Enfim, a urbanização é criada pelo aumento da renda e, por sua vez, (re)cria padrões de vida. Devido à grande movimentação causada pela chegada intensa do *modus* urbano, principalmente, no

³⁸Por exemplo, em 2010, o IBGE constatou que o valor médio do rendimento mensal domiciliar *per capita* na zona rural de Santa Maria de Jetibá era de R\$ 359,00 e, na zona urbana, de R\$ 634,00.

sentido de reorganizar a vida social, ética, demográfica, trabalhista, etc, da comunidade, há um favorecimento da substituição linguística (WEINREICH, 1970 [1953]); FASOLD, 1996).

Outro fator social que favorece a manutenção de uma língua minoritária é o tamanho da comunidade. Com relação à dimensão do grupo pomerano e sua concentração (BAKER; JONES, 1998; HAUGEN; FISHMAN, *apud* DE HEREDIA, 1989), isso só os ajudou a manter sua língua, no princípio. Em primeiro lugar, porque eram um tipo de colonizadores³⁹ daquela pequena comunidade e, em segundo lugar, porque ali eram maioria. Além disso, tratava-se de uma imigração permanente, e a interrupção da chegada de novos imigrantes poderia motivá-los a se mimetizar mais rapidamente na sociedade de acolhimento (HAUGEN; FISHMAN, *apud* DE HEREDIA, 1989), mas isso não se efetivou. Mesmo que tenham vindo para ficar e outros não tenham chegado para abastecê-los culturalmente, sua vontade de ascender economicamente não lhes obrigou a adotar a língua e cultura dominantes.

Também a religião do Brasil, o catolicismo, não foi adotada pelos pomeranos, que, a propósito, vieram salvar seu luteranismo e mantê-lo conforme a tradição requeria. Já vimos nos tópicos anteriores que a religião luterana e os pomeranos mantêm uma relação inseparável, mas que a língua da igreja luterana no Espírito Santo não era o pomerano, e sim o alemão padrão. Höhman (2010) acredita nessa forte relação entre o luteranismo e a manutenção linguística. No entanto, há que se pensar que o pomerano nunca foi a língua usada na instituição religiosa. Para explicar, assim, essa relação, voltemo-nos novamente à função desempenhada pela igreja, a qual é um ambiente fundamental na vida de uma pequena comunidade. No caso específico dos pomeranos do Espírito Santo, a igreja atuou e atua na criação de um imaginário comum e ajuda a sustentá-lo (BAHIA, 2011 [2000]). Sendo assim, mesmo que o pomerano não fosse a língua da igreja, nesta instituição os falantes mantiveram sua unidade pautada na diferença entre eles próprios e os *outsiders*. Esse imaginário sustentado pela igreja, sabemos, passa pela atribuição do adjetivo *trabalhador* para

³⁹ Sabemos que são colonizadores aqueles que no período pré-Independência desbravaram e habitavam terras até então desabitadas. Qualificamos os pomeranos como colonizadores devido a sua situação de primeiros habitantes.

os imigrantes e pela fé e ética dos luteranos-pomeranos. Dessa forma, o que ocorre basicamente é que a igreja qualifica o pomerano como um ser de bem, e os imigrantes o tomam para si. Aqui, elementos culturais e religiosos se misturam.

A religião é, também, um forte fator de oposição dos pais aos namoros e casamentos dos filhos com jovens de outros grupos étnicos ou religiosos, como mostra o excerto a seguir.

Excerto 28	Excerto 28 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Oiwër dai hochtijd, wou wäir dat dun, kün man dun frijge mit wem man wul urer däire dai fäter un muter dat uutsuik? Kün dat air swart sin urer air katoulisch? Wou wäir dat?</p>	<p>Entrevistadora: Sobre os casamentos, como era outrora, podíamos casar com quem quiséssemos ou os pais é que escolhiam [o cônjuge]? Podia ser um negro ou católico? Como era isso?</p>
<p>HGH (51,4,F): Dai sääre airste ümer, dai airste lüür dat wäir ümer uutsögt woure. Dai hare müst sou neeme as sai, as dai ule uutsögt hare. Dai kiner hare müst sou frijge as dai ule dat uutsögt hare, hare sich küt kaine uutsuik.</p>	<p>HGH: Eles sempre falavam que para os primeiros isso era escolhido. Eles tinham que aceitar como eles, como os mais velhos tinham escolhido. Os filhos tinham que aceitar como os pais escolhiam, antigamente, eles não podiam escolher.</p>
<p>Entrevistadora: Kүүne dat katoulisch sin urer swarte?</p>	<p>Entrevistadora: Podiam ser católicos ou negros?</p>
<p>RHF (51,3,M): Düst uk ni, nei.</p>	<p>RHF: Também não podia, não.</p>
<p>HGH: Düst uk ni. Dat is já nog går ni seir lang heer, as's dat ni laite.</p>	<p>HGH: Também não podia. Isso não faz nem muito tempo que eles não deixavam.</p>
<p>Entrevistadora: Na já.</p>	<p>Entrevistadora: É.</p>
<p>HGH: Wat dår richtig hijner an wäire... bet hüüt já nog , wat richtig starke sin, låte bet hüüt já nog ni, nei... sou ine katoulische kirche frijge urer sou.</p>	<p>HGH: Os que estavam bem firmes... até hoje ainda, os que são bem rígidos ainda hoje não [deixam]... assim casar na igreja católica ou coisa parecida.</p>

O pomerano acredita que sua dedicação à terra e o trabalho "de sol a sol" que desempenham são especificidades étnicas, isto é, são pomeranas; assim, outros grupos não as teriam. Casar com outros grupos é, de acordo com Bahia, um "casamento para baixo" (2010 [2000], p. 191):

Sangue significa não apenas uma origem em comum, marcada pela história da imigração, mas também uma moralidade camponesa, que é utilizada para se pensarem os atributos positivos que garantam a transmissão da terra e da habilidade profissional nas futuras alianças.

Nesse sentido, o casamento de pomeranos com outros grupos étnicos implica numa "mistura de sangues que não se combinam" (casamento para baixo), de distintas origens étnicas e sociais, os quais não possuiriam os

atributos necessários à continuidade do *ethos* camponês de origem alemã e assim comprometeria a reprodução social da *Land*⁴⁰ (BAHIA, 2011 [2000], p. 188-189).

Ao terem essa concepção, não é difícil entender a tendência endogâmica dos casamentos pomeranos. No entanto, isso não significa que não há casamentos exogâmicos; desde o início da imigração, os pomeranos se casam com outros grupos germânicos, dentre eles, os holandeses. Schaffel (2010) verificou que imigrantes holandeses e descendentes destes se casaram em grande número com os pomeranos, tanto que uma grande parcela deles adotou a língua pomerana. Ultimamente, com a urbanização do município e a diversificação e aumento populacional, vêm aumentando o número de casamentos com brasileiros e descendentes de italianos, principalmente.

A mulher, responsável por repassar os costumes e as tradições pomeranas, é a mais suscetível ao casamento exogâmico do que o homem. De fato, a proibição desses casamentos não é mais tão constante; no entanto, ainda se condena o indivíduo exogâmico que renuncia aos valores essenciais do grupo (BAHIA, 2011 [2000]). Na religião, vê-se que alguns tornam-se luteranos; entretanto, na língua as coisas não são tão fáceis.

Excerto 29	Excerto 29 - Tradução livre
Entrevistadora: Danke jij... is licht aim kind dai språk leire... sou as platdüütsch wen air fon de fâter urer muter ni fortele dâit?	Entrevistadora: Vocês acham... é fácil a criança aprender a língua... como pomerano quando um dos pais não a fala?
TGS (51,4,F): Is ni licht.	TGS: Não é fácil.
Entrevistadora: Wouweegen denkst duu is...	Entrevistadora: Porque você acha que isso...
TGS: Is ni licht weegen dat dat brasiliânisch leirt sich air mál lichte. Ik wait ni wouweegen âwer dat brasiliânisch is grâr as wen dat dâr sou insteekt, television un ales is brasiliânisch, bij dai schaul is brasiliânisch, den leire dai kiner ni meir sou licht [...]	TGS: Isso não é fácil porque o brasileiro [português] se aprende mais facilmente. Eu não sei porque, mas o brasileiro é como se estivesse intrínseco, televisão e tudo mais é brasileiro, na escola é brasileiro, aí as crianças não aprendem mais tão facilmente [o pomerano].
AS (54,4,M): Un den is uk lichter dai språk.	AS: E a língua [portuguesa] também é mais fácil.

⁴⁰ *Land* é a "unidade familiar como unidade de produção e consumo, juntamente com a propriedade, os animais, objetos e valores que constituem seu modo de vida" (BAHIA, 2011 [2000], p. 47).

De fato, os casamentos entre diferentes etnias comprometem o "grau de fechamento" (BLOM; GUMPERZ, 2002 [1972], p. 60) do grupo, pois, nesses matrimônios, frequentemente são as línguas de maior prestígio que sobrevivem, independentemente se é a da mãe ou do pai, como no caso dos holandeses do Espírito Santo (SCHAFFEL, 2010). Sabemos que "[...] la familia es el ámbito más importante del uso lingüístico [...]" (APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 57). Sendo assim, esse domínio é crucial para a manutenção do pomerano. Até agora, há muitos casamentos endogâmicos, mas os exogâmicos têm estado presente desde o início e se tornado cada vez mais frequentes. Para que o português não tome esse domínio, é preciso que se acredite no bilinguismo aditivo, no qual a introdução da L2 não preveja a saída da LM. Em suma, o lar e a igreja são, portanto, domínios essenciais para a manutenção de uma língua e uma cultura minoritária. São eles que repassam às crianças todos os valores e tradições acumulados e prestigiados pelo seu grupo.

A escola, em contrapartida, "ensina tudo aquilo que 'não lhes interessa' e que no futuro 'levará seus filhos para a cidade'" (BAHIA, 2011 [2000], p. 176) e a desprezar suas raízes. Acreditando nisso, muitos pais deixavam seus filhos estudarem apenas para aprender a ler e escrever; não mais do que isso. Devido a essa forma de pensar, a evasão escolar era muito alta no município. Com a baixa escolaridade, muitos, apesar de estudarem, em média, 2 ou 3 anos, não aprendiam quase nada em português.

Excerto 30	Excerto 30 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Wäir dat dun seir streng, sou as wen jij ine schaul günge, küüne jij kair platdüütsch reere, kair pomerisch, blous brasiliänisch, wäir dat sou urer?</p> <p>LZ (71,3,F): Sou, wij hare ain swart schaulleiresch, sai naim dat sou an as dat wäir. Fortele düste dai kiner já ni ine schaul dai müste já stil sijte, grår wen dai leese däire, [ni taum forståen] müste já ale gans stil sijte... un wek däire den uk bal leire... brasiliänisch fortele un:::</p> <p>Entrevistadora: Åwer sai däir blous brasiliänisch fortele urer däir sai uk pomerisch fortele?</p> <p>LZ: Sai däir blous brasiliänisch fortele.</p>	<p>Entrevistadora: Isso era muito rígido, naquela época, quando vocês iam para a escola, vocês podiam falar em pomerano ou só brasileiro, era assim ou?</p> <p>LZ: Assim, nós tínhamos uma professora negra, ela aceitava a situação como era. As crianças não podiam conversar dentro da sala, tinham que ficar sentados e calados, exceto quando liam [incompreensível], tinham que ficar calados... e alguns também aprendiam logo... a falar português e :::</p> <p>Entrevistadora: Mas ela só falava português ou também falava pomerano?</p> <p>LZ: Ela só falava português.</p>

De fato, uma escola que valoriza exclusivamente a língua, a tradição e a cultura dominantes desfavorece a manutenção da língua minoritária, no caso a pomerana. Então, se as crianças estudavam por poucos anos, as chances de se manter a língua de imigração era muito maior. Entretanto, atualmente, muitas crianças já se propõem a estudar mais, a frequentar o Ensino Médio e até cursar uma faculdade. Pelos nossos dados, tivemos a oportunidade de constatar o aumento substancial da escolarização dos pomeranos.

Certamente, deve-se ficar atento à atuação da escola, pois ela pode levar ao conhecimento e compreensão do grupo étnico e a vontade de mantê-lo. Mas pode também tornar a língua minoritária obsoleta, se não lhes for útil para os estudos e o novo tipo de trabalho que se deseja.

O ideal seria que a escola apoiasse e valorizasse a língua materna de seus alunos, mas isso nunca aconteceu. Ao contrário, houve a proibição das línguas de imigração, conforme explicitamos em 5.1.2. Entretanto, essa falta de apoio institucional, que foi prejudicial à manutenção das demais línguas minoritárias, parece não ter afetado o pomerano, devido a vontade de se manter a língua de imigração. Uma informante assinalou essa resistência: em público não se podia falar pomerano, mas em casa não havia ninguém que impedisse.

Excerto 31	Excerto 31 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Un den... Dun as duu klain wäist dāist duu... dāire dai ales meist up Pomerisch sou, dai lüür... dat fortele?</p> <p>MB (71,0,F): Uhum. Ales up pomerisch... Un dun ais, dai tijd as wäst wou ik gans klain wäst bün, kijk as dun wāire dai gruïn hemde rijne koome dun Hät düst kair Pomerisch reere.</p> <p>Entrevistadora: Ah! Un in dijn familch is dat den uk...</p> <p>MB: Já, mamai hät dat den ümer forteld. Kijk mamai is den, wen sai upm dans gāe wāir, urer... dār weegen as air dans wäst un dār har düst kair pomerisch fortele, dai har's glik, wāir glik sequestrad woure.</p> <p>Entrevistadora: Maine Seit.</p>	<p>Entrevistadora: E... quando você era pequena você... as pessoas falavam mais em pomerano?</p> <p>MB: Uhum. Tudo em pomerano... E aí uma vez teve um tempo quando eu era bem pequena, aí tinha os camisas-verdes e ninguém mais podia falar pomerano.</p> <p>Entrevistadora: Ah! E na sua família isso também...</p> <p>MB: Sim, mamãe sempre contava. Quando mamãe ia aos bailes, ou... teve um baile uma vez e lá ninguém podia falar pomerano porque senão era logo sequestrado.</p> <p>Entrevistadora: Meu Deus.</p>

<p>MB: Un dun nâher is dat jâ werer weg wäst. Dun is dat jâ werer foroiwer wäst dun häwe küüt dai lüür jâ werer Pomerisch reere</p> <p>Entrevistadora: Åwer ine huus küüne jijj...</p> <p>MB: Jâ, t'huus jâ, kijk t'huus wäire jâ dai ni. Åwer dai Pomerische kirche sin dun sogår tau mokt woure.</p> <p>Entrevistadora: Jâ?</p> <p>MB: In dai tijd</p> <p>Entrevistadora: Un dai praistes un souwat uk ales...</p> <p>MB: Ales preise noome woure dai häwe küüt kair Düütsch meir...</p> <p>Entrevistadora: Un dun wou häwe daí dat dun mokt?</p> <p>MB: Nâher häwe's dat werer... ales üm, dun is dat werer ales foroiwer wäst. Dat is ni lang wäst.</p> <p>Entrevistadora: Ah...</p> <p>MB: Dun häwe dai ale nog soun klain stäirn an kreeje, mijn mamai har früür nog ümer ain, grår as praiste R... nuu häwe's werer wek taum forköipen sou.</p> <p>Entrevistadora: Jâ?</p> <p>MB: Sou wäir dat, wee dun gruïn klain stain har, dai wäire den ale fon dai gruïn hemde in dai tijd.</p> <p>Entrevistadora. Ha-ã, ha-ã. Un dai keike den wee Düütsch fortele dâir?</p> <p>MB: jâ. Dai kreig glik, dai wäir glik sequestrad un preise noome.</p>	<p>MB: E depois isso acabou de novo. Depois isso passou e as pessoas podiam falar pomerano de novo.</p> <p>Entrevistadora: E em casa vocês podiam...</p> <p>MB: Sim, em casa sim porque eles não estavam lá. Mas as igrejas pomeranas foram fechadas naquela época.</p> <p>Entrevistadora: Ah é?</p> <p>MB: Naquela época</p> <p>Entrevistadora: E os pastores e tudo isso também...</p> <p>MB: Foram todos presos e não podiam mais falar alemão...</p> <p>Entrevistadora: E como eles faziam então?</p> <p>MB: Depois eles... tudo, aí tudo passou. Isso não durou muito tempo.</p> <p>Entrevistadora: Ah...</p> <p>MB: Naquela época todos recebiam uma pequena estrela, minha mãe tinha uma antigamente, assim como pastor R... tinha agora para vender de novo.</p> <p>Entrevistadora: É?</p> <p>MB: Assim era, os camisas-verdes tinham uma pequena estrela verde para indicar que eles eram camisas-verdes naquela época.</p> <p>Entrevistadora. Ha-ã, ha-ã. E eles vigiavam quem falava pomerano?</p> <p>MB: Sim. Esses logo apanhavam, esse logo era sequestrado e preso.</p>
---	--

Apesar de toda ameaça e o medo dos pomeranos, bem como dos demais imigrantes, é nítida sua resistência e persistência de manter essa língua que falavam. Esse aferro que os move é um forte fator, talvez um dos mais importantes, para a manutenção linguística.

Vimos que hoje já há um programa de ensino da língua pomerana nas escolas municipais de Santa Maria de Jetibá, mas somente no futuro conheceremos seus

resultados. Essa iniciativa, *a priori*, pode ser muito benéfica para a manutenção, visto que pela educação formal pode-se oferecer a alfabetização e aumentar a competência linguística na língua minoritária (GILES *et al.*, 1977).

Voltando aos fatores favorecedores da manutenção/substituição linguística, o *status* econômico e social dos grupos que falam a língua minoritária também são relevantes. Giles *et al.* (1977) acreditam que a língua minoritária é afetada negativamente, se seus falantes pertencerem à classe baixa. E, em tempos de modernização, segundo esses autores, as línguas minoritárias tendem a sofrer um duplo estigma: seus falantes são considerados, além de pobres, tradicionais e antiquados, incapazes de suportar a realidade econômica moderna.

Os pomeranos que emigraram eram praticamente todos pobres e, durante muitos anos, no Brasil, permaneceram assim. Todavia, a característica de imigrante trabalhador, do qual os pomeranos tanto se orgulham, deu a eles condições de vida melhores. Nesse sentido, a qualidade de imigrante trabalhador e vencedor dá aos descendentes de pomeranos um *status* social positivo. Isso os mobiliza e os inspira a se agruparem e se valorizarem como imigrantes vencedores: conseguiram alcançar o que tiveram que buscar do outro lado do Oceano Atlântico. É claro que esse reconhecimento é limitado, é local. Ao nível do estado do Espírito Santo, ele se reduz, pelo fato de que o grupo é pequeno.

Aí voltamos à questão do tamanho do grupo e sua concentração. Grupos pequenos e dispersos são fortemente propensos a abandonar uma língua de imigração (GILES *et al.*, 1977; GROSJEAN, 2001; BAKER; JONES, 1998; HAUGEN; FISHMAN, *apud* DE HEREDIA, 1989). Já sabemos que 2.400 imigrantes pomeranos representavam uma parcela muito pequena da população. Esse fato não seria capaz de favorecer a manutenção. Em contrapartida, a formação das ilhas linguísticas, dada a concentração pomerana em determinados pontos do território espírito-santense, foi benéfica, pois, apesar de serem poucos, numericamente, estavam juntos, o que ajudava a sua organização social.

A despeito da falta de políticas públicas de inclusão para os imigrantes e da estereotipação feita pela mídia, os pomeranos, que não gostavam de atrair holofotes sobre si mesmos, tiveram que unir-se mais, ajudar-se e desenvolver-se, para

garantirem seu lugar. Apesar de o preconceito ser inadmissível e de trazer consequências negativas para as vítimas, ele uniu ainda mais esses imigrantes.

Outro fator apontado como favorecedor da manutenção/substituição linguística é a (dis)similaridade cultural dos grupos envolvidos. Segundo Fishman (1979) e Appel e Muysken (1996), a dissimilaridade cultural ajuda na preservação das línguas minoritárias, pois, quando as culturas são semelhantes, há uma tendência maior à miscigenação e, portanto à substituição linguística. No caso dos pomeranos, a língua, a religião, a cultura de um modo geral, eram muito diferentes dos brasileiros, o que deixava a língua de imigração mais propensa a se manter.

Até aqui, vimos os fatores favorecedores da manutenção/substituição linguística, apontados na literatura do Contato de Línguas. E chegamos a conclusão de que a lista de fatores que aplicamos à língua em estudo não dá conta de explicar a manutenção com veemência e eloquência. Como favorecedores da manutenção, temos até aqui, apenas cinco: a instalação na zona rural; o grande número de casamentos interétnicos; a religião; a dissimilaridade cultural; e a recente introdução da língua minoritária na escola. Esses fatores tiveram que ser páreo para mais de uma dezena de fortes fatores de substituição: número pequeno de imigrantes; interrupção das imigrações; migração interna; imigração definitiva, sem retorno; vontade de ascender socioeconomicamente; crescente processo de urbanização; aumento da escolarização; número expressivo de casamentos exogâmicos; a pobreza inicial; as campanhas de nacionalização; e o preconceito. Por essa lista, não é difícil entender porque tantas línguas de imigração com histórias parecidas com a do pomerano se perderam, caso dos italianos (PERES, 2011a; 2011b) e dos holandeses (SCHAFFEL, 2010).

A título de sintetização, retomemos o quadro proposto por Baker e Jones (1998), apresentado no Capítulo 3. Para dar a dimensão da improbabilidade da manutenção do pomerano, já que há muitos mais fatores de substituição do que de manutenção, organizamos um novo quadro, que traz resumidamente tudo o que foi analisado até aqui. Os fatores marcados em **negrito** mostram a situação do pomerano, durante estes anos.

QUADRO 21: Fatores de manutenção e substituição linguística, em relação ao pomerano.

<p>Fatores políticos, sociais e demográficos de manutenção da língua pomerana</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O grande número de falantes que vivem juntos 2. A imigração é recente e contínua. 3. Os falantes continuam perto da pátria e têm facilidade de viajar à terra natal. 4. Possibilidade e vontade de retornar à terra ancestral. 5. Há uma comunidade linguística intacta na terra natal. 6. Estabilidade na ocupação. 7. Empregos disponíveis no território onde a língua é falada em casa diariamente. 8. Baixa mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Baixo nível de educação para restringir a mobilidade social e econômica, mas os líderes da comunidade mesmo com alta escolaridade são leais à sua comunidade linguística. 10. Identidade ligada ao grupo étnico, sem ligação identitária com a comunidade de língua majoritária via nativismo, racismo, isolamento ou discriminação étnica. 	<p>Fatores políticos, sociais e demográficos de substituição da língua pomerana</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pequeno número de falantes dispersos. 2. A imigração será longa e estável. 3. Pátria natal remota ou inacessível. 4. Baixa taxa de retorno à terra natal e/ou pouca intenção de voltar e/ou impossibilidade de voltar. 5. A comunidade linguística da terra de origem está em declínio. 6. Mudança profissional, em especial das zonas rurais para as áreas urbanas. 7. Emprego que requer o uso da língua majoritária. 8. Alta mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Alto nível de educação, gerando mobilidade social e econômica. 10. A identidade étnica é negada para alcançar a mobilidade social e profissional, o que é forçado pelo nativismo, racismo, isolamento e discriminação étnica
<p>Fatores culturais de manutenção da língua pomerana</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituições que usam a língua minoritária (por exemplo, escolas, mídias, organizações comunitárias). 2. Cerimônias culturais e religiosas na língua minoritária. 3. Identidade étnica fortemente ligada à língua materna. 4. Aspirações nacionalistas como um grupo linguístico. 5. Língua materna como língua nacional. 6. Apego emocional à língua materna, gerando autoidentidade e etnia. 7. Ênfase em laços familiares e de coesão da comunidade. 8. Ênfase na educação em escolas de língua materna para aumentar a consciência étnica. 9. Baixa ênfase na educação, se na escola se usar a linguagem da maioria. 10. Cultura diferente da cultura da língua majoritária. 	<p>Fatores culturais de substituição da língua pomerana</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de instituições na língua materna. 2. Atividades religiosas e culturais na língua majoritária. 3. Identidade étnica definida por fatores outros que não a língua minoritária. 4. Pouca ou nenhuma aspiração nacionalista. 5. A língua materna não é a língua nacional. 6. Autoidentidade derivada de fatores outros que não a língua. 7. Baixa ênfase em laços familiares e comunitários. Grande ênfase na realização individual. 8. Ênfase na educação de língua majoritária. 9. Aceitação da educação na língua majoritária. 10. Cultura e religião similares à cultura da terra de acolhimento.
<p>Fatores linguísticos de manutenção da língua pomerana</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A língua materna existe na forma escrita e é padronizada. 2. O uso de um alfabeto que permite o acesso aos materiais escritos de forma relativamente barata e fácil, no sentido da aprendizagem. 3. A língua materna tem status internacional. 4. A língua da alfabetização é usada na comunidade e na pátria. 5. Há flexibilidade no desenvolvimento da língua minoritária (por exemplo, o uso limitado de novos termos da linguagem majoritária). 	<p>Fatores linguísticos de substituição da língua pomerana</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A língua minoritária não tem a forma escrita e não é padronizada. 2. A utilização de um sistema que é caro para ser reproduzido e relativamente difícil de aprender a escrever. 3. Língua materna de pouca ou nenhuma importância internacional. 4. Analfabetismo na língua minoritária. 5. Não existe tolerância a novos termos da língua majoritária, ou tolerância demais a empréstimos, que conduzem à mistura e, eventualmente, à perda linguística.

Vimos, pois, que os fatores objetivos não estavam muito favoráveis à manutenção do pomerano, mas este sobrevive até hoje. Dessa forma, devemos buscar as causas dessa manutenção nos fatores subjetivos. De Heredia (1989), Fishman (1979) e Grosjean (2001) acreditam que as atitudes linguísticas ajudam muito a elucidar os processos de manutenção/substituição linguística. Diante disso, importa-nos analisar (1) as atitudes do grupo para com a sua língua - o pomerano -, (2) para com a língua majoritária - o português -, (3) para com o bilinguismo e o biculturalismo, (4) para com o purismo linguístico. Também nos interessam (5) as atitudes do grupo majoritário para com o minoritário. Vamos, então, a essas questões.

Na seção 5.1.2 tivemos oportunidade de discutir as atitudes linguísticas dos pomeranos para com a sua língua e para com a língua oficial. Por meio dos excertos ficou claro que 100% deles é a favor do bilinguismo aditivo, da entrada do português sem a saída do pomerano. No entanto, quando perguntados sobre a beleza e a utilidade de suas línguas, o G-III e o G-IV não escondem sua admiração e apreço pelo pomerano e o G-I e G-II, no outro extremo etário, mostram-se mais envolvidos pelo Português. Ambos os grupos, no entanto, concordam que o português é necessário, mas que, por ele, não se deve perder a língua de imigração.

Vimos também que o G-IV é o único que vê a mistura das línguas com preocupação - temem que ela se dê porque os jovens não querem mais falar o pomerano -, os demais grupos veem a prática com naturalidade, como uma decorrência do bilinguismo. Entretanto, o G-I se sente menos competente nessa língua, porque acredita não conhecer todas as palavras.

As atitudes do grupo majoritário para com o minoritário sempre foram pautados no preconceito, inclusive no linguístico. O pomerano foi taxado, pejorativamente, de dialeto por muito tempo, tanto em relação ao alemão - 'o pomerano é um alemão errado' -, como também em relação ao português - 'o pomerano é uma língua sem tradição escrita'. Ora, desprestigiar o código linguístico é uma atitude que objetiva à sua substituição. Entretanto, apesar de a escola e o *Outro* empreenderem esse tipo de preconceito, os falantes do pomerano mantiveram sua língua. Afinal, lembremos

que a distinção entre língua e dialeto é muito política e, para os falantes da língua de imigração, o pomerano é uma língua que supre suas necessidades comunicativas.

Atualmente, mais especificamente nos últimos 5 anos, a escola, instituição da língua majoritária, por excelência, abriu um pequeno espaço para o ensino da língua pomerana. Certamente, é cedo para avaliar suas implicações na ordem da manutenção, mas é inegável que mostra um avanço na autoestima do falante de pomerano e uma nova possibilidade de pensar na língua de imigração de modo prestigioso. Isso se vê no excerto a seguir, onde se vê também que a escola é só mais um âmbito de valorização da língua, esta só ajudará se a família conseguir manter seu papel, que é crucial nesse processo de manutenção.

Excerto 32	Excerto 32 - Tradução livre
<p>SSN (37,8,F): Un ik har mij dat sou innoome, ik har mij sou innoome: wou J. klain wäir dai schul Döötsch fortele, dun wäir dat já ,dun fängt dat já an ine schaul müst nog as Döötsch leirt já</p>	<p>SSN: E eu tinha pensado assim, eu tinha pensado que, quando J. era pequena era para ela falar pomerano, era naquela época que começou que a escola tinha que ensinar pomerano.</p>
<p>Entrevistadora: J. is dijn klenst?</p>	<p>Entrevistadora: J. é sua caçula?</p>
<p>SSN: Mijn klenst já. Ik dau eer blous Döötsch leire un den dâr bij dâit B. uk leire. Ik sâg B. ni, wij dâire ous schimpe ine huus "oi, wem hât mit J... Brasiliänisch reert?" Den dâir ik shimpe "D. hai dâir den, hai dâir uk al..." com isso ele ia acabar aprendendo também.</p>	<p>SSN: Minha caçula, sim. Eu só vou ensinar pomerano, com isso B. [filha mais velha] também aprenderia. Eu falava B. não, a gente brigava dentro de casa "quem falou português com a J.?" Aí ela falava "D. [marido] ele já, ela também já [entendia]..." com isso ele ia acabar aprendendo também.</p>
<p>Entrevistadora: Ele ia...</p>	<p>Entrevistadora: Ele ia...</p>
<p>SSN: E você sabia que aí eu sabia e ia deixava ela com mamãe. Invés dela... mamãe ter ensinado pomerano pra ela, ela acabou ensinando português pra mamãe, entendeu?</p>	<p>SSN: E você sabia que aí eu sabia e ia deixava ela com mamãe. Invés dela, mamãe ter ensinado pomerano pra ela, ela acabou ensinando português pra mamãe, entendeu?</p>

Diante de tudo que foi exposto até aqui, percebemos que os fatores que contribuíram para a manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá são, em sua maioria, subjetivos. É verdade que a língua não foi prestigiada pela sociedade brasileira, mas conta muito o apreço dos falantes da língua. Eles é que decidem se falarão ou não a língua minoritária. Também seria muito prejudicial o purismo, dizer, por exemplo, que são contra a entrada do português na comunidade. Embora, haja certa desconfiança para o avanço do português, na forma de

bilinguismo, eles são favoráveis a inclusão do português no repertório linguístico da comunidade. Todavia, acima de tudo isso, está a admiração e o envolvimento da comunidade para com a sua língua. Com obstinação eles pregam a manutenção de sua língua às futuras gerações. Essa consciência e luta em prol da língua é crucial para a manutenção da mesma.

Se nós compararmos os dados do pomerano com os de outras línguas minoritárias no Espírito Santo, vemos que, decerto, a manutenção pauta-se muito mais nos fatores subjetivos do que nos objetivos. Essa comparação é o que passamos a fazer a seguir.

A substituição do vêneto e do zeelandês, duas línguas de imigração faladas pelos italianos e holandeses, respectivamente, no Espírito Santo, deu-se conforme o previsto pela Lei da Terceira Geração. A história da emigração holandesa e italiana, com exceção de algumas especificidades, aconteceu pelos mesmos motivos: guerras, industrialização, migração do rural ao urbano, contingente populacional superior ao comportado pelas cidades europeias, desemprego, pobreza, fome. Aqui no Brasil, a história se desenvolveu de forma semelhante à da imigração pomerana: desilusão, muitas dificuldades, adaptação e reconstrução sem recursos.

Apesar das semelhanças, a história dessas línguas aqui no Espírito Santo seguiu outro caminho, que não o da manutenção linguística. O vêneto foi substituído pela língua majoritária, o português. O APEES (2013) nos mostra que o número de imigrantes italianos chegados ao Espírito Santo foi muito maior do que das demais etnias; esses imigrantes ocupam o primeiro lugar no *ranking* dos países mais bem representados numericamente no estado, com um total de 32.900 imigrantes (APEES, 2013), número catorze vezes maior que o dos pomeranos. Se olharmos o Mapa 8, esses imigrantes estão presentes em grande parte do território capixaba. Há cidades que foram colonizadas quase que exclusivamente por italianos e mostram-se orgulhosas disso. Cultivam suas tradições e promovem festas e eventos para celebrar sua cultura. Esta, de maneira geral, não se perdeu, apenas foi valorizada nos últimos anos, numa espécie de "renascimento étnico" (EPSTEIN, *apud* FROSI, 2010, p. 54). Essa valorização cultural se desenvolveu depois que houve a completa instalação dos descendentes dos imigrantes em território

brasileiro, quando, esquecidos das dores pelas quais passaram seus antepassados, se interessaram pela identidade étnica italiana e procuraram trazê-la ao contexto atual, em que os italianos e os ítalo-brasileiros já se encontram em outro contexto político, econômico e social. Essa transformação cultural é natural, conforme vimos na Seção 5.1.6, e ajuda-os a resignificar as tradições trazidas para o Brasil.

Está claro que não é uma tentativa de reviver um sistema de vida que foi deixado no passado, mas, sim, de valer-se das oportunidades que essa ascendência lhes pode oferecer. Isso só é possível porque a Itália se projetou positivamente no mundo.

Segundo Peres (2011a; 2011b; 2014), sociolinguista que pesquisa as línguas de imigração italianas no Espírito Santo, as línguas dos imigrantes italianos se perderam e, mesmo com o renascimento étnico, não foi possível trazê-las de volta. Já há interesse pela língua italiana padrão, mas não pelos dialetos que se falavam à época da imigração.

A pesquisadora explica que nem a enorme quantidade de imigrantes italianos foi suficiente para manter sua língua. Os fatores motivadores da substituição do vêneto pelo português são, de acordo com a autora: a repressão governamental sofrida pelas línguas estrangeiras durante o governo de Getúlio Vargas, o ensino formal do português, o contato direto com outros povos e etnias, as lembranças negativas da terra de origem - pobreza e guerras - e a ausência de uma mobilização efetiva da sociedade civil para manter viva a língua minoritária e o preconceito (PERES, 2011a; 2011b; 2014). Poderíamos acrescentar a isso ainda a similaridade cultural e linguística (línguas românicas).

Já os holandeses vieram em número bastante reduzido: 324 imigrantes - 6,8 vezes menor que os pomeranos e 101,5 vezes menor que os italianos. Esse grupo sofreu muito com a migração interna, a exemplo do que também aconteceu com os pomeranos.

O Zeeuws se manteve apenas até a terceira geração. Cerca de 35% dos descendentes de imigrantes entrevistados por nós⁴¹ adotaram a língua pomerana. Segundo os resultados de nossa pesquisa, foram vários os fatores que impulsionaram a substituição dessa língua: o pequeno número de imigrantes, os casamentos mistos, a migração, o desprestígio do dialeto na sociedade, o preconceito e discriminação contra os holandeses, a pobreza dos imigrantes e seus descendentes e a escolarização em português (SCHAFFEL, 2010).

Contudo, o aspecto mais doloroso de toda a imigração holandesa, de acordo com nossos informantes, foi a necessidade de abdicar da religião calvinista, devido ao abandono da igreja para com esses imigrantes. Eles sempre esperaram por um pastor calvinista, mas nunca foram atendidos por um (SCHAFFEL, 2010). Assim, negando-se a adotar o catolicismo, que era muito diferente de sua religião anterior, principalmente em relação aos santos e intemperança dos rituais - lembremos que os calvinistas têm grande temperança na sua vida religiosa e social -, não tiveram outra alternativa, a não ser juntar-se aos luteranos, que, por sua vez, são majoritariamente pomeranos. Essa filiação descaracterizou-os, pois não se trata apenas de adotar uma nova religião, mas também outros valores, tradições e crenças.

Enfim, a identidade étnica perdida com a desilusão religiosa foi talvez o maior problema para a manutenção do Zeeuws, que, atualmente, conta com menos de 20 falantes no Espírito Santo (SCHAFFEL, 2010).

O que se pode observar, diante dessas rápidas comparações, é que a questão central da manutenção linguística consiste na unidade identificadora e caracterizadora da comunidade linguística. Essa unidade deve ser capaz de manter a coesão do grupo, que deve ter atitudes favoráveis para consigo mesmo. Ao contrário do que possa parecer, a escolaridade e o contato com o *Outro* não são os fatores centrais da manutenção ou da substituição linguística, pois eles só prejudicarão a preservação da língua minoritária se não houver mais nenhum

⁴¹Schaffel (2010) entrevistou 76 descendentes de imigrantes holandeses. Destes, apenas 61 responderam à pergunta que versava sobre a língua adotada pelos imigrantes e descendentes zeelandeses. E é sobre este total que se calcula a porcentagem.

aspecto que identifique o grupo étnico, que o ligue, que o conecte ao seu grupo e a sua língua. Como vimos, os pomeranos podem e, na verdade, devem aprender a língua da nação acolhedora. Na verdade, atualmente isso é mais um aspecto de sua identidade. Os pomeranos não são só pomeranos, são espírito-santenses, são brasileiros, e essas características outras não os tornam menos pomeranos, conforme discutimos em 5.1.6.

Concluindo esta Seção, vale dizer que preservar uma língua de imigração não é tarefa fácil, pois muitas questões entram em jogo nesse processo. Neste, os fatores objetivos são importantes, mas não são os essenciais. A ligação que existe entre língua e falante é forte o bastante para resistir a essas pressões. No entanto, quando essa conexão se enfraquece, motivada, principalmente, pela subjetividade que atua sobre as atitudes e a(s) identidade(s) da comunidade linguística, aí quebra-se um elo: aquele falante não pertence mais ao universo daquela língua e daquela cultura, e vice-versa.

O excerto 32 dá-nos clareza da influência dos fatores externos, mas também nos mostra a força dos internos. Valorizada, a língua ganha *status* fora da comunidade, mas o principal para a sua manutenção é a transmissão intergeracional no âmbito familiar. Sendo assim, muitas vezes o valor que é conferido à língua fora da comunidade é um ganho complementar e importante, mas o valor dado a ela no âmbito da família é seu meio de sobrevivência. Então, nesse espaço, o do lar, deve haver uma intervenção no sentido de ajudar e aconselhar a família sobre a importância de se repassar sua língua materna às futuras gerações e o direito de se fazê-lo.

Tendo, pois, a confirmação da manutenção da língua pomerana até os dias de hoje conhecendo as dificuldades enfrentadas, é hora de conhecermos como está o grau de vitalidade da língua pomerana. Apesar da superação da Lei da Terceira Geração (WEINREICH, 1970 [1953]), a língua pomerana passou por muitas dificuldades e foi pressionada por muitos fatores de substituição linguística, tudo isso pode ter abalado sua vitalidade. Isso é o que procuramos descobrir no seguinte tópico.

5.1.7.1 Verificando o estágio vitalício da língua pomerana: o que os dados indicam para o futuro

Na Seção 3.2.6.1 de nosso Capítulo Teórico, tivemos a oportunidade de ler o documento *Language Vitality and Endangerment*, da UNESCO (2003). Esse documento, conforme visto, traz um modelo de interpretação que visa diagnosticar o estágio vitalício de uma língua. Dada a grande complexidade que é estabelecer um grau de vitalidade para uma língua de imigração, tentaremos alcançar nosso objetivo em duas etapas: na primeira, verificaremos o grau de vitalidade atual do pomerano, segundo os critérios definidos pela UNESCO (2003); na segunda, analisaremos a opinião dos entrevistados quanto à vitalidade de sua língua. Por último, conectaremos os dados encontrados por nossa pesquisa ao estágio vitalício do pomerano, a fim de observarmos em que direção vai a língua pomerana: se no caminho da manutenção ou da substituição linguística.

As muitas perguntas consideradas neste item de análise já foram analisadas em outras Seções, tais como 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.7, e não vamos repeti-las aqui. Passaremos, agora, à análise da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, segundo os critérios estabelecidos no documento *Language Vitality and Endangerment*, da UNESCO (2003).

O primeiro fator colocado por esse órgão internacional refere-se à *transmissão intergeracional da língua*. Por meio de seis graus colocados num *continuum* que vai de 0 a 5, verifica-se a transmissão da língua para as futuras gerações. Conforme pudemos observar no tópico 5.1.1, sobre o repertório linguístico da comunidade e 5.1.4, sobre o bilinguismo presente na comunidade, observamos que o pomerano continua sendo falado por todos os grupos etários. Está claro que variam as atitudes e a preferência dos sujeitos, e os domínios em que o pomerano é usado (conforme tópicos 5.1.2 e 5.1.3); no entanto, não temos nos nossos dados nenhum informante que desconheça, ou melhor, que não fala a língua pomerana.

No fator *transmissão intergeracional*, coloca-se a problemática de definir o grau de ameaça ao pomerano, pois essa língua ainda é usada por todas as faixas etárias,

inclusive as crianças – alcançando, portanto, o grau 5, *segura* –, mas ela não é usada em todos os domínios e funções pelas crianças – alcançando o grau 4, *insegura*. Diante disso, optamos por dar o grau 4; quanto à transmissão intergeracional, o pomerano está inseguro.

O fator 2, *número absoluto de falantes*, é um dado praticamente impossível de ser fornecido. Vimos que o município de Santa Maria de Jetibá contava, em 2010, segundo o IBGE, com mais de 34.000 habitantes. Destes, cerca de 81% da população se declarou *branca* e cerca de 65% se declarou *luterano*. Esses dados fornecidos pelo IBGE dão conta de nos dizer que a maioria da população do município é pomerana. A nível de estado, Tressmann (2005) estima que há 120.000 pomeranos no Estado, número pequeno frente ao número de habitantes do Estado do Espírito Santo, mas significativo se considerarmos que a zona rural espírito-santense não é muito populosa⁴². No fator 3, que verifica a *proporção de falantes dentro da população total*, não podemos estabelecer um grau preciso, mas, por se tratar de um grupo étnico minoritário, o número de indivíduos é reduzido se olharmos para o Estado ou até mesmo o Brasil. Ainda assim, vamos estabelecer o grau 4, quando uma boa parcela da comunidade local fala a língua de imigração.

Para analisarmos o quarto quesito, sobre *os domínios que a língua abarca*, precisamos resgatar o tópico 5.1.3 do presente trabalho. Lá vimos onde, com quem e a gama de tópicos para os quais a língua pomerana é utilizada. Vimos que a língua pomerana não é utilizada nos domínios da igreja e da escola, e os domínios mais informais estão começando a ser penetrados pela língua majoritária. Tal situação confere à língua pomerana o grau 3, onde se percebe a diminuição dos domínios, segundo a UNESCO (2003).

Se a língua minoritária não está em todos os âmbitos, o que dizer da *resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação*, o fator 5 do Documento? Conhecemos a importância da mídia para ampliar o alcance e o poder da língua usada por ela. Assim, se a língua adotada pelos meios de comunicação for a língua

⁴² No censo demográfico de 2010, o Espírito Santo contava com 3.097.232 habitantes. Desse total, 1.385.144 residiam na região metropolitana da Grande Vitória, que compreende os municípios de Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica, Serra, Fundão e Guarapari.

minoritária, esta terá mais relevância para a vida moderna de seus falantes; caso contrário, a língua passa por atrasada, desatualizada ou antiga. Então, ao analisarmos o uso da língua pomerana nos novos meios de comunicação, veremos que ela alcança, no máximo, o grau 2, quando o idioma é usado em alguns novos domínios. O pomerano já é utilizado na rádio local, em um jornal religioso veiculado pela igreja luterana e em alguns folhetos de propaganda que circulam na cidade. Além disso, observamos que, mesmo tímidas, há iniciativas que tentam trazer a língua minoritária ao universo da internet e das redes sociais.

O fator 6 diz respeito aos *materiais para a educação e a alfabetização*, importante para o registro da língua e essencial para a vitalidade linguística. Já vimos, nas Seções anteriores, que a língua pomerana está sendo ensinada nas escolas. Essa aula de língua pomerana se dá como qualquer aula de língua estrangeira: integra o currículo com uma aula semanal. Também não há, ainda, materiais didáticos suficientes. Além disso, o sistema ortográfico está sendo criado pelo professor doutor Ismael Tressmann pautado no sistema de escrita das línguas baixosaxônicas e a literatura de ficção e/ou não-ficção é rara. Diante desse quadro, não passamos do grau 2, porque, para grande parte dos pomeranos, a língua escrita ainda não é uma realidade; contudo, inegavelmente, tem alto valor simbólico.

Além desses seis fatores de análise do grau de vitalidade de uma língua, o documento da UNESCO (2003) apresenta dois que se referem ao apoio institucional e político à língua e às atitudes dos membros em relação à língua materna.

Quanto ao fator 7, em que se discutem as *atitudes governamentais, políticas e institucionais em relação à língua minoritária*, vemos que há uma *assimilação passiva*, usando as palavras do documento, isto é, o pomerano tem recebido, nos últimos anos, proteção e apoio, com a cooficialização da língua no território municipal. Ainda assim, no domínio público, a presença da língua de imigração ainda é incipiente. No comércio, em contrapartida, ela é uma realidade. Assim, podemos outorgar o grau 4 ao pomerano.

Quanto ao fator 8, que diz respeito às *atitudes dos membros da comunidade em relação a sua própria língua*, podemos dar o grau máximo ao pomerano, pois,

conforme foi visto na seção 5.1.2, todos os entrevistados dão valor a sua língua e desejam vê-la promovida.

O último fator de avaliação trazido pelo documento refere-se à *documentação da língua*. Nesse quesito, quanto ao pomerano, ainda há muito o que se fazer. Temos poucos materiais escritos, apenas um dicionário, não há mídia diária escrita na língua de imigração e os áudios ainda não têm excelência. Certamente, a comunidade e os pesquisadores já estão envolvidos com o registro, mas ainda há muito mais para se fazer. Portanto, conferimos o grau 3, *razoável*, à língua pomerana.

Sintetizando os resultados de nossa análise numa tabela, temos o seguinte

TABELA 5: Grau de vitalidade do pomerano.

FATORES		GRAU DE VITALIDADE DO POMERANO
I	Transmissão intergeracional da língua	4
II	Número absoluto de falantes	Maior parte da população local
III	Proporção de falantes dentro da população local	4
IV	Domínios que a língua abarca	3
V	Resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação	2
VI	Materiais de alfabetização	2
VII	Atitudes governamentais, políticas e institucionais	4
VIII	Atitudes dos membros da comunidade para com a sua própria língua	5
IX	Documentação da língua	3

De uma forma geral, podemos atribuir um grau 4 para a vitalidade da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá. Lembremos que o grau 5 é o nível máximo que indica que a língua está segura. Logo abaixo, no nível 4, já se vê a língua como insegura. Ou seja, a língua mesmo insegura, não está para nós, sob ameaça eminente.

Höhman (2010), entretanto, chegou a um resultado mais pessimista. Em sua avaliação a língua pomerana está entre os graus 2 e 3 (HÖHMAN, 2010, p. 147-153). Esse resultado foi baseado na seguinte tabela:

TABELA 6: Grau de vitalidade do pomerano, segundo H hman (2010).

FATORES		GRAU DE VITALIDADE DO POMERANO
I	Transmissão intergeracional da língua	3
II	Número absoluto de falantes	---
III	Propor�o de falantes dentro da popula�o local	3
IV	Domínios que a língua abarca	3
V	Resposta aos novos domínios e aos meios de comunica�o	2
VI	Materiais de alfabetiza�o	3
VII	Atitudes governamentais, políticas e institucionais	3
VIII	Atitudes dos membros da comunidade para com a sua própria língua	2
IX	Documenta�o da língua	2

Então, em síntese, a autora alemã acredita que a língua é usada principalmente pela gera o dos pais e as que estão acima destes (Fator 1); na comunidade, a maioria fala a língua de imigra o (Fator 3); que esteja havendo uma diminui o dos domínios, pois a língua minoritária é usada no âmbito do lar e para muitas fun es, mas a língua dominante começa a penetrar nos domínios, inclusive do lar (Fator 4); a língua é usada em alguns novos domínios (Fator 5); existem materiais escritos e as crianças são expostas à modalidade escrita na escola (Fator 6); não existe uma política explícita para as línguas minoritárias (Fator 7); alguns membros apoiam a manuten o, os outros são indiferentes ou apoiam a substitui o (Fator 8); documenta o fragmentada da língua com alguns esboços gramaticais e texto útil para a pesquisa linguística restrita. Podem existir grava es de áudio e vídeos de diferentes qualidades (Fator 9) (H HMAN, 2010).

O documento *Language Vitality and Endangerment* (2003), da UNESCO, usado aqui para conferir um grau de vitalidade   língua é bastante geral: avalia todas as línguas e nenhuma especificamente. Por esse documento, a língua pomerana está, segundo a nossa pesquisa, no nível 4: *ameaçado*, e segundo H hman, no nível 2 a 3: *severamente a definitivamente ameaçado*, respectivamente. Esse grau de vitalidade atribuído pelas pesquisas depende da forma como se encaixam os dados na tabela estabelecida pela UNESCO.

⁴³ A autora também não define um número total de falantes.

Trata-se de uma língua de imigração, minoritária, ainda em fase de valorização, por isso, já podemos dizer que sua situação não é fácil. Foram muitos os tipos de pressão para que o grupo étnico se assimilasse e substituísse sua língua. Até agora, no entanto, os dados e as entrevistas mostram que a língua está mantida, na forma de bilinguismo aditivo.

É impossível que se faça uma previsão sobre a língua, no entanto, pelo apego e admiração que a língua oficial brasileira vem ganhando nos grupos I e II da comunidade linguística, a maior parte dos entrevistados acha que o pomerano está sob ameaça de extinção, conforme a tabela abaixo:

TABELA 7: Opinião dos falantes sobre a vitalidade do pomerano.

O pomerano está ameaçado de extinção em Santa Maria de Jetibá?	09 - 13 anos	14 - 30 anos	31 - 55 anos	> 55 anos	Total
SIM	0	9	6	8	23 - 57,5%
NÃO	0	1	2	2	5 - 12,5%
Não responderam	11	0	0	1	12 - 30%
TOTAL	11	10	08	11	40 - 100%

O G-I, pela própria idade, não se manifestou a respeito. Já no G-II, somente um dentre dez informantes acredita que a língua pomerana não está ameaçada, mas seu olhar sobre a questão e sua resposta são bastante ambíguos. Primeiro, sua resposta a uma pergunta, feita em pomerano, deu-se em português. Segundo, porque acha que em sua região não está bem, mas que outras, aparentemente, estão. Vejamos o excerto dessa informante.

Excerto 33

SSN (37,8,F): Mas, ele pode acabar, mas vai ser mui:::to [gesto com a mão, mostrando que demorará muito]. Aqui vai acabar antes, mas tem lugar que tem muito ainda.

O G-III, em contrapartida, tem clareza da diminuição crescente do uso do pomerano.

Excerto 34

HGH (51,4,F): Ine hochtijre sou, ist nog similig huiwig dat dai lüür fortele... Pomerisch. Blous dai junge lüür ni, áwer dai ule lüür sou as wij dai fortele nog seir pomerisch.

Excerto 34 - Tradução livre

HGH: Nos casamentos, ainda é bastante comum que as pessoas falem... pomerano. Somente as pessoas mais jovens que não, mas os mais velhos como nós ainda falam muito pomerano.

O G-IV tem a mesma sensação. Estão certos de que o pomerano está desaparecendo.

Excerto 35	Excerto 35 - Tradução livre
<p>NRP (60,4,F): Un nuu, sou as nuu, is dai "maioria" já al, kikst duu ruter denkst wist dai lüür nog Dүүtsch reere saie, is dat já al up brasiliånisch já [Entrevistadora: fänge dai al up brasiliånisch an já...] sogår air wit meisch duu denkst ik reer dai Dүүtsch na, un dai kümt al mit brasiliånisch 'Eu não entendo alemão' säge's den já.</p>	<p>NRP: E agora, como agora, a maioria é já, você olha para fora e quer falar pomerano com as pessoas ainda ai já é tudo em português [Entrevistadora: eles já começam a falar em português né...] até mesmo uma pessoa branca você pensa vou começar a falar pomerano com ele e ele já vem com o português 'Eu não entendo alemão' eles falam então.</p>
<p>Entrevistadora: Un platdүүtsch, mages dat nog ales reere hijr rümer sou urer...?</p>	<p>Entrevistadora: E pomerano, será que por aqui todo mundo ainda fala...?</p>
<p>FP (62,4,M): Weg já [ni taum forståen]... meist já [ni taum forståen]</p>	<p>FP: Alguns sim [incompreensível]... a maioria sim [incompreensível]</p>
<p>NRP: Wätst dai wile ni, åwer dai multe já. Sou as M... sin [kine] is uk "difícil" dai säge dij air wourd up Dүүtsch un dat anerd kümt al up brasiliånisch. Den säg ik ümer, ik säg eer dat ümer up Dүүtsch tröich, ik säg den ümer sou multe jij ni reere, jij multe mit dai ule lüür Dүүtsch reere säg ik den ümer. Que que é Dүүtsch? Sägt dai klair den.</p>	<p>NRP: Sabe eles não querem mais mas eles precisam. Assim como os [filhos] de M... também é difícil eles te falam uma palavra em pomerano e a outra já vem em português. Aí eu sempre falo, eu sempre respondo a eles em pomerano, eu sempre falo assim 'você não deve falar vocês tem que falar pomerano com os velhos', eu sempre falo. Que que é 'Dүүtsch'?, o pequeno fala então.</p>

A maior preocupação desse grupo é com os mais jovens, porque, segundo os informantes, todos os adultos ainda falam muito o pomerano.

Excerto 36	Excerto 36 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Hijr rümer, sägst duu daue dai ale nog Dүүtsch, platdүүtsch reere jeire dag sou?</p>	<p>Entrevistadora: Por aqui, você disse, que todos ainda falam pomerano todos os dias?</p>
<p>LZ (71,3,F): já, in jeire huus nog, jeire huus, grår wen dai kiner den oft t'houp sin, den daue dai brasiliånisch, wätst den wen soune houpe t'houp sin kanst dat já hoire, åwer sou fortele, dai groute bij'm bole smijten dog nog ümer ales up Pomerisch sou as... wij uk.</p>	<p>LZ: Sim em todas as casas ainda, exceto quando as crianças se juntam, aí elas falam em português, sabe quando aquele grupo está junto você ouve, mas assim eles falam [o pomerano], os adultos quando estão jogando bola ainda falam sempre em pomerano assim como.. nós também.</p>

De modo geral, os grupos III e IV estão pessimistas quanto à manutenção do pomerano, visto que, em sua observação, a língua está sendo abandonada pelos mais jovens. O G-II, entretanto, não se deu conta de sua participação nesse processo, pois, como vimos no excerto 33, eles não se veem participando

ativamente da substituição do pomerano; sua observação é feita a partir da conduta dos seus pares.

De fato, a língua de imigração pomerana passa por um momento crucial e único de sua história. De um lado está a crescente urbanização, o aumento da renda e da escolaridade e o contato mais intenso com outras etnias. De outro, está a crescente valorização étnica, os ganhos políticos da língua, o aumento de seu *status*, a padronização linguística e o seu ensino formal. Em suma, a língua pomerana vive duas situações que ainda não tinham sido experimentadas pela comunidade linguística: a abertura ao *Outro* e a valorização, sem precedentes. É impossível antever o que acontecerá porque, em nossa visão, essa situação é dúbia o suficiente para fazer eclodir tanto a substituição quanto a manutenção.

Claro está que certos indícios fornecidos por esta pesquisa não podem ser ignorados: a competência linguística dos falantes e a diferença da preferência linguística entre as gerações (BAKER; JONES, 1998). No tópico 5.1.3, vimos que esses sinais estão aparecendo, o que pode sinalizar uma possível substituição da língua de imigração pomerana em Santa Maria de Jetibá, no futuro.

Tendo-se, portanto, feito esse diagnóstico, há, segundo Fishman (1991, 2001), que se tomar uma atitude para preservar essa língua minoritária do desaparecimento. Diante do grau de vitalidade conferido à língua por nós, por meio do documento da UNESCO, e transpondo-o para os estágios elencados por Fishman (1991), passamos ao estágio 6. Esse estágio é, na opinião de Fishman (1991), crucial para a sobrevivência de uma língua. Nessa fase, deve-se incentivar não apenas a transmissão da língua, como o seu uso diário.

Ao mesmo tempo em que se dá esse incentivo, deve-se pensar nos domínios do planejamento formal, a fim de dar novos usos à língua sob ameaça. Entretanto, para a sua sobrevivência, deve-se buscar igualmente a valorização interna, e não apenas a externa, ou seja, não se deve buscar fora da comunidade aquilo que antes de tudo tem de estar dentro dela. A valorização externa recente do pomerano não veio antes da valorização interna. Os falantes cultivaram cuidadosamente sua língua por muitos anos, sem que houvesse sua valorização pelo *Outro*. Não podemos, agora, dar mais

ênfase ao *Outro* do que aos próprios falantes. Estes, sim, devem valorizar sua língua.

Assim, pensamos que se deve incentivar a manutenção do pomerano em regime de bilinguismo, já que este é aceito e praticado pela família-comunidade, como demonstra o excerto a seguir.

Excerto 37	Excerto 37 - Tradução livre
Entrevistadora: Denkst duu dai kiner hijr rüüme, wat duu süüst sou, leire dai nog ale Pomerisch foir dat sai “português “ leire?	Entrevistadora: Você acha que as crianças, por aqui, assim como você percebe, ainda aprendem o pomerano antes do português?
KBC (24,8,F): Hijr já... hijr leires meist ümer beit t’houp.	KBC: Aqui sim... aqui aprendem quase sempre as duas juntas.
Entrevistadora: Ümer beit t’houp?	Entrevistadora: Sempre juntas?
KBC: Ümer beit t’houp.	KBC: Sempre juntas.
Entrevistadora: Un wen’s grout ware sou, draitzen, fuftzen jár?	Entrevistadora: E quando crescem, treze, quatorze anos?
KBC: Nâher wen’s nane pré gâe den wiles ni meir geirn “pomerano”.	KBC: Depois quando vão à pré-escola não querem mais [falar] pomerano.
Entrevistadora. Wile’s ni meir.. Hijr gâe’s feel nanae pré?	Entrevistadora: Não querem mais... Muitos por aqui vão ao pré?
KBC: Ale multe’s já man.	KBC: Todos tem que [ir].
Entrevistadora: Hijr is den ain?	Entrevistadora: Aqui então tem uma [pré-escola]?
KBC: Nei, uune am “Kramaru”	KBC: Não, lá embaixo em Caramuru.
Entrevistadora: Wüst ik gâr ni... Un den denkst duu dai daue ümer beit t’houp leire?	Entrevistadora: Não sabia... Você acha então que eles sempre aprendem as duas juntas?
KBC: Uhum	KBC: Uhum.
Entrevistadora: Ale mit dai fâters un muters urer mit wat aners sou as television, urer sou wat?	Entrevistadora: Com os pais ou com outra coisa como televisão, ou coisa assim?
KBC: Fâter un muter un, kijk as, nane kirch gâen den un ales sou wat...	KBC: Pai e mãe e, olha, na ida à igreja e tudo isso...
Entrevistadora: Ales trekt nam “português”?	Entrevistadora: Tudo puxa para o português?
KBC: Dai television uk.	KBC: A televisão também.

A escola e a televisão sempre foram dominadas pelo português, mas a comunidade mantinha suas tradições e sua cultura orientadas pela língua pomerana. A família e a comunidade não só podem, como já saíram do monolinguismo pomerano e estão no bilinguismo pomerano/português. No entanto, manter esse bilinguismo é tarefa da família que deve se empenhar para que o pomerano não saia do seu lar. Para isso, é necessário que a comunidade se envolva na elaboração de políticas e lute para que as já criadas sejam implementadas. Além disso, deve-se fazer um trabalho com os grupos I e II, ou seja, com os jovens de até 30 anos, que mostre as vantagens e o valor do bilinguismo. Deve-se mostrar que o bilinguismo é, no mundo, uma regra e não uma exceção. Por fim, os pais devem ser orientados a falar em pomerano com seus filhos, senão acontece o que mostra o excerto abaixo:

Excerto 38	Excerto 38 - Tradução livre
<p>Entrevistadora: Wou jij klain wäire, denkst duu jij häwe meir Dүүtsch hōirt as hūüt? ... Wätst dai lүүr deire meir Dүүtsch fortele as hүүtsendāgs?</p>	<p>Entrevistadora: Quando vocês eram pequenos, vocês acham que ouviam mais pomerano que hoje?... Sabe, as pessoas falavam mais pomerano que hoje em dia?</p>
<p>RVP (31,8,F): Jā...</p>	<p>RVP: Sim.</p>
<p>CP (35,8,M): .Jā</p>	<p>CP: Sim.</p>
<p>RVP: Com certeza.</p>	<p>RVP: Com certeza.</p>
<p>CP: Ale weegen wou as duu koome dāist...</p>	<p>CP: Em todo lugar que chegávamos.</p>
<p>RVP: Dat dāir, wāir Dүүtsch. Un hүүtsendāgs wou? ...wou... vou dar um exemplo, igual hijr: wij beit fortele weinig Dүүtsch, anerd sijt dāire's blous Dүүtsch fortele, mit ous kiner fortele dai kair Dүүtsch!</p>	<p>RVP: Isso tinha, era pomerano. E hoje em dia, onde?... Onde... vou dar um exemplo, igual aqui: nós dois conversamos pouco em pomerano, do outro lado [casa dos sogros] só conversavam em pomerano, mas com os nossos filhos eles não falam mais pomerano.</p>
<p>CP: Un den schāle sai Dүүtsch fortele...</p>	<p>CP: E é para eles falarem pomerano.</p>
<p>RVP: Sai beit schāle Dүүtsch fortele, āwer sai wile ni, sai fortele ni Dүүtsch mit eer.</p>	<p>RVP: Eles [os dois filhos] sabem falar pomerano mas eles não querem, eles não falam pomerano com eles [filhos].</p>
<p>Entrevistadora: Daue laiver up "português" reere?</p>	<p>Entrevistadora: Preferem falar em português?</p>
<p>RVP: Jā... Igual o sogro quase não fala português, mas ik häw sāgt den schimpe sai, wou oft schimpe sai wij schāle dai kiner Dүүtsch leire ik sāg jā, dat lount ni blous wij hijr Dүүtsch fortele den müste sai uk Dүүtsch fortele</p>	<p>RVP: Sim... Igual o sogro quase não fala português, mas então eles brigam, quantas vezes eles brigam comigo para eu ensinar pomerano, aí eu falo sim, não adianta só a gente falar pomerano, eles também tem que falar</p>

<p>Entrevistadora: Un häwe sai nog al beitt Düütsch leirt urer?</p> <p>RVP: Muito pouca coisa.</p>	<p>pomerano.</p> <p>Entrevistadora: E eles ainda aprenderam o pomerano ou?</p> <p>RVP: Muito pouca coisa.</p>
--	---

De fato, é preciso conscientizar a família para o seu papel na manutenção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, sintetizaremos os principais resultados e mostraremos as contribuições teórico-metodológicas e as implicações práticas desse estudo.

Ao longo desse trabalho, pudemos perceber que estudar o processo de manutenção de uma língua de imigração, como, por exemplo, o pomerano, é verdadeiramente uma tarefa muito complexa, pois há que se levar em conta uma série de fatores sociais e linguísticos para, primeiramente, constatar a preservação da língua; em segundo lugar, entender quais os fatores que atuaram sobre a manutenção da língua pomerana em séculos e lugares tão diferentes – como a Pomerânia e o Brasil.

Sendo assim, foi necessário tomar conhecimento da história processual da imigração pomerana para o Brasil, o que envolve conhecer todo o contexto social, histórico, político, geográfico e econômico do continente europeu como um todo e também do Brasil. Assim, no Capítulo 1, relemos os trabalhos acadêmicos feitos sobre os pomeranos e, no Capítulo 2, contamos a história da imigração. Tendo feito isso, precisávamos também entender a teoria sociolinguística que nos daria suporte para estudar a manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, ES. Então, no Capítulo 3, nos dedicamos a entender como se desenvolveu o campo de estudos da sociolinguística e, dentro deste, como que se arquitetava a área de pesquisa do Contato Linguístico. Vimos que são muitos os temas e processos que se abarcam sob essa nomenclatura.

Tendo a Sociolinguística o prazer de estudar a língua dentro do seu contexto social, vemos que há muitas variantes atuando sobre as línguas. Aliás, para complexificar, as variantes mudam o tempo todo, seja no tipo, na direcionalidade e/ou na intensidade. Então, para estudar o contexto sociolinguístico do pomerano foi preciso tomar conhecimento de uma série de questões teóricas, tais como, língua *versus* dialeto, atitudes linguísticas, domínios sociais, diglossia, identidade e etnicidade, dentre outros.

Tendo feita essa revisão teórica, verificamos a necessidade de organizar nossos procedimentos metodológicos. Pelo tempo que o Mestrado nos proporciona, pudemos fazer 40 entrevistas válidas que foram transcritas e analisadas segundo a teoria sociolinguística e seguindo os objetivos propostos. Reconhecemos que o contexto metodológico, no qual inserimos o presente trabalho, há pontos positivos e negativos. Dentre os positivos, ressaltamos a coleta de dados. Fomos a campo, embasados fortemente pela teoria, munidos de um roteiro de perguntas capaz de atender aos nossos objetivos de análise e, o principal, contamos com a confiança de nossos entrevistados. Sabemos sua língua, sua religião; conhecemos seu modo de vida e, assim, próximos deles, obtivemos informações privilegiadas condizentes com a realidade da comunidade linguística. Contudo, há que se reconhecer o limite metodológico dessa pesquisa. Nesse sentido, precisamos ficar atentos ao volume de entrevistas. O número de informantes representa, sim, a pequena comunidade de Caramuru e as demais comunidades rurais do município mais pomerano do estado. No entanto, a realização de mais entrevistas poderia enriquecer ainda mais nossas discussões e nosso conhecimento da comunidade linguística santa-mariense, sobretudo em suas áreas mais urbanas. Ainda assim, este trabalho traz uma contribuição metodológica importante: dados privilegiados, fidedignos com a realidade.

Depois desse longo percurso, partimos, no Capítulo 5, para a análise dos nossos dados. Este capítulo foi dividido em tópicos para que pudéssemos entender melhor cada aspecto envolvido no nosso objetivo principal.

Assim sendo, começamos averiguando o repertório linguístico da comunidade. Vimos no Tópico 5.1.1 que a comunidade se comunica em, pelo menos, três línguas: o pomerano o português e o alemão (TABELA 2). Olhando pelo viés da faixa etária temos: G-I (9-13 anos); e GII (14-30 anos) bilíngues em pomerano/português; G-III (31-55 anos), bilíngue, mas com alguns trilingües alemão/pomerano/português; e G-IV (>55 anos) ainda com 45,5% de monolíngues em pomerano.

Os grupos I, II, e III são todos falantes das línguas oficial e de imigração. Mas, segundo os próprios entrevistados, há diferenças na competência desses grupos nas línguas já nomeadas. O G-IV declara que sabe *tudo* em pomerano ao passo que

G-I e G-II alegam saber *tudo* em português (GRÁFICO 1). Numa escala decrescente os analfabetos ou as pessoas com 3 anos de escolaridade ou menos do G-IV mostram-se mais confiantes no pomerano. Os com 4 anos de escolaridade acreditam que são competentes em ambas as línguas. No G-III, G-II e G-I os informantes que tem 8 ou mais anos de escolaridade consideram ser mais competentes em português (GRÁFICO 3). Fazendo a média dessa competência que os falantes se autoatribuíram vemos que o G-IV tem 100% de competência em pomerano e 18% de competência em português. O G-I e o G-II, em contrapartida, têm 100% de competência em português e 72% em pomerano.

A preferência linguística também foi mostrada na Seção 5.1.1. Vimos que o G-II revela os piores índices em relação ao pomerano: 80% desse grupo prefere o português, isso porque nessa idade o preconceito e o mercado linguísticos atuam com maior intensidade (CHAMBERS, 2009). Já os grupos III e IV preferem o pomerano e o G-I mostra-se equilibrado, embora um pouco mais tendido para o português (TABELA 3).

Por fim, cabe dizer que o sexo feminino, com exceção do Grupo IV, mostra sua preferência pelo português. O sexo masculino, por sua vez, mostra-se muito mais inclinado ao pomerano, à exceção do Grupo II (GRÁFICO 4), pelos motivos já conhecidos. A preferência dos homens pelo pomerano se explica pelo fato de que são eles os que menos visam à saída da zona rural. As mulheres, por outro lado, têm cada vez mais se interessado pelos estudos e estão mais propícias aos casamentos exogâmicos. A oscilação entre ao pomerano e o português evidencia dois padrões de prestígio. Na roça, para se alcançar respeito e conquistar honra, seguem-se os costumes campestres e mantém-se a língua pomerana. Na cidade, para ascender social e economicamente, opta-se pela norma de prestígio desse ambiente: o português.

No tópico 5.1.2 nos dedicamos ao estudo das atitudes linguísticas dos pomeranos para com as línguas de imigração e oficial. As entrevistas revelam que a comunidade linguística mostra-se inteiramente favorável ao bilinguismo: todos afirmaram que é importante falar ambas as línguas, inclusive, os informantes do grupo IV, que fazem uma ressalva: eles aceitam a chegada do português, mas

rejeitam veementemente a saída da língua pomerana, que, em sua opinião, não deve ser perdida.

Apesar da total receptividade ao bilinguismo, pudemos notar uma diferença quanto às atitudes linguísticas. O G-IV demonstra que gosta de ambas as línguas, porém mais do pomerano, até porque é aquela que eles conhecem melhor. No G-I acontece o inverso: gosta de ambas, mas um pouco mais do português. O preconceito linguístico se mostrou responsável pelo estigma que o pomerano carrega junto ao G-II. As competências em pomerano de G-I e G-II são criticadas pelos grupos mais velhos, que acreditam que eles estão parando de falar a língua. Quanto à mistura de línguas, é uma prática comum dos grupos I, II e III, mas não do G-IV, que vê essa prática com desconfiança.

A comunidade linguística pomerana mostrou satisfação com a valorização de sua língua: 100% de nossos entrevistados são a favor da cooficialização e do ensino da língua pomerana no âmbito escolar. Eles mais do que aceitaram essa iniciativa, eles acreditam na ajuda que essas medidas darão à manutenção do pomerano.

Depois disso, no tópico 5.1.3, procuramos entender qual língua ocupa qual domínio e quais as funções de cada língua. Nesse sentido, elaboramos um *continuum* de âmbitos da vida do pomerano (FIGURA 4), onde temos seis domínios. Do mais formal até o mais informal temos: igreja, escola, comércio, comunidade, roça, casa. Segundo o Gráfico 5, a *igreja* passou do alemão para o português. A fase de transição está no G-III, onde podemos encontrar ambas as línguas. Nas faixas etárias anteriores, G-I e G-II, só encontramos o português. Na *escola*, a língua por excelência é o português, mas o G-III e o G-IV alegam ter usado a língua pomerana nesse âmbito, principalmente fora da sala de aula. O *comércio* é, para os grupos III e IV, levado em grande parte em pomerano, já para os grupos I e II esse âmbito se desenvolve por meio do bilinguismo pomerano/português. No âmbito da *comunidade* acontece o mesmo processo: passa-se do majoritariamente pomerano para o majoritariamente bilíngue. Já a *roça*, local de trabalho do agricultor pomerano, a língua mais usada é o pomerano em todos os quatro grupos etários. A *casa* é um espaço bilíngue português/pomerano.

Quanto às funções, o português quase não aparece em nenhuma no G-IV, mas, à medida que as idades decrescem, diminui-se o uso do pomerano. No G-IV, tarefas como *negociar*, *sonhar*, *brigar*, *trabalhar*⁴⁴ e *namorar* são feitas quase que totalmente em pomerano. A função *orar* envolve, além do pomerano, o português e o alemão. No G-III, o pomerano também prevalece em todas as funções, exceto na função *orar*. No G-II, *namorar*, *sonhar* e *orar* são funções que passam a ser majoritariamente ou exclusivamente portuguesas. *Trabalhar* e *negociar*, no entanto, continuam sendo atividades desenvolvidas em pomerano. Já *brigar* é uma atividade bilíngue português/pomerano, nesse grupo. Por fim, no G-I, *trabalhar* é a única tarefa em que aparece o monolinguismo em pomerano. *Namorar* e *orar* são atividades puramente desenvolvidas em português; a função *brigar* é completamente bilíngue em português/pomerano. E, por último, *sonhar* é uma função mais portuguesa, mas o bilinguismo também aparece nessa atividade.

As funções *trabalhar* e *negociar* chamam atenção, porque que se mantém pomeranas, majoritariamente, em todas as idades. Essas funções são lideradas e dirigidas pelos homens. Assim, este resultado corrobora o obtido no tópico 5.1.1, quando falávamos da diferença do comportamento linguístico, se a olharmos pela perspectiva do gênero/sexo, principalmente, do G-II. Outra atividade que merece atenção é *namorar*. Essa função, que pode unir dois indivíduos no casamento, passou de quase totalmente pomerana para completamente portuguesa no G-II. Se os casais começam sua vida nessa língua, pode ser que a mantenham em casa, após o ingresso efetivo na fase adulta, que ocorre após o rito do casamento. Essa situação, no entanto, não pôde ser controlada por essa pesquisa, mas dá margem a um estudo diacrônico futuro.

Com isso, constatamos que a comunidade santa-mariense é bilíngue e diglósica nos termos de Fasold (1996), diferentemente do encontrado por Tressmann (2005), que defendia que se tratava de uma comunidade diglósica nos termos fergusonianos.

⁴⁴ *Trabalhar* consiste no trabalho braçal da roça, enquanto que *negociar* versa sobre a comercialização, compra e venda, de produtos e mercadorias no campo e na cidade.

Já sabemos desde o tópico 5.1.1 e confirmamos posteriormente em 5.1.3 que a comunidade linguística em estudo é bilíngue. O tópico 5.1.4 tem por objetivo conhecer melhor esse bilinguismo. Segundo o Gráfico 8, foi o G-III que começou a falar português em casa com as crianças. O grupo II deu continuidade a esse processo. Uma causa parece óbvia: o G-III sofreu na escola e não quis o mesmo 'destino' para os filhos. No grupo III, a maioria (87,5%) também aprendeu o português em contexto escolar. Apenas 12,5% aprendeu a língua oficial no ambiente familiar. No grupo II, a situação se inverte: 40% o adquire em ambiente escolar e a maioria, 60%, aprende o português antes de entrar na alfabetização, na família. Por fim, no G-I, 100% dos informantes aprenderam o português em idade pré-escolar, ainda no seio familiar.

Esses dados nos mostram que passamos da condição de bilinguismo tardio sucessivo, quando se aprende uma L2 depois dos cinco anos de idade, para o bilinguismo precoce simultâneo (DE HEREDIA, 1989). Na prática, isso significa que as crianças da comunidade pomerana estão aprendendo ambas as línguas antes dos cinco anos de idade, simultaneamente.

Em 2005, Tressmann estimou que apenas 40% das crianças adquiriam ambas as línguas simultaneamente. Hoje vemos que esse número chegou aos 100%. Daí podemos inferir uma ordem crescente e gradual da entrada do português nos lares. De fato, temos no G-IV monolíngues em pomerano ou, no máximo, bilíngues ativos em pomerano e passivos de português. No entanto, o restante do grupo é bilíngue precoce simultâneo equilibrado (DE HEREDIA, 1989), ou seja, tem as habilidades receptivas e produtivas em ambas as línguas.

Pelos dados que temos até agora, não temos como responder se se trata de um bilinguismo aditivo ou de um bilinguismo subtrativo, pois não há evidências de que o pomerano esteja saindo do repertório e sendo substituído pelo português.

Visto isso, propusemo-nos a visualizar as redes sociais da comunidade na seção 5.1.5. Afinal, "uma rede social atua como um mecanismo de troca de bens e serviços e imposição de obrigações e conferência de direitos correspondentes sobre os membros" (MILROY, 1987 [1980], p. 47). Assim, as redes de relacionamento dos

membros de um grupo funcionam como reforço de seus valores linguísticos e culturais.

Do G-IV ao G-I há uma crescente abertura da rede, visto que encontramos, entre as crianças e adolescentes, um maior número de contatos com pessoas não-pomeranas. Claro que, por ser tratar de crianças, os níveis da relação se limitam à família e aos amigos, colegas de escola. Assim, temos uma rede com duas zonas importantes. Na primeira, há uma presença forte do pomerano, mas há também uma presença significativa do português, de pessoas que falam essas línguas, queremos dizer. Já na segunda ordem há uma presença forte do português.

Segundo a categoria sexo/gênero, as redes sociais masculinas são mais densas com seus pares pomeranos do que com os não-pomeranos. Os agrupamentos com os outros se dão por razões de trabalho e são *uniplex*, ou seja, são relações simples, com sentidos únicos; não há interação pessoal, íntima. Enquanto isso, o sexo feminino está numa rede densa com ambos os mundos, dado que os agrupamentos se dão por várias ordens: parentesco e, principalmente, estudos e trabalho, e as relações são *multiplex*, isto é, são interações de mão-dupla.

No tópico seguinte, 5.1.6, houve uma preocupação de "desfolclorizar" o pomerano e mostrar que a identidade e a etnicidade são processos em constante transformação. Defendemos que já é chegada a hora de entendermos e respeitarmos a diversidade, tanto a dos grupos étnicos quanto a dos diferentes indivíduos que compõem esse grupo. Conforme já dissemos, é preciso ver que os pomeranos são um grupo étnico vivo e também diverso, ao contrário do que se folcloriza na mídia. Nesse sentido, tomemos o poema intitulado *O que é ser pomerano?* de Kalke (2009, p. 71), para entendermos a complexidade do ser pomerano.

Ser pomerano é ser descendente de europeus
 Imigrantes da extinta Pomerânia
 Que hoje faz parte da Polônia e Alemanha
 É termos tido uma bandeira, uma organização ao nível de nação
 É ser forte, enfrentar dificuldades, sonhar com o seu lugar
 É ainda falar a língua pomerana
 É ser mesmo já não falando mais
 É ter olhos azuis, verdes, castanhos...
 É ter cabelos loiros, pretos, grisalhos
 É ser agricultor, professor, médico...
 É ser orgulhoso e por vezes envergonhado
 É ser de uma forma incomparável

É vivermos em casas de tábuas a prédios de luxo
 Tem pomerano que olha da janela e vê montanhas
 Tem pomerano que olha da janela e vê Cristo Redentor
 Tem pomeranos andando em alguns lugar do Brasil
 Tem pomerano de Norte a Sul
 Tem pomeranos pelo mundo esquecidos seu passado
 Tem pomerano que em anos de 2000 chega à escola sem falar português
 Ser pomerano é ter e ser história
 É ter arriscado a mudar, sofrer, viver...
 É ser luterano, católico, evangélico...
 É ter um sentimento indescritivo
 É ser parte da cultura.

Com esse poema é possível perceber que os pomeranos não são (só) história. Obviamente, a história e a cultura pomerana são ricas em detalhes que não devem ser esquecidos, principalmente, pelo próprio povo pomerano. Todavia, é simplista por demais caricaturizar o pomerano do passado e não enxergar as transformações e a vida do pomerano do presente. Os pomeranos são, definitivamente, um povo vivo, e não uma relíquia presa no passado. Isso significa que mesmo que a noiva não se case mais de preto, não quer dizer que não haja mais cultura pomerana, muito pelo contrário. Esse evento social, tomado como exemplo, é carregado de tradições, de simbologias, de cultura viva, apesar de suas transformações. Aliás, as mutações são inerentes à vida de qualquer grupo; elas se justificam, no caso dos pomeranos, pela completa mudança de cenário, da Pomerânia para o Brasil.

Obviamente que a vivacidade do grupo étnico pomerano defendida aqui não é uma flexibilização *ad infinitum* da identidade étnica. Os pomerano têm, acima de tudo, um modo particular de viver que está em constante mutação, inclusive, porque essa é uma premissa da sobrevivência. Se esse modo de vida ficar ultrapassado, ou seja, se esse grupo se desvencilhar totalmente de sua língua, de sua religião, de sua cultura em geral, teremos, sim, um desligamento dessa identidade e etnicidade que hora conferimos ao grupo; outras formas étnicas e identitárias irão surgir, nesse caso.

Tendo, pois, entendido que o pomerano é também um brasileiro, mostramos que atualmente faz parte da identidade pomerana, ser bilíngue português/pomerano. Esse bilinguismo mostra o poder de reinvenção das tradições e a adaptação da cultura diante de uma sociedade em transformação.

Depois desse longo caminho, chegamos ao tópico 5.1.7, a Seção em que discutimos nosso objetivo principal: a manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá. Chegamos a conclusão que a lista de fatores objetivos que aplicamos à língua em estudo não dá conta de explicar a manutenção com eloquência. Seguindo as listas, temos apenas cinco fatores como favorecedores da manutenção: a instalação na zona rural; o grande número de casamentos interétnicos; a religião; a dissimilaridade cultural; e a recente introdução da língua minoritária na escola. Esses fatores tiveram que ser páreo para mais de uma dezena de fortes fatores de substituição: número pequeno de imigrantes; interrupção das imigrações; migração interna; imigração definitiva, sem retorno; crescente processo de urbanização; vontade de ascender socioeconomicamente; aumento da escolarização; número expressivo de casamentos exogâmicos (com outros grupos germânicos, outros descendentes de imigrantes ou com brasileiros); a pobreza inicial; as campanhas de nacionalização; e o preconceito. Por essa lista, não é difícil entender porque tantas línguas de imigração com histórias parecidas com a do pomerano se perderam, caso dos italianos (PERES, 2011a; 2011b) e dos holandeses (SCHAFFEL, 2010).

Ao compararmos a substituição do Vêneto e do Zeeuws no Espírito Santo, percebemos que os fatores que contribuíram para a manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá são, em sua maioria, subjetivos. É verdade que a língua não foi prestigiada pela sociedade brasileira, mas ela contou muito com o apreço dos falantes da língua. E são eles que decidem se falarão ou não a língua minoritária.

Seria muito prejudicial, para a manutenção, o purismo linguístico, dizer, por exemplo, que são contra a entrada do português na comunidade. Embora, haja certa desconfiança para o avanço do português, eles são favoráveis à inclusão do português no repertório linguístico da comunidade, na forma de bilinguismo. Todavia, acima de tudo isso, estão a admiração e o envolvimento da comunidade para com a sua língua. Com obstinação, eles pregam a manutenção de sua língua às futuras gerações. Essa consciência e luta em prol da língua é crucial para a manutenção da mesma.

Feito isso, projetamos nossos dados na tabela estabelecida pela UNESCO no documento *Language Vitality and Endangerment* (2003), a fim de verificar, o grau de vitalidade da língua pomerana na atualidade. Chegamos a conclusão que a língua pomerana está no nível 4: *insegura*, nos termos da UNESCO. Esse resultado se deve à análise dos nove fatores estabelecidos pelo documento supracitado. Em síntese, entendemos que a língua é usada pelas crianças em alguns domínios; a maior parte da população de Santa Maria de Jetibá é falante da língua; a língua dominante já está no domínio do lar; a língua de imigração é usada em alguns novos domínios; a alfabetização não é feita na língua minoritária; uma política de preservação está sendo implementada; e todos os membros da comunidade dão valor a sua língua e desejam vê-la promovida.

Na tabela 7, vemos que 57,5% dos entrevistados acreditam que a língua está sob ameaça de substituição, uma vez que veem com desconfiança a aproximação dos jovens com a língua portuguesa.

Tendo-se, portanto, feito esse diagnóstico, há, segundo Fishman (1991, 2001), que se tomar uma atitude para manter essa língua minoritária no futuro. O documento da UNESCO não propõe medidas para ajudar na manutenção linguística, mas Fishman (1991) o faz. Pela sua tabela de vitalidade, estamos ao estágio 6. Esse estágio é, na opinião de Fishman (1991), crucial para a sobrevivência de uma língua. Nessa fase, deve-se incentivar não apenas a transmissão da língua, como o seu uso diário.

Ao mesmo tempo em que se dá esse incentivo, deve-se pensar nos domínios do planejamento formal, a fim de dar novos usos à língua sob ameaça. Entretanto, para a sua sobrevivência, deve-se buscar igualmente a valorização interna, e não apenas a externa, ou seja, não se deve buscar fora da comunidade aquilo que antes de tudo tem de estar dentro dela. A valorização externa recente do pomerano não veio antes da valorização interna. Os falantes cultivaram cuidadosamente sua língua por muitos anos, sem que houvesse sua valorização pelo *Outro*. Não podemos, agora, dar mais ênfase ao *Outro* do que aos próprios falantes. Estes, sim, devem valorizar sua língua e cuidá-la.

Acreditamos que essa pesquisa trouxe uma boa contribuição teórica para a área do Contato Linguístico. Afinal, conhecer uma exceção a Lei da Terceira Geração ajuda-

nos na leitura crítica dos fatores elencados e mostra-nos que a Sociolinguística deve se valer da interdisciplinaridade para entender com maior precisão o que acontece entre os falantes e suas línguas. Além disso, no campo metodológico, trouxemos aos estudos científicos entrevistas fidedignas dos pomeranos, sem contar que estas foram feitas majoritariamente na língua de imigração, o que colabora com o registro da língua.

Nosso trabalho visa também ajudar a comunidade a reconhecer sua força no processo de manutenção da língua pomerana. Esperamos que com este trabalho a família possa ser orientada sobre sua centralidade no repasse da língua pomerana as futuras gerações. Ansiamos ainda que a comunidade linguística, as pessoas comuns, falantes do pomerano, sejam incluídas nos fóruns de discussão que devem ser feitos sobre as políticas linguísticas e sua implementação. Aliás, quanto mais a comunidade se envolver nessas discussões, tanto mais pessoas conhecerão o tema e conhecerão o poder de sua atuação no processo de preservação da língua. Além disso, gostaríamos que fosse feito um trabalho de conhecimento e valorização do bilinguismo junto aos jovens. Eles precisam saber que o bilinguismo é uma regra e não uma exceção. O valor de saber uma língua de imigração guardada com tanta persistência por seu povo também precisa ser reconhecido. Por fim, desejamos que a cooficialização e o PROEPO sejam, de fato, implementadas e que cresçam, no sentido de que novas práticas em prol da língua sejam tomadas. Os falantes de pomerano depositam muitas forças nesse processo.

Nós, pesquisadores, também podemos ajudar a comunidade a se autoconhecer, bem como temos a possibilidade de torná-la conhecida, justamente para que seja reconhecida sua importância e para que se veja as suas necessidades. Para tanto, devemos continuar pesquisando sobre a língua e toda a sua situação social. Nessa pesquisa, verificamos que devem ser feitos estudos futuros sobre as implicações práticas do ensino da língua pomerana; devemos também aumentar o número e a qualidade dos materiais escritos, inclusive os de alfabetização. Ao mesmo tempo, podemos fazer mais entrevistas com o mesmo rigor para aumentar a amplitude e a profundidade da análise da manutenção linguística. Mas devemos também, voltar a comunidade para verificar como os jovens se comportarão quando chegarão à idade adulta, depois do casamento. Não pudemos comprovar isso nesta pesquisa, porém,

pela Observação Participante achamos que pode haver um movimento inverso. Depois do casamento, quando de fato estabelecido na idade adulta, esse sujeito indeciso quanto à sua competência e inclinado ao português, muito afetado pelas pressões sociais, pelo mercado linguístico e pelo preconceito linguístico, escapa dessas armadilhas do monolinguismo e, eventualmente, volta a se dedicar ao pomerano. Essa pesquisa deve ser diacrônica para captar essa particularidade que pode ajudar na manutenção. Aos linguistas, cabe também verificar se há perda linguística na língua pomerana; a mistura de códigos e os empréstimos portugueses na língua pomerana precisam ser estudados.

Portanto, estamos diante de uma língua de imigração que venceu a *Lei da Terceira Geração* (WEINREICH, 1970 [1953]), que conseguiu atender às necessidades linguístico-comunicativas de seus falantes em dois espaços completamente diferentes – Pomerânia e Brasil -, em tempos/séculos muito distintos e com pessoas muito diversas. Essa lealdade do povo para com sua língua é muito expressiva no processo de manutenção linguística. Nosso dever agora para com a comunidade pomerana é, primeiro, o respeito e, segundo, o apoio e a ajuda. Não podemos deixar que essa língua, com toda a sua história e sua cultura, seja esquecida.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1, p. 21-47.

ALMEIDA, M. Identidade lingüística: cidade capixaba quer resgatar o idioma pomerano... **Língua portuguesa**, São Paulo, ano 5, n. 58, p. 16-18, ago 2010.

ALMEIDA, P.; ALMEIDA, A.L.C. A construção de identidade(s) em cenários de pluralidade lingüística e cultural. In: UYENO, E. Y.; CAVALLARI, J. S. **Bilinguismos: Subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p.149- 174.

APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Ariel, 1996.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Imigrantes**: estatísticas. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>. Acesso em 16 ago. 2010.

BAHIA, J. **O tiro da bruxa**: Identidade, Magia e religião entre os camponeses pomeranos do estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Garamond, 2011 [2000].

BAKER, C.; JONES, S.P. **Encyclopedia of bilingualism and bilingual education**. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.

BARRETO, M. M. G. S.; SALGADO, A. C. P. (Org.). **Sociolingüística no Brasil**: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jürgen Heye. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

BLOM, J.; GUMPERZ, J. J. O significado social na estrutura lingüística. Tradução de Pedro M. Garcez e José Paulo de Araújo. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P. M. (orgs.).

Sociolingüística Interacional. São Paulo: Loyola, 2002 [1972], p. 45-84 [humanística].

BLOOMFIELD, L. **Language**. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1961.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 147, n. 236, 10 dez. 2010. Seção 1, p. 1.

BRIGHT, W. As dimensões da sociolinguística. Tradução: Elizabeth N.A. Jorge. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974, p. 17-23.

CALVET, L. J. **Sociolingüística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística: Parte II. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1, p. 49-75.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**. 2. ed. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2003.

_____; TRUDGILL, P. **La dialetologia**. Tradução: Carmen Morán González. Madri: Visor libros, 1994.

COUTO, H. H. **Linguística, ecologia e ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

DE HEREDIA, C. Do bilingüismo ao falar bilíngüe. In: VERMES, G.; BOUTET, J. (org.). **Multilingüismo**. Tradução de Celene M. Cruz *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 177-220.

ECKERT-HOFF, B. M. Sujeitos entre-línguas, entre-culturas em contextos de imigração no sul do Brasil: uma questão de bilinguismo? *In*: UYENO, E. Y.; CAVALLARI, J. S. **Bilinguismos: Subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p.177-193.

EDWARDS, J. **Language and identity**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2011 [Key topic in sociolinguistic].

_____. **Minority languages and group identity**: cases and categories. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010 [IMPACT: Studies in language and society, vol. 27].

FARACO, C. A. **Estudos pré-saussurianos**. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FASOLD, R. **La sociolingüística de la sociedad**: Introducción a la sociolingüística. Tradução de Margarita España Villasante e Joaquín Mejía Alberdi. Madrid: Visor libros, 1996.

FERGUSON, C. A. Diglossia. *In*: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolingüística**. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, [1959] 1974.

FISHMAN, J. A. **reversing language shift**: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

_____. A sociologia da linguagem. *In*: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolingüística**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, [1966] 1974.

_____. **Handbook of language and ethnic identity**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. **Sociologia del language**. Tradução de Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno. Madrid: Catedra, 1979.

_____. **O mantemento e o cambio de língua coma campo de investigación.** Documentos de trabajo. Centro de estudos sobre comunicación interlingüística e intercultural. v.7.Valencia:universitat de València, 1997.

_____. **Language and ethnicity:** in minority sociolinguistic perspective. Clevedon, Philadelphia: Multilingual matters, 1988.

_____. **Can threatened languages be saved?** Reversing language shift revisited: a 21st century perspective. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sydney: Multilingual matters, 2000.

FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolingüística.** Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974.

FOUGHT, C. **Language and Ethnicity.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [Key topics in sociolinguistic].

FROSI, V.M.; FAGGION, C.M.; DAL CORNO, G.O.M. **Estigma:** Cultura e atitudes lingüísticas.Caxias do Sul, RS: Educus, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GILES, H. *et al.* Towards a theory of language in ethnic groups relations. In: ____ (ed.). **Language, ethnicity and intergroup relations.** Londres: Academic Press, 1977.

GRANZOW, K. **Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul:** colonos alemães no Brasil. Vitória, Espírito Santo: Arquivo público do Estado do Espírito Santo, 2009. (Coleção Canaã, 10).

GROSJEAN, F. **Life with two languages:** an introduccion to bilingualism. 11 impressão. Cambrige, Massachussetts, London: Harvard University Press, 2001.

GRÜNEWALD, A. **A origem do povo pomerano.** Disponível em: <http://pomerano.com/artigos/a-origem-do-povo-pomerano.html>. Acesso em: 16 mai. 2013.

HAGUETE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silca, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 7-22.

HEINEMANN, J. C. **A antiga Pomerânia**. Disponível em: http://www.pomeranos.com.br/antiga_pomer.php. Acesso em: 10 jun. 2012.

HÖHMANN, B. **Sprachplanung und spracherhalt innerhalb einer Pomerischen sprachgemeinschaft: eine soziolinguistische studie in Espírito Santo/ Brasilien**. Berlin: Peter Lang, 2010.

_____. Manutenção e planificação linguística numa comunidade pomerana do Espírito Santo. Um estudo sócio-linguístico. *In*: BARRETO, M. M. G. S.; SALGADO, A. C. P. (Org.). **Sociolingüística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jürgen Heye**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 191-201.

HUDSON, R. A. **Sociolinguistics**. London: Cambridge University Press, 1980.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 07 jun. 2013.

IOTTI, Luiza H. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914. *In*: Encontro Estadual de História, 10, 2010, Santa Maria, RS. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf. Acesso em: 06 jun. 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **ES em mapas**. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=109. Acesso em 01 nov. 2013.

JACOB, J. K. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992. (Coleção memórias 3).

JORGENSEN, D. L. **Participant observation**: a methodology for human studies. Califórnia, EUA: Sage publications, 1989.

KALK, C. **Mar Azul [Blåg sei]**: Poesias de um pomerano. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009.

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. (Lingua[gem]; 26).

LEWIS, M.; PAUL, GARY F.; SIMONS; FENNING, C (eds). **Ethnologue**: Languages of the world. 7ª ed. Dallas, Texas: SIL International. Versão online: <http://www.ethnologue.com/world>. Acesso em: 01 out 2013.

LAZZARO, A. Klaus Granzow: relato da vida dos camponeses pomeranos durante a ditadura militar no Brasil. In: GRANZOW, K. **Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul**: colonos alemães no Brasil. Vitória, Espírito Santo: Arquivo público do Estado do Espírito Santo, 2009 (Coleção Canaã, 10).

MARTELOTTA, M. E (org). **Manual de linguística**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINET, A. Preface. In: WEINREICH, U. **Languages in contact**: findings and problems. 7th ed. Paris: Mouton & Co. 1970.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINUZZO, J. A. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Tradução de Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009. Edição bilíngue Português e Alemão.

MATRAS, Y. **Language contact**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [Cambridge textbooks in linguistics].

MILROY, L. **Language and social networks**. 2 ed. New york: Basil Blackwell, [1980] 1987.

OLIVEIRA, G. M. (Org.). **Declaração universal dos direitos lingüísticos**: novas perspectivas em política lingüística. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

OLIVEIRA, J. T. de. **História do estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008 (Coleção Canaã; v. 8).

PERES, E. P. **Aspectos da imigração italiana no Espírito Santo**: a língua e cultura do Vêneto em Araguaia. *Dimensões - Revista de História*, v. 26, p. 44-59, 2011a.

_____. **Análise da vitalidade do vêneto em uma comunidade de imigrantes italianos no Espírito Santo**. *Revista (Con)textos lingüísticos (UFES)*, v. 5, p. 83-100, 2011b.

POCHE, B. A construção social da língua. *In*: VERMES, G.; BOUTET, J. (org.). **Multilingüismo**. Tradução de Celene M. Cruz *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 57- 88.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. A etnicidade: um novo conceito para um velho fenômeno? *In*:_____. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 21-32.

_____. O que é um grupo étnico? *In*: _____. _____. São Paulo: UNESP, 1998, p. 55-84.

_____. A etnicidade, definições e conceitos. *In*: _____. _____. São Paulo: UNESP, 1998, p. 85-122.

POMERANOS: a trajetória de um povo. Direção: Vanildo Kruger. Santa Maria de Jetibá, ES: KG Produções/ Rede Click, 2009/2010. 1 DVD (60 min.). Filme documentário com depoimentos dos historiadores: Ismael Tressmann, Helmar R. Rölke e José Carlos Heinemann. Versão em pomerano: Dai Pomerer: dai gang fon ainem folk. Áudio em português e pomerano.

PORT, I. **Os Altos de Itarana**. Itarana, ES: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA. **História do município.** Disponível em: <http://www.santaleopoldina.es.gov.br/Conteudo.aspx?ct=HISTORIA&no=1>. Acesso em 05 jun. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. **História.** Disponível em: <http://www.pmsmj.es.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2013.

_____. **Lei nº 1136, de 26 de junho de 2009.** Dispõe sobre a co-oficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=604>. Acesso em: 07 jun. 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais: Trajectos.** Tradução de João M. Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. 5 ed. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2008.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolingüística interacional.** 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (Humanística; 5)

ROCHA, L. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v. 7).

RODRIGUES, C. V. Bilinguismo no Espírito Santo: reflexos no português de adultos e crianças. **Signum:** estudos lingüísticos, Londrina, v.12, n.1, p. 293-316, jul. 2009.

_____. **Monolíngues e bilíngues em terras capixabas.** Vitória. Artigo inédito.

RÖLKE, H.R. **Descobrimos raízes:** aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: UFES/Secretaria de produção e difusão cultural, 1996.

ROOS, T; ESHUIS, M. **Os capixabas holandeses:** Uma história holandesa no Brasil. Barneveld, Nederland: BDU Uitgevers, 2008. (Coleção Canaã; v. 9).

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral.** Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultix, 2006.

SCHAFFEL, E. **Análise sociolinguística do desaparecimento da língua holandesa no Espírito Santo**. 2010. 111f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa) – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

SCHERRE, M. M. P. Speech Community. In: BROWN, K. (Org.). **Encyclopedia of Language & Linguistics** (ELL2). 2ed. Oxford: Elsevier, 2006, v. 11, p. 716-722.

_____. Brazil/Brasilien. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIR, K.J.; TRUDGILL, P. (Org.). **Sociolinguistics/Soziolinguistik: An international Handbook of the Science of Language and Society**. 2ed. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2006, v. 3, p. 2125-2131.

SCHUMM, G. **Línguas de imigração européia: Pomerano**. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/europeias/pomerano.htm>. Acesso em: 01 nov 2013

SCHWARZ, F. **O Município de Santa Leopoldina**. Vitória: Traço Certo. 1992.

SEYFERTH, G. Prefácio. In: BAHIA, J. **O tiro da bruxa: Identidade, Magia e religião entre os camponeses pomeranos do estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011 [2000], p. 7-14.

SILVA, S. S. (org.). **Línguas em contato: cenários de bilinguismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Princípios; 9)

_____; ALKIMIN, T. **Falares crioulos: línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987 (Série Fundamentos).

TRESSMANN, I. **Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolingüístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. 2005. 335f.

Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Bilinguismo no Brasil:** o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra. Rio de Janeiro, ASSEL-Rio, 1998. Disponível em: <http://www.farese.edu.br/pages/artigos/pdf/ismael/O%20caso%20da%20Com.%20pomer.%20de%20LT.%201998.pdf>. Acesso em: 01 set. 2011.

_____; BAHIA, J. **A Pomerânia é aqui:** ou vinho novo em garrafa velha, vinho velho em garrafa nova. 1999. Disponível em: http://www.farese.edu.br/pages/artigos/pdf/ismael/A_pomerania_aqui.pdf. Acesso em: 01 set. 2011.

TSCHUDI, J. J. von. **Viagem à Província do Espírito Santo:** Imigração e Colonização Suíça, 1860. Posfácio de Cilmar Franceschetto. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004 (Coleção Canaã; v. 5).

UNESCO. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

_____. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS.** Tradução de Liliana M. Gallo e Sílvia M. de Oliveira. 1996. In: OLIVEIRA, G. M. (Org.). Declaração universal dos direitos lingüísticos: novas perspectivas em política lingüística. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

_____. **Language Vitality and Endangerment.** 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00120-EN.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

UYENO, E. Y.; CAVALLARI, J.S. (orgs.). **Bilinguismos:** Subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

VANDERSEN, P. Introdução. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolingüística.** Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974.

VERMES, G.; BOUTET, J. (org.). **Multilingüismo**. Tradução de Celene M. Cruz *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

VOLLBRECHT, E; SCHAEFFER, D. G. (Org.). **Igreja de Jequitibá**: Um século de existência. Vitória: Renograf, 1982.

WEINREICH, U. **Languages in contact**: findings and problems. With a preface by André Martinet. 7th ed. Paris: Mouton & Co. 1970.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

8 ANEXOS

8.1 ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS

Parte 1: Gravação da autorização

1. O(A) senhor(a) permite que eu o grave esta conversa e utilize as informações desta entrevista para a pesquisa linguística que estou fazendo?

Parte 2: Dados linguísticos e pessoais

2. Qual é o nome completo do(a) senhor(a)? Sua idade? Profissão?
3. Até que ano o(a) senhor(a) estudou? Aprendeu a ler e a escrever em que língua?
4. Quando o(a) senhor(a) ingressou na escola conhecia o português?
5. Qual é a sua língua materna? A que o(a) senhor(a) aprendeu com seus pais?
6. Que outra(s) língua(s) o(a) senhor(a) fala? E quais línguas você escreve?
7. E seus pais, conheciam outra(s) língua(s)? Conheciam sua escrita?
8. Qual é a religião do(a) senhor(a)? O ensino religioso dado pela igreja dava-se em que língua? Nela, qual é a língua mais usada tanto na oralidade quanto na escrita?

Parte 3: Informações sócio-histórico-culturais

9. O(A) senhor(a) sabe que é descendente de pomeranos? Quem falou disso com o(a) senhor(a)? Quem veio da Pomerânia na sua família? Qual é a sua geração?
10. O que o(a) senhor(a) sabe sobre a história dos pomeranos? Quando vieram? Como? Por quê?
11. Como foi a chegada ao Brasil? E o assentamento? Como recomeçaram sua vida?
12. Como eram esses pomeranos (características)?
13. Os pomeranos quando chegaram ao Brasil falavam somente o pomerano ou falavam também o alemão?
14. Qual era a religião dos imigrantes pomeranos?
15. Sobre os casamentos, os pomeranos faziam/ fazem questão que as uniões conjugais fossem puras ou admitiam o casório entre culturas diferentes?
16. É comum/normal/aceitável pessoas de origem pomerana se casarem com pessoas de origem não-pomerana? Você aceitaria essa situação na sua família?
17. E o que acontece quando um dos pais não fala a língua? Os filhos aprendem qual língua?
18. Quando o(a) senhor(a) era pequeno(a), em que situações o pomerano era usado? Na igreja? Em casa? Onde mais? E com quem?
19. A língua pomerana tinha prestígio antigamente? Havia uma língua mais usada que o pomerano? Se sim, qual? O alemão padrão tinha mais ou menos prestígio naquela época?

20. A língua pomerana já foi proibida? Por quê? Como essa proibição afetou a língua, cultura pomerana? E na sua família, houve algum impacto?
21. Houve alguma causa política e/ou econômica que prejudicou a vida dos pomeranos, como a ditadura militar, ou Getúlio Vargas, por exemplo? O que foi prejudicado?
22. Depois de já estarem assentados aqui no Espírito Santo, os pomeranos migraram para outros estados? Quais? Como foi? Por quê?
23. Você participa de alguma atividade relacionada à cultura pomerana? Se sim, qual? O que acha dessas manifestações? São importantes ou não? Retratam mesmo a cultura ou não?
24. Na sua opinião, a escola deve preservar o folclore e as tradições da cultura alemã?

Parte 4: Estágio vitalício do pomerano

25. Até hoje estão ensinando pomerano aos mais novos? A língua pomerana continua sendo a primeira língua das crianças?
26. O pomerano já foi mais falado do que é hoje? Ou se fala mais pomerano hoje? Tanto em público quanto em casa?
27. Toda a sua família fala essa língua? Inclusive os mais novos (filhos e sobrinhos)?
28. E o português, todos falam? Todos escrevem? Onde aprenderam? Com que idade?
29. Seus filhos/netos continuam indo para a escola sabendo somente o pomerano?
30. O(A) senhor(a) entende bem as duas línguas? Em qual língua alguém conseguiria enganar-te?

Parte 5: Atitudes linguísticas

31. Você acha importante falar pomerano? E o português?
32. Os jovens falam bem o pomerano? E os mais velhos falam bem o português? Por quê ou por que não?
33. Qual é a sua opinião sobre "falar pomerano e português misturado" numa mesma frase? Esse fenômeno é comum em sua comunidade e/ou na escola? O que isso revela?
34. Você já foi discriminado por falar pomerano? O que você pensou sobre isso? Você já discriminou alguém por não falar pomerano?
35. Na sua época, todos falavam pomerano na escola? Vocês foram discriminados por alunos ou professores?
36. Você usava/usa a língua na escola?
37. O que você pensa sobre o ensino de pomerano na escola? Quais serão, na sua opinião, os impactos desse projeto?
38. Você gosta do pomerano? E do português?
39. Em que língua você se sente melhor?
40. Qual língua você fala e entende melhor?
41. Você sabe falar (tudo, muito, pouco ou nada) em pomerano?
42. Você fala (tudo, muito, pouco ou nada) em português?
43. Você sabe escrever (tudo, muito, pouco ou nada) em alemão?
44. Você escreve (tudo, muito, pouco ou nada) em português?
45. Você escreve (tudo, muito, pouco ou nada) em alemão?

46. Você acha que o pomerano está ameaçado de extinção? O pomerano poderia deixar de ser falado? Faria alguma falta?
47. Você percebe alguma diferença entre o português falado pelos pomeranos e pelos outros? E na fala dos mais jovens também há diferenças? Quais são elas? Você já foi alvo de algum comentário preconceituoso sobre o seu sotaque?

Parte 6: Domínios discursivos

48. Seus vizinhos são todos pomeranos? Que língua você usa para falar com eles?
49. Na igreja, você usa que língua para falar com a diretoria? E com o pastor? E com os membros?
50. O pastor incentiva o pomerano? Usa na prédica? O que é melhor que o pastor faça a mensagem em pomerano ou português? O que o(a) senhor(a) entende melhor?
51. Quando tem um casamento, os preparativos são discutidos em que língua?
52. Na roça, durante a capina, por exemplo, vocês conversam em que língua?
53. E para negociar a mercadoria, qual a língua empregada? E na Ceasa?
54. E para vender um terreno, você acerta os detalhes em que língua?
55. Você acha importante que nas lojas, supermercados tenham alguém que fale pomerano? Por quê? Quando você vai a Santa Maria de Jetibá, pede as mercadorias em pomerano ou português?
56. Em casa, todos falam pomerano? Você falam só pomerano em casa ou também usam o português?
57. Quando você sonha, o faz em que língua?
58. Sua oração é feita em pomerano ou português?
59. Você briga com seus filhos em que língua?
60. Você namorou/namora em que língua?
61. Qual é a sua língua do coração?

Parte 7: Identidade

62. O que é ser pomerano? O que o verdadeiro pomerano tem que ser/saber?
63. Como são os pomeranos hoje (culinária, arquitetura, moda, personalidade)?
64. O(A) senhor(a) acha que os pomeranos são diferentes dos brasileiros? Se sim, em que aspectos?
65. Qual é a terra dos pomeranos (nação)?
66. O que você pensa sobre os brasileiros? Como o(a) senhor(a) os vê?

8.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO⁴⁵

Prezado(a) Senhor(a),

Este é um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), indispensável para a participação nesta pesquisa, que procura retratar a cultura de sua região, abrangendo, especificamente, neste momento, as famílias de descendentes de imigrantes pomeranos. Com esta pesquisa, pretendemos estudar a influência da cultura europeia nas comunidades que esses imigrantes fundaram e, dessa forma, perpetuar o legado dessas pessoas que tão corajosamente ajudaram a construir nosso Estado.

Esta pesquisa será realizada pela aluna-pesquisadora Elizana Schaffel Bremenkamp, RG nº _____, e por sua orientadora, Prof^a Dr^a Edenize Ponso Peres, RG nº _____, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para realizar este estudo, portanto, convidamos V. S^a a conceder-nos uma entrevista que versará sobre seus costumes e tradições, assim como a herança dos colonos imigrantes para a cultura de sua localidade atualmente. A entrevista que V.S^a fará será gravada, mas sua identidade será mantida em sigilo na pesquisa, salvo se for de sua vontade; então, poderemos publicar seu nome. Contudo, V.S^a terá o direito de recusar-se a ceder a mesma a qualquer momento e, se isso acontecer, o entrevistador apagará a gravação imediatamente, em sua presença. Entretanto, se for de sua concordância, procederemos às gravações, que serão transcritas e servirão de base para um estudo amplo sobre a influência pomerana nos costumes dos habitantes de seu município e do Espírito Santo. Posteriormente, esse estudo será divulgado em congressos e revistas nacionais e/ou internacionais.

EU,....., RG Nº,
 CONCORDO EM CONCEDER A ENTREVISTA À PESQUISADORA **ELIZANA SCHAFFEL BREMENKAMP**, RG Nº _____, TENDO CONHECIMENTO DE QUE MINHA IDENTIDADE NÃO SERÁ REVELADA E DE QUE MINHAS INFORMAÇÕES SERVIRÃO DE BASE PARA UM ESTUDO SOBRE A CULTURA POMERANA NO ESPÍRITO SANTO.

Assinatura:

Em caso de dúvida, favor entrar em contato com a orientadora desta pesquisa: Edenize Ponso Peres. Caso V.S^a tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa do pelo telefone 3335-7504 ou pelo e-mail cep@ccs.ufes.br.

⁴⁵Este TCLE foi elaborado pela Prof^a Dr^a Edenize Ponso Peres, em 13 de julho de 2010.

8.3 DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de "Referência Cultural Brasileira", expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

Art. 5º As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.

Art. 7º O Ministério da Cultura instituirá comissão técnica com a finalidade de examinar as propostas de inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, integrada por

representantes dos Ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Os membros da comissão técnica serão indicados pelos titulares dos órgãos que o integram e designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º A comissão técnica poderá convidar representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que possuam línguas cuja inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Lingüística tenha sido indicada, bem como especialistas para participarem de suas discussões e atividades.

§ 3º A comissão técnica poderá contratar consultores, de acordo com a legislação aplicável, para a discussão e exame de questões específicas.

§ 4º A coordenação da comissão técnica será exercida pelo Ministério da Cultura, que prestará o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do colegiado.

§ 5º A participação na comissão técnica será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

João Luiz Silva Ferreira

Sergio Machado Rezende